



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO **2019**

INCRA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA

Lista de siglas e abreviações

AGU – Advocacia Geral da União
ASCOM - Assessoria de Comunicação Social do Incra
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
AUD – Auditoria Interna
BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CadÚnico – Cadastro Único
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CD – Conselho Diretor
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPCI - Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América
CPF – Cadastro de Pessoa Física
DA – Diretoria de Gestão Administrativa
DAH – Coordenação-geral de Gestão de Pessoas
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural
DFG – Coordenação-Geral de Cartografia
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DT – Diretoria de Obtenção de Terras e implantação de projetos de Assentamento
DTM - Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais
DTO - Coordenação Geral de Obtenção de Terras
DTI – Coordenação geral de Implantação
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ESAF – Escola de Administração Fazendária
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FLONA – Floresta Nacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GNSS - Global Navigation Satellite System (Sistema de Navegação Global por Satélite)
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Especiais
LAI – Lei de acesso à informação
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPOG – Ministério do Planejamento
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
NE - Norma de Execução
PA - Projeto de Assentamento
PF – Polícia Federal
PFE – Procuradoria Federal Especializada.
PGBC - Procuradoria-Geral do Banco Central
PGF – Procuradoria-Geral Federal
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLS – Plano de Gestão de Lógica Responsável
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO – Plano Orçamentário
PCA – Política de Controle de Acesso
PPR - Planilha de Preços Referenciais
PPR – Plano de Providências Regionais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAC - Relatório de Acompanhamento
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RAMT – Relatório de Análise do Mercado de Terras
RAP – Restos a Pagar
RB – Relação de Beneficiários
REAF - Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar no Mercosul
RESEX – Reserva Extrativista
RFB - Receita Federal do Brasil
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RT – Responsável Técnico
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Secex – Secretaria de Controle Externo
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SERFAL - Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIATER – Sistema Informatizado de ATER
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR – Superintendência Regional
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDCalc – Sistema para Cálculo e Cobrança de Títulos de Domínio
TED - Termo de Execução Descentralizada
UA - Unidade Avançada
UC – Unidade de Conservação
UF - Unidade da Federação
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UnB – Universidade de Brasília
VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados
Wikilncra – Sistema de Desenvolvimento Colaborativo de Documentos do INCRA

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS | 12 |
| QUADRO 2 - MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES | 12 |
| QUADRO 3 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UNIDADE | 24 |
| QUADRO 4 - RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA | 29 |
| QUADRO 5 - CADASTRAMENTO DE ASSENTAMENTOS | 39 |
| QUADRO 6 - ARRECADAÇÃO DE TÍTULOS | 67 |
| QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CARREIRA, CLASSE E PADRÃO COM VALOR DE REMUNERAÇÃO BÁSICA | 68 |
| QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL | 68 |
| QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA | 69 |
| QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL | 69 |
| QUADRO 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR GÊNERO | 70 |
| QUADRO 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ÁREA DE ATUAÇÃO | 71 |
| QUADRO 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR UNIDADE DE EXERCÍCIO (RELATÓRIO FORÇA DE TRABALHO)..... | 72 |
| QUADRO 14 - DETALHAMENTO DESPESA DE PESSOAL..... | 72 |
| QUADRO 15 - GASTOS DE CONTRATAÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA | 74 |
| QUADRO 16 - FINALIDADE DE GASTOS ND 339030 - EXERCÍCIO 2019..... | 74 |
| QUADRO 17 - FINALIDADE DOS GASTOS ND 339036 - EXERCÍCIO 2019..... | 75 |
| QUADRO 18 - FINALIDADE DOS GASTOS ND 339037 - EXERCÍCIO 2019..... | 76 |
| QUADRO 19 - FINALIDADE DOS GASTOS ND 339039 - EXERCÍCIO 2019..... | 77 |
| QUADRO 20 - SERVIÇOS DE TI E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA | 78 |
| QUADRO 21 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 79 |
| QUADRO 22 - DESPESAS COM OUTROS ENTES PÚBLICOS | 80 |
| QUADRO 23 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE..... | 81 |
| QUADRO 24 - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO EMP. POR UG EXECUTORA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - EXERCÍCIO 2019 | 82 |
| QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO EMP. POR UG EXECUTORA NOS GASTOS COM PASSAGENS - EXERCÍCIO 2019 | 83 |
| QUADRO 26 - RELATÓRIO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES 2019 POR UNIDADE/INCRA..... | 85 |
| QUADRO 27 - LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS | 87 |
| QUADRO 28 - NOVOS CONTRATOS DE TI INCRA SEDE 2018..... | 90 |
| QUADRO 29 - CONTRATOS DE TI | 90 |
| QUADRO 30 - BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS..... | 95 |
| QUADRO 31 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS | 100 |
| QUADRO 32 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS..... | 103 |
| QUADRO 33 - BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS..... | 109 |
| QUADRO 34 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 110 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - ORGANOGRAMA INCRA SEDE | 16 |
| FIGURA 2 - ORGANOGRAMA INCRA SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS | 17 |
| FIGURA 3 - MAPA ESTRATÉGICO INCRA | 21 |
| FIGURA 4 – PRINCÍPIOS INTEGRIDADE | 23 |
| FIGURA 5 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA | 24 |
| FIGURA 6 - TIPOS DE MANIFESTAÇÕES | 26 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 01 | 37 |
| TABELA 2 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 01 | 40 |
| TABELA 3 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 02 | 45 |
| TABELA 4 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 02 | 46 |
| TABELA 5 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 03 | 50 |
| TABELA 6 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 03 | 52 |
| TABELA 7 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 04 | 56 |
| TABELA 8 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 04 | 57 |
| TABELA 9 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 05 | 59 |
| TABELA 10 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 05..... | 60 |
| TABELA 11 - TABELA COMPARATIVA DE INDICADORES EM DOIS EXERCÍCIOS - OBJETIVO 06 | 63 |
| TABELA 12 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO 06 | 63 |
| TABELA 13- PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO | 65 |
| TABELA 14 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - POR ÓRGÃO | 102 |
| TABELA 15 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - POR UG | 103 |
| TABELA 16 - ATUALIZAÇÃO DA PPR/RAMT POR SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL | 118 |
| TABELA 17 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - COMPOSIÇÃO - ÓRGÃO | 120 |
| TABELA 18 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - POR UG CONTRATANTE – ÓRGÃO | 120 |
| TABELA 19 - FORNECEDORES | 121 |
| TABELA 20 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO – ANÁLISE HORIZONTAL..... | 122 |
| TABELA 21 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS COM SEGUROS POR UG | 123 |
| TABELA 22 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS COM ALUGUÉIS POR UG | 123 |
| TABELA 23 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO – ANÁLISE VERTICAL | 123 |
| TABELA 24 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: SERVIÇOS..... | 124 |
| TABELA 25 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO – POR UG – ANÁLISE VERTICAL..... | 125 |
| TABELA 26 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – POR CONTRATADO E POR OBJETO. | 126 |
| TABELA 27 - INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO | 126 |
| TABELA 28 - INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO- POR DETALHAMENTO POR UG | 127 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 01 | 37 |
| GRÁFICO 2 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 02 | 45 |
| GRÁFICO 3 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 03 | 50 |
| GRÁFICO 4 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 04 | 56 |
| GRÁFICO 5 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 05 | 59 |
| GRÁFICO 6 - INDICADORES DE RESULTADO (PREVISTO X REALIZADO) - OBJETIVO 06 | 63 |
| GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÃO | 65 |
| GRÁFICO 8 - PRINCIPAIS DESPESAS DA AUTARQUIA | 66 |
| GRÁFICO 9 - DESPESAS 2016 A 2018 | 67 |
| GRÁFICO 10 - MATERIAL DE CONSUMO | 75 |
| GRÁFICO 11 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA | 76 |
| GRÁFICO 12 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 77 |
| GRÁFICO 13 - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA | 78 |
| GRÁFICO 14 - SERVIÇOS DE TIC - PESSOA JURÍDICA | 79 |
| GRÁFICO 15 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS..... | 80 |
| GRÁFICO 16 - DESPESAS COM OUTROS ENTES PÚBLICOS | 81 |
| GRÁFICO 17 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 82 |
| GRÁFICO 18 - AQUISIÇÃO DE PASSAGENS POR SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO EXERCÍCIO 2019 | 84 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 19 - QUANTIDADE DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO 2019 | 86 |
| GRÁFICO 20 - QUANTIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2019 | 86 |
| GRÁFICO 21 - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (ANÁLISE VERTICAL)..... | 105 |
| GRÁFICO 22 - POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA – DESPESAS CORRENTES (ANÁLISE VERTICAL) | 106 |
| GRÁFICO 23 - POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA DE CAPITAL (ANÁLISE VERTICAL)..... | 106 |
| GRÁFICO 24 - RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (ANÁLISE VERTICAL)..... | 107 |
| GRÁFICO 25 - POR TIPOS DE RECEITAS CORRENTES (ANÁLISE VERTICAL) | 108 |
| GRÁFICO 26 - POR TIPOS DE RECEITAS DE CAPITAL (ANÁLISE VERTICAL) | 108 |
| GRÁFICO 27 - QUANTITATIVO DE CONVÊNIOS POR SITUAÇÃO – DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA | 128 |
| GRÁFICO 28 - RESUMO DO REPASSE POR SITUAÇÃO | 128 |
| GRÁFICO 29 - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA DOS CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO..... | 129 |
| GRÁFICO 30 - DESEMPENHO APROVAÇÃO DE CONTAS NO EXERCÍCIO 2019..... | 129 |
| GRÁFICO 31 - QUANTITATIVO DE CONVÊNIOS POR SR | 130 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. MENSAGEM PRESIDENTE DO INCRA | 9 |
| 2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO | 12 |
| 2.1- Identificação da unidade | 12 |
| 2.2- Finalidade e competências institucionais | 12 |
| 2.3- Ambiente de atuação | 13 |
| 2.4- Modelo de Negócios | 13 |
| 2.5- Ambiente externo | 17 |
| 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA | 18 |
| 3.1- Planejamento estratégico | 18 |
| 3.2- Governança | 22 |
| 3.2.1- Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas..... | 25 |
| 3.2.2 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos;..... | 27 |
| 3.2.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário..... | 28 |
| 4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS..... | 28 |
| 4.1- Gestão de riscos e controles internos..... | 28 |
| 5. RESULTADOS DA GESTÃO | 35 |
| 5.1- Da gestão e dos objetivos estratégicos..... | 35 |
| 5.1.1- Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade..... | 35 |
| 5.1.2- Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais. | 44 |
| 5.1.3- Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo. | 49 |
| 5.1.4- Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social. | 55 |
| 5.1.5- Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento. | 58 |
| 5.1.6- Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural..... | 62 |

| | |
|--|------------|
| 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO..... | 64 |
| 6.1- Gestão orçamentária e financeira..... | 64 |
| 6.1.1- Detalhamento das despesas das principais ações | 65 |
| 6.2- Gestão de pessoas..... | 68 |
| 6.3- Gestão de licitações e contratos: | 74 |
| 6.3.1- Conformidade legal | 74 |
| 6.3.2- Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo | 74 |
| 6.3.3- Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações | 84 |
| 6.3.4- Contratações diretas: | 85 |
| 6.3.5- Principais desafios e ações futuras | 86 |
| 6.4- Gestão patrimonial e infraestrutura | 87 |
| 6.4.1- Conformidade legal | 87 |
| 6.4.2- Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos | 87 |
| 6.4.3- Desfazimento de ativos | 87 |
| 6.4.4- Locações de imóveis e equipamentos..... | 87 |
| 6.4.5- Mudanças e desmobilizações relevantes..... | 89 |
| 6.4.6- Principais desafios e ações futuras | 89 |
| 6.5- Gestão da tecnologia da informação | 89 |
| 6.5.1- Conformidade legal; Observância de normas de TI vigentes..... | 89 |
| 6.5.2- Modelo de governança de TI; (estrutura de governança de TIC do Incra) | 89 |
| 6.5.3- Montante de recursos aplicados em TI; orçamento | 89 |
| 6.5.4- Contratações mais relevantes de recursos de TI. | 91 |
| 6.5.5- Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor. | 91 |
| 6.5.6- Segurança da informação;..... | 91 |
| 6.5.7- Principais desafios e ações futuras. | 92 |
| 6.6- Sustentabilidade ambiental | 93 |
| 7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 93 |
| 7.1- Das Demonstrações Contábeis do INCRA | 93 |
| 8. ANEXOS E APÊNDICES..... | 130 |
| 8.1- Descrição e memória de cálculo dos Indicadores de Resultado | 130 |
| 8.2- Fontes e Observações dos Indicadores de Processo..... | 136 |

1. MENSAGEM PRESIDENTE DO INCRA



Criado pelo Decreto 1.110 de 9 de julho de 1970, o Incra tem como missão precípua executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Nesse sentido, dispõe de quase 90 milhões de hectares de terras registrados em seu nome, o que representa a soma da França e da Espanha.

No entanto, ao longo de todos esses anos, o conceito de reformar agrária no Brasil tem se limitado ao assentamento de famílias, sem levar em conta questões como a capacitação para o trabalho no campo e a titulação, etapa final do processo, que permite aos assentados se tornarem pequenos produtores.

Atualmente existem 970 mil famílias assentadas necessitando da implementação de políticas públicas apropriadas, muitas delas envolvendo outros órgãos da administração pública.

Nosso objetivo atual, enquanto gestor, é planejar e preparar a autarquia para os próximos 50 anos. O Brasil mudou, se desenvolveu e suas necessidades e prioridades também precisam ser revistas. E uma delas é a alteração no conceito do processo de reforma agrária e do ordenamento fundiário.

O Incra precisa caminhar olhando o futuro, e isso envolve questões de inteligência e governança territorial brasileira como um todo. É o viés do que tem de ser feito. Para isso, estamos uniformizando a legislação e implantando o uso de tecnologias nos processos de regularização fundiária e titulação.

O compartilhamento de informações junto a outros órgãos do Governo é outra prioridade que já está sendo efetivada por meio de convênios e mudanças no arcabouço legislativo.

O novo Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) – Titulação já é uma realidade e faz parte das mudanças estruturais que o Incra precisa fazer para conseguir atender as necessidades do país.

Nossa prioridade, hoje, é garantir que até o final do atual governo, em dezembro de 2022, cerca de 600 mil títulos de terra sejam entregues. Esse número envolve os Projetos de Assentamento do Incra e as propriedades em processo de regularização fundiária. Este será o foco nos próximos anos.

Para conseguir atingir tais objetivos, o maior desafio da autarquia será enfrentar a falta de recursos, um problema que afeta o Governo como um todo.

No ano de 2019 o INCRA buscou cumprir sua missão prioritária de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

Destaca-se que contingenciamentos orçamentários voltaram a influenciar negativamente o alcance e a plena realização das suas ações no exercício anterior. Em relação a 2018 houve uma redução de 50% na dotação orçamentária inicial (discricionário e emendas) e consequentemente uma redução em 55% no recurso total empenhado.

No entanto, apesar das limitações orçamentárias e operacionais esta Autarquia obteve êxito no atingimento das metas físicas na maioria dos 29 (vinte e nove) indicadores de gestão monitorados. Estes indicadores estão agrupados em Objetivos Estratégicos prioritários para a Gestão do Órgão e relacionados com as atividades finalísticas das suas Diretorias, conforme detalhamento nos itens específicos deste Relatório.

Para as atividades relacionadas ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade, os principais resultados da atuação da Autarquia foram:

- I) Implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento: atendimento de 23.206 famílias. Dessas obras destacam-se: i) 615,99 km de implantação de novas estradas, beneficiando com isso 4.088 famílias; i) recuperação de 9.435 km de estrada beneficiando 11.221 famílias; e iii) 7.277 famílias atendidas com água (poços, distribuição);
- II) Projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol): Embora no exercício 2019 não tenha havido novos projetos implantados, destaca-se que atualmente encontram-se em execução no Incra 250 projetos, contemplando 398 assentamentos e 21.486 famílias;
- III) Assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental: 401;
- IV) Crédito instalação ou equivalente concedido: 44.139 famílias atendidas.

A realização dessas ações estimula o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e dinamizam a economia local, pois permite que os assentados tenham acesso a mecanismos de estruturação produtiva, a geração de renda por meio de atividades ligadas à agroindustrialização e comercialização, além de contar com uma infraestrutura básica que permite a sobrevivência no local (energia, água), como também o escoamento da produção (estradas).

Em 2019 o INCRA deu continuidade ao procedimento de concessão de crédito voltada para construção e reforma de casas para os beneficiários da reforma agrária, o que assegura o direito à moradia para estas famílias. Outro importante avanço no estímulo ao desenvolvimento dos assentamentos ocorreu com a implantação da modalidade de crédito que incentiva a lavoura de cacau em áreas de assentamentos nos estados da Bahia e do Pará, com potencial de estruturação de uma cadeia produtiva, que beneficiou 39 famílias.

Quanto a política de governança fundiária, com articulação interinstitucional federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais, os principais resultados obtidos foram:

- I) Número de imóveis rurais certificados: 125.950;
- II) Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR: 480.293;
- III) Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento: 34.139 documentos expedidos;

Estes resultados reforçam a importância da atuação do INCRA no gerenciamento e a promoção do ordenamento da estrutura fundiária nacional, pois permitem agilizar a titulação de posses e garantir segurança jurídica com a emissão de títulos de domínio, dinamizar o processo de regularização fundiária de terras urbanas e rurais da União em todo o País, bem como realizar atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo.

Por fim, destacamos a modernização da legislação que trata de regularização fundiária que, ainda em 2019, foram alterados pela Medida Provisória (MP) 910 e nos Decretos 10.165 e 10.166, assinados pelo Presidente Jair Bolsonaro, que simplificam e tornam mais ágeis os procedimentos relativos à execução dessas políticas por parte do Incra.

Ainda em 2019 o Incra publicou três Instruções Normativas (IN) que regulamentam os processos administrativos referentes às políticas de regularização fundiária e reforma agrária, com base nas novas normas. São elas: IN nº 98, que trata dos procedimentos para seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a IN nº 99, que dispõe sobre as normas para Titulação de Assentados e Consolidação de Assentamentos da reforma agrária; e a IN nº 100, que discorre sobre os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais.

Com as publicações dos novos normativos, foram revogadas as IN 95, 96 e 97 que anteriormente regulavam estes processos.

Seleção de famílias

A IN nº 98 traz entre as suas principais mudanças na seleção de famílias candidatas a lotes de reforma agrária do Incra a obrigatoriedade de inscrição ativa no CadÚnico. Os candidatos também não podem ter renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais ou a um salário mínimo por membro da família.

Outra mudança atendeu uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e alterou o cálculo dos critérios de pontuação para classificação das famílias candidatas a beneficiárias do PNRA.

Titulação e consolidação

Entre as mudanças trazidas pela IN nº 99 está a modernização no procedimento do fluxo de titulação que torna o processo mais simplificado e objetivo. A intenção da IN foi instituir mecanismos para garantir que o beneficiário esteja cumprindo as cláusulas previstas no Contrato de Concessão de Uso (CCU). Para essa aferição, é possível o uso de tecnologia para validar a preservação do meio ambiente no lote buscando dados disponíveis no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar) do Serviço Florestal Brasileiro ou a inscrição do lote no Cadastro Ambiental Rural (CAR), ou ainda validar a exploração efetiva da parcela através do uso de imagem de satélite.

Regularização Fundiária

A IN nº 100 trouxe como principal mudança a fusão dos procedimentos da antiga IN nº 95 do Incra, que tratava da regularização fundiária fora da Amazônia Legal, com a Portaria nº 645/2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), que dispunha sobre os processos de regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, para regulamentar a MP 910 e o Decreto 10.165.

A nova regra adequa os procedimentos relacionados a vistoria prévia para regularização fundiária de imóveis rurais, que passou de quatro para 15 módulos fiscais com a promulgação da MP. O normativo regulamenta a obrigatoriedade e a forma com que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) entrará no processo da regularização fundiária como uma informação extra para o fortalecimento da fiscalização remota.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELLO

Presidente do INCRA

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1- Identificação da unidade

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

Quadro 1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

| Poder e órgão de vinculação | | |
|---|-------------------|--------------------------|
| Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra | | |
| Poder: Executivo | | |
| Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA | | Código SIORG: 2837 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) | | |
| Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo | | CNPJ: 00.375.972/0001-60 |
| Principal atividade: Administração Pública em geral | | Código CNAE: 8411-6/00 |
| Código SIORG: 1799 | Código LOA: 22201 | Código SIAFI: 37201 |
| Contatos | | |
| Telefones: (61) 3411-7731 / 3411-7732 | | |
| Endereço postal: Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, CEP 70057-900 – Brasília (DF) | | |
| Endereço eletrônico: presidencia@incra.gov.br | | |
| Página na internet: www.incra.gov.br | | |

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais e 41 Unidades Avançadas, com um quadro ativo de 3.311 servidores.

2.2- Finalidade e competências institucionais

Quadro 2 - Missão, Visão de Futuro e Valores

| Missão | Visão de futuro | Valores |
|---|--|--|
| Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. | Ser referência internacional de soluções de inclusão social. | <ul style="list-style-type: none">- Compromisso com o interesse público, a solidariedade, a ética e a transparência;- Gestão democrática com participação social;- Valorização e respeito às pessoas;- Redução das desigualdades regionais, de renda, de gênero, de raça, de etnia e de geração nas áreas rurais;- Valorização das diversidades do Brasil Rural;- Responsabilidade econômica, social e ambiental;- Integração com parceiros públicos e privados;- Valorização e qualificação dos recursos humanos e dos ambientes de trabalho da autarquia;- Busca permanente por eficiência e inovação. |

2.3- Ambiente de atuação

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Atualmente está vinculada ao Ministério da Agricultura por força do Decreto 9.667/2019, de 29 de janeiro de 2019.

Com Sede em Brasília (DF), possui atuação em todos os Estados por meio de 30 Superintendências Regionais, 41 Unidades Avançadas e 1 Unidade Avançada Especial (Altamira/PA). As superintendências regionais são órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do Incra nos estados.

A rede de atendimento do Incra é composta também por Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) e Salas da Cidadania, que funcionam em 2.932 municípios por meio de parceria com prefeituras. As Salas da Cidadania têm por atribuição promover a melhoria do atendimento prestado pelo Incra, com o fornecimento de informações e serviços aos beneficiários de reforma agrária e detentores de imóveis rurais. O acesso aos serviços disponibilizados nestes locais também pode ser feito via Web.

No âmbito internacional e como fruto do reconhecimento da expertise do Órgão gerenciamento da estrutura fundiária, o INCRA assumiu um protagonismo na área cadastral dos países ibero-americanos ao ser eleito em 2017 como Presidente do Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América (CPCI).

O CPCI é uma associação que agrupa as instituições públicas cadastrais da Ibero América e caracteriza-se como uma rede de excelência ao intercâmbio de informação, perícia, apoio tecnológico e melhores práticas entre seus membros e também no auxílio a outras instituições públicas ou privadas que requeiram informações sobre o tema cadastral para desempenhar suas atividades.

2.4- Modelo de Negócios

As atividades finalísticas do INCRA estão agrupadas conforme detalhamento a seguir:

I - Quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

- a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº 4.504/64;
- b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
- c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural;
- d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da lei;
- e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma da lei;
- f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;
- g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da lei;
- h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102, da Lei nº 4.504/64;
- i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e
- j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II - Quanto à obtenção e destinação de terras e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

- a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
- b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº 4.504/64 e da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III - Quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

Para o melhor gerenciamento da execução destas atividades, o INCRA criou diversas ações alinhadas com as diretrizes estratégicas do Órgão. As principais são:

- a) Acesso à terra: A obtenção de terras para a reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a desapropriação, seguida do processo de compra e venda;
- b) Titulação: A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária receberão contratos de concessão de uso ou títulos de domínio, instrumentos que asseguram o acesso à terra.
O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar.
O Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio.
Além da garantia da propriedade da terra para as famílias assentadas, a titulação efetuada pelo Incra contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo Incra) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados;
- c) Certificação: Por meio do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), a autarquia controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis;

- d) Georreferenciamento: A legislação vigente exige que todo imóvel rural, público ou privado, seja medido pela tecnologia de GPS. Esta medida tem o objetivo de regularizar a escrituração de todos os imóveis rurais do País e minimizar as matrículas emitidas em duplicidade e as descrições de divisas pouco confiáveis, inibindo, assim, a grilagem de terras.
Essa medição é registrada no Incra que recebe, valida e armazena os dados dos limites de sua propriedade em sistema eletrônico e fornece uma certidão que informa que o imóvel não se sobrepõe a outro. O georreferenciamento de imóveis rurais é obrigatório nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento, transferência e ações judiciais que versem sobre imóveis rurais, conforme a Lei dos Registros Públicos;
- e) Cadastro Nacional: Como entidade cadastral, o Incra organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros;
Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras, propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural.
- f) Regularização Fundiária: É também responsável pelas atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo;
- g) Comunidades Quilombolas: Executa atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos;
- h) Infraestrutura: O Incra implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta e em parceria com outros entes governamentais.
As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário -, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos;
- i) Terra Sol: O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas;
- j) Educação no Campo: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Figuras como público-alvo jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC).
- k) Crédito Instalação: Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. O chamado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantido pelo Incra às famílias e o atual modelo de investimento de recursos está definido no Decreto 9.424/2018, que indica as modalidades disponibilizadas e os critérios a serem atendidos para acesso aos valores.

Para a realização das diversas ações elencadas acima, o INCRA (Sede) conta com a seguinte estrutura organizacional:

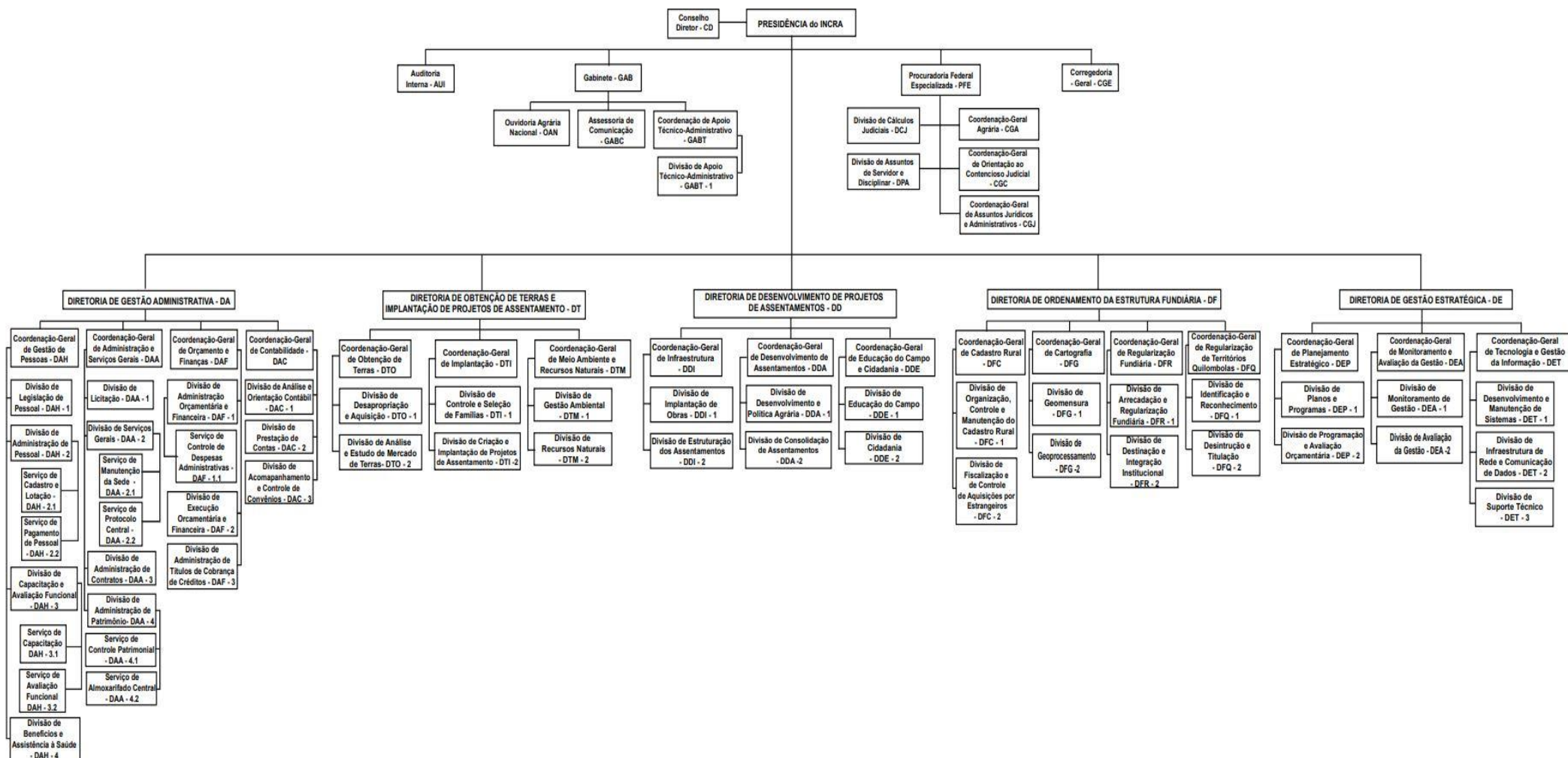


Figura 1 - Organograma Incra Sede

No caso das 30 Superintendências Regionais, apresenta-se o seguinte organograma:

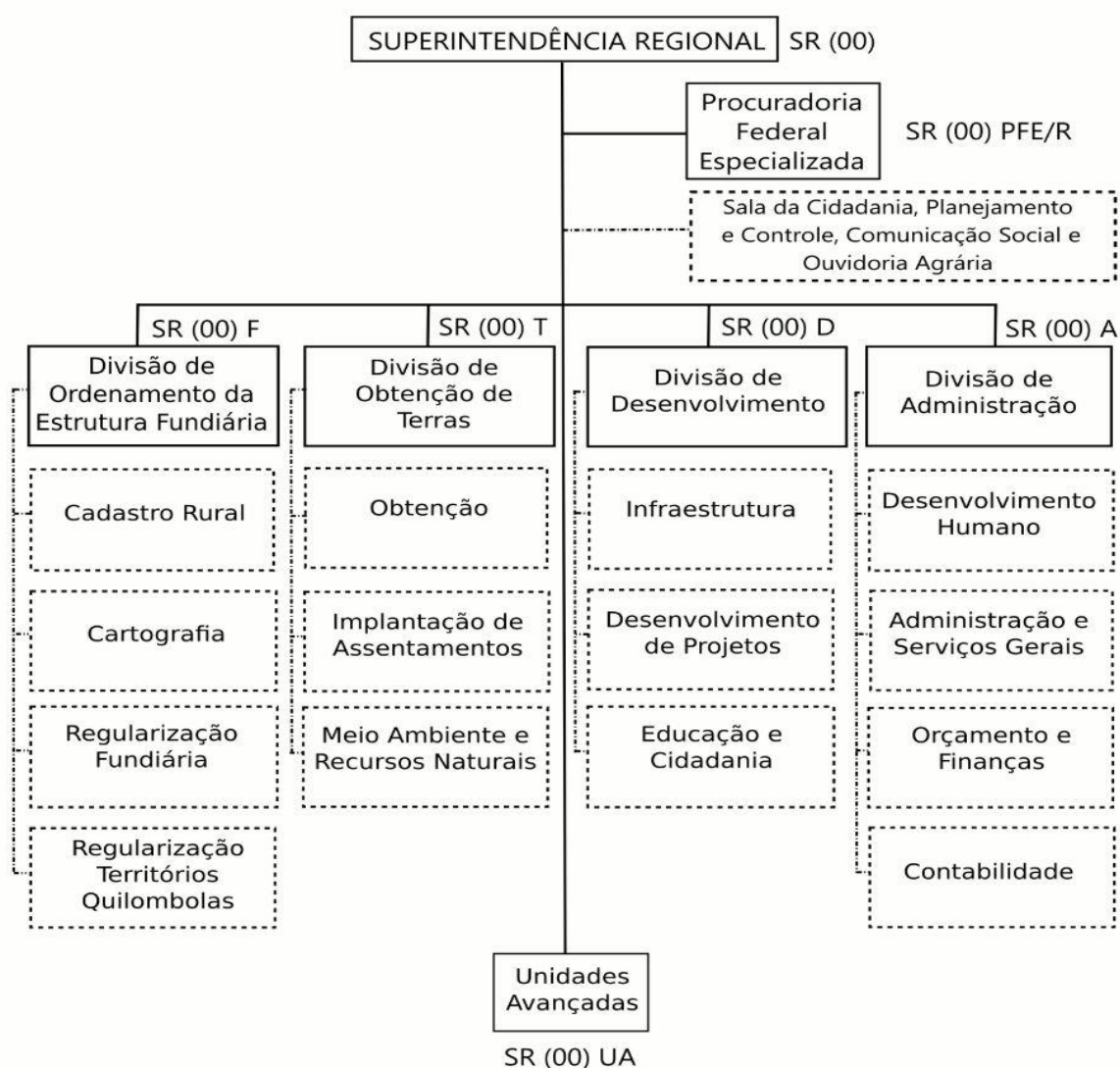


Figura 2 - Organograma Incra Superintendências Regionais

2.5- Ambiente externo

No âmbito internacional e como fruto do reconhecimento da expertise do Órgão gerenciamento da estrutura fundiária, o INCRA assumiu um protagonismo na área cadastral dos países ibero-americanos ao ser eleito em 2017 como Presidente do Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América (CPCI).

O CPCI é uma associação que agrupa as instituições públicas cadastrais da Ibero América e caracteriza-se como uma rede de excelência ao intercâmbio de informação, perícia, apoio tecnológico e melhores práticas entre seus membros e também no auxílio a outras instituições públicas ou privadas que requeiram informações sobre o tema cadastral para desempenhar suas atividades.

Em novembro de 2019 o Incra encerrou seu período a frente do Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América (CPCI), passando a Presidência ao Uruguai, e atualmente a Autarquia segue como uma entidade de referência no Comitê por conta de sua experiência e avanços em Governança Fundiária.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1- Planejamento estratégico

Conforme disposto no seu Regimento Interno, a Autarquia dispõe de uma Diretoria de Gestão Estratégica responsável pela definição, de forma colegiada, de diretrizes, objetivos e estratégias de atuação no âmbito do desenvolvimento agrário. Esta Diretoria coordena também elaboração do planejamento estratégico das políticas de reforma agrária e de ordenamento fundiário.

As Diretrizes que orientaram a atuação do INCRA em todo o país são:

a) Primeira Diretriz: democratização do acesso à terra

O INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais, da regularização fundiária de terras públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

b) Segunda Diretriz: participação social

O INCRA implementará a reforma agrária de forma participativa, reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

c) Terceira Diretriz: fiscalização da função social

O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos (as) assentados (as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

d) Quarta Diretriz: qualificação dos assentamentos

O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito, a assistência técnica e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

e) Quinta Diretriz: titulação dos territórios quilombolas e regularização fundiária

O INCRA implementará a regularização fundiária das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e a certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de possibilitar a mensuração das referidas Diretrizes e o efetivo cumprimento do papel do INCRA para a sociedade, estas foram incorporadas em Objetivos Estratégicos específicos, com o respectivo desdobramento em indicadores. Estes indicadores são objeto de monitoramento mensal por parte da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA.

Objetivo estratégico 1: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais

- Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR
- Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada
- Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos

- Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados
- Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO
- Número de imóveis rurais certificados
- Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento
- Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento
- Número de imóveis rurais regularizados, via direta
- Número de imóveis rurais regularizados, via indireta
- Número de títulos concedidos em Glebas públicas Federais e em Assentamentos de Reforma Agrária

Objetivo estratégico 2: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

- Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido
- Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento
- Número de créditos instalação supervisionados
- Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental
- Número de assentamentos com licença ambiental protocolada
- Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR
- Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
- Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA

Objetivo estratégico 3: Promover a democratização do acesso à terra, com ações da reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

- Área total de imóveis vistoriados (laudo entregue)
- Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado
- Número de famílias assentadas
- Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária
- Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária
- Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)

Objetivo estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

- Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher
- Número de mulheres beneficiadas com ATER

Objetivo estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

- Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas
- Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos
- Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados
- Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos
- Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos
- Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas

Objetivo estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.

- Número de jovens assentados (até 29 anos)

Missão: Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da reforma agrária e da governança fundiária.

Visão de Futuro: Ser referência internacional em desenvolvimento agrário e governança fundiária.

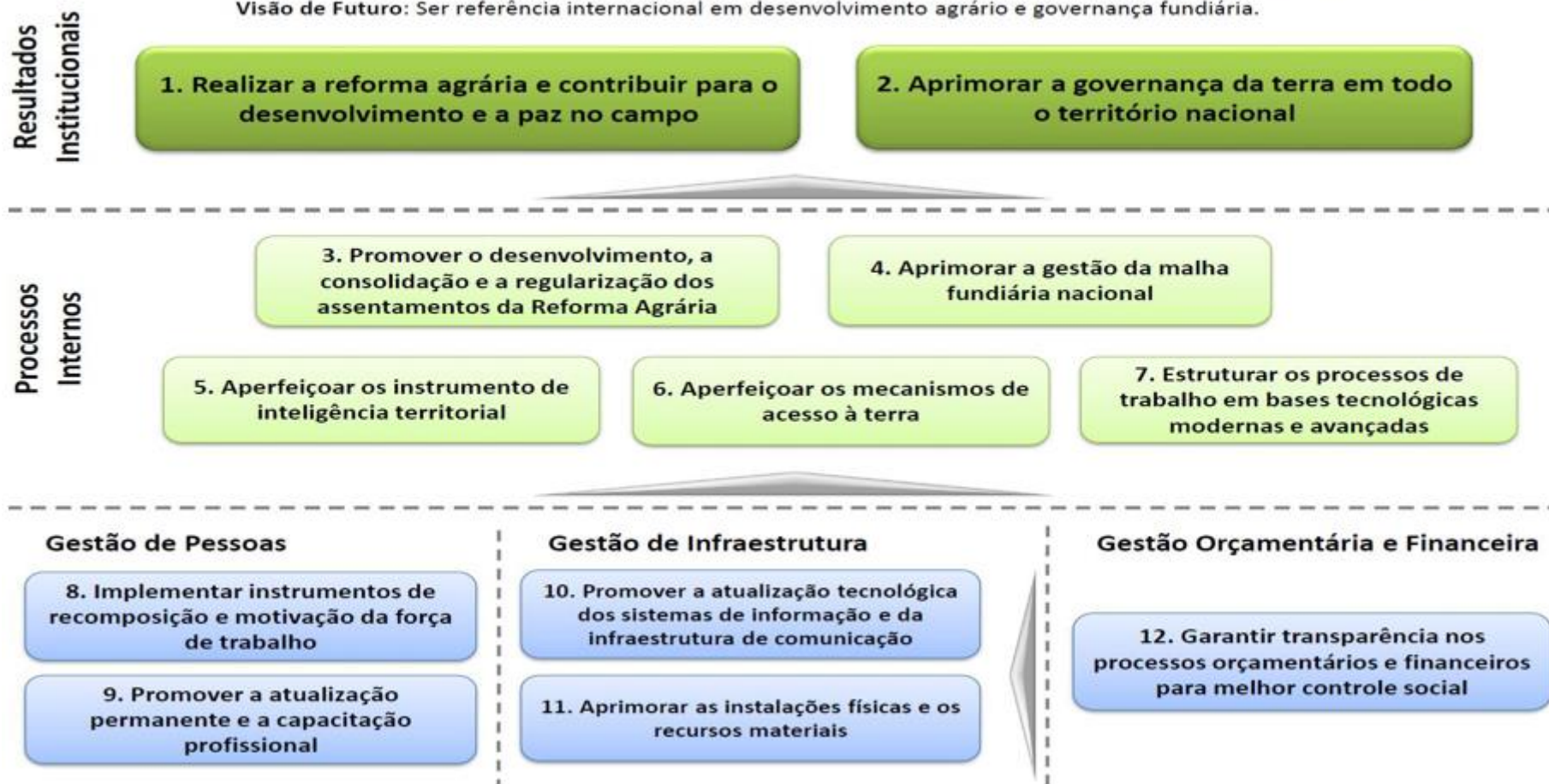


Figura 3 - Mapa Estratégico Incra

3.2- Governança

O Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, vinculou o Incra a esse Ministério, cabendo à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários supervisionar diretamente esta autarquia. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm). A direção do Incra é tocada pelo Conselho Diretor presidido por meio do Presidente da instituição, sendo composto, principalmente, por diretores das áreas específicas.

Com o objetivo de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela Instituição de forma contínua e progressiva foi instituído o Comitê de Governança no âmbito do Incra, por meio da Portaria Incra nº 1.549, de 21 de setembro de 2018, órgão de decisão máxima na estrutura de governança da Autarquia composto pelos membros da alta administração e presidido pelo Presidente do Incra.

Para além da responsabilidade de toda a Autarquia, com relação à Integridade do Órgão, assegurada pelo Comitê de Governança do Incra, o Programa Incra Íntegro conta ainda com a Unidade de Gestão do Programa de Integridade, instituído pela Portaria Incra nº 1.740, de 30 de outubro de 2018, na qual designa a Diretoria de Gestão Estratégica – DE, como unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, constante no processo SEI nº 54000.175982/2018-59. Em tempo, por meio da Portaria nº 2372, de 25 de outubro de 2019, essas atribuições foram subdelegadas à Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão DEA, constante processo SEI nº 54000.118915/2019-18.

A unidade de gestão de integridade, a DE, por meio da DEA, bem como o conjunto articulado das unidades administrativas do Incra, deve assumir competências correspondentes aos seguintes processos e funções para o cumprimento do Plano de Integridade:

I – Promoção da ética e de regras de conduta para servidores, observado, no mínimo, o disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública - CEP;

II – Promoção da transparência ativa e do acesso à informação, observado, no mínimo, o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e na Resolução nº 11, de 11 de dezembro de 2017, da CEP;

III – Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo, observado, no mínimo, o disposto na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e na Portaria Interministerial nº 333, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, de 19 de setembro de 2013;

IV – Tratamento de denúncias observado, no mínimo, o disposto na Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017, na Instrução Normativa Conjunta nº 1 da Corregedoria-Geral da União e da Ouvidoria-geral da União, de 24 de Página 12 de 55 junho de 2014, e na Instrução Normativa nº 1 da Ouvidoria- Geral da União, de 05 de novembro de 2014;

V – Verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria, observado, no mínimo, o disposto na Instrução Normativa CGU nº 03, de 9 de junho de 2017, e da Instrução Normativa CGU nº 08, de 6 de dezembro de 2017; e

VI – Implementação de procedimentos de responsabilização, observado, no mínimo, o disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, na Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, e na Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017.

Destarte, no âmbito do Incra, a unidade responsável pela gestão da integridade e implementação do Plano é a Diretoria de Gestão Estratégica – DE (Portaria INCRA nº 1.740, de 30 de outubro de 2018).

Os princípios norteados do referido Programa são:

| | |
|---|--|
| Foco nas necessidades da sociedade; | Inovação e capacidade de resposta; |
| Dados abertos; | Formação de lideranças; |
| Compartilhamento da capacidade de serviços; | Ampliação de competências e valor público; |
| Simplicidade; | Treinamento e desenvolvimento de equipes; |
| Serviços públicos disponibilizados em meio digital; | Sustentabilidade, celeridade; |
| Segurança e privacidade; | Gestão de riscos; e |
| | Participação e controle social. |

Figura 4 – Princípios Integridade

O Inkra Íntegro atuará no fortalecimento das instâncias de integridade e na instituição de mecanismos de gerenciamento de riscos, com vistas ao desenvolvimento de uma gestão capaz de lidar com incertezas, responder a eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos organizacionais e resolver questões que envolvam possíveis violações éticas.

Esse Plano de Integridade do Inkra – 2020/2023 apresenta a estrutura de governança do Órgão, os fundamentos essenciais para a consecução do Inkra Íntegro, a forma de alinhamento à estratégia do Inkra, as atividades de capacitação, desenvolvimento e treinamento de equipes e reforça os quatro eixos de atuação do Programa, definidos no Decreto nº 9.203/2017:

1. Comprometimento e Apoio da Alta Administração;
2. Unidade Responsável e Instâncias de Integridade;
3. Gerenciamento dos Riscos à Integridade;
4. Estratégias de Monitoramento Contínuo.

Também são apresentados os canais de comunicação do Inkra disponíveis ao seu público, cuja função primordial é tratar adequadamente qualquer situação que possa configurar condutas impróprias ou violação a princípios éticos, políticas ou normas, capacitação, treinamento e desenvolvimento de lideranças e pessoas.

Os procedimentos adotados para a estruturação do Programa de Integridade seguiram as orientações expressas na Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, bem como as informações do Guia de Integridade Pública, do Manual para Implementação de Programas de Integridade e do Guia Prático de Implementação de Programa de Integridade Pública, todos elaborados pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, e ainda, Manual de Gestão de Riscos – Avaliação da Maturidade – TCU; Referencial de Combate à Fraude e Corrupção – TCU; e, o Relatório Individual da Auto avaliação, segundo dados obtidos no levantamento do índice Integrado de Governança e Gestão (IGG2018) – TCU.

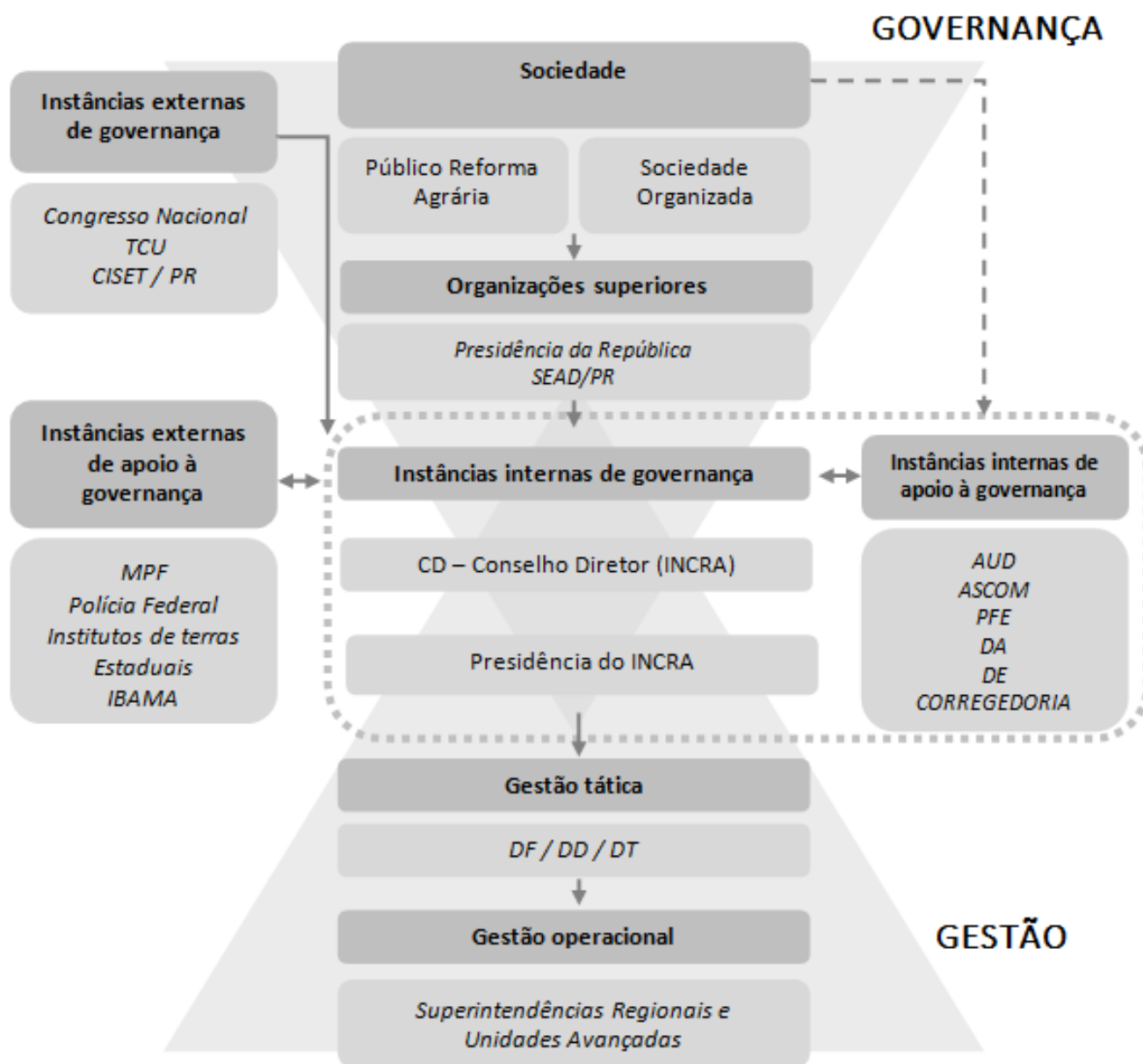


Figura 5 - Estruturas de Governança

Quadro 3 - Estruturas de Governança da Unidade

| Instâncias externas de governança | Instâncias externas de apoio à governança | Instâncias internas de governança | Instâncias internas de apoio à governança |
|---|---|--|---|
| Esta instância reserva a relação da atuação dos órgãos de controle, interno e externo, sobre o Incra. Conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina, entre outros itens, dentre os órgãos setoriais de controle interno encontra-se a Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República. Já o Controle Externo compete Congresso Nacional, através da atuação do Tribunal de Contas da União, em conformidade à Constituição Federal, em seus artigos 70º, 71º, 72º, 73º, 74º e | Aqui, se reservam as atuações dos órgãos cujas missões institucionais reservam alguma afinidade com a Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário, quais sejam: O IBAMA, FUNAI, os Institutos Estaduais de Terras, as Secretarias de Meio Ambientes Estaduais, a Receita Federal, o Ministério Público, etc. A atuação desses órgãos, em conjunto com o Incra, conota um ambiente fortalecido e favorável a execução da sua missão institucional, qual seja: a Reforma Agrária. | Esta instância reserva a alta direção da autarquia. DECRETO Nº 8.955, DE 11.1.2017, dispõe sobre a Estrutura Regimental do Incra e, ao Conselho Diretor, atribui a competência de deliberar sobre as propostas dos Planos Nacional e Regionais, proposta orçamentária, programação operacional, aprovar normas, etc. Ao presidente compete: Representar o Incra, dirigir, coordenar, estabelecer normas, funcionamento geral do Incra. | Esta instância reserva os setores que apoiam diretamente a alta direção da autarquia. Aqui, são representados pela Procuradoria Federal Especializada, a qual compete representar judicial e extrajudicialmente o Incra, exercer atividade de consultoria e assessoramento jurídico ao Incra; a Auditoria Interna a qual compete assessorar a alta direção para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistema de gestão; a Diretoria de Gestão Estratégica |

75º, que disciplina o controle externo no Poder Executivo Federal.

competete definir diretrizes, objetivos e estratégias de atuação do Incra, atuar na pesquisa e disseminar métodos organizacionais que proporcionem melhorias contínuas, analisar cenários, monitorar e avaliar as informações do Incra, é importante ressaltar que nesta diretoria está sediada o serviço de Tecnologia da Informação (software e hardware); a Diretoria de Gestão Administrativa compete coordenar, supervisionar as atividades relacionadas com os sistemas federais de administração financeira, contabilidade, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais, além de coordenar as atividades e procedimentos relativos à modernização administrativa; ressaltamos que nesta diretoria está sediada o serviço de Recursos Humanos; A Assessoria de Comunicação a quem compete o serviço de comunicação interna e externa do Incra; por fim, À Corregedoria-Geral compete propor normas e medidas atinentes à atividade de correição, instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos disciplinares.

3.2.1- Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

As demandas de Ouvidoria no âmbito do Incra, no ano de 2019, seguiam os termos da Portaria nº 1143, de 10 de julho de 2018, que estabelecia procedimentos para atendimento das demandas do Sistema de Ouvidorias no âmbito do Incra, e eram coordenadas por uma Assessora da Presidência, designada para monitorar e acompanhar todos os pedidos de informação, reclamações, denúncias e elogios recebidos via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), garantindo que o cidadão tenha acesso à informação requerida ao Incra nos prazos estabelecidos pela Lei e consigam encaminhar situações que precisam de conhecimento e apuração da Autarquia.

O Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) é a solução tecnológica desenvolvida pela Ouvidoria Geral da União (OGU/CGU) e utilizada pelo Incra para facilitar o contato entre o cidadão e a Autarquia para o recebimento, tramitação e oferecimento de resposta a manifestações de ouvidoria encaminhadas pelos cidadãos.

Atualmente esse sistema é o principal meio de participação e comunicação entre o cidadão e o Incra. Por meio do e-OUV o cidadão pode elogiar, sugerir, solicitar, comunicar, denunciar ou reclamar.

Os usuários dos serviços e políticas do Incra, assim como os servidores e os colaboradores também podem se comunicar com maior agilidade com a instituição, visto que é disponibilizado diversos contatos no site do Incra. Os atendimentos são feitos via Sistemas Eletrônicos, e-mails institucionais, contatos telefônicos e atendimentos presenciais.

De modo geral, buscou-se garantir que o cidadão tivesse acesso à informação requerida ao Incra nos prazos estabelecidos pela Lei e conseguisse manifestar situações que precisavam de conhecimento e apuração a partir da designação de servidor e Unidade responsável pelo tema.

Anterior a essas medidas a autarquia encontrava dificuldades em cumprir o prazo de resposta ao cidadão nos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação resultando em diversas cobranças pelos órgãos de

controle em inobservância legal. Pode-se observar em relatório extraído no próprio Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) que no ano de 2018 o tempo médio de resposta da Autarquia para o cidadão era de 31,82 dias – sendo que o prazo estipulado pela lei é de vinte dias, prorrogável por mais dez.

Já no ano de 2019, o Incra recebeu 1.352 pedidos de acesso à informação, via e-SIC, e o tempo médio de resposta da Autarquia para o cidadão, no citado exercício, caiu para 11,64, onde conseguimos observar uma redução significativa no prazo de atendimento ao cidadão por parte do Incra.

No Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), em 2019, o órgão recebeu um total de 3.604 manifestações, com tempo médio de resposta ao cidadão de 44,47 dias, enquanto que no ano de 2018 esse tempo médio era de 60,36 dias, onde podemos observar progresso e mais agilidade da Autarquia no tratamento das demandas.

As manifestações recebidas via e-OUV em 2019, entre reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e comunicações (manifestações anônimas), em 2019, são divididas da seguinte forma:

| TIPOS DE MANIFESTAÇÕES | | |
|---|-------------|---------------|
|  | RECLAMAÇÃO | 940 (25,0%) |
|  | SOLICITAÇÃO | 1.322 (35,2%) |
|  | DENÚNCIA | 728 (19,4%) |
|  | SUGESTÃO | 54 (1,4%) |
|  | ELOGIO | 17 (0,5%) |
|  | COMUNICAÇÃO | 693 (18,4%) |
|  | SIMPLIFIQUE | 0 (0,0%) |

Figura 6 - Tipos de Manifestações

Cabe destacar que, mesmo as manifestações recebidas na Ouvidoria Geral por outros canais, como presencial, e-mail e telefone, são também registradas no e-OUV.

A promoção da ética, valores e cultura reflete diretamente na relação do Incra com a sociedade em geral. Integridade no serviço público é requisito para aumento da confiança da sociedade nas ações do Estado e em suas instituições. Envolve discutir e implementar mecanismos organizacionais tais como conduta ética, orientações e normas, investir em lideranças e processos, divisões de trabalho, políticas de incentivo a comportamentos de transparência, sistemas de prestação de contas, processos de planejamento estratégico, monitoramento e usos de recursos digitais, possibilitando interações ampliadas com a sociedade.

O Incra também tem a preocupação de aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários, para aperfeiçoar suas ações. Atualmente, utilizamos o Painel “Resolveu?”, criado pelo Ministério da Transparência e Controladoria (CGU), que é uma ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) recebidas diariamente pelo sistema e-Ouv para aferir os atendimentos prestados. A aplicação permite pesquisar examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa.

Quanto aos pedidos de acesso à informação, o órgão busca verificar a satisfação do usuário através do Painel “Lei de Acesso à Informações”, lançado pela Controladoria-Geral da União no dia 01/07/2019, onde, além do grau de satisfação do usuário, são apresentadas informações sobre número de pedidos e recursos, cumprimento de prazos, perfil dos solicitantes, transparência ativa, entre outros. Essa aplicação também permite pesquisar examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa.

Outro dado que é rotineiramente examinado pela Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação do Incra são as avaliações feitas pelos cidadãos que abrem recursos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). A partir das justificativas apresentadas pelos cidadãos, a Unidade

responsável pelo acompanhamento dos recursos dialoga com a área responsável pelo envio da primeira resposta, visando atender plenamente o cidadão na próxima resposta a ser encaminhada.

Até o ano de 2019, o Incra não tinha uma unidade de Ouvidoria na sua estrutura, e as demandas eram coordenadas por uma Assessora da Presidência.

Em 2020, através da Portaria N° 531, de 23/03/2020, o Incra criou a unidade de Ouvidoria no seu regimento interno, com as seguintes competências: I) exercer as atribuições das unidades setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, nos termos da legislação vigente; II) receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; III) solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, devendo ser atendidas nos termos da legislação vigente; IV) elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso II, e apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos; V) contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência, prestação, eficiência e segurança das demandas de ouvidoria e acesso à informação do Incra; VI) promover em cooperação com o órgão central do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal políticas de formação relacionadas às atividades de ouvidoria; VII) recepcionar as demandas internas e externas, prestando as informações necessárias, e encaminhar às áreas técnicas competentes quando for o caso; VIII) supervisionar e coordenar as atividades que visem a melhorar o atendimento ao público, nos termos da legislação vigente; IX) elaborar periodicamente mapeamento das demandas registradas junto à Ouvidoria, e apresentar à Presidência do INCRA a fim de subsidiar a administração na tomada de decisões.

3.2.2 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos;

A atual gestão da CGE, que teve início em junho de 2018, buscou, como primeira providência, realizar um diagnóstico da atividade correcional no âmbito Corregedoria-Geral, promovendo o levantamento de todas as informações referentes aos feitos disciplinares na Sede do Instituto, buscando-se obter informações acerca da estrutura organizacional; do passivo processual; dos processos em curso e daqueles pendentes de instauração, análise ou julgamento; dos processos em vias de prescrição ou já prescritos; dos normativos internos que regem a matéria disciplinar; do fluxo de trabalho da unidade e sua interação com as demais áreas da autarquia; dentre outras referências basilares ao desenho inicial de gerenciamento.

Após o levantamento acima referido, verificou-se a necessidade de estruturação das superintendências regionais, posto que o contato direto com a sociedade se dá nesses órgãos descentralizados. Assim, nesse diapasão, concluiu-se as ações relativas ao plano de capacitação de 180 servidores, em quatro turmas, sendo duas em 2018 e duas em 2019.

Além da capacitação para o desenvolvimento dos trabalhos de instrução processual pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, diante do diagnóstico realizado no ano de 2018, a Corregedoria-Geral envidou os esforços necessários para a capacitação de três turmas de servidores para gestão correcional, habilitando-os para atividades de recebimento, protocolização, distribuição e encaminhamento de demandas disciplinares, além das de designação de servidores para compor comissão, formação do juízo de admissibilidade e de julgamento de processos, recursos administrativos e gestão orçamentária, para suporte à autoridade regional disciplinar.

Tomadas as medidas estruturantes acima referidas, foi fomentada a criação, estruturação e implantação de unidades correcionais em todas as superintendências regionais para a promoção da gestão de processos disciplinares nesses órgãos.

No plano da Corregedoria-Geral, foram formados grupos de trabalho para a elaboração de peças informativas subsidiárias do juízo de admissibilidade e de julgamento do Corregedor-Geral, a fim de dar tratamento ao expressivo passivo processual ainda existente na Autarquia.

No entanto, em que pese todo o esforço acima referido, a escassez de servidores lotados na Corregedoria-Geral é um desafio ainda não superado, o que tem sérios impactos no processamento das demandas de responsabilidade deste órgão seccional de correição.

As alterações de estrutura trazidas com a edição do Decreto nº 10.252/2020 trazem um cenário alvissareiro que muito colaborará com o fortalecimento e o desenvolvimento das atividades disciplinares no INCRA, melhorando o controle interno deste Instituto e, assim, tornando mais hígida a Integridade, a

transparência e a eficiência de seus processos. Após a sua implantação, serão feitos os devidos ajustes normativos internos, no Regimento Interno do INCRA, na Instrução Normativa nº 92/2018-INCRA/CD e na Portaria CGE nº 2037/2018.

Anexo, o quadro contendo o demonstrativo das atividades de correição, extraído do CGU/PAD – Relatório de Processos Administrativos Disciplinares (SEI nº 5826625), por situação atual de cada processo administrativo disciplinar instaurado.

3.2.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.

As apurações de ilícitos administrativos julgadas no ano de 2019 pela Corregedoria Geral, não indicaram nenhum caso de apuração de responsabilidade por danos ao Erário.

A CGE, em parceria com a Ciset/PR, instituiu no INCRA, ainda em 2018, o projeto PREVENIR, que trata dos direitos e deveres dos servidores do INCRA, bem como promove a aproximação da CGE junto aos servidores, o qual terá continuidade no exercício de 2020, em um ambiente mais estruturado, após a implantação, desenvolvimento e estruturação de unidades correcionais em cada superintendência regional.

Em outra frente, em parceria com a Presidência do INCRA, a Corregedoria-Geral tem participado de ações de visita às superintendências regionais para diagnóstico, orientação e auxílio à gestão regional, sendo, no caso específico desta CGE, analisados os processos disciplinares em andamento e as medidas adotadas para o seu tratamento, o que, espera-se, colaborará com a melhoria dos processos de responsabilização por danos ao Erário.

As oportunidades de capacitação dos servidores que atuam na gestão correcional das superintendências regionais, durante o ano de 2018, serviram como Workshop de alinhamento de procedimentos e de definição de rotinas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de apuração de responsabilidade em todo o INCRA.

Para o ano de 2020, a Corregedoria-Geral pretende realizar um Workshop específico para alinhamento e uniformização de procedimentos na seara disciplinar da autarquia, a depender da disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para tanto.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1- Gestão de riscos e controles internos

Atuação da unidade de auditoria interna

Primeiramente, menciona-se que, com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna Governamental IA-CM, objeto de treinamento ministrado pela Controladoria-Geral da União, a Auditoria Interna do Incra encontra-se no nível um, o menor nível dessa classificação, em razão, especialmente, de limitação no quantitativo de capital humano. Em síntese, não foi possível, para 2019, uma estrutura organizacional apropriada para o desenvolvimento pleno de atividades de auditoria interna para uma unidade composta pelo Incra-Sede, mais 30 superintendências regionais e 34 unidades avançadas. Entre 2018 e 2019, a Auditoria Interna perdeu em torno de 44,4% dos servidores e, para 2020, a expectativa é de que 60% do quadro atual alcance os quesitos para a aposentadoria, reduzindo o quadro da Auditoria Interna para três servidores.

Em 2019, destaca-se que a Auditoria Interna expediu 21 relatórios decorrentes de atividades de auditoria, expediu 17 relatórios e 10 notas técnicas decorrentes de atividades de consultoria, realizou 30 diligências, dentre as quais 18 foram de monitoramento das determinações do TCU, e, colaborou na proposta do regulamento de governança de contratações do Incra. Essas atividades abrangeram atividades de gestão do Incra-Sede e de 24 superintendências regionais.

As atividades da Auditoria Interna versaram nos temas/macrocessos de licitações e contratos, transferências de recursos, despesas de pessoal, regularização fundiária e monitoramento das determinações do TCU. Destaca-se que, na temática de licitações e contratos foram expedidos 17 relatórios de auditoria, 15 relatórios de consultorias solicitadas à Auditoria Interna e cinco diligências de monitoramento.

Quadro 4 - Recomendações da Auditoria

| RELATÓRIO | RECOMENDAÇÃO |
|-----------|--|
| 3746417 | Definir os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| | Promover a distribuição dos equipamentos, por meio de aditivo aos contratos de cessão de uso firmados ou novos contratos de cessão de uso, que inclua, no objeto da cessão, as carretas agrícolas e as grades aradoras que foram destinadas para distribuição em municípios do Estado de Minas Gerais, considerando, de todo modo, os critérios que venham a ser definidos para alocação e distribuição dos equipamentos. |
| | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a conduta de cessão não onerosa de bens quando vigente o prazo de três meses que antecederam o pleito eleitoral consistiu em infringência a conduta vedada a agente público pela Lei nº 9.504/97, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |
| | Em cumprimento das prescrições contidas nas alíneas “a” e “b” do Inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93, promover o recebimento definitivo dos equipamentos no sentido de avaliar a quantidade e a qualidade dos mesmos, conforme as especificações dos contratos que foram firmados pela SR(05)BA, uma vez que os equipamentos foram entregues pelas fornecedoras diretamente na SR(06)MG. |
| | Quando do recebimento definitivo, em caso de constatada desconformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos, adotar medidas de responsabilidade e ressarcimento de quem tenha distribuído os equipamentos em o recebimento provisório e o definitivo. |
| | Considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos de Minas Gerais. |
| 3791750 | Estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos do Espírito Santo. |
| 3988494 | Consultar a prefeitura do município da jurisdição dos assentamentos de São Gabriel e Baviera com vistas a aferir o interesse em celebrar contrato de cessão de uso dos equipamentos com vistas ao atendimento dos assentamentos do Incra no referido município. |
| | Na hipótese de a prefeitura não aceitar celebrar contrato de cessão de uso, adotar medidas de ressarcimento com relação ao custo dos tratores, de sua manutenção e deslocamento, por quem tenha autorizado a aquisição dos equipamentos sem a análise de viabilidade quanto a aplicação direta dos mesmos por parte da Superintendência. |
| | Quando da elaboração da estimativa da contratação, ater-se aos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017. |
| | Adotar medidas de ressarcimento ao Erário de R\$28.770,67 decorrente da diferença entre o valor obtido para tratores no Pregão Eletrônico nº 02/2018, (cuja base orçamentária foi estimada mediante parâmetros discordantes da IN Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017) e o valor unitário médio do preço para tratores similares obtidos mediante consulta ao Painel de Preços. |
| | Quando da elaboração da estimativa da contratação, ater-se aos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017. |
| 3781378 | Que a Diretoria de Desenvolvimento defina os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| 3781378 | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a distribuição de 10 tratores, mediante contrato de cessão de uso onerosa, sem o correspondente atesto definitivo, consistiu em conduta vedada ou irregular, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |

| | |
|---------|--|
| | Que a Diretoria de Gestão Administrativa, auxiliada pela SR(08)SP, promova o recebimento definitivo dos tratores que contratou para fornecimento pela empresa Triama para distribuição em municípios do Estado de São Paulo, conferindo, pelo menos, a identificação dos chassi relatado na nota fiscal com a numeração existente nos equipamentos. |
| | Que a Diretoria de Desenvolvimento, no âmbito de suas competências, realize levantamento ou estudo se será possível e viável a aplicabilidade apenas dos tratores nas atividades agrícolas dos assentamentos, se os mesmos poderão ter utilidade sem os correspondentes implementos (grades ou carretas). |
| | No caso de comprovada a não aplicação ou comprometimento da utilidade dos tratores sem as correspondentes grades ou carretas, encaminhar o assunto para a Procuradoria Federal Especializada Junto ao Incra para as correspondentes ações de ressarcimento e para a Corregedoria-Geral do Incra para a avaliação sobre a aplicação de sanções administrativas, no âmbito de suas competências. |
| | Que a SR(08)SP, considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabeleça plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Que a SR(08)SP elabore e aplique plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para utilização nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos de São Paulo. |
| | Que a SR(08)SP submeta os processos administrativos dos termos de cessão de uso para apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/SP, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |
| | Que a SR(08)SP submeta os processos administrativos dos termos de cessão de uso para apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/SP, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |
| 3758457 | Definir os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a conduta de distribuição de bens, decorrentes de cessão não onerosa, quando vigente o prazo de três meses que antecederam o pleito eleitoral consistiu em infringência a conduta vedada a agente público pela Lei nº 9.504/97, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |
| | Considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos de Goiás. |
| | Submeter os processos administrativos dos termos de cessão de uso a apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/GO, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |
| | Submeter os processos administrativos dos termos de cessão de uso a apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/GO, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |
| 3752174 | Definir os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, além dos critérios já indicados como praticados, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos, e garantindo a transparência nos critérios de distribuição. |
| | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a possível liquidação de bens que não foram objeto de atesto definitivo e o atesto de bens que não foram entregues diretamente na superintendência consistiram em condutas vedadas ou irregulares, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |
| | Considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos da Bahia. |
| | Promover o cumprimento do cronograma de distribuição dos equipamentos remanescentes, de forma a evitar que fiquem armazenados sem utilização. |
| | Submeter os processos administrativos dos termos de cessão de uso a apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/BA, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |

| | |
|---------|---|
| 3803010 | Definir os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, além dos critérios já indicados como praticados, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos, e garantindo a transparência nos critérios de distribuição. |
| | Apresentar os recibos de entrega pela Superintendência ou de retirada pelas prefeituras dos 26 tratores objeto de cessão de uso e, caso, tenham sido entregues às prefeituras no período entre 7 de julho a 7 de outubro de 2018, encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a conduta de cessão não onerosa de bens quando vigente o prazo de três meses que antecederam o pleito eleitoral consistiu em infringência a conduta vedada a agente público pela Lei nº 9.504/97, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |
| | Promover adequação nos termos de cessão de uso para que os mesmos relacionam a identificação unitária, seja pelo número do patrimônio ou qualquer outra identificação, das grades e carretas que foram fornecidas após a assinatura dos termos de cessão de uso. |
| | Estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos de Minas Gerais. |
| | Submeter os processos administrativos dos termos de cessão de uso a apreciação da Procuradoria Federal Especializada, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade competente. |
| 3790454 | Que a Diretoria de Desenvolvimento defina os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| | Que a Diretoria de Gestão Administrativa, quando dos processos licitatórios, proceda a aferição de atendimento ao previsto no Inciso II do §7º do art. 14 da Lei 8.666/93, considerando a manifestação do TCU para caso semelhante no âmbito do Incra, conforme o Acórdão 2857/2016-Plenário. |
| | Que a Diretoria de Gestão Administrativa componha comissão destinada a realizar, pelo menos, o recebimento definitivo dos bens já fornecidos no âmbito dos contratos nº 45.800/2018 e Contrato 45.900/2018, promovendo conferência rigorosa, que inclua a verificação do chassi das máquinas com as informações de identificação constantes das notas fiscais. |
| | Que a Diretoria de Gestão Administrativa promova, mediante constituição de comissão específica, pelo menos os procedimentos de recebimento definitivo dos equipamentos que foram entregues nas superintendências no âmbito do contrato firmado com a empresa Triama, inclusive, para fins de conferência de adequação ao contratado, realizar inspeção nos tratores que já foram distribuídos para os beneficiários finais por meio de cessão de uso. |
| 3781918 | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a conduta de cessão não onerosa de bens que não foram entregues pela fornecedora, que não foram objeto de atesto definitivo e correspondente tombamento consistiu em conduta vedada ou irregular, para aplicação das penalidades cabíveis. |
| | Que a Diretoria de Desenvolvimento defina os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| | Encaminhar o processo à Corregedoria-Geral do Incra a fim de que seja aferido se a distribuição de 10 tratores, mediante contrato de cessão de uso onerosa, sem o correspondente atesto definitivo, consistiu em conduta vedada ou irregular, aplicando-se as penalidades cabíveis, se for o caso. |
| | Que a Diretoria de Gestão Administrativa, auxiliada pela SR(07)RJ, promova a aferição se os tratores objeto de termo de cessão de uso efetivados pela SR(07)RJ e citados neste relatório foram fornecidos no âmbito de contratos celebrados pela Diretoria de Gestão Administrativa para o fornecimento de tratores, com vistas ao recebimento definitivo dos mesmos, se for o caso, e conferindo, pelo menos, a identificação dos chassi relatado na nota fiscal, ou fornecido pela contratada, com a numeração existente nos equipamentos. |
| | Que a SR(RJ) proceda a identificação do local onde foram entregues os tratores, com o respectivo recibo de recebimento por parte das prefeituras, uma vez que essa superintendência que realizou a cessão de uso, promovendo os ajustes de identificação do patrimônio nos bens que foram efetivamente entregues às prefeituras listadas pela própria superintendência, fazendo constar nos termos de tombamento o número dos chassis dos tratores. |
| 3781918 | Que a Diretoria de Desenvolvimento, no âmbito de suas competências, realize levantamento ou estudo se será possível e viável a aplicabilidade apenas dos tratores nas atividades agrícolas dos assentamentos, se os mesmos poderão ter utilidade sem os correspondentes implementos (grades ou carretas). |

| | |
|---------|---|
| | <p>No caso de comprovada a não aplicação ou comprometimento da utilidade dos tratores sem as correspondentes grades ou carretas, encaminhar o assunto para a Procuradoria Federal Especializada Junto ao Incra para as correspondentes ações de ressarcimento e para a Corregedoria-Geral do Incra para a avaliação sobre a aplicação de sanções administrativas, no âmbito de suas competências.</p> <p>Que a SR(07)RJ, considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário.</p> <p>Que a SR(07)RJ elabore e aplique plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para utilização nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Que a SR(07)RJ submeta os processos administrativos dos termos de cessão de uso para apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/RJ, tendo em vista que a cessão de equipamentos novos e servíveis, mediante contrato de cessão de uso, somente pode ocorrer em caráter excepcional e fundamentado em justificativa da autoridade</p> |
| 5386445 | <p>Atentar-se que, em novas contratações relacionadas a locação de imóveis, visando substituir o serviço prestado por meio do contrato nº 60.000/2017, será preciso obter autorização da autoridade máxima do órgão, mediante aspectos de urgência e relevância e que, a execução do contrato deve estar adstrita à solução dos casos de urgência e relevância de justificaram a contratação.</p> |
| 3648043 | <p>Ainda nas etapas internas do certamente, promover o atendimento dos requisitos condicionantes da Procuradoria Federal Especializada para o prosseguimento dos certames, procurando assinalar justificativa nos processos em caso de decidir continuar os certames em contrariedade às condicionantes estabelecidos em pareceres da Procuradoria.</p> <p>Apurar os fatos e as responsabilidades pela autorização de fornecimento de objeto incompatível com as especificações estabelecidas no termo de referência e no contrato, e de categoria inferior a estabelecida em contrato.</p> <p>Previamente ao pagamento das faturas dos serviços contratados, realizar o recebimento provisório e definitivo, nos termos da Lei 8.666/93 e da IN MPOG nº 05/2017, pelo qual o recebimento provisório deve ser realizado pelo fiscal ou fiscais do contrato e o definitivo, com o respectivo ateste, pelo gestor do contrato.</p> <p>Apurar os fatos e as responsabilidades pelo ateste de serviços listados no quadro 4, sem a conferência da quantidade e qualidade.</p> <p>Produzir e formalizar os relatórios de fiscalização da prestação de serviços que foram faturados, atestados e pagos no âmbito do Contrato nº 60.000/2017, adotando-se as medidas de ressarcimento, se for o caso.</p> <p>Instaurar procedimento administrativo para ressarcimento ao Erário, por quem tenha dado causa às multas referentes às faturas 9, 11 e 29, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, e remetendo a esta Auditoria os comprovantes das medidas administrativas adotadas e dos ressarcimentos realizados.</p> <p>Revisar os atos administrativos de concessão de títulos de regularização fundiária listados na Tabela 1 e 2. em razão da ausência de certificação do perímetro originário da gleba pública Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG e da ausência de consulta prévia aos órgãos e entidades relacionadas no art. 13 do Decreto n 9.309/2018.</p> |
| 3821540 | <p>Revisar os atos administrativos de concessão de títulos de regularização fundiária listados na Tabela 3. em razão da ausência das plantas e memoriais descritivos do perímetro das ocupações validados pelo SIGEF.</p> <p>Revisar os atos administrativos de concessão de títulos de regularização fundiária listados na Tabela 4 e 5. em razão da ausência de informações que possibilitem a verificação dos requisitos estabelecidos para a regularização fundiária e ausência de pesquisas aos sistemas do INCRA (SNCR, SIPRA, SRTT E SIGEF) e IBAMA.</p> <p>Promover o cancelamento do título referente ao processo 54700.001050/2014-50 tendo em vista que não foram apresentados documentos comprobatórios da área pleiteada.</p> <p>Revisar o procedimento de concessão de título referente ao processo 54700.000069/2017-21 a fim de realizar vistoria na área com vistas a aferir o real titular e ocupante do imóvel e se há comprovação de exploração/ocupação direta e cultura efetiva, promovendo as medidas de cancelamento caso o imóvel não seja explorado pelo titular beneficiário.</p> <p>Promover o cancelamento do título referente ao processo 54700.000148/2016-51 em razão de que houve titulação sem vistoria prévia válida e liberação irregular de cláusulas resolutivas, bem como o imóvel não possuir características de exploração rural.</p> <p>Apurar os fatos e as responsabilidades pela liberação indevida das cláusulas resolutivas referente ao processo 54700.000148/2016-51, quando já era de conhecimento da SR(28)DFE que o imóvel não cumpria as exigências de exploração rural.</p> |

| | |
|---------|---|
| | <p>Apurar os fatos e as responsabilidades por ter sido encoberto, mediante tarja de tinta, que o imóvel referente ao processo 54700.000148/2016-51 caracteriza como uso de lazer.</p> <p>Que o assunto seja internalizado na Corregedoria-Geral do Incra com vistas a apurar, no âmbito de suas competências, se a atividade do gestor da SR(15)AM à época, de realizar evento do Incra, no ano eleitoral, com a participação política, consistiu em conduta vedada pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, aplicando-se, se for o caso, as penalidades cabíveis.</p> <p>Que a SR(15)AM proceda a supervisão ocupacional referente aos beneficiários não identificados ou não localizados no PDS Cuieiras, os quais estão relacionados no Quadro 2, promovendo o cancelamento dos títulos daqueles beneficiários que não foram efetivamente identificados e localizados, nos termos da legislação vigente, inclusive quanto a beneficiária Gersina Miranda de Vasconcelos ou seu cônjuge.</p> <p>Que a SR(15)AM realize supervisão ocupacional e revisão dos crédito concedidos para Rosenira Nunes, tendo em vista não ter sido identificada como beneficiária de CDRU, e de Ederlane Pereira de Oliveira, em razão de não ter sido localizada como moradora ou pertencente à comunidade do PDS Cuieiras, adotando-se as medidas de ressarcimento em caso de comprovação das situações apontadas.</p> <p>Nos procedimentos de adesão à ata de registros de preços, ainda na fase de planejamento, promova a análise de vantajosidade da adesão, nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.</p> <p>Nos procedimentos de adesão à ata de registro de preços, ainda na fase interna, faça constar nos autos a justificativa, pela autoridade competente, da necessidade da contratação.</p> <p>Adotar medidas de ressarcimento ao Erário de R\$55.700,00 em itens executados em quantidades não previstas na forma original do contrato nº 30.000/2017, bem como para o ressarcimento de R\$74.706,00 referentes à execução em quantidades e valores que não estavam previstos originalmente no Contrato 30.000/2017.</p> <p>Apurar os fatos e as responsabilidades, mediante os procedimentos pertinentes, de quem tenha autorizado a realização de aditivo ao Contrato nº 30.000/2017 sem a adoção dos ritos previstos na legislação e que não constam do processo 54000.006711/2017-73, bem como pela realização de aditivo contratual acima do limite previsto no §1º do art. 65, da Lei 8.666/93 e fuga do processo licitatório, comunicando, de imediato, a Corregedoria-Geral do Incra para as instruções que lhe foram pertinentes.</p> <p>Apurar os fatos e as responsabilidades pela não nomeação de representante da Administração ou de comissão designada para recebimento do objeto do contrato nº 30.000/2017, aplicando-se as penalidades cabíveis, e comunicando, de imediato, a Corregedoria-Geral do Incra para as instruções que lhe foram pertinentes.</p> <p>Adotar medidas para o ressarcimento por quem tenha autorizado o montante de R\$106.000,00 em “coffee-break” e de R\$108.240,00 em “almoço/jantar” na realização da 2ª Feira de Agricultura de Rio Preto da Eva – AM, e comunicando, de imediato, a Corregedoria-Geral do Incra para as instruções que lhe foram pertinentes.</p> <p>Adotar as medidas administrativas ou de Tomada de Contas Especial, conforme os ritos previstos na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, para ressarcimento ao Incra de R\$6.928.149,99 por parte da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, em decorrência de irregularidades constatadas na execução do convênio 848335/2017.</p> <p>Que a SR(15)AM, quando da análise da prestação de contas do convênio 857657/2017 e 848335/2018, realize a inspeção técnica de engenharia, com vistas a avaliar se as obras previstas foram efetivamente executadas e se estão de acordo com o projeto básico e executivo, adotando-se, se for o caso, as medidas necessárias para ressarcimento ao Erário.</p> |
| 4611148 | <p>Não concluir procedimento de aquisição de bens e serviços sem a autorização de que trata o Decreto nº 7.689/2012 ou que não conste no Plano Anual de Contratações e, no caso de inexistência do Plano, que não seja autorizada pelo Presidente da Autarquia, conforme o caso.</p> <p>Em consonância com o Inciso II, do §7º do art. 15 da Lei 8.666/93, nas compras, inclusive para a aquisição de veículos, definir as unidades dos bens que serão adquiridos em função do consumo ou utilização prováveis, mediante técnicas quantitativas de estimação, explicitando os critérios e a metodologia de definição dos quantitativos pretendidos.</p> <p>Quando da fase interna do certame, cumprir os requisitos jurídicos condicionados pela Procuradoria Federal Especializada.</p> <p>Quando da pesquisa de preços, utilizar os mesmos parâmetros das especificações do objeto que serão licitados, bem como apresentar justificativa para a exigência de especificações que podem limitar a competição.</p> |
| 4606808 | <p>Não concluir procedimento de aquisição de bens e serviços sem a autorização de que trata o Decreto nº 7.689/2012 ou que não conste no Plano Anual de Contratações e, no caso de inexistência do Plano, que não seja autorizada pelo Presidente da Autarquia.</p> <p>Previamente a adesão a atas de registro de preços, realizar análise da vantagem econômica, mediante pesquisa prévia de preços, com vistas a identificar a solução mais vantajosa entre promover a adesão ou realizar a própria licitação.</p> |

| | |
|---------|---|
| 4606673 | Não concluir procedimento de aquisição de bens e serviços sem a autorização de que trata o Decreto nº 7.689/2012 ou que não conste no Plano Anual de Contratações e, no caso de inexistência do Plano, que não seja autorizada pelo Presidente da Autarquia, para os casos de contratações estimadas acima de R\$1.000.000,00, ou pelo Superintendente, para contratações estimadas em valores iguais ou inferiores a R\$1.000.000,00. |
| | Em consonância com o Inciso II, do §7º do art. 15 da Lei 8.666/93, nas compras, inclusive para a aquisição de veículos, definir as unidades dos bens que serão adquiridos em função do consumo ou utilização prováveis, mediante técnicas quantitativas de estimação, sempre que possível. |
| | Quando da pesquisa de preços, observar os critérios estabelecidos da IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN SLTI nº 3, de 20 de abril de 2017, especialmente quanto a inclusão de resultados, quando de contratações similares de outros entes públicos, que estejam em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores a data da pesquisa de preços. |
| | Na definição do preço de referência, aplicar os quesitos estabelecidos na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN SLTI nº 3, de 20 de abril de 2017, a fim de se obter a condição mais vantajosa para a Administração. |
| 4593952 | Não concluir procedimento de aquisição de bens e serviços sem a autorização de que trata o Decreto nº 7.689/2012 ou que não conste no Plano Anual de Contratações e, no caso de inexistência do Plano, que não seja autorizada pelo Presidente da Autarquia. |
| 4020439 | Avaliar a configuração do objeto, a partir dos elementos de custo que compõe o orçamento de referência e contratado, nos contratos originais e seus aditivos, visando aferir se os custos unitários definidos e contratados estão compatíveis com o projeto básico, adotando-se as medidas de ressarcimento ao Erário em caso de detectadas eventuais incompatibilidades entre os custos unitários e o projeto básico. |
| | Avaliar a configuração do objeto, a partir dos elementos de custo que compõe o orçamento de referência e contratado, nos contratos originais e seus aditivos, visando aferir se os custos unitários previstos, e suas composições, são necessários para a execução do objeto e estão compatíveis com os preços do Sinapi ou de outra fonte permitida pelo Decreto nº 7.983/2013, adotando-se medidas de ressarcimento para os custos unitários eventualmente desnecessários para a execução do objeto (a partir do projeto básico) ou cujos preços superam os previstos no Sinapi ou de outra fonte permitida pelo Decreto nº 7.983/2013. |
| | Adotar medidas de ressarcimento, por parte da SGS Enger, por não ter, quando da elaboração do orçamento de referência dos serviços contratados, identificado as especificações das composições dos custos unitários, garantindo-se o contraditório e ampla defesa. |
| | Promover a revisão e os atestos dos poços que não foram submetidos, quando do seu recebimento, pela análise técnica dos engenheiros designados pela ordem de serviço DD/ nº 09/2017, ORDEM DE SERVIÇO DD/01/2018 e Ordem de Serviço nº 1913/2018/DDI-1/DDI/DD/SEDE/INCRA INCRA, com vistas a aferir se os valores pagos corresponderam aos serviços efetivamente realizados, adotando-se, se for o caso, medidas de ressarcimento ao Erário. |
| | Promover a identificação a localização dos poços previstos para perfuração e os respectivos assentamentos, nos termos da Norma de Execução nº 114/2014. |
| | Para os poços atinentes que foram previstos nos aditivos contratuais efetuados em 2019 (6º termos aditivos), promover procedimento licitatório, cuja estimativa do orçamento da contratação ocorra por meio de elementos de custos identificados no Sinapi ou outra fonte prevista no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. |
| 3758904 | Definir os critérios de alocação e distribuição dos equipamentos, que considere pelo menos a existência de assentamentos e a população assentada beneficiada, promovendo, se necessário e economicamente viável, a realocação dos equipamentos já distribuídos. |
| | Adotar medidas de ressarcimento ao Erário do valor de R\$31.350,00 decorrente da diferença de preço médio do Paineiro de Preços para grades aradoras em Pernambuco, no exercício de 2018, e o preço obtido em na adesão ao pregão eletrônico nº 09/2017, sem que se tenha realizado a análise adequada da vantajosidade. |
| | Considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, promover a distribuição dos equipamentos fornecidos e liquidados, adotando-se medidas de ressarcimento pelas fornecedoras em caso de equipamentos não entregues. |
| | Promover a afixação da plaqueta de tombamento em todos os equipamentos adquiridos nos procedimentos de adesão referenciados pelos processos 54000.054098/2018-81 e 54000.104775/2018-10. |
| | Apurar se houve a distribuição de equipamento sem a correspondente adesão da plaqueta de tombamento e os devidos registros no sistema de patrimônio, adotando as medidas de apuração de responsabilidades, se for o caso. |
| | Promover a identificação individual e respectivo registro patrimonial, bem como a celebração dos contratos para a cessão não onerosa dos bens adquiridos mediante adesões a ata de registro de preços nos processos 54000.054098/2018-81 e 54000.104775/2018-10. |

| | |
|---------|---|
| | Apurar os fatos e as responsabilidades pela cessão de entrega dos tratores as prefeituras sem a existência ou celebração de contrato de cessão de uso, no âmbito do processo 54000.054098/2018-81. |
| | Considerando os critérios que vierem a ser estabelecidos a partir da recomendação 01, estabelecer plano de trabalho ou de metas e regulamentar a forma e os meios em que os assentados terão acesso aos equipamentos agrícolas adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras, promovendo adequações nos termos de cessão de uso, se for necessário. |
| | Elaborar e aplicar plano de divulgação aos assentados sobre os equipamentos que foram adquiridos pelo Incra e cedidos às prefeituras para aplicação nas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos de Pernambuco. |
| 3146452 | Adotar as medidas para instauração e conclusão de TCE dos convênios 7400306, 756559, 762504, 770793, 778139, 788400, 7944342, 606407, 806433 e 823637, no prazo de 90 dias. |
| | dotar medidas para a conclusão da TCE referente aos convênios 806405 e 824130 e correspondente encaminhamento ao TCU para julgamento no prazo de 90 dias. |
| 2951356 | Considerando a impossibilidade de inadimplemento das cláusulas pactuadas, com a não execução dos recursos desde a assinatura do convênio, recomendamos a rescisão do convênio nº 794325/2013, adotando medidas para recomposição dos saldos financeiros decorrentes dos repasses efetuados pela Superintendência, devidamente atualizados, no prazo de 30 dias, sob pena de instauração de tomada de contas especial pelo órgão titular dos recursos. |

Fonte: Auditoria Interna do Incra

5. RESULTADOS DA GESTÃO

5.1- Da gestão e dos objetivos estratégicos

5.1.1- Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

| Descrição geral | |
|---|--|
| Para atingir este objetivo estratégico, a Diretoria de Desenvolvimento atua na implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); financiamento de créditos (nas suas diversas modalidades); estabelecimento de parcerias para a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária - ATER e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, observando a equidade de gênero, raça e etnia. | |
| Responsável | Douglas Nascimento das Mercês, CPF: 734.124.657-04, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD). |

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação ao exercício anterior

No exercício 2019, em relação ao exercício anterior, duas questões importantes impactaram no resultado das ações do Incra como um todo e, também, no resultado das ações relacionadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento: as alterações na gestão da autarquia e o orçamento disponível no exercício.

As alterações na gestão, a primeira ocorrida no início do exercício, decorrente das mudanças do Governo Federal, e a segunda ocorrida a partir de setembro, demandaram um necessário período de transição e adaptação dos novos gestores à realidade das ações da reforma agrária. Na Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), entre titulares e substitutos (interinos), cinco Diretores responderam pela DD no ano de 2019.

Quanto à situação orçamentária do exercício, considerando as ações relacionadas ao desenvolvimento de assentamentos (“Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – 210S”, “Promoção da Educação do Campo – 210T” e “Consolidação de Assentamentos Rurais – 211A”), destaca-se a redução do orçamento previsto em 2019 na Lei Orçamentária Anual (LOA) em relação ao ano de 2018 (redução de 32%, de R\$ 140,5 milhões em 2018 para R\$ 96,5 milhões para 2019), assim como o resultado final, considerando as suplementações orçamentárias do exercício (redução de 68%, de R\$ 357,0 milhões em 2018 para R\$ 113,1 milhões para 2019). Além disso, cerca de 80% dos recursos orçamentários do exercício 2019 nestas ações ficou indisponível (bloqueado) até o final do mês de novembro.

Nas ações de concessão e acompanhamento dos Créditos de Instalação foi mantido o fluxo operacional estabelecido pelo Decreto 9424/2018, de 26/06/2018. No período de abril a junho, em virtude da necessidade de avaliação e conhecimento da operacionalização dos créditos pela nova gestão do Incra, houve uma redução significativa das operações, as quais normalizaram a partir do mês de julho. Houve dificuldades em relação ao Sistema Nacional de Concessão dos Créditos de Instalação (SNCCI), em decorrência da finalização do contrato com a empresa que realizava a manutenção do sistema, situação que se manteve durante quase todo o ano de 2019. Sobre a modalidade habitacional, foram iniciados projetos pilotos nas Superintendências Regionais de Pernambuco e Sergipe, visando a operacionalização dos recursos de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Norma de Execução 121/2018, de 02/10/2018. Importante destacar que a concessão dos créditos por meio do SNCCI, a partir de 2014, possibilitou uma maior agilidade e segurança na aplicação dos recursos dessa ação, a partir da qualificação de informações a serem contempladas, e ainda, a possibilidade de maior acompanhamento, via sistema, do fluxo operacional dos Créditos de Instalação.

Na ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária” (ATER), as famílias atendidas referem-se a contratos iniciados em anos anteriores os quais foram finalizados em 2019. Tendo em vista a redução significativa do orçamento da ação em 2019, não foram realizados novos contratos de ATER no exercício e todos os contratos porventura em execução foram suspensos a partir do mês de maio. Importante ressaltar que a quase totalidade dos contratos então vigentes já estavam suspensos desde o final do exercício 2018, na expectativa de novos recursos orçamentários.

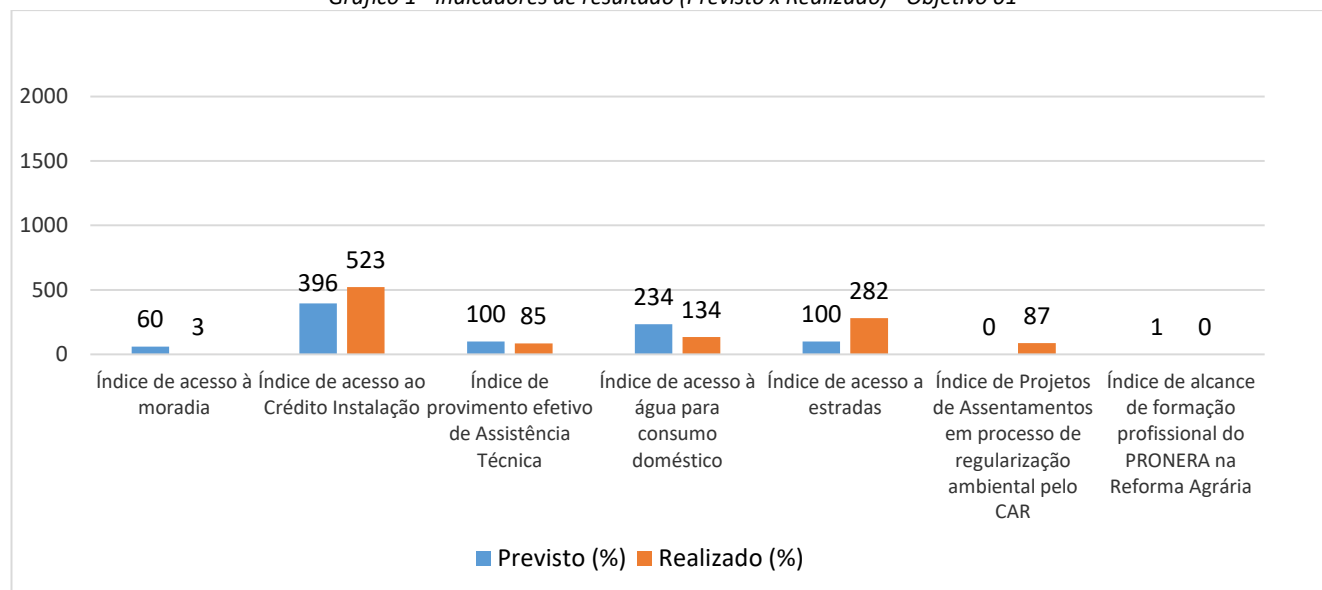
Na ação “Fomento à Agro industrialização e à Comercialização - Terra Sol” os números alcançados se referem a convênios estabelecidos com Prefeituras Municipais em exercícios anteriores, com conclusão em 2019.

Na ação “Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento”, que envolve principalmente a implantação ou recuperação de estradas vicinais, energia elétrica e sistemas de captação e distribuição de água, visando proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, os recursos disponibilizados na Programação Operacional (PO) 2019 foram muito aquém da necessidade. Neste sentido, a quase totalidade dos recursos da PO foram destinados à convênios formalizados em anos anteriores, sendo que poucos novos convênios foram formalizados no final do exercício (26 convênios), especialmente em decorrência da liberação de recursos adicionais para esta ação ao Incra pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de recursos provenientes de emendas parlamentares.

No Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foram executados, desde o início do programa, 96 cursos em 24 Superintendências Regionais, sendo 45 cursos já concluídos. Nenhum curso novo foi iniciado em 2019. Considerando que o orçamento autorizado para o exercício foi abaixo da demanda necessária, 9 cursos, num total de 1.010 vagas, tiveram o seu início de seleção suspensos até a existência de disponibilidade orçamentária. No ano de 2019, totalizou 5.729 estudantes envolvidos, uma diminuição de 10,7% se comparado ao ano de 2018. Em 2019, considerando o orçamento insuficiente, adotou-se como estratégia: a redução nos valores de repasse aos cursos, conforme indicação de cada projeto; suspensão do início de alguns novos cursos; suplementação orçamentária; e, tratativas para que as emendas parlamentares de 2019 fossem utilizadas para repasse aos cursos em execução.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 1 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 01



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 1 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 01

| Análise dos indicadores | 2018 | | 2019 | |
|--|----------|-----------|----------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido | 76.000 | 53.786 | 29.022 | 28.368 |
| Número de famílias atendidas com assistência técnica | 45.004 | 85.632 | 13.053 | 15.404 |
| Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol) | 1.984 | 3.417 | 0 | 129 |
| Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento | 10.650 | 14.377 | 3.333 | 23.206 |
| Número de créditos instalação supervisionados | 3.800 | 37.838 | 1.836 | 16.371 |
| Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental | 253 | 642 | 0 | 401 |
| Número de assentamentos com licença ambiental protocolada | 0 | 142 | 0 | 71 |
| Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR | 16 | 0 | 0 | 0 |
| Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica | 0 | 0 | 300 | 1.527 |
| Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | 2.911 | 3.911 | 100 | 288 |

| | | | | |
|--|--------------------|----------------|-------------|-----|
| Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA | 1.380 | 1.698 | 2.971 | 140 |
| Legenda | Conforme planejado | Merece atenção | Desconforme | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

Como destacado em relatórios anteriores, a unidade de medida utilizada para aferição das metas das ações da Reforma Agrária é a família atendida, mas no caso da concessão dos Créditos de Instalação esta unidade não se mostra adequada, tendo em vista que uma mesma família pode ser contemplada em mais de uma modalidade no exercício, o que pode levar à contagem de famílias atendidas em número maior. Apesar disso, é importante considerar que, mesmo sendo o atendimento de uma mesma família, há toda uma gestão distinta para se concluir as diferentes modalidades do crédito.

Com relação aos resultados da concessão dos Créditos de Instalação em 2019, destaque para as modalidades de Fomento Mulher (14.544 créditos concedidos) e Apoio Inicial (5.030 créditos concedidos + 1.581 complemento). Também, destaque para o início da operacionalização da modalidade habitacional, em projetos pilotos de Pernambuco e Sergipe, com 817 famílias beneficiadas e 153 casas concluídas (construídas e entregues) no exercício. Apesar das dificuldades descritas no item ii.a acima, o número de créditos efetivamente concedidos foi muito próximo à previsão estabelecida para o exercício, apesar desta previsão ser inferior aos anos anteriores (2017 e 2018). Destaca-se, assim como descrito no Relatório de Gestão do exercício anterior, a dificuldade de muitas Superintendências Regionais em firmarem acordos de cooperação técnica com órgãos públicos, bem como a ausência de assistência técnica contratada pelo Incra, para elaboração de projetos técnicos e de geração e renda, condicionante para a aplicação das modalidades (exceto Apoio Inicial), além da redução da força de trabalho das equipes das Superintendências, agravado em 2019 pelo grande número de aposentadorias de servidores, dificultando com isso o atingimento global da meta.

Ainda, na aplicação dos Créditos de Instalação, há o impacto das vedações impostas pelo Acórdão 775/2016-TCU-Plenário, com um expressivo número de beneficiários bloqueados no SIPRA, em decorrência da identificação de indícios de irregularidades neste público, o que tem impedido o acesso às modalidades de créditos nestes casos. O desbloqueio ocorre caso a caso, de acordo com a apresentação de documentos e posterior análise pelo Incra.

Apesar das questões descritas acima, houve um significativo número de atividades de supervisão e fiscalização da concessão do crédito, com número muito superior ao previsto, demonstrando o esforço das Superintendências Regionais para a realização desta ação.

Na ação de ATER, o número de famílias atendidas com assistência técnica descrita na tabela acima foi de 15.404, o que representa 18% a mais do que foi previsto, justificado pela finalização de contratos de anos anteriores.

No Terra Sol os números apresentados em 2019 referem-se à conclusão e recebimento de convênios realizados em anos anteriores. Não houve novas iniciativas com início e fim em 2019, a não ser a execução de uma emenda parlamentar, que possibilitará a compra de kit feiras, beneficiando 112 famílias.

Na ação de Infraestrutura, foram beneficiadas 23.206 famílias com obras concluídas, valor muito acima do previsto, provenientes de instrumentos (convênios e contratos) iniciados em anos anteriores, incluindo principalmente obras em estradas vicinais e obras de abastecimento de água em projetos de assentamento. Este resultado é muito positivo, contribuindo para a redução do passivo de obras de infraestrutura nos projetos de assentamento.

No PRONERA, em 2019 foram atendidos 5.729 estudantes, sendo que a distribuição foi a seguinte: 740 em educação de jovens e adultos, sendo que mais 300 aguardam o início da formação e 140 que concluíram a formação no projeto em Tocantins; 1.527 em bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica por meio do programa Residência Agrária (Jovem) que concluíram a sua formação; 2.742 em capacitação técnica e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária, sendo que 350 aguardam o início da formação e 288 concluíram sua formação no âmbito de projetos no Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Santarém; e 720 em capacitação de formação continuada de educadores do campo por meio de emendas parlamentares que aguardam início da formação.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. Trata-se de um importante instrumento de implementação do novo Código Florestal – Lei nº 12.651/2012, contemplando uma base de dados dinâmica, com múltiplas finalidades, com destaque para a integração das informações ambientais das propriedades e posses rurais e o mapeamento da evolução da vegetação nativa (especialmente florestas).

O CAR teve sua origem nas ferramentas desenvolvidas em função dos avanços na utilização das metodologias de sensoriamento remoto para identificar os desmatamentos na região da Amazônia Legal. Durante a década de 1990, o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que já vinha apurando a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988, e alguns estados amazônicos, passaram a intensificar os esforços de mapear o avanço do desmatamento a partir de imagens de satélites. A possibilidade de identificar com precisão a localização dos desmatamentos levou à procura de mecanismos que também permitissem utilizar estas metodologias, promovendo a identificação e integração de todas as informações ambientais das propriedades e posses rurais.

A implementação do CAR permite realizar o monitoramento, controle e combate ao desmatamento. Para o processo de concessão do crédito rural, o CAR oferece uma base de informações consistente sobre os tomadores de empréstimos, além de permitir o processo permanente de planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais, previsto no Programa de Regularização Ambiental (PRA), para o qual o cadastramento é a condição inicial.

Os assentamentos de reforma agrária foram enquadrados em um Regime Especial Simplificado de cadastramento. A simplificação consiste na possibilidade de cadastramento do perímetro do assentamento e no fornecimento de informações de todos os beneficiários do assentamento por meio de planilha. Já o regime especial se dá em função do enquadramento do assentamento de reforma agrária como um imóvel da agricultura familiar, promovendo assim isonomia no tratamento aos assentados e povos e comunidades tradicionais, principalmente quanto ao conceito de área consolidada de Reserva Legal e APP (Área de Preservação Permanente).

A publicação da IN/MMA/02/2014 na qual dispunha sobre os procedimentos de integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e definição do prazo legal de 1 (um) ano para inserção de todos os imóveis rurais do país no CAR motivou o INCRA a formalizar o Termo de Execução Descentralizada - TED com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Em 2019 o Incra deu continuidade a retificação de cadastros de Projetos de Assentamento junto ao Cadastro Ambiental Rural - CAR. O Termo de Execução Descentralizado - TED entre Incra e a UFLA a fim de auxiliar a retificação dos assentamentos bem como realizar a manutenção e melhoria de aplicativos/programas associados ao cadastro/retificação junto ao CAR foi prorrogado até 31/12/2021. Abaixo, são apresentados os resultados do cadastramento dos assentamentos de reforma agrária realizado pelo Incra no ano de 2019.

Quadro 5 - Cadastramento de Assentamentos

| ESTADO | CADASTROS/RETIFICAÇÕES DE ASSENTAMENTOS | ÁREA (ha) |
|--------|---|-----------------|
| AL | 139 | 86.677,5948 |
| AM | 82 | 6.345.235,7270 |
| AP | 34 | 466.768,1195 |
| CE | 382 | 753.032,3713 |
| DF | 1 | 921,1186 |
| GO | 178 | 502.517,6339 |
| MA | 64 | 228.758,6111 |
| MG | 260 | 634.837,2633 |
| PA | 948 | 10.403.545,7272 |
| PB | 192 | 184.088,5104 |
| PE | 466 | 392.896,3256 |
| PI | 244 | 698.290,7947 |

| | | |
|--------------|--------------|----------------------|
| PR | 49 | 67.428,4932 |
| RJ | 2 | 1.476,1973 |
| RN | 143 | 271.407,1901 |
| RO | 110 | 911.186,2518 |
| RS | 73 | 79.021,7829 |
| SC | 57 | 45.307,4798 |
| SE | 159 | 122.536,8343 |
| SP | 20 | 33.993,8490 |
| TO | 145 | 524.858,0314 |
| TOTAL | 3.748 | 22.754.785,91 |

Em relação ao número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo CAR não se encontra mais disponível as ferramentas no site do SICAR, motivo que impossibilita seu planejamento e implementação.

Neste mesmo ano foram retomadas as tratativas conciliatórias entre Incra e Ibama, no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal-CCAF/AGU, visando a reanálise de embargos e multas emitidas pelo Ibama em desfavor do Incra em razão de alegado descumprimento de legislação ambiental em áreas de Projeto de Assentamento do Incra. Para tanto, durante o primeiro semestre de 2019 foram realizadas 4 reuniões preparatórias.

Encontra-se em discussão avançada o processo para celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Incra e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com objetivo de fortalecer a gestão ambiental no estabelecimento da cooperação entre os signatários com o acesso, transferência, compartilhamento, processamento e geração de dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR com a integração aos sistemas do INCRA e a implementação do fortalecimento e articulação institucional voltados para o fomento e o apoio à adoção de práticas que promovam o uso sustentável e a recomposição da cobertura florestal visando a valorização dos ativos ambientais e a redução do desmatamento no âmbito dos assentamentos e das áreas objeto de regularização fundiária em âmbito nacional.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 2 - Análise Orçamentária Objetivo 01

| Análise orçamentária | Orçamento | | | | Físico | | Unidade de medida |
|---|--------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------|-----------|-----------|---------------------|
| | Previsto (LOA + adicionais) | | Realizado (empenho liquidado) | | Previsto | Realizado | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |
| Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas | 266.000.000,00 | 445.818.082,60 | - | 148.932.347,26 | 29.022 | 28.368 | Família Atendida |
| Ação 210S PO 03, Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária *** | 19.578.868 | 75.069.647,60 | 15.487.876,19 | 13.793.065,73 | 13.053 | 15.404 | Família Assistida |
| Ação 210S PO 01 – Formação de agentes de ATER | 134.893,00 | 11.320,94 | - | - | - | 0 | Agente Capacitado |
| Ação 211A PO 03 - Fomento à Agro industrialização e à Comercialização - Terra Sol | 2.132.368,00 | 10.374.647,60 | 4.716,48 | 4.700.339,71 | 0 | 129 | Família Beneficiada |

| | | | | | | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|-------|--------|--------------------------------|
| Ação 211A PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento | 60.385.775,00 | 160.929.427,76 | 11.258.023,17 | 64.175.831,54 | 3.333 | 23.206 | Família Atendida |
| Ação 211A PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária | 826.348,00 | 115.815,62 | 585.912,90 | 22.084,93 | 1.836 | 16.371 | Crédito Supervisionado |
| Ação 211A PO 0C- Gestão e Regularização Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária | 214.062,00 | - | 109.610,00 | - | 0 | 0 | Assentamento Beneficiado |
| Ação 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) | 128.448,00 | 84.531,02 | - | - | 300 | 0 | Trabalhador Rural Escolarizado |
| Ação 210S PO 01 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social | 34.675,00 | - | 27.507,02 | - | 100 | 0 | Profissional Capacitado |
| Ação 210T PO 03- Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | 7.336.877,00 | 4.012.609,20 | 644.324,16 | 1.355.331,94 | 2.971 | 213 | Profissional Formado |

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

*** Considerada a soma dos PO 02, 03 e 04 pois ambos têm o mesmo objeto de prestação de atendimento de ATER. Toda a execução física foi contabilizada no exercício atual pois muitos dos contratos se encerram ao longo do exercício e são renovados, onerando portanto o orçamento do exercício.

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Sobre a ação “Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas”, o orçamento realizado refere-se a recursos de RAP, tendo em vista a disponibilidade existente de anos anteriores. O orçamento de 2019 (R\$ 266,0 milhões) foi inscrito em RAP e será utilizado, provavelmente, no exercício 2020, tendo em vista a grande demanda de orçamento para operacionalizar as modalidades de créditos habitacionais.

Sobre o orçamento da ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária”, os valores realizados em 2019 ficaram restritos ao pagamento de contratos antigos (anos anteriores). Ainda, parte do orçamento foi destinado em destaques orçamentários para o atendimento de termos de execução descentralizada para execução do Projeto RADIS com Universidades Federais. Os valores previstos na ação “Formação de Agentes de ATER” foram transferidos para a ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária”, tendo em vista não existir demanda de recursos para a ação. O orçamento na ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária” em 2019, considerando LOA e suplementações orçamentárias, correspondeu a apenas 34% do orçamento da ação no exercício de 2018. Se ampliarmos esta comparação, temos que o orçamento de 2019 é 28% do orçamento de 2017 e 12% do orçamento de 2016. Estes dados denotam a situação orçamentária do programa de ATER, que culminou na rescisão dos contratos em 2019.

Quanto aos resultados financeiros da ação “Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol)” e da ação “Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento”, percebe-se o grande volume de recursos realizados de RAP, demonstrando tratar-se de ações plurianuais, através da operacionalização de convênios ou contratos, onde a conclusão do objeto se dá, no geral, em exercícios posteriores ao início da vigência dos instrumentos. Também, conforme descrito nos itens acima, houve uma significativa redução de orçamento disponível no exercício 2019 em relação aos exercícios anteriores, o que reduziu a capacidade do Incra de atender as demandas dos projetos de assentamento nestas ações.

Com relação às ações relacionadas ao PRONERA, em 2019 o orçamento autorizado foi de cerca de R\$ 8,50 milhões, incluindo o que foi autorizado na LOA, suplementação entre planos orçamentários e recursos provenientes de emendas parlamentares. Esse valor gerou dificuldades no atendimento das parcerias celebradas por meio de termos de execução descentralizada, termos de convênio e termos de fomento. A principal consequência foi a suspensão no início do atendimento a 1.010 estudantes e a impossibilidade de celebração de novos cursos.

Em relação à DTM destaca-se que as ações 211A PO 02- Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e a PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária foram unificadas na Ação 211A PO OC - Gestão e Regularização Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

ii.d- Principais desafios para 2020.

Os principais desafios para 2020 estão relacionados à recomposição orçamentária do Incra, a alteração normativa, a recomposição da força de trabalho, a modernização tecnológica e a ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais, para que seja possível a realização das metas e a obtenção de resultados positivos nas ações da reforma agrária e para o atendimento das demandas das famílias assentadas.

No que se refere à recomposição orçamentária, há necessidade de recursos em volume adequado e com disponibilidade em todo o exercício, visando o atendimento das demandas existentes, em todas as ações, em especial na ação “Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol)”, na ação “Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento” e na ação “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”. Para a operacionalização da concessão dos Créditos de Instalação pelas Superintendências Regionais, há necessidade de orçamento na ação “Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária”. Na ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária”, considerando o caráter plurianual dos contratos, os recursos devem ser suficientes e garantidos para a ação plurianual, sob pena dos contratos se tornarem de gestão inviável.

Do ponto de vista normativo, há a necessidade de publicação de normativas interna para operacionalização dos Créditos de Instalação, em especial das modalidades habitacionais (habitacional e reforma habitacional) e ambiental (florestal e recuperação ambiental). Também, tendo em vista a nova realidade do Incra, com cada vez menor disponibilidade de servidores no quadro de pessoal, há necessidade de se buscar uma legislação que simplifique os procedimentos e incorpore as parcerias institucionais na estratégia de execução de todas as ações da autarquia.

No que se refere à força de trabalho do Incra, se verifica baixa capacidade operacional, devido ao reduzido quadro de servidores em decorrência das aposentadorias dos últimos anos sem a reposição do quadro, o que acaba comprometendo especialmente as atividades de campo (supervisão ocupacional dos projetos de assentamento, acompanhamento e fiscalização de obras, operacionalização dos créditos, entre outras) e as atividades administrativas realizadas no Incra/Sede e nas Superintendência Regionais. Este problema pode ser abrandado com a institucionalização de parcerias institucionais, através de acordos de cooperação técnica com entes públicos e termos de execução descentralizada com universidades, principalmente para as ações de campo, visando a verificação in loco das famílias assentadas e a elaboração e acompanhamento de projetos de concessão dos Créditos de Instalação (exceto modalidade Apoio Inicial). Outra ação importante é a retomada do Programa de ATER para os assentamentos da reforma agrária.

Do ponto de vista da modernização tecnológica do Incra, as novas normativas e a situação de pessoal da autarquia remetem a uma adequação dos sistemas institucionais à esta realidade, incluindo o SIPRA, o SNCCI e um sistema gerencial de acompanhamento e fiscalização de obras de infraestrutura, visando proporcionar maior eficiência e efetividade na implementação das políticas públicas para a reforma agrária.

No que se refere à gestão integrada do Incra, incluindo o Incra/Sede e as Superintendências Regionais, há necessidade de implementação de um planejamento permanente das ações, incluindo o monitoramento dos resultados alcançados, aliado a um permanente processo de orientação e capacitação dos servidores e parceiros institucionais.

Quanto à DTM os principais desafios para o ano de 2020 consistem em: 1) Finalizar a homologação do Módulo Lote CAR e sua colocação em ambiente de produção para possibilitar posterior execução pelos gestores ambientais do Incra; 2) Realizar capacitação dos gestores ambientais das Superintendências Regionais do Incra na operacionalização do Módulo Lote CAR; 3) Identificar, em articulação com as Superintendências Regionais do Incra, os assentamentos que estão inscritos no CAR; 4) Levantar dados sobre os passivos de integração no SICAR, por meio do Módulo Lote CAR, juntos às Superintendências Regionais do Incra dos assentamentos.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados alcançados no presente objetivo estratégico, vinculado ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos projetos de assentamento, no exercício 2019, foram impactados pelas questões descritas no item ii.a acima: as alterações na gestão do Incra e a disponibilidade orçamentária para a execução das ações.

Apesar das dificuldades relatadas, pode-se dizer que os resultados apresentados foram satisfatórios, em especial na concessão dos créditos de instalação, na implantação e recuperação da infraestrutura e no PRONERA. A redução orçamentária em relação aos anos anteriores exigiu uma série de procedimentos para a execução das ações e, principalmente, para a continuidade dos instrumentos em execução. Apesar disso, é notória a necessidade de recomposição orçamentária para a execução das ações vinculadas ao desenvolvimento dos assentamentos, visando o atendimento das demandas existentes e represadas.

A ação de ATER se constituiu naquela que sofreu o impacto mais significativo em 2019, tendo em vista a rescisão, no mês de maio, de todos os contratos até então vigentes. Os contratos de ATER representam uma ação descentralizada do Incra junto ao público beneficiário, com a possibilidade concreta de implementação de várias políticas públicas às famílias assentadas e no alcance da sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária, além do apoio na resolução de pendências, como exemplo do tratamento dos indícios de irregularidade apontados pelo Acórdão 775/2016-TCU-Plenário.

Considerando a redução do orçamento para as ações de Gestão Ambiental, destaca-se que neste contexto foi possível executar atividades de relevância, tais como: 1) acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do TED com a UFLA; 2) acompanhamento do desenvolvimento e implementação do Módulo CAR Lote a Lote; 3) Articulação e tratativas com os estados (Órgãos ambientais e superintendências regionais) para a implementação dos Acordos de Cooperação Técnicas para coleta de dados para o CAR Lote a Lote e estabelecer uma metodologia para regularização ambiental considerando as especificidades estaduais, promovendo o aprimoramento e andamento das ações de regularização ambiental em projetos de assentamento; 4) Retomada da negociação do Acordo entre INCRA e IBAMA com o objetivo de encontrar uma solução para as diversas multas ambientais aplicadas pelo IBAMA ao INCRA, contando com a mediação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF/AGU.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

A melhoria de desempenho das ações do presente objetivo estratégico passa, obrigatoriamente, pela resolução ou tratamento das questões descritas no item ii.d acima, incluindo à recomposição orçamentária do Incra, a alteração normativa, a recomposição da força de trabalho, a modernização tecnológica e a ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais.

As ações referentes ao desenvolvimento dos assentamentos requerem uma ação integrada interinstitucional. O Incra, isoladamente, sempre terá dificuldades de realizar todas as ações necessárias na reforma agrária. Neste sentido, a participação de outros órgãos do governo federal, além dos órgãos das esferas estaduais e municipais, é vital para o atendimento de todas as demandas dos projetos de assentamento. Cabe ao Incra e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a busca e institucionalização destas parcerias.

No que se refere à Gestão Ambiental as ações para melhoria de desempenho destacam-se o levantamento junto às Superintendências Regionais do Incra no sentido de identificar: 1) os projetos de assentamento que possuem TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) ambiental e 2) os procedimentos estaduais relativos ao licenciamento (ou dispensa) de atividades produtivas em assentamentos.

Além disso, considerando os avanços já alcançados pela autarquia a respeito do CAR, as Superintendências Regionais poderão realizar, de forma cada vez mais eficaz, monitoramentos e ajustes nas informações provenientes destes cadastramentos, promover consultas, espacializar os dados e fazer cruzamentos com outras bases.

5.1.2- Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

i. Descrição

| Descrição geral | |
|---|--|
| A regularização fundiária é ação precípua do Incra. A gestão da terra é necessária e se consolida mediante a proposição de instrumentos legais, fomento a pesquisas e a implementação de tecnologias, elaboração de metodologias e critérios para destinação de recursos públicos, pesquisas e procedimentos técnicos com vista ao ordenamento fundiário, sob o aspecto da arrecadação, discriminação, destinação, ratificação e titulação em terras devolutas e públicas federais. Além disso, trata-se de provocar estrategicamente a segurança jurídica e defesa do território nacional, gerando governabilidade e permitindo assistência à setores marginalizados das áreas rurais. | |
| Responsável | Rogério Papalardo Arantes, CPF 500.431.531-00, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF). |

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação ao exercício anterior

A regularização fundiária é uma ação do Incra com objetivo de legalizar, mediante o procedimento de titulação, ocupações irregulares incidentes em terras rurais públicas federais matriculadas em nome da União ou do Incra e em áreas remanescentes de projetos criados pelo Incra, em data anterior a 10 de outubro de 1985 e com características de colonização. Além da ação direta do Incra sob as áreas públicas federais, a Autarquia também patrocina a regularização fundiária das terras públicas estaduais através da política de convênios.

Até o fim 2018, a regularização fundiária era executada de forma conjunta entre o Incra e a administração direta, por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República - SEAD/CC. Cabia a SEAD/CC a execução da política na área de abrangência da Amazônia Legal e ao Incra nas demais regiões do país.

Com a mudança de governo e a publicação da MP 870, de 01 de janeiro de 2019 (convertida na Lei 13.844, de 2019), houve rearranjo da organização administrativa federal que culminou na extinção da SEAD/CC e a transferência para o Incra da atribuição de promover a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Desta feita, no exercício de 2019, as ações do Incra concentram-se no rearranjo de suas estruturas organizacionais, dos marcos legais, dos sistemas operacionais, na capacitação de servidores e, principalmente, na construção de um Plano Nacional de Regularização Fundiária com previsão de alcance de meta de 600 mil documentos de formalização de vínculos com a terra, tanto nos assentamentos rurais como nas glebas públicas federais, até o ano de 2022.

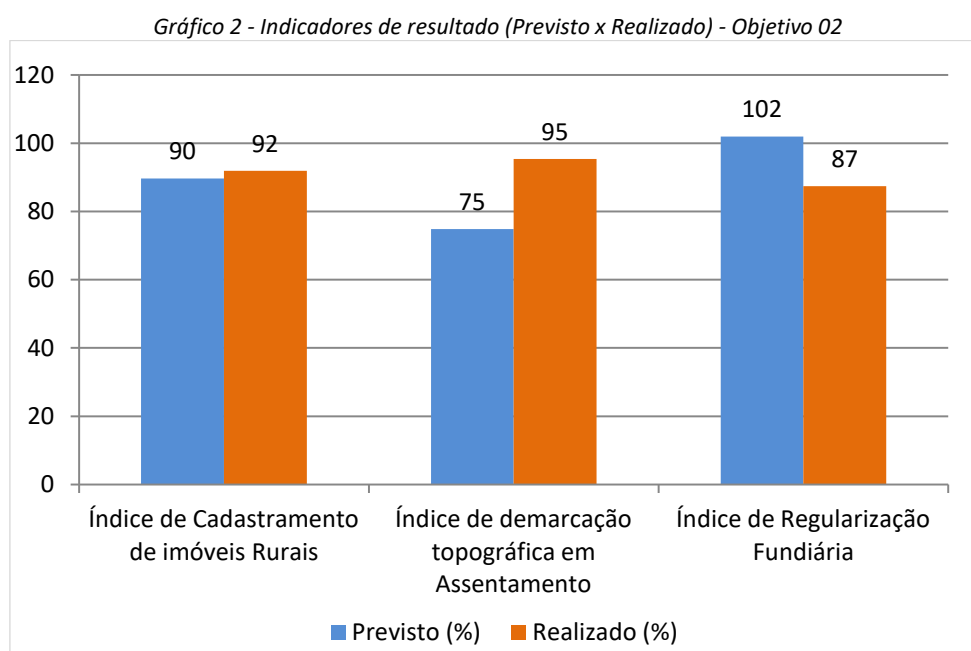
Nesse aspecto, destacam-se as publicações do “Plano Regula 600”, da Portaria Incra 1.242 de 14 de junho de 2019, da MP 910 de 2019 e do decreto 10.165 de 2019 e da Instrução Normativa nº 100 de 2019. Assim, em que pese os esforços, devido a reestruturação por qual passou a autarquia, as metas das ações de

regularização fundiária relativa as áreas públicas em 2019 ficaram aquém do planejado e pouco avançou relativamente ao ano de 2018.

Por outro lado, nas parcerias com os governos estaduais o Incra transfere recursos financeiros do orçamento da União, por meio de convênios ou termos de parcerias objetivando a realização de serviços de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Por força do Decreto 9.667, de 02 janeiro de 2019 e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 foram sub-rogados 63 convênios do MAPA para o Incra, oriundos da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD e Amazônia legal. Tendo em vista que os convênios são executados nas unidades descentralizadas, inicialmente foram recebidos pelo Incra/Sede e posteriormente foram transferidos para as respectivas Superintendências regionais.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 3 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 02

| Análise dos indicadores | 2018 | | 2019 | |
|---|----------|-----------|----------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR | 350.500 | 445.053 | 238.187 | 480.293 |
| Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada | - | 129 | 0 | 0 |
| Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados | 205.000 | 119.926 | 0 | 0 |
| Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO | 74.000 | 77.377 | 0 | 0 |

| | | | | |
|---|---------|--------|--------|--------|
| Número de imóveis rurais regularizados, via direta | 172 | 148 | - | 59 |
| Número de imóveis rurais regularizados, via indireta | 7.430 | 7.001 | - | 2.978 |
| Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento | 15.129 | 25.086 | 11.444 | 15.107 |
| Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento | 110.000 | 87.751 | 63.748 | 28.221 |
| <div> <div>Legenda</div> <div> <div>Conforme planejado</div> <div>Merece atenção</div> <div>Desconforme</div> </div> </div> | | | | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

Como dito anteriormente, a transferência das ações de regularização fundiária na Amazônia Legal exigiu da Autarquia a concentração de esforços na reestruturação do serviço, o que explica a desconformidade dos números. Quanto ao número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados, em que pese não tenha havido incremento de novos diagnósticos, muito devido a continuidade do quadro de escassez orçamentária, houve importantes discussões e reuniões de planejamento com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para arrecadação de terras devolutas em unidades de conservação - UCs. Tal planejamento trará incremento de novas áreas arrecadadas no ano de 2020 e contribuirá para a regularização fundiária dos territórios das UCs de domínio federal.

As ações de titulação de projetos de assentamento e de regularização fundiária de imóveis rurais passaram a ser as principais ações de governo a serem desenvolvidas pelo Incra, visando a concessão da posse provisória ou definitiva dos lotes e das glebas aos agricultores. No caso dos projetos de assentamento, para a titulação definitiva vários são os requisitos necessários à realização da ação, tais como (Art. 10 da IN 99/2019): o registro das áreas em nome do Incra ou da União; a realização dos serviços de medição e demarcação dos lotes individuais, ou definição da fração ideal nos casos de área coletiva; o georreferenciamento e certificação do perímetro do projeto de assentamento; a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da área do assentamento; o cumprimento das cláusulas contratuais do Contrato de Concessão de Uso (CCU) pelo assentado; a atualização cadastral do assentado.

A ação de demarcação topográfica em projetos de assentamento está inserida dentre as ações necessárias à titulação definitiva dos projetos de assentamento. Atualmente, a demarcação se concretiza através de ação direta do Incra por meio de seus servidores nas Superintendências Regionais, através de contratação de empresas para a realização do serviço ou através de doação dos serviços contratados diretamente pelos assentados. O indicador da tabela acima demonstra que 15.170 famílias foram atendidas com demarcação topográfica, ou seja, que tiveram a ação concluída em 2019. Este número, embora maior que o previsto, é inferior ao obtido em 2018 e deve ser ampliado nos próximos anos, sob pena de comprometer as metas de titulação dos projetos de assentamento, uma vez que é requisito para a titulação.

Na titulação de projetos de assentamento, os números alcançados em 2019 estão próximos a média da concessão de documentos (CCU+TD+CDRU) nos últimos 10 anos (cerca de 34.000 documentos/anos). Porém, em relação à 2018 houve uma redução significativa, tendo em vista as dificuldades descritas no item ii.a do objetivo estratégico 1 (alterações na gestão do Incra e questões orçamentárias). Entretanto, tendo em vista a prioridade institucional das metas de titulação, estes resultados deverão ser incrementados nos próximos anos.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 4 - Análise Orçamentária Objetivo 02

| Análise orçamentária | Orçamento | Físico | Unidade de medida |
|----------------------|-----------|--------|-------------------|
|----------------------|-----------|--------|-------------------|

| | Previsto | | Realizado | | Previsto | Realizado | |
|---|--------------------|--------------|---------------------|--------------|-----------|-----------|---------------------------------|
| | (LOA + adicionais) | | (empenho liquidado) | | | | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |
| Ação 219N PO0007 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural | 821.949,44 | 206.584,83 | 522.887,50 | 65.362,34 | 238.187 | 480.293 | Imóvel Gerenciado |
| Ação 219N PO 01 – Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural | - | 12884,97 | - | 0 | - | 93.655,44 | Área Fiscalizada |
| Ação 210U PO 0C - Estruturação, implantação e manutenção dos sistemas cadastrais e cartográficos | - | 3.446.902,28 | - | 3.204.803,22 | 1 | 1 | Sistema Mantido |
| Ação 210U PO 0B - Gestão de Terras Públicas | 17.499,00 | - | 13.952,87 | - | 0 | 0 | Área Diagnosticada |
| Ação 210U PO 0A - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional | 498.444,00 | 1.276.498,63 | 320.943,00 | 472.572,37 | 2.036 | 1.201 | Imóvel Certificado |
| Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais | 442.483,00 | 3.886.492,66 | 340.709,00 | 10.831,18 | 3.038 | 3.475 | Imóvel Regularizado |
| Ação 211A PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento | 7.212.558,00 | 3.991.444,44 | 1.430.773,58 | 2.436.282,35 | 11.444 | 15.107 | Família Atendida |
| Ação 211A PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento | 4.248.347,00 | 1.166.114,29 | 3.320.033,61 | - | 63.748 | 34.139 | Documento de Titulação Expedido |

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

No tocante a política de regularização fundiária, o Incra conseguiu cumprir as metas de execução física pactuadas para a Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais. Tal fato, deveu-se em grande parte a exitosa política de parceria com os governos estaduais a qual contribuiu com a regularização fundiária de mais de 3000 imóveis rurais estaduais. Doutra feita, a regularização das terras públicas federais restou comprometida devido ao quadro de rearranjo pelo qual passou a Autarquia para absorção da regularização fundiária na Amazônia e, também, pelas mudanças nas regras, promovidas pela medida provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Assim, em que pese os esforços, devido a reestruturação por qual passou a autarquia, as destinações de áreas públicas em 2019 na Amazônia Legal ficaram aquém do planejado.

A ação de titulação de projetos de assentamento inclui a outorga de documentos provisórios (Contrato de Concessão de Uso – CCU) e definitivos (Título Definitivo – TD ou Concessão de Direito Real de Uso – CDRU), além da concessão e destinação de imóveis remanescentes dos projetos de assentamento. Sobre o orçamento disponibilizado para as ações “Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento” e “Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento”, destaca-se que houve uma redução significativa em relação ao exercício anterior (redução de 25% em demarcação e 35% em titulação), além do bloqueio de cerca de 80% dos recursos em boa parte do exercício, com disponibilização apenas no mês de novembro, com impacto na execução das metas físicas, especialmente na expedição de documentos de titulação.

ii.d- Principais desafios para 2020.

Um dos principais desafios para o exercício de 2020, relativo a regularização fundiária, encontra-se relacionado à capacidade da Autarquia de implementar o uso da tecnologia na regularização fundiária. O desenvolvimento e o uso de tecnologias, como técnicas de sensoriamento remoto e cruzamento de bancos de dados, permitirão ganhos de velocidade e segurança aos processos de titulação. Nesse ponto, destaca-se a necessidade de priorização do desenvolvimento e conclusão do sistema SIGEF-Titulação, o qual vem sendo configurado para promover o cruzamento das informações das áreas georreferenciadas e validadas pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), gerenciado pelo Incra, com outros bancos de dados governamentais bem como para verificar, através de técnicas de sensoriamento remoto, o uso e exploração dessas áreas, além de verificar se existem sobreposições a áreas da Secretaria de Patrimônio da União (SPU); Ministério do Meio Ambiente; Funai; territórios quilombolas, parcelas embargadas pelo Ibama, além de terras sob gestão da autarquia.

Outros desafios estão relacionados a necessidade de implementação de ações para recuperar os imóveis da União ocupados irregularmente por detentores que não cumprem os requisitos determinados na Lei 11.952/2009; fiscalizar o cumprimento das cláusulas resolutivas nas áreas tituladas do Programa Terra Legal, incluídas aquelas revogadas por meio da Medida Provisória 910/2019, mas vigentes para títulos emitidos até 10 de dezembro de 2019; (ACÓRDÃO Nº 727/2020 – TCU – Plenário); e Implementar no âmbito do Incra uma política de consolidação no domínio privado das áreas regularizadas no passado e ainda pendentes de condições resolutivas.

Os principais desafios para 2020 para a titulação dos projetos de assentamento estão relacionados à recomposição orçamentária do Incra, a alteração normativa, a recomposição da força de trabalho, a modernização tecnológica e a ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais, para que seja possível a realização da missão institucional, com o atingimento de metas e resultados positivos na ação.

iii. Conclusão

iii.a – Avaliação do resultado

O ano de 2019 com a vinda da regularização fundiária na Amazônia Legal foi um ano de desafios para o Incra, porém, bastante promissor em termos de planejamento, inovação tecnológica e legislativa, o que garantirá avanços significativos para os próximos exercícios.

O resultado alcançado em 2019 na ação de titulação de projetos de assentamento, embora significativo quando consideradas as dificuldades do exercício, pode ser entendido como aquém do necessário, tendo em vista o caráter prioritário da ação no Incra. Os esforços empreendidos em 2019 deverão ser intensificados nos próximos exercícios, visando a busca de resultados efetivos na outorga de documentos de titulação provisórios e definitivos para as famílias assentadas.

Quanto aos resultados, o Incra conseguiu cumprir as metas pactuadas para a Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, o que se avalia positivamente frente ao quadro de reestruturação por qual passou. O ano também foi promissor em termos de planejamento, inovação tecnológica e legislativa.

iii.b – Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

As ações para melhoria de desempenho da Autarquia demandam investimentos na área de tecnologia e qualificação profissional do seu corpo técnico.

A ação de titulação dos projetos de assentamento constitui-se em uma ação prioritária do governo federal e do Incra. Conforme descrito acima, a ação é resultado do atendimento de uma série de requisitos normativos. A melhoria de desempenho da ação passa, obrigatoriamente, pela ação coordenada dos diferentes setores da autarquia para que os projetos de assentamento atinjam estes requisitos para a concessão dos documentos de titulação às famílias assentadas. Além disso, deve-se buscar a recomposição orçamentária do

Incra, alteração normativa, recomposição da força de trabalho da autarquia, modernização tecnológica e ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais.

5.1.3- Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

i. Descrição

| Descrição geral | |
|---|---|
| O Objetivo é assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais. Ela pode ser por forma onerosa e não onerosa. A primeira é composta pela desapropriação (Lei 8.629/93 que regula que grande propriedade improdutiva ou média improdutiva se detentor de mais de um imóvel são passíveis de obtenção), compra e venda (Decreto 433/1992 que regula a obtenção de grande e média propriedade insusceptível de desapropriação) e adjudicação (Portaria AGU 514/2011 e AGU-MDA 12/2014, que regula que terras decorrentes do confisco, mas também de uma decisão judicial condenatória, proferida em execução não paga o débito pelo devedor). A segunda é por arrecadação, doação, confisco e reconhecimento, que podem ser respectivamente e resumidamente descritas: terras devolutas incorporadas ao patrimônio da união ou estado por arrecadação sumária, discriminatória administrativa ou judicial; proprietários rurais devedores da união, com destinação para reforma agrária; propriedades com plantio de plantas psicotrópicas, processamento de drogas ilícitas ou de apoio ao narcotráfico; e terras destinadas pelos estados, municípios e Ibama (RESEX), para criação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais. | |
| Responsável | Giuseppe Serra Seca Vieira, CPF: 601.335.625-49, Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT). |

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício em relação ao ano anterior.

Embora o assentamento de famílias tenha permeado a atuação da autarquia ao longo das últimas décadas, a consequente redução orçamentária, aliada ao enorme passivo gerado nesse período, bem como às constantes auditorias externas pela qual o órgão foi submetido, influenciaram sobremaneira nos resultados alcançados nos últimos anos.

Em 2019, as ações de obtenção de terras e o assentamento de famílias, com a consequente criação de projetos de reforma agrária, foram fortemente impactadas, pelas restrições orçamentárias. Em adição, a intervenção dos órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União - TCU, também afetou essas políticas, pois recomendações advindas do Acórdão nº 775/2016, posteriormente substituído pelo Acórdão nº 1976/2017, suspenderam o processo de seleção de famílias beneficiárias da reforma agrária até que fossem sanadas as pendências. Embora tenha ocorrido no ano de 2017, as recomendações do TCU permaneceram vigentes até então.

O Acórdão nº 1976/2017, com pedido de medida cautelar, determinou realizar vistoria ocupacional para identificação de ocupantes irregulares e de lotes vagos, bem como a suspender a aquisição de novas áreas, priorizando o preenchimento de lotes vagos, em face de indícios de irregularidades ocorridas na concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Na prática, as recomendações resultaram numa série de adaptações tecnológicas no Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – Sipra, cujo projeto não foi concluído até o final do exercício de 2019, inviabilizando o assentamento de famílias em projetos de assentamentos já criados em exercícios anteriores.

Nesse contexto, agravado pela restrição orçamentária, a direção do Incra expediu o Memorando-Circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, de 27 de março de 2019, por meio do qual orientou a suspensão das vistorias de imóveis para fins de reforma agrária, bem como os processos de obtenção de terras na fase de instrução, de modo a evitar assumir compromissos que não pudessem ser cumpridos. Outro fator ocorrido durante o exercício de 2019, foi o questionamento do TCU sobre a desproporcionalidade na atribuição da pontuação relativa ao

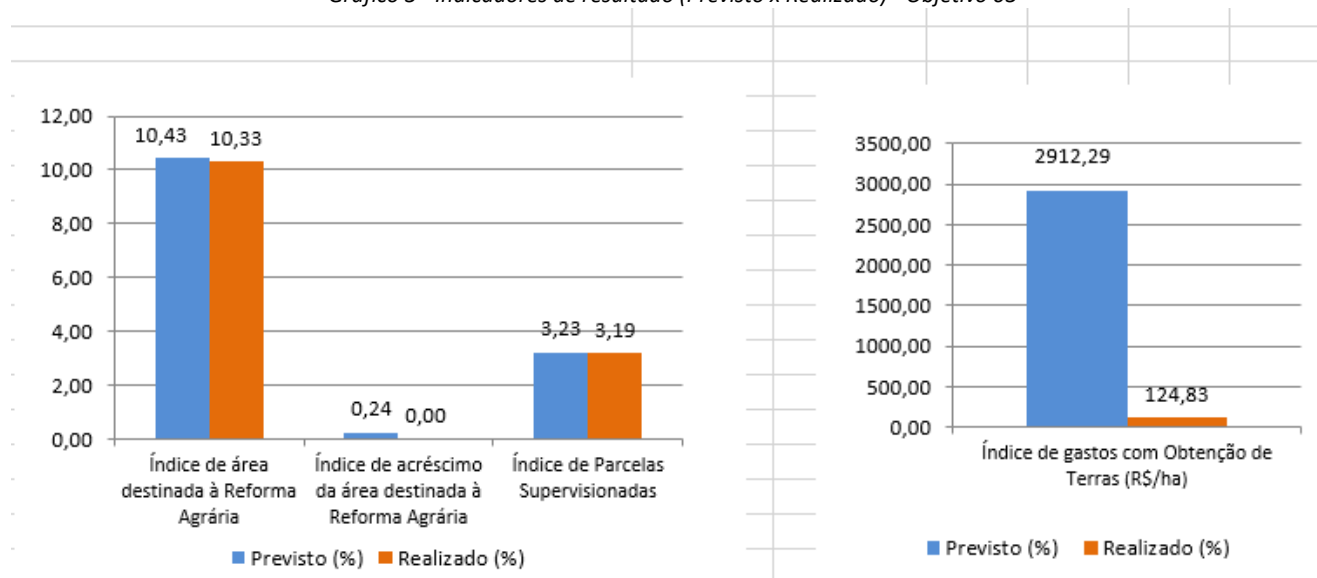
critério “integrante de acampamento”, o que resultou na suspensão do processo de seleção para adequação da pontuação de candidatos. Em razão disso, o Incra estabeleceu novo ato normativo para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do PNRA, a Instrução Normativa Incra nº 98, de 30 de dezembro de 2019, a qual substituiu a IN 96/98. Dessa forma, não foi possível assentar famílias em novos projetos de assentamento no referido exercício.

Na ação de Supervisão Ocupacional, o principal avanço em relação ao ano de 2018 foi o desenvolvimento do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO), através do termo de execução descentralizada entre o Incra e a Universidade Federal de Santa Maria, com os seguintes objetivos: a) uniformização e qualificação dos procedimentos de supervisão ocupacional pelas Superintendências Regionais; b) coleta a campo com uso de tablets/celulares (aplicação mobile); c) geração de laudos a partir do sistema (aplicação web – snsoweb.net.br); d) agilização dos trâmites administrativos, tanto para a constatação da regularidade da ocupação das parcelas, como para os encaminhamentos visando a regularização ou retomada das parcelas irregularmente ocupadas; e) controle gerencial da ação de supervisão ocupacional dos projetos de assentamento pelo Incra/Sede e pelas Superintendências Regionais.

Também, destaca-se a publicação da Instrução Normativa nº 99, de 30/12/2019, baseada no Decreto nº 9.311/2018, alterado pelo Decreto nº 10.166/2019, que trata dos procedimentos para titulação de projetos de assentamentos e para a verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A IN 99/2019 ampliou as possibilidades de verificação das condições da permanência do beneficiário no PNRA, que se darão, além das vistorias de supervisão ocupacional, através de declaração do beneficiário, documentos, técnicas de sensoriamento remoto, cruzamento de dados em sistemas e outros meios lícitos de prova. Além disso, estabelece as situações onde a vistoria é obrigatória: a) se o imóvel tiver sido objeto de termo de embargo ou infração ambiental lavrada por órgão ambiental competente; b) quando o requerimento de titulação ou de regularização for realizado por meio de procuração; c) se constar na lista de exploração de mão de obra em condição análoga à de escravo da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia; d) se houver conflito agrário declarado ou registrado na Ouvidoria Agrária do Incra.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 3 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 03



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 5 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 03

| Análise dos indicadores | 2018 | 2019 |
|-------------------------|------|------|
|-------------------------|------|------|

| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
|---|------------|------------|--------------|--------------|
| Área total de imóveis vistoriados (laudo entregue) | 303.204,51 | 497.801,85 | 198.073,2500 | 289.141,3200 |
| Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado | 42 | 48 | 0 | 4 |
| Número de famílias assentadas | 5.785 | 8.940 | 7.333 | 5.428 |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária | 12.000 | 5.766 | 0 | 0 |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária | 12.000 | 76.703 | 0 | 26.481,0000 |
| Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme | | | | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

A análise do índice de gasto com obtenção de terras em função do baixo percentual de obtenções não é uma tarefa simples. O índice busca dar medida do custo médio das obtenções de terras, contudo, sua estimativa, num cenário de forte restrição orçamentária, resta pouco representativo, podendo-se concluir que foram obtidas poucas áreas a um baixo custo em relação à média dos exercícios anteriores. Vê-se, portanto, que o fator orçamentário exerce forte impacto no referido índice.

Por outro lado, a meta do “índice de área destinada à reforma agrária”, mesmo com o corte orçamentário e não sendo criados projetos de assentamento oficialmente, foi pouco alterada (10,30%). O índice é calculado da seguinte forma: a área (ha) total dos Projetos de Assentamento (87.688.315,7140 ha - Fonte: SIPRA – 01/06/2020) dividido pela respectiva Superfície total da área abrangida pela jurisdição do Incra de 851.029.591,4000 ha, multiplicado por 100. A área abrangida pela jurisdição do Incra é coincidente com o total da superfície do território brasileiro definida pelo IBGE. O IBGE publica oficialmente a superfície do território nacional ano a ano.

A pequena diminuição verificada (de 10,50% para 10,30%) é explicada pelas retificações de áreas ocorridas nos projetos de assentamento ao longo exercício, o que deve ser considerado na avaliação desse índice, bem como devido ao constante redimensionamento do território nacional, que é variável, próprio da evolução da tecnologia para mensuração e da dinâmica da Divisão Territorial Brasileira, que implica atualização periódica dos valores das áreas estaduais e municipais e reflete eventuais alterações nos limites político-administrativos.

O “índice de acréscimo de área destinada a reforma agrária” foi igual a 0,00%, ficando aquém do estimado para o período (0,10%). Esse resultado é função da suspensão do processo de obtenção pelo memorando-circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, de 27 de março de 2019, conforme explicado anteriormente. A forma de cálculo leva em conta a área (ha) total dos Projetos de Assentamento criados em 2019 (0,00 ha – fonte: Sipra/2019), dividida pela respectiva Área total de Projetos de Assentamentos existentes, na jurisdição da SR ou Sede (87.688.315,7140 ha - Fonte: Sipra), multiplicado por 100, considerando para o estimado a média dos últimos 3 anos.

Convém esclarecer que o processo de obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária é complexo e possui características específicas, o que o torna diferente das demais ações institucionais. Há de se considerar que a aquisição de terras, geralmente por meio da desapropriação por interesse social, requer, na maioria das vezes, anos de tramitação judicial das ações expropriatórias, tornando difícil a análise por meio de um único indicador. Por este motivo, o resultado do esforço para obtenção de imóveis rurais deve considerar um conjunto

de elementos/indicadores. O quantitativo de imóveis rurais vistoriados, por exemplo, é etapa prévia ao processo de obtenção, assim como a análise da cadeia dominial. Por esta razão, o volume de áreas vistoriadas no âmbito das Superintendências Regionais, com os respectivos laudos entregues e estudos de cadeia dominial, representam sobremaneira o esforço para a obtenção dessas áreas. Em contrapartida, o volume de área indenizada por meio de pagamento de títulos complementares, não se relaciona às referidas vistorias e estudos de cadeia dominial realizados no mesmo exercício, mas representa áreas que já foram incorporadas ao Programa de Reforma Agrária em exercícios anteriores, todavia a justiça determinou pagamento complementar da terra nua. Nessa linha de raciocínio, vê-se que os resultados de 2019, em termos de laudos entregues, foram até expressivos, embora isso não tenha se traduzido em novas áreas adquiridas e/ou novos projetos de assentamentos. No que se refere ao expressivo número de hectares relativos aos pagamentos realizados de indenização complementar, em comparação à previsão inicial, isto se deve ao fato de que a maior parte do orçamento no referido exercício estava destinada para este fim, e o recurso foi descontingenciado antes do final do ano, além do que a ação leva em conta decisões judiciais já proferidas.

Na ação de Supervisão Ocupacional, o resultado foi 27.221 relatórios circunstanciados entregues, utilizados para fins de regularização da ocupação, retomada da parcela, titulação, desbloqueio dos indícios de irregularidade advindos do Acórdão 775/2016-TCU-Plenário e outras finalidades institucionais. Isto representou um índice de parcelas supervisionadas de 3,19%, valor muito próximo do previsto para o exercício. Deste total de relatórios entregues, no SNSO constam 19.531 laudos gerados (dados coletados a campo na versão mobile e enviados para a versão web, com a geração de laudos de supervisão ocupacional), o que representa cerca de 72% do total de 2019. Ressalta-se que o SNSO foi implantado no mês de setembro e 5 (cinco) Superintendências Regionais tiveram uma ação residual no sistema (menos de 20 laudos gerados).

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 6 - Análise Orçamentária Objetivo 03

| Análise orçamentária | Orçamento | | | | Físico | | Unidade de medida |
|---|--------------------------------|---------------|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| | Previsto (LOA + adicionais) | | Realizado (empenho liquidado) | | Previsto | Realizado | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |
| Ação 211B PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais | 3.052.000,00 | 2.008.292,27 | 1.969.123,44 | 1.205.384,50 | 571.429,0000 | 198.073,0000 | Área Vistoriada |
| Ação 211B PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária | 54.230,00 | 233.384,61 | 8.724,11 | 62.658,31 | 7.333 | 5.428 | Família Assentada |
| Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | 14.145.770,00 | 18.072.252,27 | 238,71 | 2.469.388,17 | 0 | 0 | Área Obtida |
| Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária | 9.500.000,00 | 46.035.252,41 | 3.305.485,83 | 3.507.150,57 | 5.278,0000 | 26.481,0000 | Área Indenizada |

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Na Ação 211B PO 07 - Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais - foram vistoriados a campo e finalizados laudos de imóveis rurais num total de 198.073,0000 hectares. Foram utilizados recursos na ordem de R\$ 3.174.507,94 (Orçamento do exercício e RAP) para custeio de várias atividades, as quais envolvem: (i) vistorias para fins de fiscalização e avaliação de imóveis (contabilizada na meta da LOA), (ii) levantamento de dados para elaboração de Relatórios de Análise do Mercado de Terras – RAMT e respectivas Planilhas de Preços Referenciais - PPR e Diagnósticos Regionais, (iii) buscas cartoriais e levantamento dominial, (iv) publicação de editais, (v) realização de audiências públicas e de conciliação, (VI) vistorias de recebimento das benfeitorias (nos atos de imissão na posse), dentre outros. Desse modo, em razão da insuficiência orçamentária e, especialmente, do contingenciamento dos recursos, o que durou até o terceiro trimestre do ano, o resultado da execução física ficou aquém do previsto.

Na Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - foram homologadas, durante o ano, 5.428 famílias, correspondendo a 74% da meta prevista para o período, sendo que a maior parte dessa meta (86%) é referente a regularização de lotes em projetos de assentamentos já criados, e o restante proveniente da homologação de famílias em unidades de conservação de uso sustentável e de territórios quilombolas, bem como em projetos de desenvolvimento sustentável. No que tange ao aspecto orçamentário, este foi muito pouco utilizado, em função da suspensão do processo de seleção, decorrentes das ações dos órgãos de controle externo.

Em relação à Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária – não houve execução física, em razão de que os recursos foram contingenciados logo no início do exercício, bem como pela orientação contida no Memorando-Circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, por meio do qual suspendeu as ações de vistoria e processos de obtenção em fase de instrução. Com essa orientação, nenhuma área nova foi indenizada/incorporada ao PNRA. Apesar do descontingenciamento de parte dos recursos no último trimestre do ano, a orientação contida no memorando permaneceu mantida. Dos recursos executados no exercício, praticamente 100% do que foi liquidado já estava inscrito em restos a pagar.

Por fim, quanto a Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária – foram liquidados R\$ 6.812.636,40, dos quais 51,5% relativos a recursos inscritos em Restos a Pagar - RAP 2017. Já a meta física área realizada no exercício foi de 26.481,0000 ha e considerou indenizações complementares pagas referentes aos RAP's 2017 e orçamento do exercício de 2019.

Na Ação 211A PO AO – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento – as atividades foram realizadas principalmente a partir do mês de setembro, após a realização de oficinas regionais para capacitação para o uso do SNSO e instalação do sistema nos equipamentos (tablets). A partir das oficinas, onde foi apresentado pelas Superintendências Regionais um planejamento de atividades até o final do ano, foram descentralizados os recursos orçamentários solicitados, permitindo a realização das ações de campo. Importante ressaltar que cerca de 54% do orçamento desta ação ficou indisponível (bloqueado) até o final do mês de novembro, o que prejudicou o alcance das metas estabelecidas. No exercício, o quantitativo de parcelas supervisionadas (relatório circunstanciado entregue) foi de 27.221, ante uma meta prevista no Caderno de Metas de 44.949.

ii.d- Principais desafios para 2020.

Para o exercício de 2020, o principal desafio da área de implantação não está relacionado à aquisição de terras, tendo em vista o parco orçamento existente na LOA, mas sim com a organização dos projetos de assentamento atuais e futuros. Com a nova estrutura regimental, resultante do Decreto 10.252/2020, de 20 de fevereiro de 2020, o setor de implantação terá grandes desafios, vez que a principal prioridade da instituição está voltada para a titulação dos projetos de assentamento, muito dos quais não contam com anteprojeto de organização espacial, atividade essencial para a concessão de títulos de domínio. A implantação dos assentamentos envolve desde sua organização espacial até instalação de infraestrutura básica (estradas, água, energia, moradia rural), essenciais para a operacionalização de créditos produtivos. Além disso, os projetos que

não possuem Estudo de Capacidade de Geração de Renda – ECGR, deverão ser levantados para que a os referidos estudos possam ser planejados e executados.

No que diz respeito aos assentamentos que já foram criados e ainda não contam com processo de seleção iniciado, o desafio passa pela modernização do Sistema de informação dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, nos termos da nova Instrução Normativa nº 98/2019. Referido normativo, em razão de alterações legais ocorridas no exercício de 2019, revogou a IN 96/2018, que trata da nova metodologia de seleção e cadastro de famílias beneficiárias do PNRA, o qual havia sido elaborado pelo Incra para atender a recomendações constantes do acórdão TCU 775/2016 – Plenário, bem como ao estabelecido no Decreto 9.311/2018.

Os principais desafios para a ação Supervisão Ocupacional em 2020 são: a) orientações e capacitação dos servidores sobre os procedimentos estabelecidos na IN 99/2019; b) cumprimento das metas e atividades a serem estabelecidas no “Plano de Apuração dos indícios de irregularidade dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária”, em atendimento ao Acórdão 3.155/2019-TCU-Plenário; c) ampliação das parcerias institucionais que permitam viabilizar uma maior presença da autarquia nos projetos de assentamento e consequente atendimento das demandas existentes; d) aperfeiçoamento e consolidação do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) como ferramenta de supervisão ocupacional pelas Superintendências Regionais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Embora os resultados das ações da PO 07 e PO 01 tenham ficado acima do “previsto”, há que se fazer algumas ressalvas, pois devido ao constante contingenciamento orçamentário, foi necessário fazer uma redução das metas para adequação à nova realidade. Os resultados da Ação 211B PO 06 não foram satisfatórios, pois de modo geral as metas não foram alcançadas, principalmente devido ao contingenciamento orçamentário, o que prejudicou de forma considerável as ações da autarquia. Outro fator limitante para o atingimento das metas foi o Acórdão 775/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) que travou todo o processo de seleção de novos beneficiários ao PNRA, obrigando a autarquia a rever e qualificar todo o processo.

No que se refere à ação de Supervisão Ocupacional no ano de 2019 no âmbito das Superintendências Regionais, as ações foram planejadas e executadas tendo como base, preliminarmente, o Plano Nacional e os Planos Regionais de Supervisão Ocupacional. A partir do segundo semestre foi desenvolvido e implementado o SNSO como referência de trabalho. Considerando que se trata de uma ferramenta recente, o SNSO está passando por um processo de avaliação e aprimoramento, com versão atualizada a ser implementada em 2020. Apesar disso, pode-se afirmar que o sistema qualificou o processo de supervisão ocupacional do Incra e o controle da ação, com resultados satisfatórios no seu primeiro ano de atividade. Importante destacar que 2019 foi um ano de nova gestão na autarquia e de restrições orçamentárias, onde parte significativa dos valores previstos na programação operacional ficaram bloqueados até o final do mês de novembro. Desta forma, os valores disponíveis durante o exercício somente foram suficientes para o atendimento das ações (inclusive supervisão ocupacional), de forma mais efetiva, no último quadrimestre do ano, o que impactou o resultado da ação no exercício como um todo.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Aliado aos desafios citados para 2020, o Incra necessitará recompor seu orçamento que foi contingenciado, além dos acréscimos legais permitidos. Da mesma forma, a autarquia deverá pleitear recursos financeiros para honrar o pagamento dos processos inscritos em RAP e das ações previstas para o orçamento de 2020. Para a melhoria de desempenho relacionada ao objetivo estratégico, a autarquia deve definir áreas públicas potenciais e viáveis para a implantação de projetos de assentamento, tendo em vista a insuficiência orçamentária para as demais formas de obtenção.

No que se refere ao processo de seleção de beneficiários para a reforma agrária, a autarquia pretende atender ao artigo 43 da Instrução Normativa nº 98/2019, quanto à elaboração do Manual Operacional do

processo de seleção. O manual visa atender a operacionalização das alterações ocorridas pelo Decreto nº 10.166/2019 no capítulo I do Decreto nº 9.311/2018, a fim de atender a priorização e classificação das famílias beneficiárias do PNRA.

Após o fechamento do Manual Operacional, o Incra deverá promover a capacitação das Comissões Regionais de Seleção, de modo a uniformizar a sistemática em todas as Superintendências Regionais, bem como retomar o processo de seleção em todo o País, a partir da conclusão do Módulo Candidato do Sistema de Informações dos Projetos de Assentamento – SIPRA, envolvendo 103 projetos de assentamentos, com capacidade para assentar aproximadamente 5 mil de famílias.

No campo normativo, o Incra deverá elaborar normas de execução para reassentamento de ocupantes não indígenas de terras indígenas, demarcadas ou não, em conjunto com a Fundação Nacional do Índio – Funai, para revogação da Norma de Execução nº 01, de 4 de outubro de 2006 e atualização da legislação, bem como sobre o fluxo operacional de criação e reconhecimento de projeto de assentamento, para revogação da Norma de Execução DT/INCRA nº 69 de 12/03/2008.

A melhoria de desempenho na ação de Supervisão Ocupacional passa pela operacionalização qualificada dos procedimentos previstos na IN 99/2019 para a verificação das condições da permanência do beneficiário no PNRA, com a incorporação de novos conceitos, ferramentas, equipamentos e/ou tecnologia moderna de monitoramento e vistorias dos projetos de assentamento, o estabelecimento de parcerias institucionais e a consolidação do SNSO como ferramenta de trabalho. Além disso, deve-se buscar a recomposição orçamentária do Incra, alteração normativa, recomposição da força de trabalho da autarquia, modernização tecnológica e ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais, incluindo ações de capacitação para servidores do Incra e técnicos parceiros.

5.1.4- Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

i. Descrição

| Descrição geral | |
|---|--|
| Desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas têm sido as medidas tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas. Dentre as principais conquistas citam-se a regulamentação que institui o acesso à terra pela mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres assentadas, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e a nova lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. | |
| Responsável | Dougmar Nascimento das Mercês, CPF:734.124.657-04, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD) |

ii. Análise

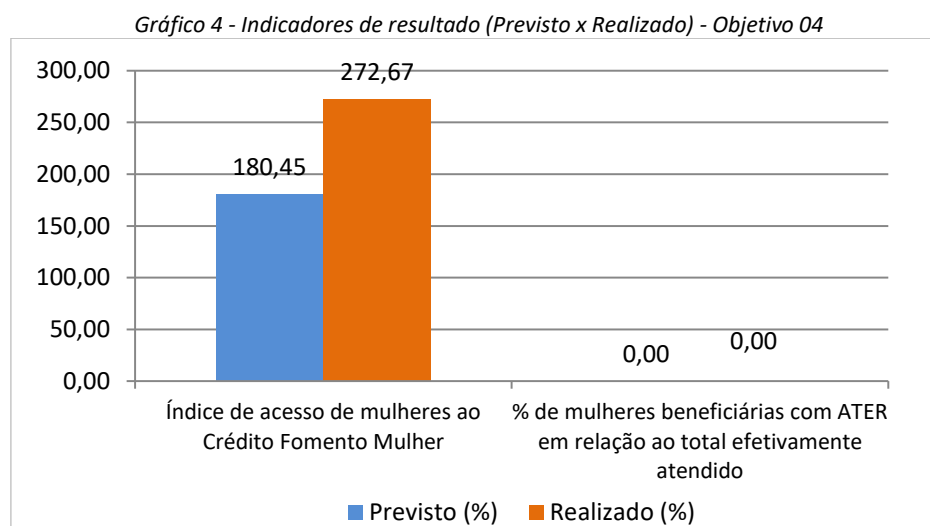
ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação ao exercício anterior.

A principal política de promoção da autonomia das mulheres assentadas, desenvolvida em 2019, refere-se à concessão dos Créditos de Instalação na modalidade Fomento Mulher. Esta modalidade objetiva “viabilizar a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em operação única, por família assentada” (Art. 2º do Decreto 9.424/2018).

Com relação aos contratos de ATER, tendo em vista a disponibilidade orçamentária do programa no exercício, que vinha sendo reduzida significativamente nos últimos anos, e a demanda de recursos para atendimento de contratos realizados em anos anteriores, ocorreu a decisão pela rescisão de todos os contratos até então vigentes no mês de maio, tendo em vista a inviabilidade da manutenção destes contratos. Importante ressaltar que a quase totalidade dos contratos então vigentes já estavam suspensos desde o final do exercício

2018, na expectativa de novos recursos orçamentários. Esta situação orçamentária também inviabilizou a formalização de novos contratos de ATER no exercício. Dessa forma, foi considerado que não houve o atendimento de mulheres pelos contratos de ATER em 2019.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 7 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 04

| Análise dos indicadores | 2018 | | 2019 | |
|---|----------|-----------|----------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher | 32.400 | 24.946 | 18.134 | 14.544 |
| Número de mulheres beneficiadas com ATER | - | 17.091 | 0 | 0 |
| Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme | | | | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

Conforme descrito no item, os contratos de ATER remanescentes de anos anteriores foram rescindidos no mês de maio, tendo em vista as dificuldades orçamentárias do programa.

A alternativa encontrada pelas Superintendências Regionais para a operacionalização do Fomento Mulher foi a formalização de acordos de cooperação técnica com entes públicos municipais ou estaduais, o que possibilitou a elaboração de projetos, requisito para a liberação da referida modalidade de crédito. Além disso, foram utilizados projetos em estoque que haviam sido elaborados no ano anterior pelas equipes de ATER ou através dos acordos de cooperação técnica ou termos de execução descentralizada com Universidades Federais.

Estas ações possibilitaram a concessão de Fomento Mulher para 14.544 beneficiárias, o que representa 80% da meta prevista. A meta prevista em 2019 é inferior que 2018, tendo em vista as dificuldades orçamentárias e operacionais do Incra, já descritas em tópicos anteriores, além da extinção dos contratos de ATER, o que impactou a concessão do crédito às famílias assentadas.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 8 - Análise Orçamentária Objetivo 04

| Análise orçamentária | Orçamento | | | | Físico | | Unidade de medida |
|--|--------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------|-----------|-----------|-------------------|
| | Previsto (LOA + adicionais) | | Realizado (empenho liquidado) | | Previsto | Realizado | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |
| Ação 210S PO 02, 03 e 04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária *** | 19.578.868,00 | 75.069.647,60 | 15.487.876 | 13.793.056,73 | 13.053 | 15.404 | Família Assistida |
| Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas | 266.000.000,00 | 445.818.082,60 | - | 148.932.347,26 | 29.022 | 28.368 | Família Atendida |

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

*** Considerada a soma dos PO 02, 03 e 04 pois ambos tem o mesmo objeto de prestação de atendimento de ATER. Toda a execução física foi contabilizada no exercício atual pois muitos dos contratos se encerram ao longo do exercício e são renovados, onerando portanto o orçamento do exercício.

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

O orçamento na ação “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária” em 2019, considerando a LOA e as suplementações orçamentárias, correspondeu a apenas 34% do orçamento da ação no exercício de 2018. Se ampliarmos esta comparação, temos que o orçamento de 2019 é 28% do orçamento de 2017 e 12% do orçamento de 2016. Estes dados denotam a situação orçamentária do programa de ATER, que culminou na rescisão dos contratos em 2019. Quanto à meta física, os dados referem-se aos contratos vigentes em 2019, que foram rescindidos no mês de maio.

A aplicação da modalidade Fomento Mulher teve destaque na aplicação dos Créditos de Instalação em 2019, com 14.544 beneficiárias, o que representa 51% dos créditos concedidos e 47% do valor pago.

ii.d- Principais desafios para 2020.

Os principais desafios para 2020 neste objetivo estratégico está na continuidade do atendimento das demandas do crédito Fomento Mulher nos projetos de assentamento. Para tanto, torna-se fundamental a ampliação da força de trabalho nas Superintendências Regionais, a constituição de parcerias com entes públicos, através da celebração de acordos de cooperação técnica ou termos de execução descentralizada, além da ação de capacitação de servidores e técnicos parceiros.

Outro ponto importante é a retomada dos contratos de ATER, seja diretamente pelo Incra ou pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da ANATER.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados alcançados podem ser considerados positivos, apesar das dificuldades encontradas durante o ano de 2019. A aplicação do crédito Fomento Mulher ocupou lugar de destaque dentre as outras modalidades dos Créditos de Instalação. Este destaque pode ser atribuído ao protagonismo e capacidade

organizativa das mulheres nos projetos de assentamento, com a constituição de demanda qualificada. Apesar disso, o cancelamento dos contratos de ATES impactaram sobremaneira a ampliação das metas de aplicação do crédito.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

A melhoria no desempenho no atendimento das demandas das mulheres dos projetos de assentamento, especialmente na aplicação do crédito Fomento Mulher, passa pela ampliação das parcerias com entes públicos, através da celebração de acordos de cooperação técnica ou termos de execução descentralizada, além da retomada do programa de ATER para os projetos de assentamento. Além disso, deve-se buscar a recomposição orçamentária do Incra, alteração normativa, recomposição da força de trabalho da autarquia, modernização tecnológica e ação integrada de gestão do Incra/Sede e das Superintendências Regionais, incluindo ações de capacitação para servidores do Incra e técnicos parceiros.

5.1.5- Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

i. Descrição

| Descrição geral | |
|---|--|
| O INCRA, através da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, é responsável pela regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas, identificando, reconhecendo, delimitando, demarcando e titulando os territórios quilombolas, conforme regulamentado pelo Decreto 4.887/2003. | |
| Responsável | Rogério Papalardo Arantes, CPF 500.431.531-00, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF). |

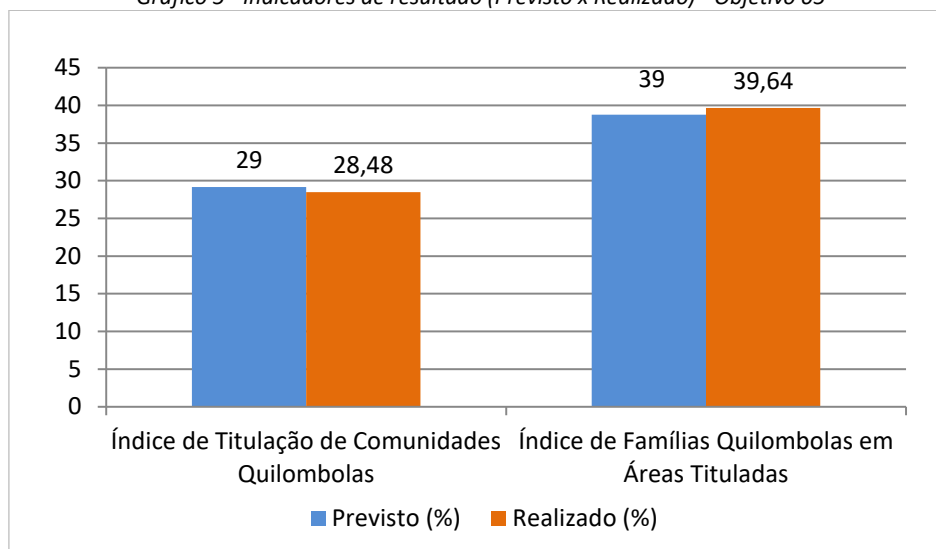
ii. Análise

ii.a-. Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício em relação ao ano anterior

No exercício de 2019, foram publicados nove Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, duas Portarias de Reconhecimento e concedidos três títulos em dois territórios quilombolas. Destaca-se ainda a parceria firmada através do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, nº 7/2019 com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) do Ministério dos Direitos Humanos para a indenização e desintrusão de oito imóveis para a titulação das comunidades de Pedra D'Água e Caiana dos Crioulos, no estado da Paraíba, e Encantados do Bom Jardim e Alto Alegre, no estado do Ceará.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 5 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 05



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 9 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 05

| Análise dos indicadores | 2018 | | 2019 | |
|---|------------|------------|----------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas | 389.158,98 | 185.329,37 | 3.299 | 7.781 |
| Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos | - | 26 | - | 24 |
| Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados | 23 | 20 | - | 9 |
| Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos | - | 11 | - | - |
| Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos | - | 7 | - | 3 |
| Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas | 840,36 | 171,82 | 935 | 1.069 |
| Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme | | | | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

No exercício de 2019, foram expedidos três títulos de domínio, que representam uma área de 235 hectares, em benefício de dois Territórios Quilombolas e 477 famílias. Destacam-se os dois títulos expedidos às Comunidades Quilombolas do Território de Invernada Paiol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu/PR. A

segunda Comunidade Quilombola que teve parte de seu território titulado foi Invernada dos Negros, no município de Campos Novos e Abdon Batista, em Santa Catarina.

A regularização fundiária dos territórios quilombolas envolve as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, decretação do território como de Interesse Social, avaliação de imóveis e desintrusão (retirada) dos ocupantes não-quilombolas e titulação do território.

Em 2019, foram publicados nove Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, identificando 38.281 hectares, em benefício de 1.451 famílias quilombolas. O RTID é a etapa que concentra a maior parte do trabalho técnico e o maior dispêndio de recursos orçamentários.

Nesse mesmo ano, foram publicadas 2 Portarias reconhecendo 7.781 hectares e contemplando 91 famílias. Destaca-se que a execução de área reconhecida não guarda relação com o aporte de recursos orçamentários no mesmo exercício, como será detalhado adiante. As variações entre a execução física de área reconhecida no decorrer dos anos se devem à heterogeneidade de situações territoriais das comunidades quilombolas.

Além dos três títulos, conforme informado anteriormente, foi concedido um Contrato de Concessão Direito Real de Uso (CCDRU) no Território de Charco, município de São Vicente Férrer, com área de 114 hectares. Como regra geral, o CCDRU é um tipo de contrato através do qual o INCRA transfere o direito de uso à comunidade quilombola até que finalize o processo desapropriatório através de sentença homologatória emitida pelo judiciário em favor do INCRA, permitindo a titulação definitiva.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 10 - Análise orçamentária Objetivo 05

| Análise orçamentária | Orçamento | | | | Físico | | Unidade de medida |
|--|--------------------|------|---------------------|-------|-----------|-----------|-------------------|
| | Previsto | | Realizado | | Previsto | Realizado | |
| | (LOA + adicionais) | | (empenho liquidado) | | | | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |
| Ação 210Z - PO 04 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas | 1.319.630,00 | | 862.296,73 | | 3.299 | 7.781 | Área Reconhecida |
| Ação 210Z - PO 03 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos | 2.103.452,00 | | 2.103.452,00 | | 935 | 1.069 | Área Indenizada |

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Os procedimentos de regularização fundiária de um território quilombola têm ciclos de execução longos, que, em geral, são iniciados e finalizados em exercícios orçamentários diferentes. Além de todo o trabalho técnico necessário, o que inclui a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão e a titulação do território, há também o tempo necessário para que contestações e recursos aos relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID) sejam apresentados por pessoas afetadas pela delimitação de Território proposta e mais um tempo de resposta e julgamento pelas duas esferas decisórias mais importantes na autarquia, o Conselho Diretor Regional (CDR) das Superintendências Regionais e Conselho Diretor (CD) da Sede. As contestações têm efeito suspensivo no processo administrativo. Desta forma, na ação

210Z-Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas os resultados físicos obtidos (área identificada, área indenizada, área titulada) decorrem de gastos financeiro-orçamentários executados em exercícios anteriores. Portanto, não há uma relação direta e necessária entre ambos. Igualmente importante destacar que os gastos efetuados na ação 210Z contemplam uma grande quantidade de atividades, como os recursos para a execução dos trabalhos de campo (diárias, passagens, material de consumo, etc.) do RTID; recursos para publicações; recursos para a realização de vistorias de avaliação dos imóveis; e para a contratação dos Relatórios Antropológicos.

Em 2019, na a ação 210Z foram empenhados R\$ 1.232.171,90 e liquidados R\$ 862.296,73 de recursos correntes no exercício em análise (PO 04). Verifica-se, portanto, valores satisfatórios de recursos liquidados em relação ao valor disponibilizado. Quanto aos recursos de capital, utilizados na indenização de áreas desintrusadas, foram liquidados R\$ 2.103.452,00 de recursos no exercício em análise, o que representa a totalidade do orçamento para este PO. A desintrusão dos ocupantes não quilombolas do território começa a partir da decretação da área como de interesse social. Após a publicação do decreto, o INCRA está autorizado a iniciar a avaliação dos imóveis e o levantamento da cadeia dominial. Este levantamento é uma das etapas complexas da desintrusão, na qual é preciso levantar todos os registros e suas modificações até o momento que o imóvel foi destacado do patrimônio público, o que nem sempre é possível, dada as dificuldades de estrutura dos cartórios brasileiros. Quando não há nos cartórios o registro originário do imóvel, o INCRA é obrigado a formalizar questionamento à unidade federativa de localidade do imóvel a respeito da dominialidade da área, o que pode retardar o processo de regularização do território. Já a vistoria e avaliação do imóvel é a etapa em que se determina o valor total (valor da terra nua e das benfeitorias) a ser pago ao interessado. Para determinar esse valor, é feito um estudo do mercado de imóveis rurais da região e o levantamento de todas as benfeitorias do imóvel e seu estado de conservação, assim como avaliação do solo e relevo, bem como possíveis danos ambientais, no sentido de promover as medidas legais. O produto da avaliação e a cadeia dominial são as principais peças necessárias ao ajuizamento das ações desapropriatórias. Para depois ser ajuizada a ação desapropriatória, que deve ser homologada pelo Poder Judiciário, cujos ritos e ritmos estão fora do controle dessa autarquia.

Para além do orçamento destinado pela Lei Orçamentária Anual de 2019, o INCRA também recebeu o aporte de R\$ 1,9 milhões por meio do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, nº 7/2019 firmado com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) do Ministério dos Direitos Humanos para a indenização e desintrusão de oito imóveis nos estados de Paraíba e Ceará, orçamento executado integralmente.

ii.d- Principais desafios para 2020.

São vários os desafios na condução da política de regularização fundiária de territórios quilombolas, dentre os quais destaca-se:

- 1) avançar na titulação de territórios quilombolas em áreas públicas, através da pareceria com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU;
- 2) avançar no procedimento de inclusão dos quilombolas nas políticas de desenvolvimento geridas pela autarquia, incluindo os quilombolas no SIPRA e no fornecimento de créditos, ATES e políticas de apoio à comercialização e agroindustrialização;
- 3) reduzir o tempo processual entre a expedição do decreto desapropriatório e o ajuizamento das ações dos imóveis a serem desintrusados, reduzindo o passivo de imóveis a serem avaliados.
- 4) finalizar os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID - referentes à quantidade considerável de relatórios antropológicos prontos, o que vai exigir aumento da capacidade operacional e orçamentária dos setores quilombolas na consecução do restante das peças.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados obtidos em 2019 foram satisfatórios se considerados o orçamento e a capacidade operacional do INCRA nesse importante trabalho de titulação de Territórios Quilombolas. Entretanto, cabe destacar que a política de regularização fundiária quilombola precisa avançar muito para fazer frente a grande demanda apresentada.

O Incra tem 1.747 processos de regularização fundiária abertos, o que gera uma demanda maior por aportes orçamentário-financeiros para o cumprimento adequado dessa demanda. Nota-se que, ao longo dos últimos anos, a ação sofreu reduções orçamentárias significativas. Em 2010, o orçamento destinado a esta ação na Lei Orçamentária Anual (LOA) era da ordem de R\$ 64 milhões (R\$ 10 milhões para gastos correntes e R\$ 54 milhões para indenizações). Já em 2014, esse quantitativo passou a ser de R\$ 30,5 milhões (R\$ 5,5 milhões para gastos correntes e R\$ 25 milhões para indenizações). Mais recentemente, em 2019, o orçamento sofreu a queda mais drástica, alcançando somente R\$ 3,4 milhões.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Nesse contexto de grandes restrições orçamentárias, o INCRA deve continuar investindo na propositura de parcerias com outros entes públicos e na busca de emendas parlamentares a fim de incrementar o orçamento para a indenização de imóveis e elaboração de relatórios antropológicos;

Importante a realização de capacitação de serviços quilombolas, tendo em vista a alternância dos servidores com o decorrer dos anos e a necessidade de partilharmos boas práticas utilizadas pelas superintendências regionais.

5.1.6- Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

i. Descrição

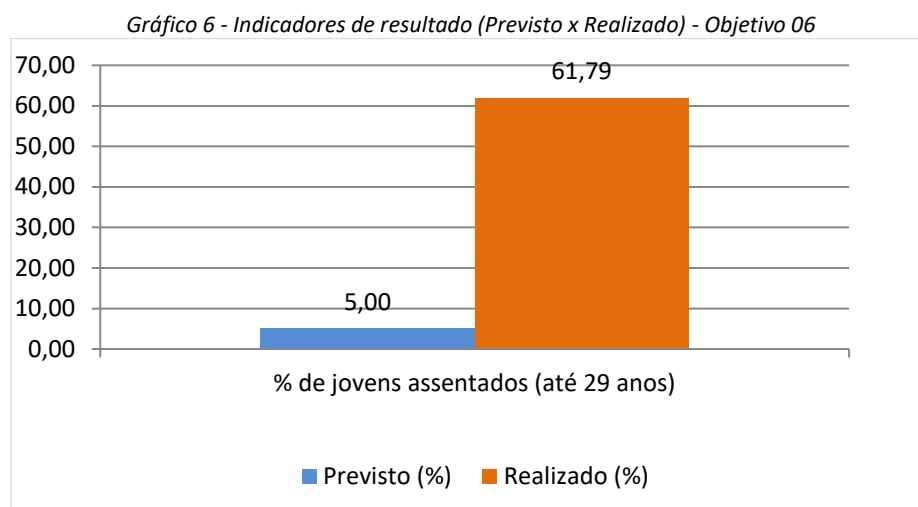
| Descrição geral | |
|---|--|
| A Portaria MDA nº 06/2013 determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. | |
| Responsável | Giuseppe Serra Seca Vieira, CPF: 601.335.625-49, Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT). |

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício em relação ao ano anterior.

Como explicado anteriormente, não foi possível assentar famílias em novos projetos de assentamento no exercício de 2019, o que impactou consideravelmente a meta, quando comparada ao exercício anterior. Todavia, foi garantido pelo Decreto nº 9.311/2018, e ratificado pelas alterações advindas do Decreto nº 10.166/2019, a pontuação de dez pontos, conferida a filhos que residam no mesmo projeto de assentamento. Conforme previsto no inciso V do artigo 12, bem como no Anexo II da Instrução Normativa nº 98/2019, que estabelece a sistemática de pontuação, o critério “FILHOS QUE RESIDAM NO MESMO PROJETO DOS PAIS ASSENTADOS – FRA” é aplicado para a unidade familiar que contenha filho com idade entre dezoito e vinte e nove anos e cujo pai ou mãe seja assentado residente na mesma área do projeto de assentamento para o qual se destina a seleção. Esse critério cumpre a garantia da sucessão geracional para viabilizar a permanência da juventude rural no campo.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.



Descrição detalhada de cada indicador e memória de cálculo descritas no Item 8.1

Tabela 11 - Tabela comparativa de indicadores em dois exercícios - Objetivo 06

| Análise dos indicadores | 2018 | | 2019 | |
|---|----------|-----------|----------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| Número de jovens assentados (até 29 anos) | - | 7.253 | | 3.354 |
| Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme | | | | |

Fontes e observações descritas no Item 8.2

O percentual de jovens assentados no exercício de 2019 atingiu 61,79%, lembrando que praticamente 100% das pessoas assentadas no exercício (5428) se deu a partir da supervisão ocupacional em lotes já existentes nos projetos de assentamento e que não foi possível o assentamento em novas áreas, em razão da suspensão do processo de seleção. A partir da IN 98/20149, com a inclusão do critério “FILHOS QUE RESIDAM NO MESMO PROJETO DOS PAIS ASSENTADOS – FRA”, aplicado para a unidade familiar que contenha filho com idade entre dezoito e vinte e nove anos e cujo pai ou mãe seja assentado residente na mesma área do projeto de assentamento para o qual se destina a seleção, atribuindo-se dez pontos, será possível promover resultados para a juventude rural, em percentuais a serem conhecidos em 2020, na medida que que a autarquia retomar o processo de seleção em todo o país.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 12 - Análise Orçamentária Objetivo 06

| Análise orçamentária | Orçamento | | | | Físico | | Unidade de medida |
|----------------------|--------------------------------|------|----------------------------------|-------|-----------|-----------|-------------------|
| | Previsto (LOA + adicionais) | | Realizado (empenho liquidado) | | Previsto | Realizado | |
| | Exercício | RAP* | Exercício | RAP** | Exercício | Exercício | |

| | | | | | | | |
|---|-----------|------------|----------|-----------|-------|-------|-------------------|
| Ação 211B PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária | 54.230,00 | 233.384,61 | 8.724,11 | 62.658,31 | 7.333 | 5.428 | Família Assentada |
|---|-----------|------------|----------|-----------|-------|-------|-------------------|

*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

**Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

¹ Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Na Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - foram homologadas, durante o ano, 5.428 famílias, correspondendo a 74% da meta prevista para o período, sendo que a maior parte dessa meta (86%) é referente a regularização de lotes em projetos de assentamentos já criados, e o restante proveniente da homologação de famílias em unidades de conservação de uso sustentável e de territórios quilombolas, bem como em projetos de desenvolvimento sustentável. No que tange ao aspecto orçamentário, este foi muito pouco utilizado, em função da suspensão do processo de seleção, decorrentes das ações dos órgãos de controle externo. Do total de famílias assentadas, aproximadamente 62% diz respeito a jovens de até 29 anos de idade.

ii.d- Principais desafios para 2020.

Dentre os principais desafios da autarquia está a padronização do processo de seleção em todo o país no âmbito das 29 Superintendências Regionais, tornando o resultado da seleção público e transparente.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O resultado da seleção de famílias ao longo do exercício de 2019 não foi de todo satisfatório, haja visto que o processo de seleção, considerando novos projetos de assentamento (criados ou em vias de criação), estava suspenso. Espera-se que com as novas regras e a retomada dos trabalhos o resultado possa ser diferente.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

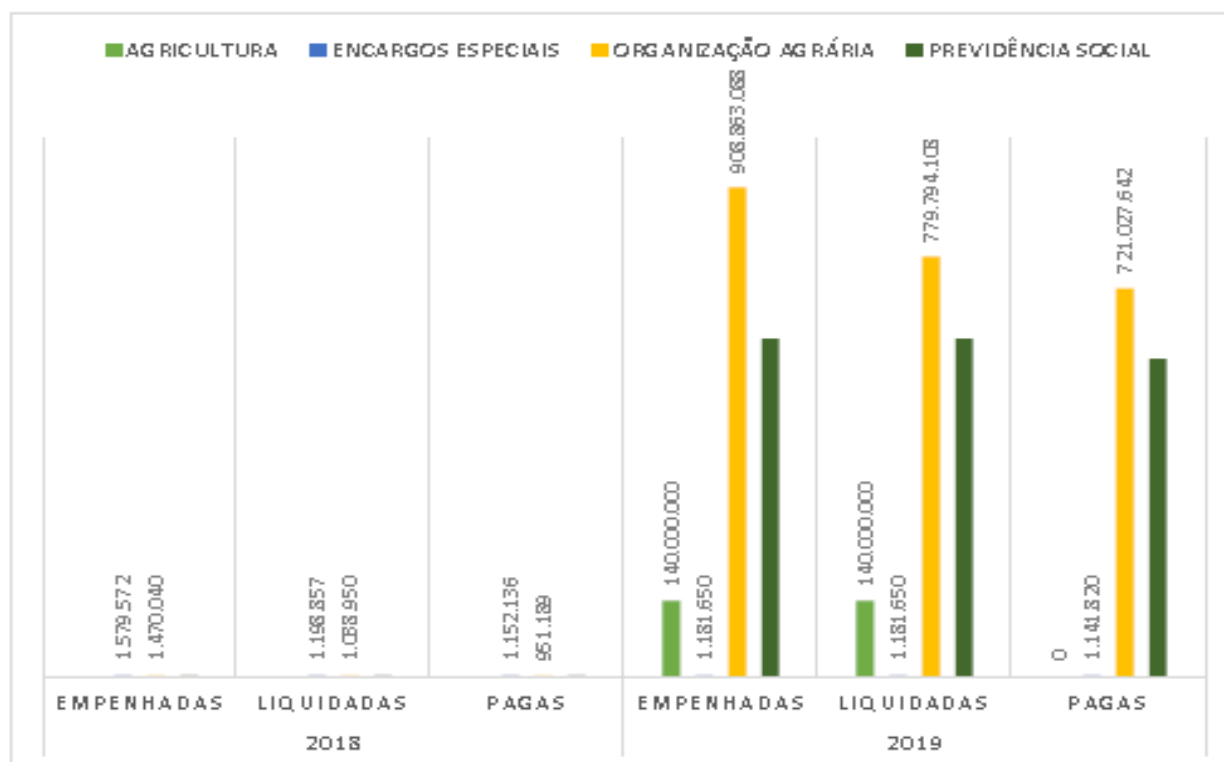
No que se refere ao processo de seleção de beneficiários para a reforma agrária, a autarquia pretende atender ao artigo 43 da Instrução Normativa nº 98/2019, quanto à elaboração do Manual Operacional do processo de seleção. O manual visa atender a operacionalização das alterações ocorridas pelo Decreto nº 10.166/2019 no capítulo I do Decreto nº 9.311/2018, a fim de atender a priorização e classificação das famílias beneficiárias do PNRA.

Após o fechamento do Manual Operacional, o Incra deverá promover a capacitação das Comissões Regionais de Seleção, de modo a uniformizar a sistemática em todas as Superintendências Regionais, bem como retomar o processo de seleção em todo o País, a partir da conclusão do Módulo Candidato do Sistema de Informações dos Projetos de Assentamento – SIPRA, envolvendo 103 projetos de assentamentos, com capacidade para assentar aproximadamente 5 mil de famílias.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1- Gestão orçamentária e financeira

Gráfico 7 - Evolução da execução orçamentária da despesa por função



| Principais Despesas por Função ¹ | 2018 | | | 2019 | | |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Empenhadas | Liquidadas | Pagas | Empenhadas | Liquidadas | Pagas |
| AGRICULTURA | | | | 140.000.000 | 140.000.000 | 0 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 1.579.572 | 1.198.857 | 1.152.136 | 1.181.650 | 1.181.650 | 1.141.820 |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 1.470.040 | 1.038.950 | 951.189 | 908.853.088 | 779.794.108 | 721.027.642 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 579.033 | 579.033 | 548.658 | 626.577.968 | 626.577.968 | 589.873.366 |
| Total | 3.628.646 | 2.816.840 | 2.651.983 | 1.676.622.706 | 1.547.553.727 | 1.312.042.628 |

¹ em milhares de reais

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 13- Principais Despesas por Função

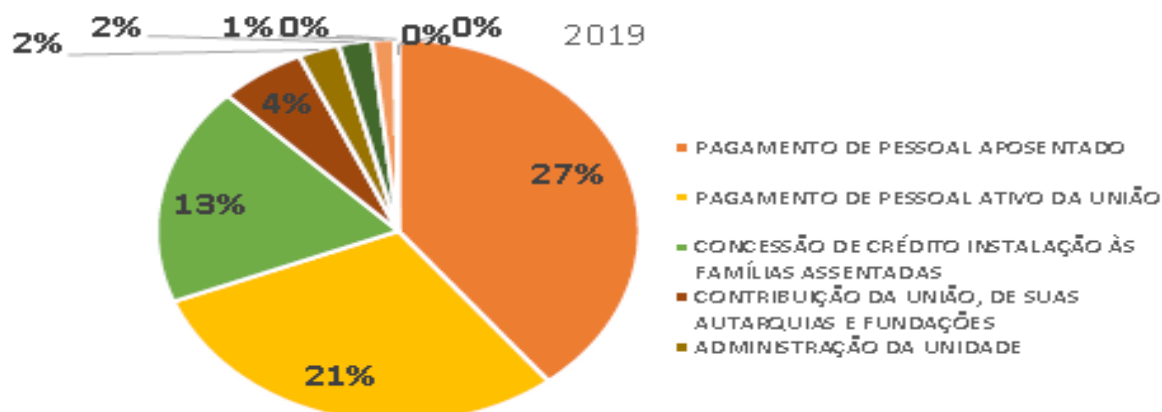
¹ em milhares de reais

Fonte: Tesouro Gerencial

6.1.1- Detalhamento das despesas das principais ações

Os principais gastos da autarquia (despesas empenhadas) em 2019 foram com pessoal inativo (27%), seguido de pessoal ativo (21%) e na sequência a concessão de créditos de instalação às famílias assentadas e desenvolvimento de projetos de assentamento (ambas com 13%).

Gráfico 8 - Principais Despesas da Autarquia



| Principais Despesas Empenhadas por Ação ¹ (em milhares de reais) | 2017 | 2018 | 2019 | (%) 2019 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| PAGAMENTO DE PESSOAL APOSENTADO | 575.551,60 | 579.033,09 | 565.010,86 | 27% |
| PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO | 486.384,82 | 481.971,19 | 426.567,89 | 21% |
| CONCESSÃO DE CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS | 251.686,63 | 266.000,00 | 266.000,00 | 13% |
| CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | 92.083,64 | 108.841,59 | 83.162,27 | 4% |
| ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE | 184.735,58 | 198.980,36 | 39.320,18 | 2% |
| BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES DA UNIÃO | | | 32.068,55 | 2% |
| OUTRAS DESPESAS | 75.974,91 | 89.552,44 | 21.725,31 | 1% |
| DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS | 275.575,85 | 264.875,24 | 3.026,76 | 0% |
| OBTENÇÃO DE IMÓVEIS PARA REFORMA AGRÁRIA | 140.420,56 | 38.669,90 | 127,19 | 0% |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA | 66.898,74 | 33.238,28 | 0,00 | 0% |
| Total | 2.149.292,33 | 2.056.162,04 | 1.436.999,01 | 100% |

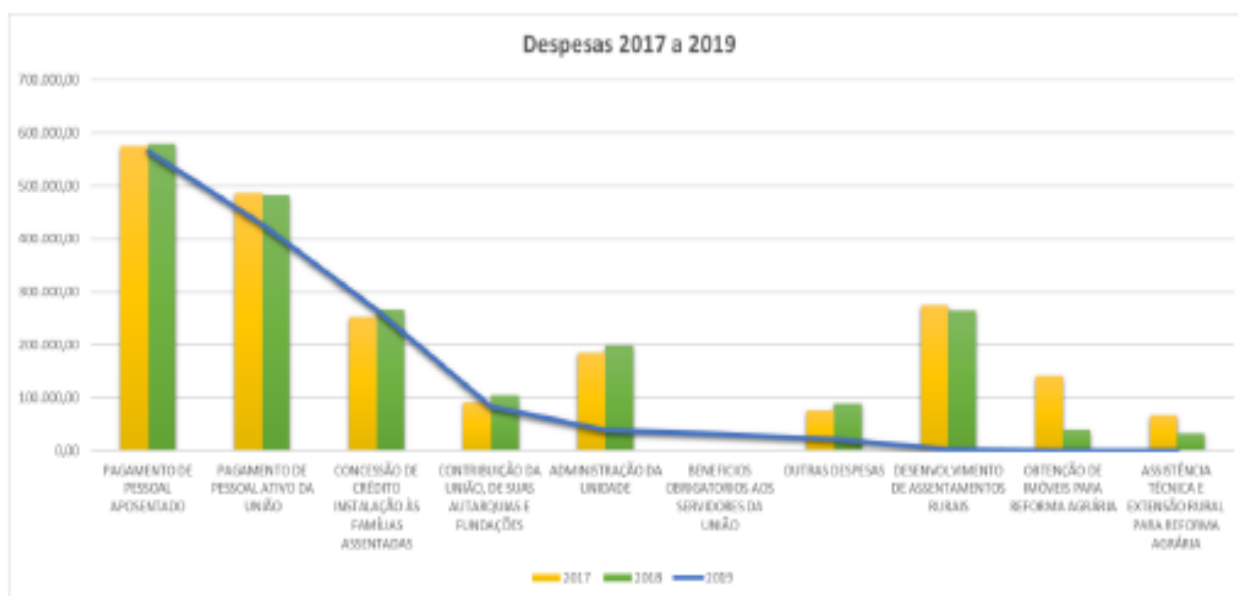
Fonte: Tesouro Gerencial

¹ Despesas empenhadas

Em comparação com exercícios anteriores, dentre as despesas empenhadas, destaca-se a queda dos valores destinados à obtenção de imóveis para a reforma agrária bem como a não realização de empenhos para assistência técnica e extensão rural.

Com a queda dos recursos voltados para as atividades finalísticas do órgão a cada ano, com exceção do crédito de instalação, nota-se que as despesas das atividades meio se destacam. Importante frisar que tal fenômeno pode causar uma equivocada ideia de que o órgão possuiria uma “fim em si mesmo”, ou seja, que existiria apenas para se manter, porém, deve-se lembrar que nos últimos anos a falta de recursos para utilização nas demandas finalísticas não as fizeram desaparecer, principalmente as atividades voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais existentes, inclusive a supervisão ocupacional.

Gráfico 9 - Despesas 2016 a 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

Principais desafios e ações futuras

O ano de 2019 também foi marcado com vários desafios, como por exemplo, a diminuição do orçamento da autarquia e a incorporação das atividades legadas pela extinta Serfal.

Em 2018, tivemos avanços significativos, por exemplo, com o controle e a arrecadação dos títulos de domínio e em 2019 tivemos que começar a nos adaptar para absorver também a arrecadação dos títulos de domínio em áreas de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Devido a escassez de recursos, não foi possível realizar oficinas regionais de capacitação de servidores visando a padronização de procedimentos para a cobrança e rotinas correlatas. Também por falta de empresa terceirizada responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas (fábrica de software), não foi possível darmos continuidade à disponibilização de guias de recolhimento da união para pagamento de títulos de domínio via Sala da Cidadania Digital, o que esperamos realizar em 2020.

Principais resultados

Com relação a arrecadação dos títulos de domínio, em que pese as dificuldades encontradas, houve um aumento expressivo dos valores arrecadados em relação ao ano de 2018.

Quadro 6 - Arrecadação de Títulos

| Fonte | Conta Contábil | Descrição da Natureza | Código GRU | 2018 | 2019 |
|-------|----------------|---|------------|---------------|---------------|
| 263 | 91010106 | Alienação de imóveis rurais p/col. Ref. Agrária | 28874-8 | 12.203.377,50 | 25.285.050,53 |

Outro desafio enfrentando foi o de dar continuidade na minuta de Norma de Execução para regramento dos procedimentos relativos à cobrança dos títulos de domínio. A minuta foi concluída em outubro de 2010, conforme processo SEI 54000.163531/2018-79 e até o final do exercício, o mesmo encontrava-se ainda sob análise das áreas finalísticas para posterior envio à Procuradoria Federal Especializada.

Ações Futuras

Como não foi possível realizar em 2019, esperamos que em 2020 possamos efetivar oficinas regionais para capacitação de servidores visando padronização de procedimentos para a cobrança, emissão de relatórios mensais e melhor interação com as áreas finalísticas. Definição de metas de arrecadação, identificação de prestações a vencer (passivo), comunicação aos interessados (cobrança) e disponibilização de guias de recolhimento via Sala da Cidadania Digital.

6.2- Gestão de pessoas

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício;

Quadro 7 - Distribuição dos servidores por Carreira, Classe e Padrão com valor de remuneração básica

| CLASSE/ PADRÃO | PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - LEI 11.090/05 | | | | | | CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - LEI 10.550/02 | | TOTAL |
|--|--|------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|------------------|--|-------------------|-------|
| | NÍVEL AUXILIAR | REM BÁSICA NA | NÍVEL INTER- MEDIÁRIO | REM BÁSICA NI | NÍVEL SUPERIOR | REM BÁSICA NS | ENG AGRÔ- NOMO | REM BÁSICA PFA | |
| A - I | | | 1 | R\$3.564,70 | 1 | R\$5.410,16 | | R\$7.411,60 | 2 |
| A - II | | | 1 | R\$3.621,18 | | R\$5.642,20 | | R\$7.643,17 | 1 |
| A - III | | | 4 | R\$3.677,85 | 2 | R\$5.884,29 | 1 | R\$7.885,12 | 7 |
| A - IV | | | 1 | R\$3.746,26 | 5 | R\$6.137,48 | 2 | R\$8.131,52 | 8 |
| A - V | | | 3 | R\$3.817,21 | 6 | R\$6.402,83 | | R\$8.386,43 | 9 |
| B - I | | | 34 | R\$3.921,18 | 178 | R\$6.826,00 | 62 | R\$8.918,21 | 274 |
| B - II | | | 19 | R\$3.994,76 | 113 | R\$7.121,18 | 10 | R\$9.199,91 | 142 |
| B - III | | | 5 | R\$4.068,92 | 25 | R\$7.429,80 | | R\$9.492,37 | 30 |
| B - IV | | | 2 | R\$4.145,65 | 1 | R\$7.752,92 | 2 | R\$9.793,63 | 5 |
| C - I | | | 4 | R\$4.285,32 | 10 | R\$8.409,33 | 1 | R\$10.422,64 | 15 |
| C - II | | | 20 | R\$4.366,87 | 48 | R\$8.778,36 | 92 | R\$10.754,51 | 160 |
| C - III | | | 40 | R\$4.448,04 | 97 | R\$9.164,21 | 24 | R\$11.097,45 | 161 |
| C - IV | | | 89 | R\$4.531,86 | 203 | R\$9.566,97 | 225 | R\$11.451,54 | 517 |
| S - I | | R\$2.828,92 | | R\$4.684,82 | 228 | R\$10.387,47 | 49 | R\$12.199,25 | 277 |
| S - II | | R\$2.866,98 | | R\$4.771,64 | 100 | R\$10.847,38 | 73 | R\$12.591,84 | 173 |
| S - III | 4 | R\$2.903,46 | 1.472 | R\$4.862,15 | 175 | R\$11.328,57 | 157 | R\$12.995,89 | 1.808 |
| TOTAL | 4 | | 1.695 | | 1.192 | | 698 | | 3.589 |
| NÃO OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS DE CARREIRAS QUE COMPÕEM O QUADRO DE PESSOAL DO INCRA | | | | | | | | | 373 |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | | 3.962 |

Quadro 8 - Distribuição dos servidores por faixa salarial

| DE | ATÉ | QUANTIDADE | %/TOTAL |
|-------------|-------------|------------|---------|
| R\$0,00 | R\$2.903,46 | 4 | 0,11% |
| R\$3.564,70 | R\$3.817,21 | 10 | 0,28% |
| R\$3.921,18 | R\$4.145,65 | 60 | 1,67% |
| R\$4.285,32 | R\$4.531,86 | 153 | 4,26% |
| R\$4.684,82 | R\$4.862,15 | 1.472 | 41,01% |
| R\$5.410,16 | R\$6.402,83 | 14 | 0,39% |

| | | | |
|--------------|--------------|-------|---------|
| R\$6.826,00 | R\$7.885,12 | 318 | 8,86% |
| R\$8.131,52 | R\$9.199,91 | 229 | 6,38% |
| R\$9.492,37 | R\$10.422,64 | 434 | 12,09% |
| R\$10.754,51 | R\$11.451,54 | 616 | 17,16% |
| R\$12.199,25 | R\$12.995,89 | 279 | 7,77% |
| TOTAL | | 3.589 | 100,00% |

Quadro 9 - Distribuição dos servidores por faixa etária

| UF | A (<30) | B(<40) | C(<45) | D(<50) | E(<55) | F(<60) | G(<65) | H(<70) | I(>=70) | TOTAL |
|-------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|-------|
| AC | 1 | 16 | 13 | 5 | 5 | 42 | 46 | 21 | 6 | 155 |
| AL | 1 | 14 | 12 | 5 | 4 | 14 | 7 | 1 | 3 | 61 |
| AM | 2 | 10 | 15 | 10 | 13 | 34 | 38 | 29 | 6 | 157 |
| AP | | 8 | 5 | 6 | 7 | 11 | 8 | 9 | | 54 |
| BA | | 31 | 31 | 18 | 17 | 26 | 25 | 15 | 4 | 167 |
| CE | | 21 | 16 | 11 | 11 | 33 | 33 | 18 | 8 | 151 |
| DF | 5 | 74 | 75 | 51 | 53 | 112 | 65 | 34 | 16 | 485 |
| ES | | 18 | 14 | 13 | 5 | 11 | 9 | 4 | 1 | 75 |
| GO | 1 | 9 | 20 | 13 | 8 | 16 | 19 | 10 | 2 | 98 |
| MA | | 28 | 23 | 15 | 9 | 46 | 62 | 56 | 32 | 271 |
| MG | | 32 | 24 | 6 | 15 | 14 | 10 | 9 | 4 | 114 |
| MS | | 33 | 18 | 13 | 9 | 25 | 19 | 10 | 3 | 130 |
| MT | 1 | 30 | 12 | 8 | 17 | 57 | 43 | 29 | 6 | 203 |
| PA | 7 | 88 | 49 | 27 | 17 | 54 | 72 | 70 | 21 | 405 |
| PB | | 10 | 10 | 12 | 13 | 16 | 19 | 10 | 7 | 97 |
| PE | | 30 | 45 | 19 | 24 | 36 | 32 | 16 | 8 | 210 |
| PI | | 27 | 18 | 15 | 11 | 18 | 9 | 12 | 2 | 112 |
| PR | | 20 | 13 | 13 | 18 | 16 | 7 | 3 | 3 | 93 |
| RJ | | 15 | 24 | 8 | 7 | 12 | 16 | 6 | 4 | 92 |
| RN | | 15 | 19 | 8 | 8 | 13 | 5 | 10 | 2 | 80 |
| RO | 2 | 18 | 9 | 9 | 11 | 59 | 51 | 28 | 6 | 193 |
| RR | | 10 | 6 | 9 | 13 | 13 | 16 | 10 | 2 | 79 |
| RS | | 12 | 18 | 19 | 11 | 23 | 9 | 6 | 2 | 100 |
| SC | 1 | 11 | 18 | 14 | 4 | 15 | 15 | 5 | 1 | 84 |
| SE | | 14 | 17 | 11 | 2 | 15 | 13 | 7 | | 79 |
| SP | | 17 | 20 | 11 | 23 | 24 | 9 | 4 | 1 | 109 |
| TO | 3 | 20 | 11 | 13 | 7 | 21 | 16 | 14 | 3 | 108 |
| TOTAL | 24 | 631 | 555 | 362 | 342 | 776 | 673 | 446 | 153 | 3.962 |

Quadro 10 - Distribuição dos servidores por situação funcional

| UF | ATIVO PERMANENTE | EXERCÍCIO DESCARREIRA | CELETISTA QP INCRA | ANISTIADO CLT INCRA | CONTRATO TEMPORÁRIO | EXERC PROVISÓRIO | ANISTIADO CLT EXTERNO | REQUI- SITADOS | SEM VÍNCULO (DAS) | CEDIDOS | TOTAL | APOSENTADOS |
|----|------------------|-----------------------|--------------------|---------------------|---------------------|------------------|-----------------------|----------------|-------------------|---------|-------|-------------|
| AC | 147 | 1 | 1 | | | | 0 | 0 | 2 | 4 | 155 | 167 |
| AL | 53 | 1 | | | | | 0 | 0 | 6 | 1 | 61 | 49 |
| AM | 150 | 2 | | | 2 | | 0 | 0 | | 3 | 157 | 143 |

| | | | | | | | | | | | | |
|-------|-------|----|---|----|----|---|----|---|-----|-----|-------|-------|
| AP | 50 | 1 | | 1 | 1 | | 0 | 0 | 1 | | 54 | 52 |
| BA | 156 | 2 | | | | | 0 | 0 | 2 | 7 | 167 | 167 |
| CE | 132 | 2 | | | | | 0 | 0 | 2 | 15 | 151 | 218 |
| DF | 322 | 27 | | 1 | 8 | | 16 | 7 | 39 | 65 | 485 | 749 |
| ES | 67 | 1 | | | | | 6 | 0 | 1 | | 75 | 99 |
| GO | 78 | 2 | | | | 1 | 13 | 0 | 3 | 1 | 98 | 209 |
| MA | 187 | 2 | | 71 | 4 | | 0 | 0 | 3 | 4 | 271 | 281 |
| MG | 107 | 2 | | | | | 1 | 0 | 3 | 1 | 114 | 154 |
| MS | 110 | 2 | | | | | 1 | 0 | 4 | 13 | 130 | 126 |
| MT | 193 | 1 | | | 2 | | 0 | 0 | 2 | 5 | 203 | 213 |
| PA | 367 | 9 | | 1 | 10 | | 0 | 1 | 13 | 4 | 405 | 431 |
| PB | 94 | 1 | | | | | 1 | 0 | 1 | | 97 | 101 |
| PE | 194 | 3 | | | | | 2 | 0 | 5 | 6 | 210 | 332 |
| PI | 107 | 2 | | | | | 0 | 1 | 1 | 1 | 112 | 84 |
| PR | 86 | 2 | | | | | 2 | 0 | | 3 | 93 | 223 |
| RJ | 78 | 2 | | 1 | | | 0 | 0 | 7 | 4 | 92 | 394 |
| RN | 74 | 2 | | | | | 0 | 0 | 2 | 2 | 80 | 123 |
| RO | 180 | 2 | | | 4 | | 0 | 0 | 3 | 4 | 193 | 223 |
| RR | 75 | 2 | | | | | 0 | 0 | | 2 | 79 | 32 |
| RS | 83 | 2 | | | | | 5 | 0 | 4 | 6 | 100 | 135 |
| SC | 67 | 1 | | | | | 11 | 0 | 2 | 3 | 84 | 119 |
| SE | 66 | 2 | | | | | 0 | 0 | 3 | 8 | 79 | 63 |
| SP | 98 | 2 | | | | | 0 | 0 | 2 | 7 | 109 | 101 |
| TO | 95 | 3 | | | 2 | | 0 | 0 | 4 | 4 | 108 | 95 |
| TOTAL | 3.416 | 81 | 1 | 75 | 33 | 1 | 58 | 9 | 115 | 173 | 3.962 | 5.083 |

Quadro 11 - Distribuição dos servidores por gênero

| UF | FEMININO | MASCULINO | TOTAL | %/TOTAL |
|----|----------|-----------|-------|---------|
| AC | 46 | 109 | 155 | 3,91% |
| AL | 18 | 43 | 61 | 1,54% |
| AM | 69 | 88 | 157 | 3,96% |
| AP | 9 | 45 | 54 | 1,36% |
| BA | 49 | 118 | 167 | 4,22% |
| CE | 58 | 93 | 151 | 3,81% |
| DF | 197 | 288 | 485 | 12,24% |
| ES | 17 | 58 | 75 | 1,89% |
| GO | 22 | 76 | 98 | 2,47% |
| MA | 82 | 189 | 271 | 6,84% |
| MG | 28 | 86 | 114 | 2,88% |
| MS | 32 | 98 | 130 | 3,28% |
| MT | 49 | 154 | 203 | 5,12% |
| PA | 121 | 284 | 405 | 10,22% |
| PB | 31 | 66 | 97 | 2,45% |
| PE | 51 | 159 | 210 | 5,30% |
| PI | 34 | 78 | 112 | 2,83% |
| PR | 28 | 65 | 93 | 2,35% |

| | | | | |
|-------------|-------|-------|-------|---------|
| RJ | 29 | 63 | 92 | 2,32% |
| RN | 18 | 62 | 80 | 2,02% |
| RO | 63 | 130 | 193 | 4,87% |
| RR | 30 | 49 | 79 | 1,99% |
| RS | 32 | 68 | 100 | 2,52% |
| SC | 23 | 61 | 84 | 2,12% |
| SE | 26 | 53 | 79 | 1,99% |
| SP | 33 | 76 | 109 | 2,75% |
| TO | 28 | 80 | 108 | 2,73% |
| Total Geral | 1.223 | 2.739 | 3.962 | 100,00% |

Quadro 12 - Distribuição dos servidores por área de atuação

| UF | ADMINIS- TRAÇÃO | ASSENTA- MENTO | FUNDI- ÁRIA | GABI- NETE | JURÍ- DICA | OBTENÇÃO DE TERRAS | PLANEJA- MENTO | TOTAL |
|-------|--------------------|-------------------|----------------|---------------|---------------|-----------------------|-------------------|-------|
| AC | 36 | 73 | 10 | 12 | 4 | 20 | | 155 |
| AL | 11 | 23 | 12 | 9 | 1 | 5 | | 61 |
| AM | 30 | 66 | 30 | 14 | 4 | 13 | | 157 |
| AP | 9 | 24 | 10 | 7 | 2 | 2 | | 54 |
| BA | 30 | 64 | 30 | 16 | 3 | 24 | | 167 |
| CE | 37 | 49 | 21 | 18 | 8 | 18 | | 151 |
| DF | 179 | 74 | 81 | 45 | 35 | 49 | 22 | 485 |
| ES | 19 | 27 | 15 | 6 | 2 | 6 | | 75 |
| GO | 29 | 23 | 15 | 12 | 3 | 16 | | 98 |
| MA | 70 | 115 | 51 | 15 | 4 | 16 | | 271 |
| MG | 19 | 49 | 26 | 7 | 4 | 9 | | 114 |
| MS | 22 | 58 | 22 | 12 | 4 | 12 | | 130 |
| MT | 25 | 111 | 31 | 16 | 8 | 12 | | 203 |
| PA | 74 | 168 | 88 | 41 | 16 | 18 | | 405 |
| PB | 17 | 39 | 16 | 12 | 4 | 9 | | 97 |
| PE | 55 | 70 | 37 | 18 | 7 | 23 | | 210 |
| PI | 16 | 48 | 24 | 13 | 4 | 7 | | 112 |
| PR | 15 | 28 | 33 | 7 | 3 | 7 | | 93 |
| RJ | 16 | 35 | 19 | 9 | 3 | 10 | | 92 |
| RN | 19 | 25 | 12 | 10 | 2 | 12 | | 80 |
| RO | 36 | 107 | 28 | 13 | 4 | 5 | | 193 |
| RR | 23 | 31 | 11 | 5 | 4 | 5 | | 79 |
| RS | 21 | 33 | 22 | 15 | 2 | 7 | | 100 |
| SC | 21 | 36 | 11 | 7 | 2 | 7 | | 84 |
| SE | 17 | 26 | 15 | 6 | 6 | 9 | | 79 |
| SP | 18 | 32 | 30 | 8 | 3 | 18 | | 109 |
| TO | 20 | 52 | 13 | 9 | 4 | 10 | | 108 |
| TOTAL | 884 | 1.486 | 713 | 362 | 146 | 349 | 22 | 3.962 |

Quadro 13 - Distribuição dos servidores por Unidade de Exercício (Relatório Força de Trabalho)

| SITUAÇÃO/NÍVEL/CARGO EFETIVO | SEDE/DF | SR-01/PA | SR-02/CE | SR-03/PE | SR-04/GO | SR-05/BA | SR-06/BA | SR-07/RJ | SR-08/SP | SR-09/PR | SR-10/SC | SR-11/RS | SR-12/MA | SR-13/MT | SR-14/AC | SR-15/AM | SR-16/MS | SR-17/RO | SR-18/PB | SR-19/RN | SR-20/ES | SR-21/AP | SR-22/AL | SR-23/SE | SR-24/PI | SR-25/RN | SR-26/TO | SR-27/MARABÁ | SR-28/DCE | SR-29/PETROLINA | SR-30/SANTARÉM | TOTAL | |
|----------------------------------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------------|-----------|-----------------|----------------|-------|----|
| AUX OP SERV DIVERSOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 3 | | | | | | | 4 | |
| TOTAL - NÍVEL AUXILIAR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 3 | | | | | | | 4 | |
| AG PORTARIA/AUX SERV GERAIS | 11 | 1 | 3 | 8 | 1 | 2 | | | 2 | 2 | | | 5 | 8 | 9 | 6 | 3 | 3 | 1 | 2 | 1 | | 1 | 1 | 5 | 4 | 13 | 11 | 5 | 2 | 110 | | |
| ARTIFICE | 3 | 3 | 1 | 6 | 2 | 1 | 1 | | | 1 | | | 2 | 9 | 15 | 13 | 3 | 19 | 1 | | 1 | | | | 1 | 5 | 5 | 4 | 5 | | 5 | 106 | |
| ASSIST ADM/TEC ADM | 63 | 34 | 28 | 21 | 6 | 20 | 9 | 7 | 14 | 9 | 6 | 7 | 43 | 39 | 31 | 45 | 11 | 61 | 15 | 5 | 2 | 11 | 5 | 13 | 11 | 18 | 10 | 30 | 17 | 11 | 21 | 623 | |
| ASSISTENTE TECNICO | 1 | 6 | 2 | | | | | 1 | | 1 | | 3 | 2 | 1 | 2 | 4 | | | | | 1 | 1 | 4 | | | 1 | 1 | 2 | | 4 | 5 | 43 | |
| AUXILIAR TECNICO | | 1 | 2 | 3 | | 1 | | | 1 | | | | | | 1 | 2 | 1 | 3 | 1 | | | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 22 | |
| DESENHISTA | 4 | 4 | 1 | 1 | | | | | | | | | 8 | 5 | 5 | 6 | 2 | 8 | | 1 | | | | | | | | | 1 | | 1 | 47 | |
| MOTORISTA | | 8 | 6 | 6 | 7 | 8 | 2 | | 3 | 1 | 1 | 1 | 9 | 11 | 11 | 9 | 3 | 10 | 5 | 3 | | 4 | 3 | 6 | 1 | 2 | 10 | 4 | 5 | 2 | 2 | 143 | |
| RADIOTELEGRAFISTA | | 1 | | | | | | | | | | | 2 | 3 | 3 | 4 | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | | 3 | 16 | |
| TECNICO AGRICOLA | 3 | 5 | 4 | 2 | 7 | 6 | 4 | 3 | 4 | 3 | 2 | 2 | 29 | 26 | 14 | 7 | 4 | 25 | 9 | 5 | 1 | 3 | 1 | 3 | 6 | 7 | 11 | 8 | 4 | 4 | 10 | 222 | |
| TECNICO CADASTRO RURAL | 2 | 2 | 2 | | | | 1 | 2 | | | | 1 | 4 | | 2 | 1 | | 2 | 2 | | | | | | 1 | 1 | | | | | | 23 | |
| TECNICO EM CONTABILIDADE | 13 | 2 | | | 1 | 3 | 2 | 1 | | 1 | 1 | | 1 | 6 | 8 | 5 | 2 | 5 | 1 | | 2 | | | | 3 | 1 | 2 | | | | 1 | 62 | |
| TECNICO REF DESENVOL AGRARIO | 3 | 9 | 3 | 12 | 3 | 15 | 3 | 1 | 6 | 4 | 6 | 5 | 4 | 12 | 3 | 3 | 6 | 4 | 7 | 5 | 5 | 4 | 5 | 2 | 8 | 2 | 2 | 7 | 3 | 3 | 10 | 165 | |
| TELEFONISTA | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 3 | |
| TOPOGRAFO | | 1 | 1 | 2 | | | | | | 1 | 1 | | 4 | 3 | 1 | 1 | | | | | | | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | | 20 | |
| VIGILANTE | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | 1 | | | | | | 5 | |
| TOTAL - NÍVEL INTERMEDIÁRIO | 103 | 77 | 53 | 61 | 29 | 57 | 22 | 15 | 30 | 23 | 17 | 19 | 113 | 123 | 106 | 106 | 35 | 141 | 42 | 23 | 13 | 24 | 20 | 29 | 31 | 45 | 46 | 71 | 49 | 30 | 57 | 1.610 | |
| ADM/ANALISTA ADM | 11 | 6 | 2 | 8 | 2 | 6 | 2 | 5 | 3 | 2 | 1 | 4 | 13 | 6 | 3 | 5 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | | 2 | 7 | 3 | 6 | 1 | 2 | 4 | 3 | 126 | |
| ANALISTA ADM(INFORMATICA) | 2 | | 1 | 1 | 2 | | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 13 |
| ANALISTA ADM/CONTADOR | 10 | 2 | 3 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 | 1 | 3 | 3 | | 2 | 1 | 2 | 5 | 6 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 3 | 3 | 2 | | 3 | 1 | 72 | |
| ANALISTA REFORMA DESENV AGRARIO | 24 | 16 | 10 | 10 | 8 | 12 | 13 | 11 | 13 | 14 | 10 | 4 | 8 | 11 | 11 | 9 | 15 | 9 | 4 | 8 | 10 | 2 | 3 | 7 | 11 | 1 | 5 | 7 | 2 | 3 | 6 | 277 | |
| ARDA (ANTROPOLOGIA) | 6 | 3 | 1 | 2 | 1 | 2 | 5 | 5 | 3 | 4 | 1 | 3 | 4 | 2 | 1 | 1 | 2 | | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 4 | 5 | 1 | 2 | | | 2 | 2 | 69 | |
| ARDA/ENG (AGRICULTURA) | 5 | 1 | 1 | 2 | 1 | 9 | 6 | 2 | 5 | 10 | 1 | | 3 | 5 | | | 6 | 1 | 3 | 1 | 3 | | 2 | | 8 | 2 | 2 | | | 1 | | 80 | |
| ARDA/ENG (ENG CIVIL) | 3 | 9 | 5 | 3 | 1 | 4 | | 1 | | 2 | 1 | 3 | 4 | 6 | 2 | 2 | 5 | 1 | 3 | 2 | | 1 | 1 | 1 | 4 | 3 | 3 | 1 | | 3 | 3 | 77 | |
| ARDA/ENG (ENG FLORESTAL) | 5 | 7 | | | 1 | 1 | 4 | 3 | 1 | 3 | 2 | 1 | 1 | 4 | 3 | 3 | 2 | | 1 | 1 | 3 | 3 | 1 | 3 | 1 | 3 | 4 | | | 3 | 64 | | |
| ASSISTENTE SOCIAL | 1 | | 5 | 1 | | 1 | 1 | | | | 1 | | 1 | 2 | | | 1 | 1 | 1 | 1 | | 2 | | | 4 | | 1 | 2 | | | | 26 | |
| ECONOMISTA | 7 | 1 | 2 | | 1 | 2 | | 1 | 1 | | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | | | | 30 | |
| FISCAL CADASTRO TRIBUTACAO RURAL | 6 | 2 | 5 | 1 | 1 | 4 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 5 | 2 | 3 | 1 | 1 | | | 4 | 3 | 3 | 1 | 1 | 2 | 6 | | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 71 | |
| GEOGRAFO | 1 | 2 | 1 | 2 | | | 1 | 1 | | | | 2 | 1 | | | | 1 | 1 | 2 | | | | | 1 | | | | | 2 | | | 19 | |
| MEDICO/ODONTOLOGO | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 2 | | | | 6 | |
| ORIENTADOR PROJ ASSENTAMENTO | 2 | 2 | 6 | 1 | | 8 | 1 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | | 3 | | | | | 2 | | 49 | |
| OUTROS/NS | 4 | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | | 11 | |
| TCS/ANALISTA ADM(JORNALISMO) | 9 | 2 | 4 | 1 | 3 | 1 | 1 | 3 | 3 | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | 2 | | 2 | 1 | 4 | 1 | | 1 | | 1 | | 50 | |
| TECNICO DE EDUCACAO | 2 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | |
| ENGENHEIRO AGRONOMO | 37 | 17 | 29 | 27 | 23 | 43 | 39 | 20 | 30 | 20 | 22 | 27 | 27 | 18 | 17 | 13 | 32 | 14 | 17 | 17 | 22 | 7 | 14 | 13 | 19 | 9 | 13 | 16 | 14 | 16 | 20 | 652 | |
| TOTAL - NÍVEL SUPERIOR | 135 | 70 | 77 | 64 | 45 | 95 | 78 | 61 | 65 | 63 | 48 | 57 | 71 | 64 | 41 | 40 | 70 | 35 | 50 | 48 | 50 | 22 | 31 | 34 | 75 | 23 | 43 | 41 | 22 | 37 | 41 | 1.696 | |
| TOTAL - ATIVO PERMANENTE | 238 | 147 | 130 | 125 | 74 | 152 | 100 | 76 | 95 | 86 | 65 | 76 | 184 | 187 | 147 | 146 | 105 | 176 | 92 | 71 | 63 | 46 | 51 | 64 | 106 | 71 | 89 | 112 | 71 | 67 | 98 | 3.310 | |
| TECNICO AGRICOLA/CELESTISTA | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| EXERC DESC CARREIRA | 25 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 1 | 2 | 80 |
| ANISTIADO CLT INCRA | | | | | | | | 1 | | | | | 56 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | 1 | | | 60 |
| CONTRATO TEMPORÁRIO | 8 | 4 | | | | | | | | | | | 4 | 2 | | 2 | | 4 | | | | | | | | | | 2 | 1 | | | 5 | 33 |
| ANISTIADO CLT EXTERNO | 9 | | | 1 | 14 | | 1 | | | 2 | 11 | 5 | | | | | 1 | | 1 | | 6 | | | | | | | | | 7 | 1 | 59 | |
| REQUISITADO/SEM VÍNCULO | 43 | 6 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 7 | 2 | | 2 | 4 | 3 | 2 | 2 | | 4 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 6 | 3 | 2 | | 4 | 5 | 3 | 4 | 3 | 124 | |
| CEDIDOS E AFASTADOS | 74 | 2 | 17 | 6 | 5 | 11 | 8 | 6 | 10 | 3 | 5 | 13 | 22 | 11 | 4 | 7 | 19 | 8 | 2 | 5 | 4 | 4 | 3 | 10 | 2 | 6 | 10 | 8 | 4 | 2 | 4 | 295 | |
| TOTAL GERAL | 397 | 163 | 151 | 135 | 98 | 167 | 114 | 92 | 109 | 93 | 84 | 100 | 271 | 203 | 155 | 157 | 130 | 193 | 97 | 80 | 75 | 54 | 61 | 79 | 112 | 79 | 108 | 130 | 88 | 75 | 112 | 3.962 | |

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O ingresso no Quadro de Pessoal do INCRA só pode ocorrer mediante habilitação e classificação em concurso público devidamente autorizado pelo Ministério da Economia na forma do disposto no Decreto nº 9.739, de 28/03/19.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição;

Quadro 14 - Detalhamento despesa de pessoal

| EXERCÍCIO | ATIVOS | APOSENTADOS E PENSIONISTAS | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------------------|------------------|
| 2017 | 480.014.572,48 | 571.261.465,58 | 1.051.276.038,06 |
| 2018 | 481.544.989,49 | 579.033.093,79 | 1.060.578.083,28 |
| 2019 | 455.434.615,69 | 626.577.968,47 | 1.082.012.584,16 |

A redução da despesa com os servidores ativos e o aumento na despesa com aposentados e pensionistas no exercício de 2019 é decorrente do quantitativo total de servidores que aposentaram no decorrer de 2019 (754 servidores).

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC;

O Quadro de Pessoal do INCRA é composto por 2(duas) Carreiras:

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário criado nos termos da Lei nº 11.090/05 e Carreira de Perito Federal Agrário criada nos termos da Lei nº 10.550/02.

Integram a Carreira de Perito Federal Agrário os servidores ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo. Os demais servidores integram o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

A remuneração básica das duas Carreiras é composta por vencimento básico e gratificação de Desempenho.

Os integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário percebem a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA. Os integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário percebem a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA.

A concessão da gratificação de desempenho é concedida em função de avaliação de desempenho cujo interstício corresponde ao período de maio a abril do ano seguinte. Os critérios e procedimentos referentes à avaliação de desempenho para fins de concessão da gratificação de desempenho estão regulamentados na forma do disposto no Decreto nº 7.133, de 19/03/10.

A avaliação de desempenho ocorre em duas etapas. A primeira avaliação (parcial) é realizada decorridos 6(seis) meses do interstício. A final após o encerramento do interstício.

A evolução funcional dos servidores nas respectivas carreiras ocorre mediante progressão (mudança de um padrão para o imediatamente superior) e promoção funcional (mudança do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte).

O interstício da progressão/promoção funcional dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário é de março a fevereiro do ano seguinte, sendo que a progressão surte efeitos financeiros em abril. São promovidos os servidores cuja pontuação na avaliação é igual ou superior a 75% da média obtida pelos servidores avaliados.

O interstício da progressão/promoção funcional dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário é de julho a junho do ano seguinte. Os 50% mais bem avaliados são promovidos em setembro do ano em que ocorreu a avaliação. Os demais são promovidos em março do ano seguinte.

Os servidores em estágio probatório são avaliados em função dos fatores de avaliação previstos no artigo 20 da Lei nº 8.112/90. No âmbito do INCRA está regulamentado por Instrução Normativa, sendo que são realizadas 2(duas) avaliações parciais e a avaliação final.

Aproximadamente 70% da soma dos cargos em comissão (DAS) e funções comissionadas (FCPE), até o nível 3 são privativos de servidores ocupantes de cargos efetivos. No nível 4 aproximadamente 50% dos cargos/funções são privativos de servidores ocupantes de cargos efetivos.

Capacitação: estratégia e números;

No exercício de 2019, em razão de restrições orçamentárias e financeiras foram priorizadas ações de capacitação na área de Processo Administrativo Disciplinar (aproximadamente 80 servidores treinados) e Licitação e Contratos (aproximadamente 70 servidores treinados).

Principais desafios e ações futuras.

Para 2020, os desafios são:

- Implantação do controle eletrônico de frequência desenvolvido pelo Ministério da Economia na forma do disposto na Instrução Normativa nº 02, de 12/09/18, publicada no Diário Oficial de 13/09/18.
- Elaboração de estudos com vistas à adoção de teletrabalho;
- Implementação de projeto de assentamento funcional digital; e
- Dimensionamento da força de trabalho ideal com vistas à solicitação de autorização para a realização de concurso público objetivando o provimento de vagas para o Quadro de Pessoal do INCRA.

6.3- Gestão de licitações e contratos:

6.3.1- Conformidade legal

A Administração do INCRA, por intermédio de Coordenação Geral de Administração e Serviços Gerais, na Sede em Brasília e por intermédio das Divisões de Administração, nas Superintendências Regionais, realizam suas contratações em restrita atenção aos princípios constitucionais, em plena conformidade com as normas e dispositivos legais específicos e correlatos relativos ao objeto licitado, notadamente ao que refere-se a Lei 8.666/1993, combinada com as orientações e regramentos constantes da IN MP/SLTI nº 4/2014 e IN nº 5/2017/MP, que disciplinam os ritos das aquisições de bens e serviços no âmbito da Administração Pública.

6.3.2- Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

A Administração buscou como subsídios as informações registradas no Tesouro Gerencial SIAFI para o exercício de 2019, extraída em 13/03/2020, considerando na busca o “resultado Primário Lei = 2: Primário Discricionário”. Visando a presente manifestação, foram classificadas por natureza de despesa, a fim de melhor expor os gastos efetivos no exercício de 2019 à referida UPC. Apenas foram apresentadas na tabela abaixo as ND que guardam efetiva relação com licitações e contratos.

Quadro 15 - Gastos de contratação por Natureza da Despesa

| ND | TIPO | Despesas Empenhadas (R\$) |
|--------|---|---------------------------|
| 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 96.799.700,70 |
| 339040 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ | 30.781.926,11 |
| 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA | 29.756.331,71 |
| 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 13.687.040,44 |
| 339030 | MATERIAIS DE CONSUMO | 4.812.806,51 |
| 339036 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA | 2.526.800,18 |
| 339047 | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 993.870,02 |
| 339139 | OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-(INTRA) | 981.315,79 |
| 339147 | OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS | 32.588,45 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Consubstanciados nestes dados, detalhamos os itens de maior relevância às despesas com Contratações Públicas no âmbito do Incra.

Materiais de Consumo

Em relação às despesas com materiais de consumo, subdividimos em grupos para melhor expor a finalidade dos gastos, desprende-se que 43% das aquisições foram destinadas à materiais de expedientes e gêneros alimentícios.

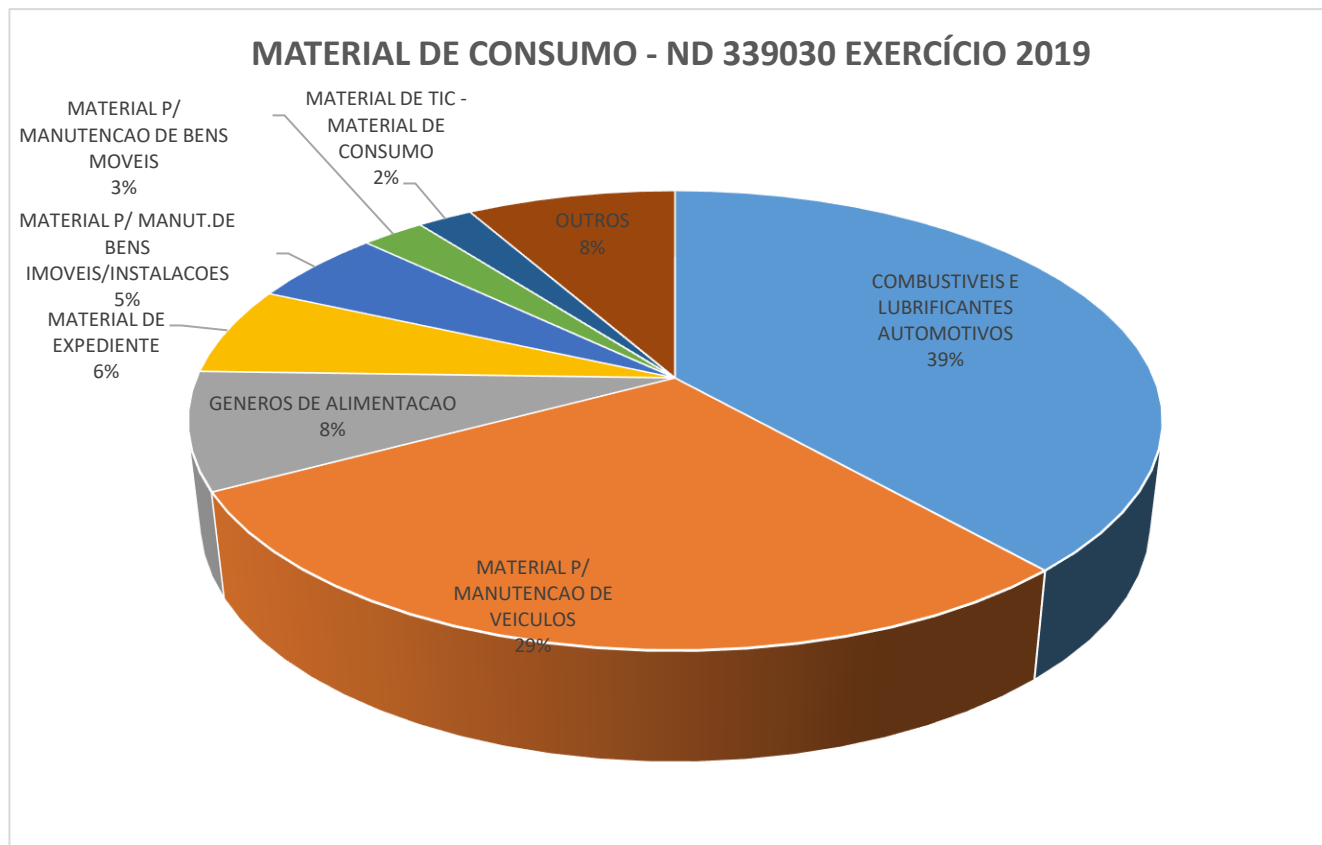
Quadro 16 - Finalidade de gastos ND 339030 - Exercício 2019

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|--|-------------------------|
| 33903001 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 1.848.691,46 |

| | | |
|----------|---|--------------|
| 33903039 | MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 1.386.811,87 |
| 33903007 | GENEROS DE ALIMENTACAO | 396.861,24 |
| 33903016 | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 299.541,63 |
| 33903024 | MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 256.720,46 |
| 33903025 | MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS | 120.225,54 |
| 33903017 | MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO | 105.258,00 |
| OUTROS | | 398.696,31 |
| TOTAL | | 4.812.806,51 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 10 - Material de Consumo



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Outros Serviços de Terceiros – pessoa física

Em relação às despesas com Serviços de Terceiros de Pessoa Física, constante da ND 339036, destacamos que 56% foi destinada a Estagiários, e 38% a Locação de Imóveis, sendo que esses dois gastos juntos representam 94% do valor empenhado nessa natureza de despesa.

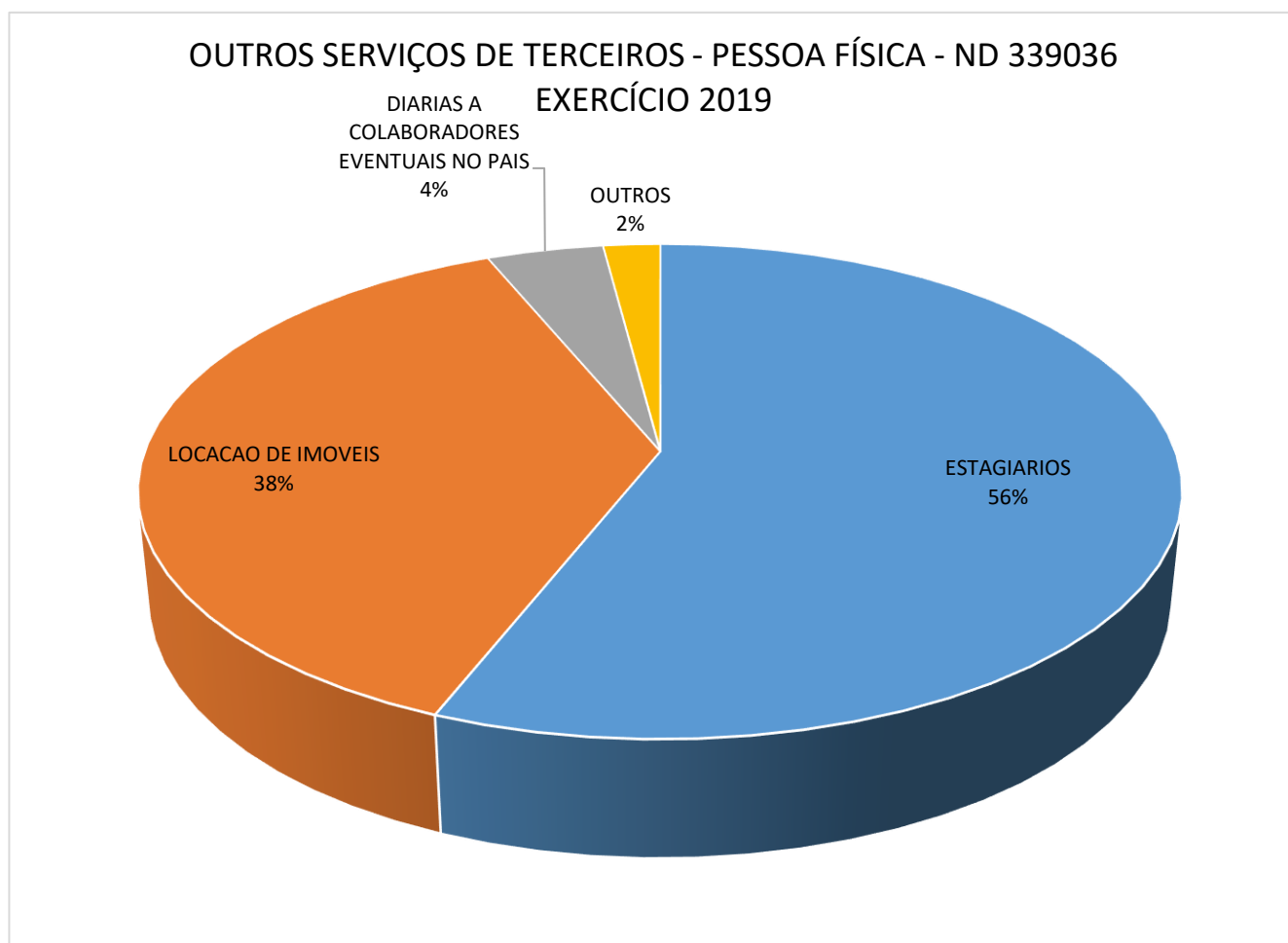
Quadro 17 - Finalidade dos gastos ND 339036 - Exercício 2019

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 33903607 | ESTAGIARIOS | 1.416.200,07 |
| 33903615 | LOCACAO DE IMOVEIS | 951.676,98 |
| 33903602 | DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS | 106.733,60 |
| 33903606 | SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS | 17.240,00 |
| 33903601 | CONDOMINIOS | 12.531,00 |
| 33903657 | SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC | 9.700,00 |
| 33903622 | MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS | 6.500,00 |
| OUTROS | | 6.218,53 |

| | |
|-------|--------------|
| TOTAL | 2.526.800,18 |
|-------|--------------|

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 11 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Locação de Mão de Obra

Em relação às despesas com locação de mão-de-obra terceirizada, subdividimos em grupos para melhor expor a finalidade dos gastos, destacamos que 48% destes gastos foram destinados à contratação de serviços de apoio administrativo (secretarias, tec. secretariado, office-boy, continuo, recepcionista, etc.) e o segundo maior destino dos gastos correspondem à despesa de vigilância ostensiva (32%), nas unidades do Incra em todo o país.

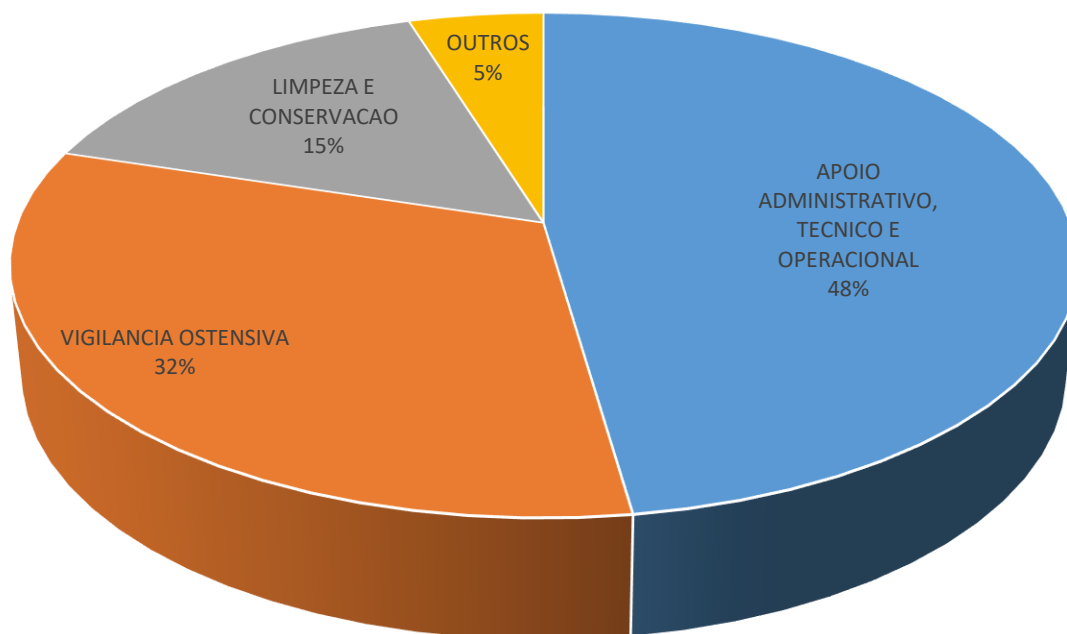
Quadro 18 - Finalidade dos gastos ND 339037 - Exercício 2019

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 33903701 | APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL | 46.209.079,80 |
| 33903703 | VIGILANCIA OSTENSIVA | 31.041.473,79 |
| 33903702 | LIMPEZA E CONSERVACAO | 14.901.862,00 |
| 33903704 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | 1.639.977,63 |
| 33903707 | SERVICOS DE BRIGADA DE INCENDIO. | 1.567.698,30 |
| 33903706 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS | 761.361,15 |
| 33903705 | SERVICOS DE COPA E COZINHA | 678.248,03 |
| TOTAL | | 96.799.700,70 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 12 - Locação de Mão-de-obra

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - ND 339037 EXERCÍCIO 2019



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

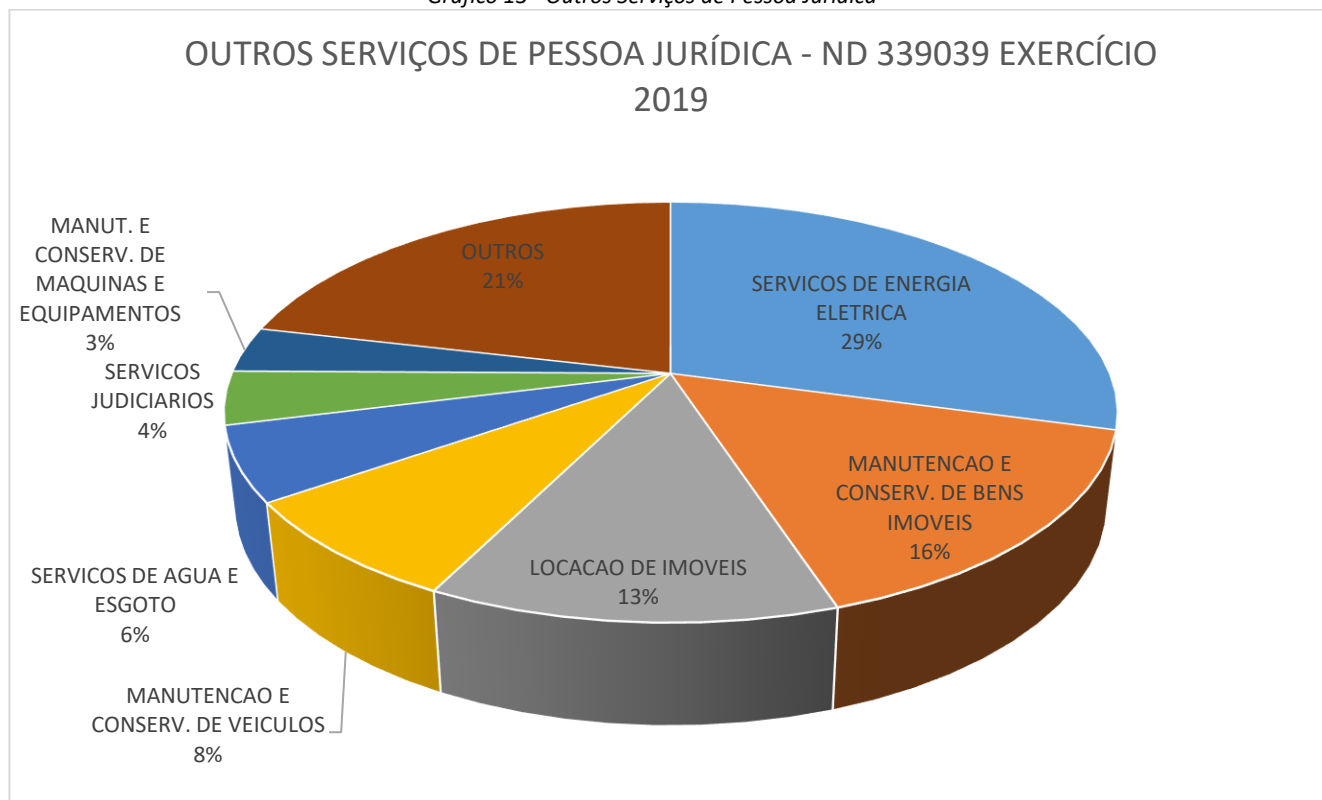
Entre os serviços na ND 339039, destaca-se a despesa com energia elétrica, que representa 29% de toda a despesa, seguida pela Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (16%) e pela locação de imóveis (12%).

Quadro 19 - Finalidade dos gastos ND 339039 - Exercício 2019

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 33903943 | SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA | 8.708.101,16 |
| 33903916 | MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS | 4.659.312,13 |
| 33903910 | LOCACAO DE IMOVEIS | 3.719.427,12 |
| 33903919 | MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 2.357.970,07 |
| 33903944 | SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | 1.702.906,72 |
| 33903966 | SERVICOS JUDICIARIOS | 1.223.178,53 |
| 33903917 | MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.036.486,53 |
| 33903925 | TAXA DE ADMINISTRACAO | 838.810,23 |
| 33903958 | SERVICOS DE TELECOMUNICACOES | 816.613,83 |
| 33903902 | CONDOMINIOS | 596.768,38 |
| 33903947 | SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL | 546.736,09 |
| 33903983 | SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS | 525.475,84 |
| OUTROS | | 6.348.949,45 |
| TOTAL | | 29.756.331,71 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 13 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

Os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica (ND 339040), encontram-se sob a gestão da Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET/DE, dos quais a Administração presta exclusivamente assessoria nos procedimentos de licitação e contratação.

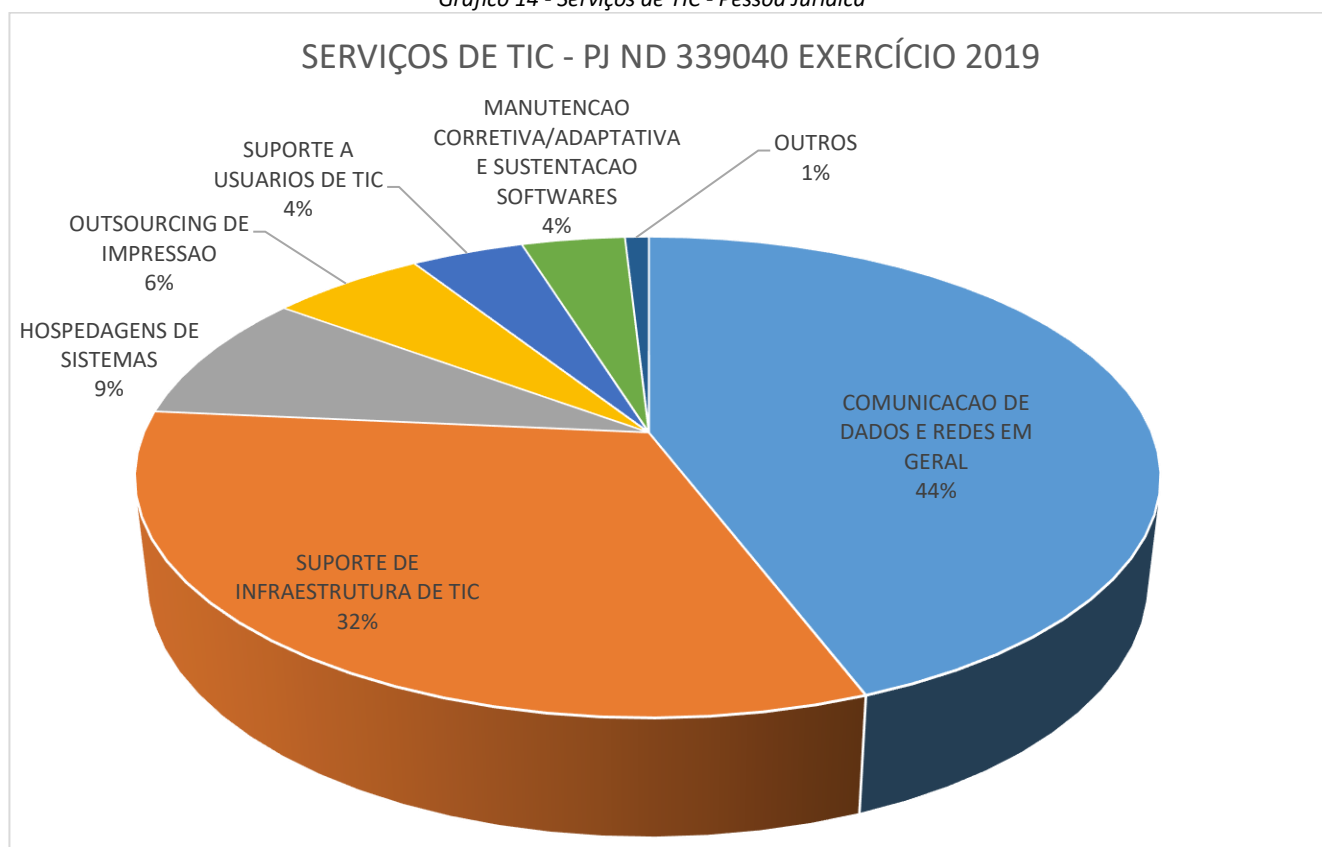
A partir dos dados extraídos (Tesouro Gerencial), subgrupamos de forma a melhor identificar seus objetivos. Destaca-se que deste, 61% correspondem a serviços de Suporte e Serv. Técnicos Profissionais de TI.

Quadro 20 - Serviços de TI e Comunicação - Pessoa Jurídica

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 33904013 | COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL | 13.614.605,62 |
| 33904011 | SUORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC | 9.924.542,49 |
| 33904009 | HOSPEDAGENS DE SISTEMAS | 2.674.375,68 |
| 33904016 | OUTSOURCING DE IMPRESSAO | 1.788.887,99 |
| 33904010 | SUORTE A USUARIOS DE TIC | 1.304.807,69 |
| 33904007 | MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES | 1.197.941,04 |
| 33904021 | SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC | 203.431,70 |
| 33904012 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC | 43.233,00 |
| 33904014 | TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS | 18.725,09 |
| 33904023 | EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS | 9.025,71 |
| OUTROS | | 2.350,10 |
| TOTAL | | 30.781.926,11 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 14 - Serviços de TIC - Pessoa Jurídica



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Obrigações Tributárias e Contributivas

Tratam de dados tributários, que embora não tenham informações contratuais sob a gestão da DAA, incluem também os pagamentos de IPTU e IPVA que estão sob gestão da Administração de Patrimônio nas Unidades Jurisdicionadas.

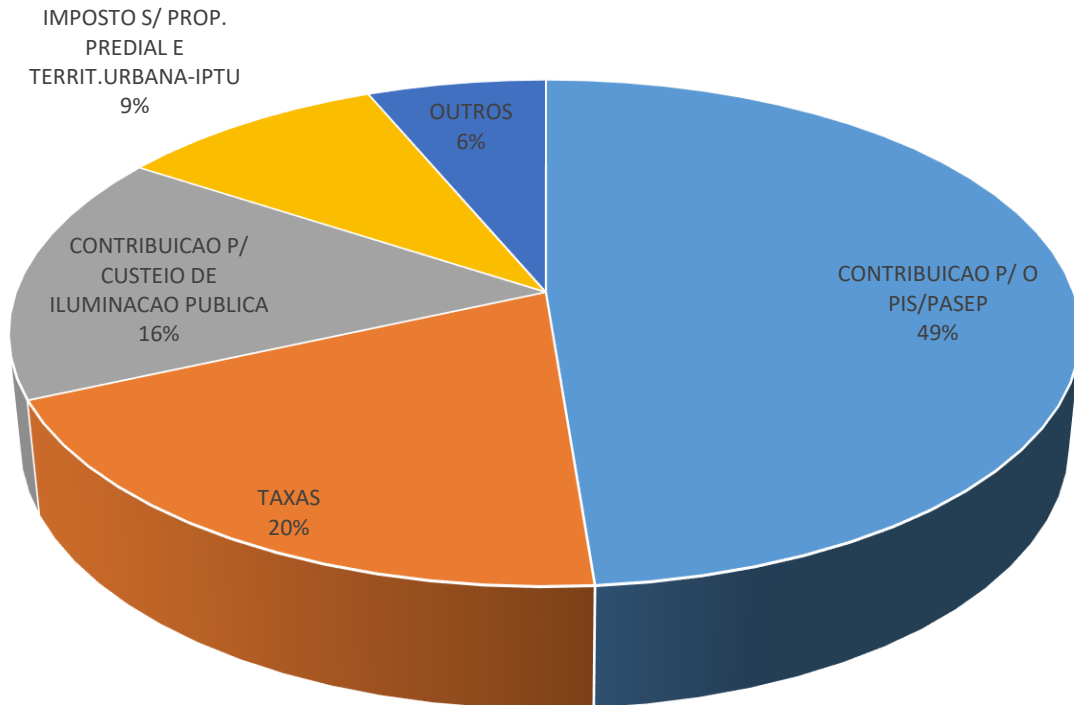
Quadro 21 - Obrigações Tributárias e Contributivas

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 33904712 | CONTRIBUICAO P/ O PIS/PASEP | 484.640,01 |
| 33904710 | TAXAS | 194.004,29 |
| 33904722 | CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA | 158.883,15 |
| 33904702 | IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URBANA-IPTU | 93.871,62 |
| 339047 | OUTROS | 62.470,95 |
| TOTAL | | 993.870,02 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 15 - Obrigações Tributárias e Contributivas

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS ND 339047



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discrecionário

Outros Serviços de Terceiros-Pes.Jurid-OP.Intra-Orc

Trata-se de despesas com outros entes públicos, dessa forma são operações Intra-orçamentárias, nestas destacam-se despesas de assinatura de periódicos Serviços de Comunicação e Publicidade Legal, à exemplo da IMPRENSA NACIONAL e EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO - EBC.

Quadro 22 - Despesas com outros entes públicos

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---------------------------------------|-------------------------|
| 33913947 | SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL | 509.627,25 |
| 33913990 | SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL | 392.419,05 |
| 33913901 | ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES | 45.005,17 |
| 33913992 | SERVICOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL | 34.264,32 |
| TOTAL | | 981.315,79 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discrecionário.

Gráfico 16 - Despesas com outros entes públicos



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário

Equipamentos e Material Permanente

Trata a presente ND de ações de investimento de materiais e equipamentos incorporados ao patrimônio da Autarquia.

Nesta natureza de despesa destaca-se a aquisição de veículos para renovação de frota realizada, com o empenho de 11.635.954,00 para entrega em pagamento no exercício de 2020. Os veículos adquiridos serão distribuídos nacionalmente às unidades do Incra, e serão utilizados nos trabalhos de campo visando principalmente o processo de supervisão ocupacional das parcelas dos assentamentos e a geração de vistorias objetivando o fornecimento dos títulos de domínio, seja ao assentado ou o cliente de regularização fundiária.

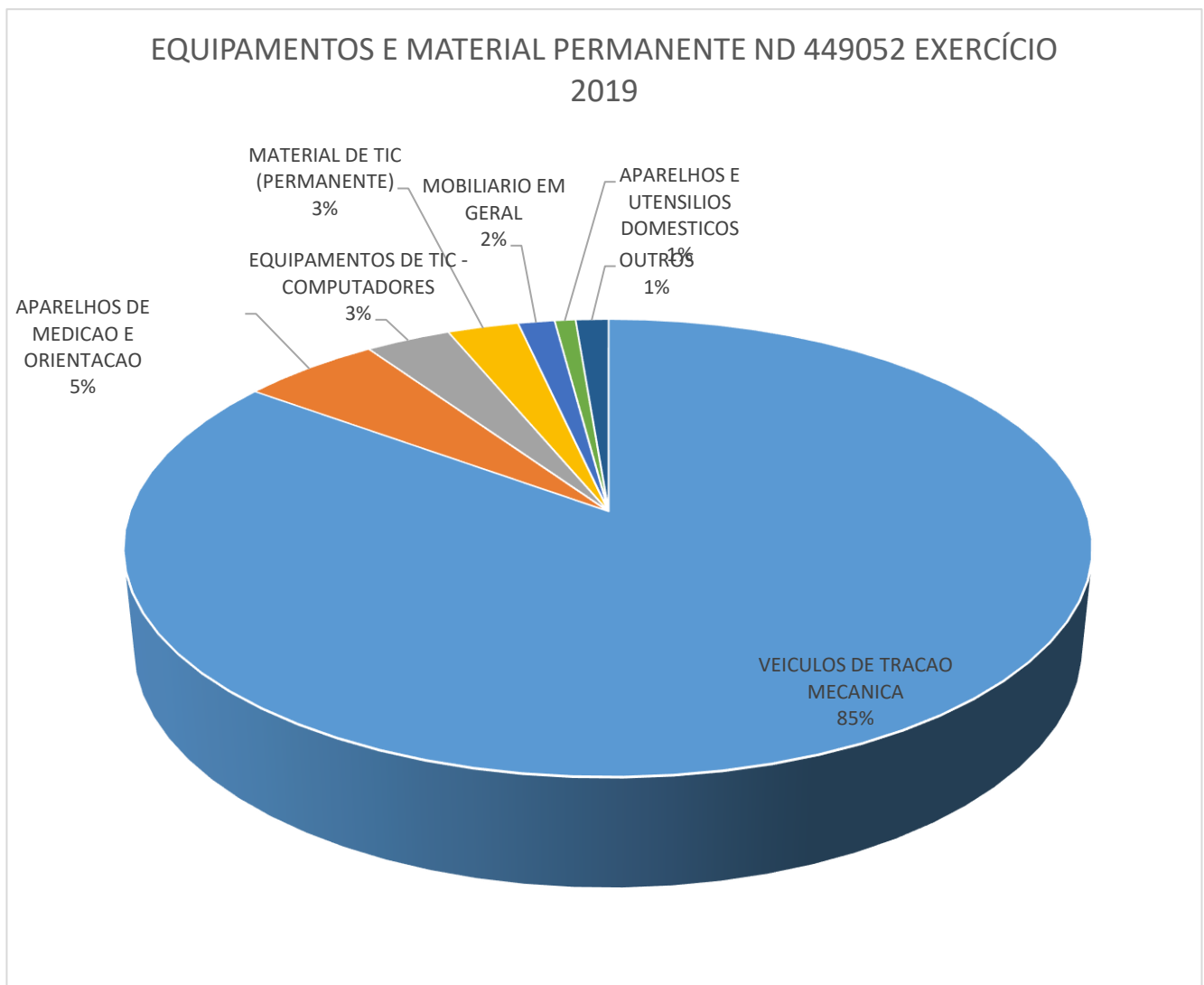
Quadro 23 - Equipamentos e material permanente

| ND DETALHADA | DESCRIÇÃO | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--------------|---|-------------------------|
| 44905252 | VEICULOS DE TRACAO MECANICA | 11.635.954,00 |
| 44905204 | APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO | 738.790,50 |
| 44905241 | EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES | 453.599,60 |
| 44905235 | MATERIAL DE TIC (PERMANENTE) | 378.387,78 |
| 44905242 | MOBILIARIO EM GERAL | 194.406,73 |
| 44905212 | APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS | 111.254,35 |
| 44905206 | APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO | 64.219,40 |

| | | |
|----------|--|---------------|
| 44905233 | EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO | 49.087,20 |
| 44905202 | AERONAVES | 42.392,00 |
| 44905232 | MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS | 9.351,94 |
| 44905245 | EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS | 4.889,94 |
| 44905239 | EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E ELETRICOS | 2.596,00 |
| 44905234 | MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS | 2.111,00 |
| TOTAL | | 13.687.040,44 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário.

Gráfico 17 - Equipamentos e Material Permanente



FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário

Considerando os valores empenhados para a compra de veículos, apresentamos abaixo a distribuição dos valores das aquisições por UG executora:

Quadro 24 - Distribuição do orçamento emp. por UG Executora aquisição de veículos - Exercício 2019

| UG EXECUTORA | DESPESA EMPENHADA (R\$) |
|--|-------------------------|
| 373046 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.G. NORTE-INCRA/SR-19 | 251.400,00 |
| 373045 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 271.400,00 |

| | |
|--|---------------|
| 373082 - INCRA-SUPERINT.REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 775.760,00 |
| 373053 - SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 4.280.874,00 |
| 373083 - DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 6.056.520,00 |
| TOTAL | 11.635.954,00 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário

Cabe reforçar que, embora as compras tenham sido efetuadas em poucas UGs, os veículos serão entregues pelas concessionárias nas mais diversas Superintendências Regionais, conforme previsto nos contratos.

Passagens

Por fim, tratamos das informações acerca dos gastos com Passagens Nacionais (3.3.90.33.01) e Internacionais (3.3.90.33.02) no Exercício de 2019. É importante destacar a redução de nos gastos realizados nestes itens que representaram queda de 35% nas passagens nacionais e de 87% nas passagens internacionais.

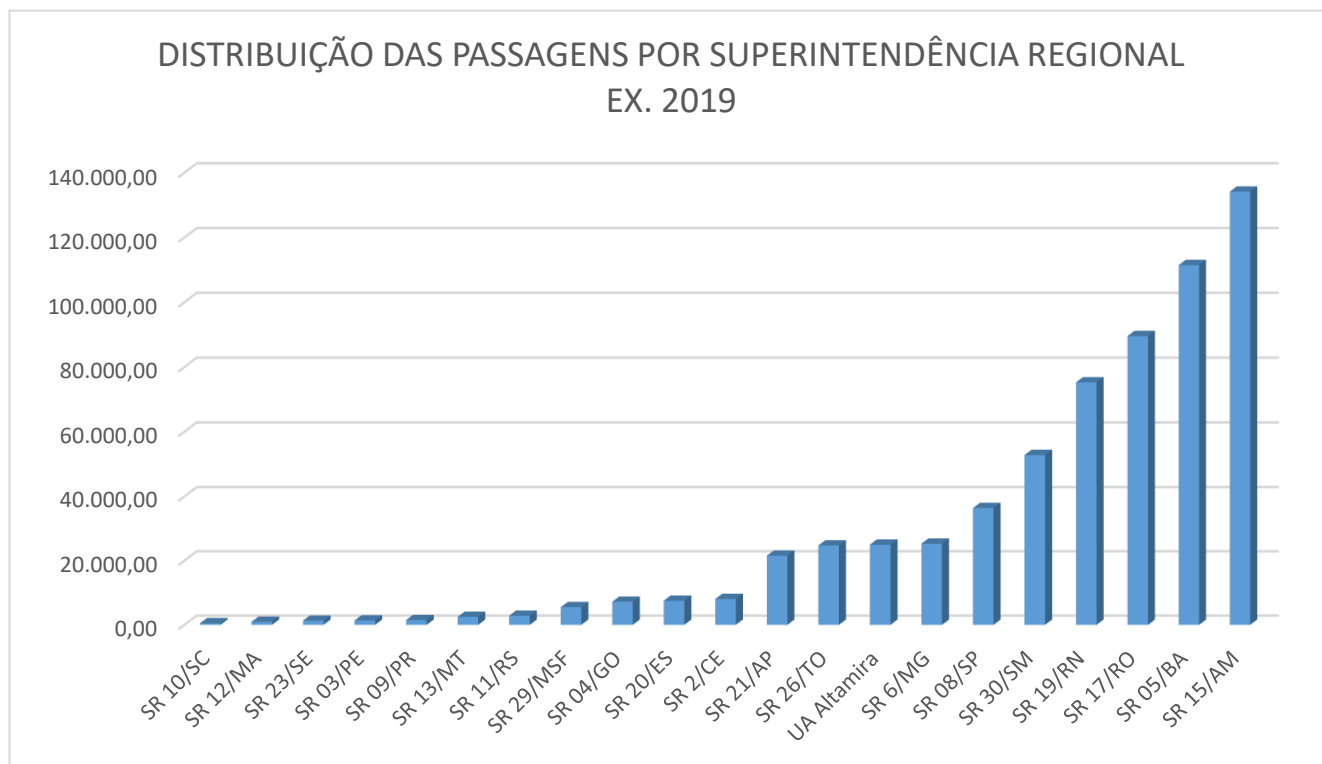
Tais reduções amplamente significativas se devem à melhora nos fluxos de trabalho e na otimização dos serviços realizados pelas equipes.

Quadro 25 - Distribuição do orçamento emp. por UG Executora nos gastos com passagens - Exercício 2019

| UG EXECUTORA | NACIONAIS (R\$) | INTERNACIONAIS (R\$) | TOTAL |
|--|-----------------|----------------------|--------------|
| 373083 DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 2.696.611,07 | 61.404,00 | 2.758.015,07 |
| 373025 SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 134.115,03 | | 134.115,03 |
| 373053 SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 111.436,06 | | 111.436,06 |
| 373082 INCRA-SUPERINT.REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 89.534,48 | | 89.534,48 |
| 373046 SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 75.227,35 | | 75.227,35 |
| 373037 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 52.787,50 | | 52.787,50 |
| 373066 SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 36.350,10 | | 36.350,10 |
| 373055 SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GERAIS-INCRA/SR-06 | 25.253,63 | | 25.253,63 |
| 373032 PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA | 24.954,91 | | 24.954,91 |
| 373085 SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 24.700,00 | | 24.700,00 |
| 373039 SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | 21.520,41 | | 21.520,41 |
| 373045 SUPERINTEND.ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 8.059,62 | | 8.059,62 |
| 373057 SUPERINTEND.ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20 | 7.502,91 | | 7.502,91 |
| 373080 SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 7.180,46 | | 7.180,46 |
| 373050 SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 5.500,00 | | 5.500,00 |
| 373072 SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 2.836,65 | | 2.836,65 |
| 373073 SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 2.487,87 | | 2.487,87 |
| 373067 SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 1.468,85 | | 1.468,85 |
| 373048 SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 1.366,65 | | 1.366,65 |
| 373052 SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 1.300,00 | | 1.300,00 |
| 373040 SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12 | 965,00 | | 965,00 |
| 373070 SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | 494,00 | | 494,00 |
| 133088 SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 43,48 | | 43,48 |
| TOTAL | 3.331.696,03 | 61.404,00 | 3.393.100,03 |

FONTE: Tesouro Gerencial, Exercício 2019 - Primário Discricionário

Gráfico 18 - Aquisição de Passagens por Superintendência Regional no exercício 2019



6.3.3- Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Prestação de Serviços de Vigilância: a contratação dos serviços de vigilância faz-se necessária para garantir a segurança dos servidores e do público em geral, bem como a segurança das instalações do Incra, não permitindo a depredação, violação, apropriação indébita, furto e outras ações que redundem em danos ao patrimônio. O Incra não dispõe de pessoal em seu quadro para prestação desses serviços. O Decreto nº 2.271/97 e a IN/SEGES/MP nº 05/2017 disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços de vigilância, cuja categoria não mais ingressará via concurso público na Administração Pública Federal.

Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação: essencial para garantir a manutenção da limpeza, higienização e conservação das dependências do INCRA, bem como seus bens móveis; garantindo assim condições de salubridade, funcionalidade, higiene e conforto para seus servidores, colaboradores e público usuário.

Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis: a necessidade de contratar uma empresa do ramo de manutenção predial deve-se à existência de instalações e equipamentos em operação nas dependências do INCRA, que exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, têm-se as instalações prediais civis, elétricas, hidráulicas, sanitárias, de proteção e combate a incêndio, de proteção contra descargas atmosféricas e outras no mesmo nível de complexidade, que devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo adequado padrão operacional.

Prestação de Serviços de Apoio Administrativo: visando a excelência na prestação dos serviços públicos, a Administração busca a otimização do uso de seus recursos humanos, passando atividades que desincumbem servidores, dirigentes e autoridades de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio da prestação de serviços terceirizados. Assim sendo, estas contratações têm como objetivo suprir, sob a forma de execução indireta, o desenvolvimento de atividades de apoio administrativo nos diversos setores do Incra, com padrão compatível das práticas exigidas

pela Administração Pública Federal, assegurando a continuidade dos serviços prestados, bem como agilizando os fluxos dos trabalhos de competência deste órgão, elevando a qualidade dos serviços ofertados ao público e contribuindo para o cumprimento de sua função institucional, com clima organizacional positivo em práticas sustentáveis em sintonia com o Regimento Interno e normas federais.

6.3.4- Contratações diretas:

Classificadas como Contratações Diretas, são aquelas que por algum fator não foram objeto de certame licitatório, ou seja, não houve uma concorrência pública, as hipóteses para dispensa e inexigibilidade de licitação estão definidas na Lei nº. 8.666/93.

A dispensa de licitação está prevista no art. 24 da Lei 8.666/93. É a possibilidade que uma administração tem de celebrar um contrato sem passar por uma licitação, mas suas hipóteses são bastante restritivas. Só deve ser utilizada em casos em que a licitação for menos vantajosa para a Administração Pública, como por exemplo, quando o processo se demonstrar mais oneroso, ou os prazos não forem suficientes para a aquisição do produto ou serviço. Limita-se a compras de baixo custo, situações de emergência e calamidade públicas, além da aquisição ou aluguel de imóvel.

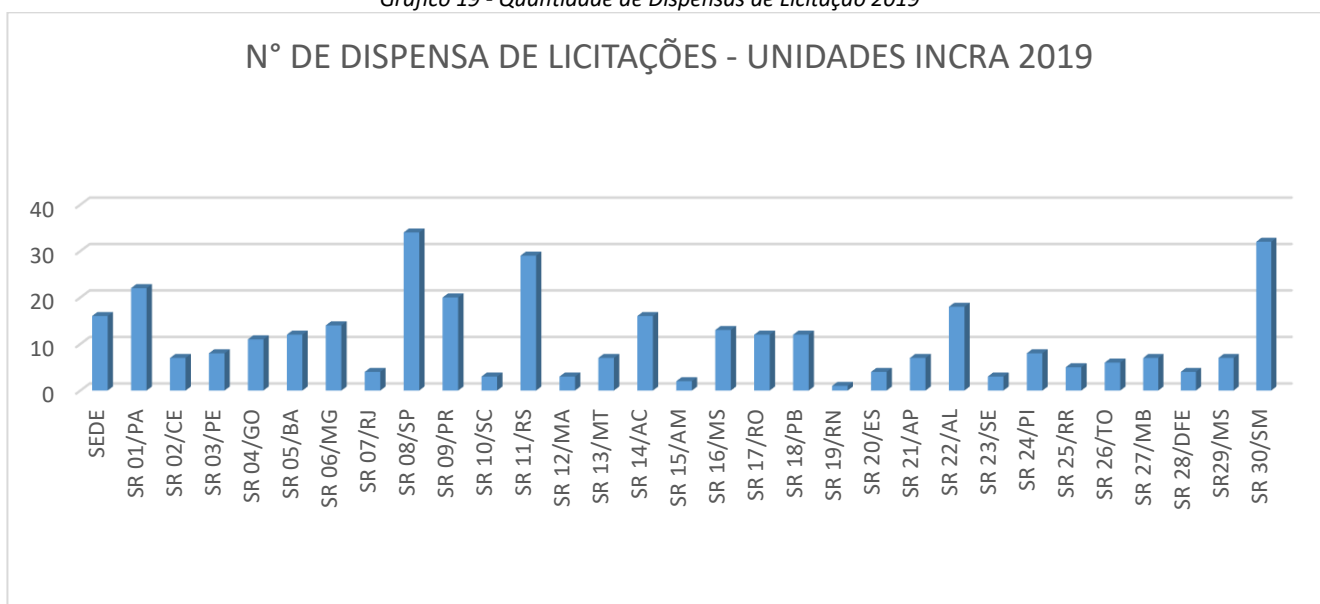
A inexigibilidade de licitação se caracteriza pela impossibilidade de competição. Está determinada no art. 25 da Lei de Licitações e Contratos. Essa inviabilidade pode ser tanto pela exclusividade do objeto a ser contratado, como pela falta de empresas concorrentes. O mais comum é quando existe apenas um fornecedor para determinada demanda.

Quadro 26 - Relatório de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitações 2019 por Unidade/Incr

| SIASGNET - EXERCÍCIO 2018 | | | |
|---------------------------|-----------|----------|-----------------|
| UASG | UNIDADE | DISPENSA | INEXIGIBILIDADE |
| 373083 | SEDE | 16 | 02 |
| 373030 | SR 01/PA | 22 | 02 |
| 373045 | SR 02/CE | 07 | 05 |
| 373048 | SR 03/PE | 08 | 01 |
| 373080 | SR 04/GO | 11 | 07 |
| 373053 | SR 05/BA | 12 | 11 |
| 373055 | SR 06/MG | 14 | 02 |
| 373062 | SR 07/RJ | 04 | 06 |
| 373066 | SR 08/SP | 34 | 04 |
| 373067 | SR 09/PR | 20 | 06 |
| 373070 | SR 10/SC | 03 | 01 |
| 373072 | SR 11/RS | 29 | 06 |
| 373040 | SR 12/MA | 03 | 06 |
| 373073 | SR 13/MT | 07 | 02 |
| 373015 | SR 14/AC | 16 | 0 |
| 373025 | SR 15/AM | 02 | 08 |
| 373058 | SR 16/MS | 13 | 04 |
| 373082 | SR 17/RO | 12 | 0 |
| 373047 | SR 18/PB | 12 | 03 |
| 373046 | SR 19/RN | 01 | 03 |
| 373057 | SR 20/ES | 04 | 01 |
| 373039 | SR 21/AP | 07 | 06 |
| 373051 | SR 22/AL | 18 | 05 |
| 373052 | SR 23/SE | 03 | 11 |
| 373044 | SR 24/PI | 08 | 05 |
| 373029 | SR 25/RR | 05 | 01 |
| 373085 | SR 26/TO | 06 | 01 |
| 133080 | SR 27/MB | 07 | 01 |
| 133088 | SR 28/DFE | 04 | 01 |
| 373050 | SR29/MS | 07 | 01 |
| 373032 | SR 30/SM | 32 | 01 |

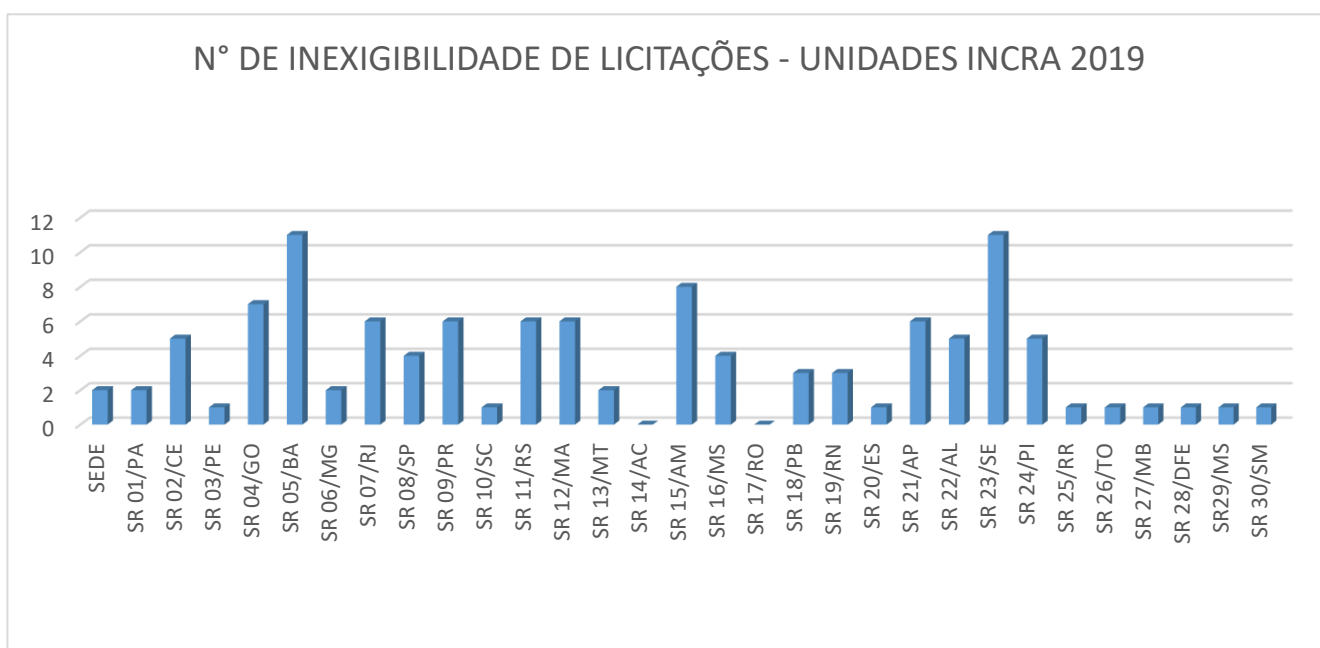
FONTE: portaltransparencia.gov.br (em 16/03/2020)

Gráfico 19 - Quantidade de Dispensas de Licitação 2019



FONTE: portaltransparencia.gov.br (em 16/03/2020)

Gráfico 20 - Quantidade de Inexigibilidade de Licitação 2019



FONTE: portaltransparencia.gov.br (em 16/03/2020)

6.3.5- Principais desafios e ações futuras

Melhoria nas rotinas e procedimentos relacionados à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretária de Gestão do Ministério da Economia, que trata do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC.

Desenvolvimento e/ou construção de sistema que forneça celeridade e qualidade na coleta e centralização de informações de compras públicas e contratos administrativos, o que facilitará a gestão da informação e a otimização dos recursos atualmente escassos, principalmente no que concerne aos recursos humanos e orçamentários/financeiros.

6.4- Gestão patrimonial e infraestrutura

6.4.1- Conformidade legal

O Incra possui um sistema de controle de patrimônio informatizado chamado ASI (Automation System of Inventory) que se encontra interligado com as 30 (trinta) Superintendências Regionais.

A Administração do Patrimônio do Incra, têm como principal objetivo, o controle e desfazimento de bens móveis permanentes considerados inservíveis, conforme os seguintes embasamentos legais:

1. Decreto de nº 9.373, de 11 de maio de 2018;
2. Instrução Normativa Nº 205, de 08 de abril de 1988;
3. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e
4. Norma de Execução/DA/Nº 100 de 29 de novembro de 2011.

6.4.2- Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Entre as aquisições realizadas em 2019, destaca-se a de 91 veículos que serão entregues nas Superintendências regionais conforme necessidade já identificada pelo órgão, após avaliação do parque de máquinas atualmente disponível e das demandas projetadas para os próximos exercícios, sendo:

1. Sede : 50 veículos
2. SR 05 – BA: 34 veículos;
3. SR 17 – RO: 05 veículos;
4. SR 19 – RN – 02 veículos.

6.4.3- Desfazimento de ativos

Diversas SRs realizaram alienação de bens permanentes em 2019:

1. 04/GO;
2. SR-06/MG;
3. SR-07/RJ;
4. SR-08/SP;
5. SR-09/PR;
6. SR-10/SC;
7. SR-11/RS;
8. SR-13/MT;
9. SR-14/AC;
10. SR-23/SE;
11. SR-27/MBA;
12. SR-28/DFE.

6.4.4- Locações de imóveis e equipamentos

No exercício de 2019 foi inserida na PLDO 2020, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), a relação de imóveis disponíveis com perspectivas de alienação no exercício de 2020. Nesta relação encontram-se os apartamentos funcionais, terrenos e casas, além de imóvel comercial de

A Administração de Patrimônio do Incra mantém controle de suas unidades sedes (Escritórios), da qual atualmente somam-se 68 unidades, sendo 2 são cedidas pelo SPU e 3 alugadas. Os demais imóveis são de propriedade da Autarquia.

São gastos o montante de R\$ 1.961.943,00 (um milhão, novecentos e sessenta e um mil novecentos e quarenta e três reais) anuais para o pagamento das despesas de locação dos mesmos.

Quadro 27 - Locações de Imóveis e Equipamentos

| UF | SR'S e UA's | IMÓVEL | DESPESA ANUAL (R\$) |
|----|----------------------------|--------------|---------------------|
| AC | SR-14/AC | Sede Própria | 0,00 |
| AC | UA/Alto Purus - Sena Mad | Sede Própria | 0,00 |
| AC | UA/Alto Juruá - Cruzeiro d | Sede Própria | 0,00 |

| | | | |
|----|-------------------------|--------------|------|
| AL | SR-22/AL | Cedido/SPU | 0,00 |
| AM | SR-15/AM | Sede Própria | 0,00 |
| AM | UA/Boca do Acre | Sede Própria | 0,00 |
| AM | UA/Humaitá | Sede Própria | 0,00 |
| AM | UA/M. Madeira | Sede Própria | 0,00 |
| AP | SR-21/AP | Sede Própria | 0,00 |
| BA | SR-05/BA | Sede Própria | 0,00 |
| CE | SR-02/CE | Sede Própria | 0,00 |
| DF | SR-28/DFE | Sede Própria | 0,00 |
| DF | SEDE/BRASILIA-DF | Sede Própria | 0,00 |
| ES | SR-20/ES | Sede Própria | 0,00 |
| GO | SR-04/GO | Sede Própria | 0,00 |
| MA | SR-12/MA | Sede Própria | 0,00 |
| MA | UA/Imperatriz | Sede Própria | 0,00 |
| MA | UA/Bacabal | Sede Própria | 0,00 |
| MA | UA/V. Pindaré | Sede Própria | 0,00 |
| MA | U.A/Barra do Corda | Sede Própria | 0,00 |
| MG | SR-06/MG | Sede Própria | 0,00 |
| MS | UA/Corumbá | Sede Própria | 0,00 |
| MS | UA/Jardim | Sede Própria | 0,00 |
| MS | UA/Dourados | Sede Própria | 0,00 |
| MT | SR-13/MT | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/Peixoto de Azevedo | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/Cárceres | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/V. Araguaia | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/V.Guaporé | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/Norte Mato Grosso | Sede Própria | 0,00 |
| MT | UA/Diamantino | Sede Própria | 0,00 |
| PA | SR-01/PA | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Paragominas | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Capitão do Poço | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Tomé Açu | Sede Própria | 0,00 |
| PA | SR-27/MBA | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Tucuruí | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Conceição do Aragu. | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/ São G. do Araguaia | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Xingu | Sede Própria | 0,00 |
| PA | SR-30/STM | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Monte Alegre | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA Cachimbo | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA.Itaituba | Sede Própria | 0,00 |
| PB | SR-18/PB | Sede Própria | 0,00 |
| PE | SR-03/PE | Sede Própria | 0,00 |
| PE | SR-29/MSF | Sede Própria | 0,00 |
| PI | SR-24/PI | Sede Própria | 0,00 |
| PR | SR-09/PR | Sede Própria | 0,00 |
| PR | UA/Paraná | Sede Própria | 0,00 |
| RJ | SR-07/RJ | Cedido/SPU | 0,00 |
| RN | SR-19/RN | Sede Própria | 0,00 |
| RO | SR-17/RO | Sede Própria | 0,00 |
| RO | UA/Jaru Ouro Preto | Sede Própria | 0,00 |
| RO | UA/Corumbiara - Pimenta | Sede Própria | 0,00 |
| RO | UA/Guajará-Mirim | Sede Própria | 0,00 |
| RS | SR-11/RS | Sede Própria | 0,00 |
| SC | SR-10/SC | Sede Própria | 0,00 |

| | | | |
|---------------------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| SC | UA/Chapecó | Sede Própria | 0,00 |
| SE | SR-23/SE | Sede Própria | 0,00 |
| SP | SR-08/SP | Sede Própria | 0,00 |
| TO | SR-26/TO | Sede Própria | 0,00 |
| TO | UA/Gurupi | Sede Própria | 0,00 |
| TO | UA/Araguatins | Sede Própria | 0,00 |
| TO | UA/Araguaína | Sede Própria | 0,00 |
| PA | UA/Altamira / Anapú | Alugada | 214.800,00 |
| RR | SR-25/RR | Alugada | 559.143,00 |
| MS | SR-16/MS | Alugada | 1.188.000,00 |
| TOTAL DESPESAS ANO (R\$) | | | 1.961.943,00 |

FONTE: DAA-4

6.4.5- Mudanças e desmobilizações relevantes

Com a extinção do Programa Terra Legal por meio da Medida Provisória nº 870 de 01/01/2019, ratificada posteriormente pela Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, onde por meio do art. 33, transfere ao Incra as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas na Amazônia Legal, o Incra recepcionou e passou a fazer a gestão de todo o acervo do extinto “Terra Legal”.

6.4.6- Principais desafios e ações futuras

Implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

6.5- Gestão da tecnologia da informação

6.5.1- Conformidade legal; Observância de normas de TI vigentes

- Estratégia de Governança Digital (EGD);
- Decreto nº 7174/2010;
- Instrução Normativa ME / SGD nº 01, de 04 de abril de 2019
- Acórdãos dos órgãos de controle
- Portaria nº 20, de 14 de junho de 2016.

6.5.2- Modelo de governança de TI; (estrutura de governança de TIC do Incra)

- Comitê de Governança (Portaria nº 1549/2018 – SEI nº 4818703)
- Comitê de Governança Digital (Portaria nº 293, de 11 de maio de 2017)

6.5.3- Montante de recursos aplicados em TI; orçamento

Dotação autorizada: R\$ 19.891.269,33 (Fonte: SIAFI Operacional)

Considerações Adicionais:

Da dotação anual autorizada de R\$ 19.891.269,33, R\$ 17.040.821,33 (dezessete milhões, quarenta mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e três centavos) são de CUSTEIO e R\$ 2.816.519,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, quinhentos e dezenove reais) são de CAPITAL.

Custeio.

Os recursos de custeio foram utilizados em contratos de TI vigentes na Sede e nas Superintendências Regionais (SRs). São de caráter continuado e envolvem atividades como a rede MPLS de comunicação de dados e Internet, de âmbito nacional, sustentação de redes locais, suporte a usuários, manutenção de equipamentos e instalações, manutenção de sistemas, além de concessão de diárias a servidores da área de TI. A Sede empenho R\$ 13.975.635,44 (treze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e

quarenta e quatro centavos), correspondente a 82,01% da dotação, e o restante (16,75% da dotação - R\$ 2.855.114,89 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e quatro reais e oitenta e nove centavos) foram descentralizados para as SRs, as quais são responsáveis pela gestão dos recursos.

Ao longo de 2019, foram mantidos os seguintes contratos de caráter continuado no âmbito da Sede, classificados como custeio:

Quadro 28 - Novos contratos de TI Incra Sede 2018

| CONTRATO | DATA ASSIN. | EMPRESA | OBJETO | PROCESSO |
|---------------------------------------|--------------------------|-------------|---|----------------------|
| 43200/2017 | 08/05/2017 | Claro S/A | Serviços de telecomunicações, por meio de redes IP/MPLS, com capacidade de prover tráfego de voz (VoIP), dados e imagem entre a Sede e Srs | 54000.000106/2017-99 |
| 203/2019 | 08/05/2019 | SERPRO | Conexão com a INFOVIA-Brasília | 54000.190667/2018-51 |
| 41.100/2017 | 04/04/2019 | Orion | Suporte técnico, remoto e presencial, para manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da Sala Cofre do Incra | 54000.000678/2015-14 |
| 46.100/2018 (vigência de 20 meses) | 11/07/2018 | ZIULEO COPY | Outsourcing de impressão – âmbito nacional | 54000.000276/2017-73 |
| 46.200/2018 46201/2019 | 18/07/2018 18/07/2019 | EFICÁCIA | Mensuração de demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas – pontos de função | 54000.000515/2018-95 |
| 46.300/2018 46301/2019 | 23/07/2018 23/07/2019 | CENTRAL IT | Planejamento, implantação e execução de serviços de atendimento a usuários de TI em âmbito nacional – níveis 1, 2 e 3 | 54000.000915/2017-09 |
| 46.700/2018 46701/2019 | 24/08/2019 | LINK DATA | Desenvolvimento e manutenção do Sistema de Patrimônio e Almoxarifado | 54000.000322/2016-53 |
| Dispensa de Licitação nº 08/2019 | 20/08/2019 | Compwire | Serviço de conserto dos defeitos do Storage DELL/EMC VNX 7500 serial number CKM00121100152, conforme especificações constante do Projeto Básico DET-2 SEI n. 4062106. | 54000.080204/2019-63 |

Capital.

Dos recursos de capital, a Sede ficou com 100%, ou R\$ 2.816.519,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, quinhentos e dezenove reais).

Quanto ao contrato CRT 46.800/2018, assinado pelo Incra e pela empresa Brasoftware Informática Ltda – processo 54000.120963/2018-95, refere-se à aquisição e renovação de licenças perpétuas Microsoft – SQL Server e System Center. Este contrato prevê pagamento em 3 (três) parcelas anuais, sendo que a de 2019 já foi paga. Ainda está pendente a de 2020.

Foram empenhados, também, valores para assegurar os contratos de fábrica de software, oriundos do Pregão Eletrônico nº 05/2019 (processo nº 54000.000272/2017-95):

Quadro 29 - Contratos de TI

| CONTRATO | DATA ASSIN. | EMPRESA | OBJETO | PROCESSO |
|----------|-------------|---------|--------|----------|
|----------|-------------|---------|--------|----------|

| | | | | |
|----------|------------|---|--|----------------------|
| 482/2019 | 06/12/2019 | Mirante Tecnologia S/A | desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, portais web, soluções para dispositivos móveis, soluções de Business Intelligence e sistemas que utilizam tecnologia de Georreferenciamento, conforme grupos e itens descritos no Termo de Referência | 54000.000272/2017-95 |
| 483/2019 | 06/12/2019 | Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. | Desenvolvimento e sustentação de Sistemas de Georreferenciamento conforme especificações contidas no Termo de Referência. | 54000.000272/2017-95 |

Valor de capital empenhado para a empresa Mirante Tecnologia: R\$177.675,71 (SEI nº 4823925)

Valor de capital empenhado para a empresa Datainfo: R\$35.168,16

Restos a pagar.

Devido a problemas de funcionamento que impediram o uso do Sistema SEI, os restos a pagar 2018 afetos à DE/DET foram encaminhados à Diretoria de Gestão Administrativa (DA), no dia 4/1/2019, por meio de Memorando DET nº 02/2019, o qual, após digitalizado, foi inserido no processo SEI nº 54000.156642/2018-29 – documento nº (2527540). Em resumo, os valores são os seguintes:

a) R\$ 7.288.744,13 (sete milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos quarenta e quatro reais e treze centavos), referente aos saldos de empenho dos contratos que não foram pagos ou apropriados em 2018;

b) Outros R\$ 3.482.774,91 (três milhões, quatrocentos oitenta e dois mil, setecentos quarenta e quatro reais, noventa e um centavos) correspondem a restos a pagar de exercícios anteriores a 2018, a maioria referente ao contrato de “fábrica de software” - CRT 32.300/2013.

c) Total geral: R\$ 7.288.744,13 + R\$ 3.482.774,91 = R\$ 10.771.519,04 (dez milhões, setecentos setenta e um mil, quinhentos e dezenove reais e quatro centavos).

6.5.4- Contratações mais relevantes de recursos de TI.

Aquisição de fitas LTO 5 para aliviar a solução de storage em operação, que chegou a operar com 97% de armazenamento de dados (processo nº 54000.092026/2019-13; cotação eletrônica nº 15/2019, valor R\$14.400,00)

6.5.5- Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor.

Unificação do domínio do Incra: redes locais sob gestão e ingerência dos “gestores” de TIC das Superintendências Regionais foram migrados para o domínio do Incra Sede, que doravante exercerá controle efetivo sobre uso dos recursos de TIC, controle de programas e softwares utilizados, análise dos tráfegos de dados e otimização para melhorar os serviços nas unidades de ponta da Autarquia. Projeto iniciado sob a gestão da DET-2, executado pela Central IT.

Padronização tecnológica e Regularização de soluções em uso pelo Incra: aquisição de licenças de SGBD SQL Server e System Center, da Microsoft, com a finalidade de uniformizar a arquitetura tecnológica, padronizar a infraestrutura e rede e simplificar a gestão dos ativos de TIC sob gestão da DET.

6.5.6- Segurança da informação;

A política de Segurança da Informação vigente no Incra remonta a 2013 e necessita de revisões e atualização. Atualmente há 03 normas: a Portaria Incra nº 587/2013 (institui a Política de Segurança da

Informação – PSI); a Norma Complementar nº 01 (estabelece regras para o uso da rede corporativa e respectivos recursos); e a Norma Complementar nº 02 (uso do Correio Eletrônico).

A rede corporativa conta com uma solução de firewall atualizada (appliance e softwares da NTSEC).

O Incra não possui solução corporativa de antivírus, AntiSpam e antimalwares desde outubro de 2017. A insuficiência orçamentária e de pessoas impossibilita a aquisição de solução robusta e efetiva para proteger a rede corporativa da Autarquia, que apresenta alcance nacional e capilaridade por todo o território brasileiro. A contratação de solução de segurança da rede é urgente.

O Incra não possui solução de controle de acessos, o que torna a Sede, Superintendências Regionais e Unidades Avançadas vulneráveis a invasões físicas, furtos, sabotagens de ativos e sistemas, etc. A alta gestão não priorizou em 2017 e em 2018 a manutenção e atualização de ferramentas de segurança e controles de acesso para a rede e para as instalações físicas do Incra e suas Unidades.

O Incra está com ativos críticos de TIC obsoletos, sem garantia e desgastados pelo uso e falta de manutenção. Ativos de rede como o switch core e o dispositivo de armazenamento de arquivos (storage) estão operando além de sua vida útil, com risco iminente de colapso desde o ano de 2018. Informações históricas e estratégicas da Autarquia estão sujeitas a se perderem irreversivelmente por inadequação dos equipamentos. Apesar dos alertas da DET, a alta gestão não assegurou orçamento para a aquisição do storage. Quanto ao switch core, a aquisição foi realizada por meio de pregão eletrônico, mas a solução vencedora está em avaliação porque há indícios de inadequações dos equipamentos adquiridos ao ambiente de rede.

6.5.7- Principais desafios e ações futuras.

Os grandes desafios para Tecnologia da Informação do Incra são:

i. ausência de comando estratégico: no exercício de 2019, foram notórios os conflitos de interesses das áreas finalísticas quanto aos recursos de TIC, com destaque para o isolamento deliberado da Diretoria de Desenvolvimento (DD) e à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) às tentativas de priorizar e otimizar as necessidades de TIC. Foram priorizados os Termos de Execução Descentralizada e acordos de cooperação com entidades externas, sem consulta à DET; houve redução orçamentária que obrigou ao redimensionamento dos contratos de fábrica de software duas vezes em 2019;

ii. decadência de orçamento para as ações necessárias de manutenção da rede: desde 2010, observa-se uma decadência contínua do orçamento disponível de TIC, que levou o Incra a deixar de renovar o parque computacional e de atualizar os ativos de rede e segurança. A obsolescência dos equipamentos deixou a rede suscetível ao ataque de ransomware em 2016, que inutilizou as informações de dezenas de usuários no Ceará e em outras Unidades do Incra. Sem orçamento suficiente, a rede tende ao colapso e desintegração;

iii. Quadro de servidores reduzido, sobrecarregado de tarefas e desmotivado, atuando em um cenário de ingerência política definitiva para estagnação e cometimento de erros: assim como o orçamento de TIC, a equipe de servidores da DET vem sofrendo redução a cada ano. Em 2018, havia 09 servidores na DET. Em 2019, são 07. Com a crescente demanda de TIC e com o aumento do passivo tecnológico a ser solucionado, a equipe já não consegue atuar tempestivamente; fiscalização de contratos foi prejudicada, crises não possuem a atuação adequada, prazos judiciais e administrativos são perdidos, o índice de adoecimento de servidores cresce. Urge reforço do quadro de servidores, sob risco de paralisia da rede e dos serviços sustentados por tecnologia no curto prazo;

iv. falta de patrocínio da alta gestão aos projetos de modernização tecnológica e de otimização dos recursos de TIC: várias iniciativas aderentes às boas práticas de TIC têm sido sugeridas pela DET, à alta gestão, pois são fatores críticos de sucesso ao funcionamento da rede e sistemas de forma adequada e satisfatória ao cidadão. Desde a mitigação de softwares irregulares na rede corporativa até condutas de uso dos recursos de TIC foram objeto de propostas à alta direção, mas nunca foram sequer publicadas nos portais oficiais (por exemplo, a necessidade de consulta à DET para Termos de Cooperação e Execução Descentralizada com produtos de TIC; a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas; a Metodologia de Desenvolvimento de Softwares; a Política de Classificação de Informações, etc.).

6.6- Sustentabilidade ambiental

As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada (INCRA) observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, todavia não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do referido decreto. A ação do Incra na redução de consumo de recursos naturais encontra-se voltada nas ações de redução de consumo de papel, pelas atividades do Sistema Eletrônico de informação, o que vêm gradualmente reduzindo o consumo deste material. A Autarquia não possui resíduos poluentes em sua atividade.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração da Contadora Responsável Substituta, Danielle Silva

Declaração da Contadora Responsável Substituta – Danielle SA Coordenação Geral de Contabilidade – (DOC) , de acordo com a PORTARIA Nº 531, DE 12 DE MARÇO DE 2020, publicado no D.O.U de 24/03/2020 <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-531-de-23-de-marco-de-2020-249439357> , compõe a estrutura da Diretoria de Gestão Operacional– (DO) – do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA) do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), que conforme o artigo 42 do Regimento Interno exerce a competência de coordenar e supervisionar a execução da contabilidade do INCRA.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do INCRA, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

INCRA - SEDE

Superintendências Regionais

Unidades Avançadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação-Geral de Contabilidade - DOC, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

7.1- Das Demonstrações Contábeis do INCRA

- ✓ **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos da Autarquia.
- ✓ **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- ✓ **Balanco Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- ✓ **Balanco Financeiro** – evidencia os totais anuais das receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias executadas, bem como os saldos das disponibilidades (caixa e bancos) que foram recebidas do exercício anterior e os que serão passados para o exercício seguinte.

Ressalvas.

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do INCRA, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- ✓ Até o momento inexistente rotina contábil para o registro da diferença entre o valor contabilizado dos ativos imobilizados e o valor da titulação.

- ✓ Foi constatado que algumas Superintendências Regionais utilizaram códigos de recolhimento diversos (28874-8, 28858-6, 18817-4, 18822-0, 18816-6, 48807-0, 28852-7, 28830-6, 98814-6, 28868-3, 18806-9, 10790-5, 10789-1 e 10788-3), em diversas Unidades Gestoras. Com base nas informações extraídas no SISGRU desde 2004.
- ✓ Sem prejuízo do fornecimento das informações de responsabilidade das áreas finalísticas, estimamos que a partir de 2019 seja possível realizar, ainda que parcialmente o ajuste contábil dos saldos das contas de títulos a receber, à medida que a conciliação dos dados retroativos avança, obviamente após a extração de relatórios, definição de rotina e eventos contábeis necessários, dentre outros trabalhos em curso;
- ✓ Algumas unidades gestoras possuem transferências voluntárias (convênios) vencidos e pendentes de prestação de contas, nas situações de a comprovar, a aprovar e inadimplência efetiva.
- ✓ O saldo das contas representativas de créditos concedidos e títulos a receber de parceiros, imóveis destinados à reforma agrária e objetos de regularização fundiária necessitam de atualização e revisão constante, à medida em que as áreas são disponibilizadas pelas áreas finalísticas, motivo pelo qual o saldo contábil não representa ao final exercício seu montante atualizado.

Avanços.

Cabe ressaltar que no exercício de 2019 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis do INCRA, dentre elas destacamos as seguintes:

- ✓ Implantação do sistema TDCalc para emissão de GRU destinada a cobrança de títulos dos parceiros e capacitação dos servidores da Regionais;
- ✓ Inclusão de 97% dos imóveis rurais destinados à reforma agrária no SPIUnet e no SIAFI;
- ✓ Utilização do Sistema E-tce/TCU para todas as Tomada de Contas instauradas;

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, exceto no tocante as ressalvas apontadas neste documento e as inseridas na conformidade contábil relativa ao exercício de 2019.

Brasília-DF 08 de junho de 2020
Danielle Cristina de Abreu Silva
 CRC/DF nº 23627/0
 Contadora Responsável do INCRA

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - AUTARQUIA

22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

2019

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|---------------------------|---------------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 | ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| ATIVO CIRCULANTE | 3.408.499.492,44 | 3.025.828.678,35 | PASSIVO CIRCULANTE | 2.015.898.346,90 | 3.775.945.915,54 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3.086.680.166,46 | 2.973.203.568,88 | Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 125.442.912,52 | 108.602.421,24 |
| Créditos a Curto Prazo | 121.815.808,90 | 26.525.678,34 | Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 122.173.618,64 | 26.883.488,08 | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 27.452.565,10 | 41.242.311,10 |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo | -357.809,74 | -357.809,74 | Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 1.837,73 | 1.837,73 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 197.140.797,53 | 22.974.148,27 | Obrigações de Repartição a Outros Entes | 114.107.141,99 | - |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | - | - | Provisões a Curto Prazo | - | - |
| Estoques | 2.862.580,78 | 3.125.144,09 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 1.748.893.889,56 | 3.626.099.345,47 |
| Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda | - | - | | | |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 138,77 | 138,77 | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 324.955.323.980,34 | 170.634.519.913,34 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 53.573.010,94 | 203.325.990,83 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 14.368.160.384,76 | 14.121.106.629,49 | Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo | 1.443.909,80 | 3.362.111,79 |
| Créditos a Longo Prazo | 6.297.571.538,64 | 6.288.285.933,56 | Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 6.158.701.287,97 | 6.149.415.682,89 | Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | - | - |
| Dívida Ativa Não Tributária | 138.870.250,67 | 138.870.250,67 | Obrigações Fiscais a Longo Prazo | - | - |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 8.070.588.778,38 | 7.832.820.628,19 | Provisões a Longo Prazo | - | - |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 67,74 | 67,74 | Demais Obrigações a Longo Prazo | 52.129.101,14 | 199.963.879,04 |
| Estoques | - | - | Resultado Diferido | - | - |
| Investimentos | 4.531,70 | 4.531,70 | TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 2.069.471.357,84 | 3.979.271.906,37 |
| Participações Permanentes | 3.370,22 | 3.370,22 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial | 3.370,22 | 3.370,22 | ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| Propriedades para Investimento | - | - | Patrimônio Social e Capital Social | - | - |

| | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------|---|---------------------------|---------------------------|
| Propriedades para Investimento | - | - | Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | - | - | Reservas de Capital | 7.626,91 | 7.626,91 |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | - | - | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | - | - | Reservas de Lucros | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | - | - | Demais Reservas | 12.760.314,16 | 12.760.314,16 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | - | - | Resultados Acumulados | 326.281.584.173,87 | 169.668.308.744,25 |
| Demais Investimentos Permanentes | 1.161,48 | 1.161,48 | Resultado do Exercício | 13.172.818.210,50 | 21.976.981.923,19 |
| Demais Investimentos Permanentes | 1.161,48 | 1.161,48 | Resultados de Exercícios Anteriores | 311.124.643.749,59 | 65.214.119.602,21 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | - | - | Ajustes de Exercícios Anteriores | 1.984.122.213,78 | 82.477.207.218,85 |
| Imobilizado | 310.574.374.501,37 | 156.502.360.626,88 | (-) Ações / Cotas em Tesouraria | - | - |
| Bens Móveis | 267.166.580,34 | 265.086.967,53 | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 326.294.352.114,94 | 169.681.076.685,32 |
| Bens Móveis | 372.117.265,04 | 355.265.679,16 | | | |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -101.717.474,70 | -90.178.711,63 | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | -3.233.210,00 | - | | | |
| Bens Imóveis | 310.307.207.921,03 | 156.237.273.659,35 | | | |

| | | |
|---|----------------------|----------------------|
| Bens Imóveis | 310.689.374.375,47 | 156.482.309.604,60 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -382.166.454,44 | -245.035.945,25 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | - | - |
| Intangível | 12.784.562,51 | 11.048.125,27 |
| Softwares | 12.511.411,59 | 10.838.879,34 |
| Softwares | 12.511.411,59 | 10.838.879,34 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 209.245,93 | 209.245,93 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 209.445,93 | 209.445,93 |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind. | -200,00 | -200,00 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | 63.904,99 | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | 63.904,99 | - |

| | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------|--|---------------------------|---------------------------|
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | - | - | | | |
| Diferido | - | - | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 328.363.823.472,78 | 173.660.348.591,69 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 328.363.823.472,78 | 173.660.348.591,69 |

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|-------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 | ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| ATIVO FINANCEIRO | 3.086.690.271,64 | 2.973.213.674,06 | PASSIVO FINANCEIRO | 1.039.957.538,51 | 1.445.186.893,27 |
| ATIVO PERMANENTE | 325.277.133.201,14 | 170.687.134.917,63 | PASSIVO PERMANENTE | 1.786.503.824,44 | 3.785.277.380,02 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 325.537.362.109,83 | 168.429.884.318,40 |

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|-----------------------|----------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 | ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 105.776.365,58 | 66.834.729,58 | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 1.598.456.821,33 | 1.707.808.052,00 |
| Execução dos Atos Potenciais Ativos | 105.776.365,58 | 66.834.729,58 | Execução dos Atos Potenciais Passivos | 1.598.456.821,33 | 1.707.808.052,00 |
| Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar | 56.242.024,97 | 56.421.451,17 | Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar | 7.178,66 | 7.178,66 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec. | 47.920.187,27 | 8.799.125,07 | Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar | 1.066.211.313,31 | 1.178.706.583,67 |
| Direitos Contratuais a Executar | 1.614.153,34 | 1.614.153,34 | Obrigações Contratuais a Executar | 532.238.329,36 | 529.094.289,67 |

| | | | | | |
|--|-----------------------|----------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| Outros Atos Potenciais Ativos a Executar | - | - | Outros Atos Potenciais Passivos a Executar | - | - |
| TOTAL | 105.776.365,58 | 66.834.729,58 | TOTAL | 1.598.456.821,33 | 1.707.808.052,00 |

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO |
|---|-----------------------------|
| Recursos Ordinários | -502.402.228,28 |
| Recursos Vinculados | 2.549.134.961,41 |
| Previdência Social (RPPS) | 54.297,95 |
| Receitas Financeiras | -12.232.546,60 |
| Operação de Crédito | 2.559.149.480,65 |
| Alienação de Bens e Direitos | 26.711.728,55 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | -59.614.420,96 |
| Outros Recursos Vinculados | 35.065.550,00 |
| Recursos a Classificar | 871,82 |
| TOTAL | 2.046.732.733,13 |

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA – AUTARQUIA
EXERCÍCIO – 2019

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---|---------------------------|---------------------------|
| | 2019 | 2018 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 177.245.467.780,53 | 267.543.806.408,28 |
| AUMENTATIVAS | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 65.774.061,29 | 53.402.875,79 |
| Impostos | - | - |
| Taxas | 65.774.061,29 | 53.402.875,79 |
| Contribuições de Melhoria | - | - |
| Contribuições | 1.777.659.109,55 | 1.657.284.594,46 |
| Contribuições Sociais | 1.766.143.664,31 | 1.645.381.408,40 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 11.515.445,24 | 11.903.186,06 |
| Contribuição de Iluminação Pública | - | - |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 85.677,35 | 23.456,31 |
| Venda de Mercadorias | - | - |
| Vendas de Produtos | - | - |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 85.677,35 | 23.456,31 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 15.757.365,32 | 8.830.986,02 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | 414.007,56 |
| Juros e Encargos de Mora | 15.757.365,32 | 8.378.418,43 |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | 38.560,03 |
| Descontos Financeiros Obtidos | - | - |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | - | - |
| Aportes do Banco Central | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | - | - |
| Transferências e Delegações Recebidas | 145.299.915.762,37 | 4.794.389.737,55 |
| Transferências Intragovernamentais | 145.018.069.353,07 | 4.734.949.722,21 |
| Transferências Intergovernamentais | 3.707.885,14 | - |
| Transferências das Instituições Privadas | - | - |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | - | - |
| Transferências de Consórcios Públicos | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | - | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 278.138.524,16 | 59.440.015,34 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 29.955.373.896,86 | 258.488.590.111,84 |
| Reavaliação de Ativos | 6.377.511.710,67 | 17.834.405.981,38 |
| Ganhos com Alienação | - | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 21.458.110.759,95 | 240.647.854.616,10 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | 2.119.751.426,24 | 6.329.514,36 |

| | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Reversão de Redução ao Valor Recuperável | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 130.901.907,79 | 2.541.284.646,31 |
| Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | 24.605.965,23 | 16.166.714,90 |
| Resultado Positivo de Participações | - | - |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | - | 2.500.000.000,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 106.295.942,56 | 25.117.931,41 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 164.072.649.570,03 | 245.566.824.485,09 |
| Pessoal e Encargos | 588.184.268,47 | 659.396.912,82 |
| Remuneração a Pessoal | 451.435.052,60 | 512.881.140,13 |
| Encargos Patronais | 88.077.268,49 | 94.179.799,49 |
| Benefícios a Pessoal | 46.287.002,56 | 49.835.137,43 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 2.384.944,82 | 2.500.835,77 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 675.869.098,01 | 639.205.480,58 |
| Aposentadorias e Reformas | 500.477.108,30 | 437.921.607,16 |
| Pensões | 174.598.687,44 | 200.388.916,39 |
| Benefícios de Prestação Continuada | - | - |
| Benefícios Eventuais | - | - |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 793.302,27 | 894.957,03 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 2.027.024.972,99 | 3.998.824.883,61 |
| Uso de Material de Consumo | 3.687.854,01 | 7.539.305,15 |
| Serviços | 1.874.588.391,34 | 3.926.946.911,11 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 148.748.727,64 | 64.338.667,35 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 421.753,32 | 16.621.383,73 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - |
| Juros e Encargos de Mora | 411.720,60 | 1.377,21 |
| Variações Monetárias e Cambiais | - | - |
| Descontos Financeiros Concedidos | 10.032,72 | 16.620.006,52 |
| Aportes ao Banco Central | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | - | - |
| Transferências e Delegações Concedidas | 145.407.254.046,89 | 4.775.608.108,27 |
| Transferências Intragovernamentais | 145.183.534.387,16 | 4.246.732.651,08 |
| Transferências Intergovernamentais | 201.137.859,63 | 194.455.145,30 |
| Transferências a Instituições Privadas | - | - |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | - | - |
| Transferências a Consórcios Públicos | - | - |
| Transferências ao Exterior | - | - |
| Execução Orçamentária Delegada a Entes | - | - |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 22.581.800,10 | 334.420.311,89 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 15.372.987.895,78 | 235.476.401.448,83 |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas | 6.475.531.688,60 | 64.638.122.250,57 |

| | | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Perdas com Alienação | - | - |
| Perdas Involuntárias | 235.323,55 | 729.899,09 |
| Incorporação de Passivos | 44.356.301,85 | 1.159.269,81 |
| Desincorporação de Ativos | 8.852.864.581,78 | 170.836.390.029,36 |
| Tributárias | 691.643,85 | 439.597,74 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 119.673,65 | 164.225,61 |
| Contribuições | 571.970,20 | 275.372,13 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | - | - |
| Custo das Mercadorias Vendidas | - | - |
| Custos dos Produtos Vendidos | - | - |
| Custo dos Serviços Prestados | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais | 215.890,72 | 326.669,51 |
| Diminutivas | | |
| Premiações | - | - |
| Resultado Negativo de Participações | - | - |
| Operações da Autoridade Monetária | - | - |
| Incentivos | - | - |
| Subvenções Econômicas | - | - |
| Participações e Contribuições | - | - |
| Constituição de Provisões | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais | 215.890,72 | 326.669,51 |
| Diminutivas | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | 13.172.818.210,50 | 21.976.981.923,19 |

Nota – IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

O INCRA teve um decréscimo de 23,17% no 4º Trimestre de 2019, no que se refere à análise da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 14 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - por ÓRGÃO

| Mês Lançamento | | dez/18 | dez/19 | AH % |
|----------------|---|----------------------|----------------------|---------------|
| Conta Contábil | | Saldo Atual - R\$ | Saldo Atual - R\$ | |
| 412110100 | TAXA PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 53.402.875,79 | 65.774.061,29 | 23,17% |
| Total | | 53.402.875,79 | 65.774.061,29 | 23,17% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 15 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - por UG

| Conta Contábil | | Mês Lançamento | | dez/18 | dez/19 |
|----------------|---|----------------|---|-------------------------------|-------------------------------|
| | | UG Executora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| 411210201 | PESSOAS FISICAS | 373040 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12 | | 0,00 |
| 412110100 | TAXA PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA | 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | (83,66) | (125,29) |
| | | 373001 | DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA | 53.403.565,02 | 65.775.009,07 |
| | | 373055 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GERAIS-INCRA/SR-06 | | (562,39) |
| | | 373057 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20 | (55,67) | |
| | | 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 11,41 | |
| | | 373067 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | (42,73) | |
| | | 373070 | SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | | (83,69) |
| | | 373072 | SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | | (95,82) |
| | | 373073 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | (249,46) | (516,00) |
| | | 373080 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | (226,23) | (27,70) |
| | | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 459,04 | 463,11 |
| | | 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | (501,93) | |
| TOTAL | | | | 53.402.875,79 | 65.774.061,29 |

Fonte: Tesouro Gerencial

A variação positiva na conta **“412110100 - TAXA PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA**, referem-se aos registros de arrecadações do tipo **TAXAS DE SERV.CADASTRAIS**, que é uma receita decorrente de taxa cobrada pelo INCRA pelo fornecimento do **CERTIFICADO DE CADASTRO DOS IMÓVEIS RURAIS**.

Quadro 32 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - AUTARQUIA
2019

| RECEITA | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | 1.388.705.294,00 | 1.388.705.294,00 | 1.718.830.881,84 | 330.125.587,84 |
| Receitas Tributárias | 39.537.831,00 | 39.537.831,00 | 46.042.494,38 | 6.504.663,38 |
| Impostos | - | - | - | - |
| Taxas | 39.537.831,00 | 39.537.831,00 | 46.042.494,38 | 6.504.663,38 |
| Contribuições de Melhoria | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | 1.345.696.071,00 | 1.345.696.071,00 | 1.650.597.686,59 | 304.901.615,59 |
| Contribuições Sociais | 1.345.696.071,00 | 1.345.696.071,00 | 1.650.597.686,59 | 304.901.615,59 |
| Receita Patrimonial | - | - | 84.388,32 | 84.388,32 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | - | - | 84.388,32 | 84.388,32 |
| Receitas de Serviços | 20.288,00 | 20.288,00 | 1.289,03 | -18.998,97 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 20.288,00 | 20.288,00 | 1.289,03 | -18.998,97 |
| Outras Receitas Correntes | 3.451.104,00 | 3.451.104,00 | 22.105.023,52 | 18.653.919,52 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 24.436,00 | 24.436,00 | 1.860,60 | -22.575,40 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 3.426.668,00 | 3.426.668,00 | 22.103.162,92 | 18.676.494,92 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | - | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 40.890.913,00 | 40.890.913,00 | 55.460.450,09 | 14.569.537,09 |
| Operações de Crédito | 18.437.374,00 | 18.437.374,00 | - | -18.437.374,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 18.437.374,00 | 18.437.374,00 | - | -18.437.374,00 |

| | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Operações de Crédito - Mercado Externo | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | 14.729.546,00 | 14.729.546,00 | 24.604.436,08 | 9.874.890,08 |
| Alienação de Bens Móveis | 973.723,00 | 973.723,00 | 6.148,93 | -967.574,07 |
| Alienação de Bens Imóveis | 13.755.823,00 | 13.755.823,00 | 24.598.287,15 | 10.842.464,15 |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | 7.723.993,00 | 7.723.993,00 | 30.856.014,01 | 23.132.021,01 |
| Transferências de Capital | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | 1.429.596.207,00 | 1.429.596.207,00 | 1.774.291.331,93 | 344.695.124,93 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 1.429.596.207,00 | 1.429.596.207,00 | 1.774.291.331,93 | 344.695.124,93 |
| DEFICIT | | | 194.147.700,96 | 194.147.700,96 |
| TOTAL | 1.429.596.207,00 | 1.429.596.207,00 | 1.968.439.032,89 | 538.842.825,89 |

| DESPESA | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 1.646.495.479,00 | 1.739.274.952,00 | 1.570.104.747,68 | 1.510.011.624,26 | 1.302.568.685,77 | 169.170.204,32 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.235.557.775,00 | 1.202.358.088,00 | 1.176.097.151,35 | 1.166.452.878,93 | 1.084.952.600,87 | 26.260.936,65 |
| Outras Despesas Correntes | 410.937.704,00 | 536.916.864,00 | 394.007.596,33 | 343.558.745,33 | 217.616.084,90 | 142.909.267,67 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.379.529.425,00 | 2.389.917.197,00 | 398.334.285,21 | 45.315.808,10 | 16.880.711,52 | 1.991.582.911,79 |
| Investimentos | 62.664.128,00 | 111.505.168,00 | 109.460.473,17 | 38.014.428,28 | 9.611.320,28 | 2.044.694,83 |
| Inversões Financeiras | 2.316.865.297,00 | 2.278.412.029,00 | 288.873.812,04 | 7.301.379,82 | 7.269.391,24 | 1.989.538.216,96 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 185.447.744,00 | 185.447.744,00 | - | - | - | 185.447.744,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 4.211.472.648,00 | 4.314.639.893,00 | 1.968.439.032,89 | 1.555.327.432,36 | 1.319.449.397,29 | 2.346.200.860,11 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 4.211.472.648,00 | 4.314.639.893,00 | 1.968.439.032,89 | 1.555.327.432,36 | 1.319.449.397,29 | 2.346.200.860,11 |
| TOTAL | 4.211.472.648,00 | 4.314.639.893,00 | 1.968.439.032,89 | 1.555.327.432,36 | 1.319.449.397,29 | 2.346.200.860,11 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 134.951.498,87 | 67.432.272,98 | 38.735.367,25 | 37.429.732,56 | 145.390.146,23 | 19.563.893,06 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 13.205.967,80 | 321.181,31 | 321.181,31 | 12.884.786,49 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 134.951.498,87 | 54.226.305,18 | 38.414.185,94 | 37.108.551,25 | 132.505.359,74 | 19.563.893,06 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 708.021.053,75 | 370.470.222,35 | 230.363.207,45 | 215.854.080,46 | 521.481.900,51 | 341.155.295,13 |
| Investimentos | 182.007.690,49 | 107.356.938,33 | 70.871.342,09 | 58.094.240,18 | 144.373.764,14 | 86.896.624,50 |
| Inversões Financeiras | 526.013.363,26 | 263.113.284,02 | 159.491.865,36 | 157.759.840,28 | 377.108.136,37 | 254.258.670,63 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 842.972.552,62 | 437.902.495,33 | 269.098.574,70 | 253.283.813,02 | 666.872.046,74 | 360.719.188,19 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

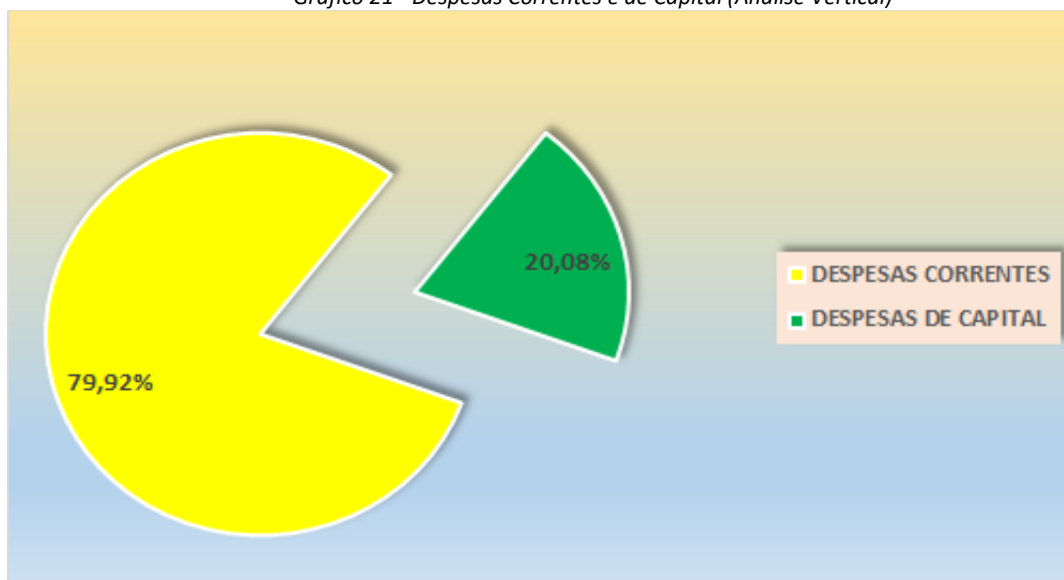
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-----------------------|---------------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 6.499.413,94 | 106.247.000,31 | 104.959.802,70 | 2.582.031,15 | 5.204.580,40 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 27.159,47 | 82.317.705,68 | 82.307.705,68 | - | 37.159,47 |

| | | | | | |
|----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 6.472.254,47 | 23.929.294,63 | 22.652.097,02 | 2.582.031,15 | 5.167.420,93 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 34.461.846,49 | 42.579.097,50 | 36.096.119,46 | 19.369.794,03 | 21.575.030,50 |
| Investimentos | 28.384.774,59 | 41.410.329,36 | 35.326.814,40 | 17.004.084,32 | 17.464.205,23 |
| Inversões Financeiras | 6.077.071,90 | 1.168.768,14 | 769.305,06 | 2.365.709,71 | 4.110.825,27 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 40.961.260,43 | 148.826.097,81 | 141.055.922,16 | 21.951.825,18 | 26.779.610,90 |

Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas apurando a diferença entre elas. De acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964, as receitas orçamentárias são aquelas efetivamente arrecadadas.

Do Balanço Orçamentário, em relação às Despesas do INCRA, podemos destacar o seguinte:

Gráfico 21 - Despesas Correntes e de Capital (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI/2019

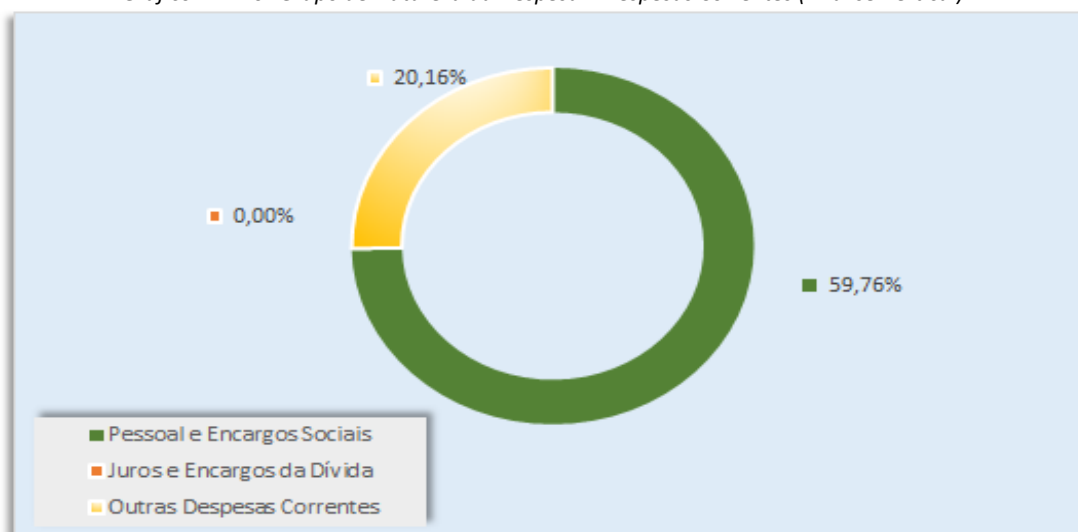
Comparando o total entre as despesas, verificamos que as Correntes representam 79,92% do total na análise do 4º trimestre/2019.

Despesas Correntes.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

No gráfico a seguir, é apresentada a Despesa Corrente por Grupo de Natureza da Despesa

Gráfico 22 - Por Grupo de Natureza da Despesa – Despesas Correntes (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI/2019

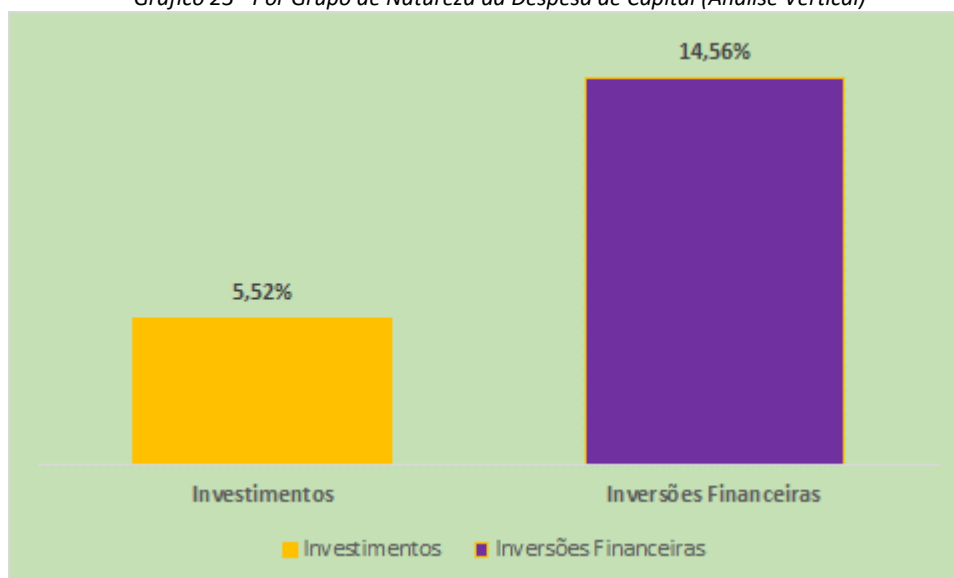
Do total, verificamos que as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais representam 59,76%. Referem-se aos gastos com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Despesas de Capital.

As Despesas de Capital são aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Na tabela a seguir, é apresentada o percentual da Despesa de Capital por Grupo de Natureza da Despesa

Gráfico 23 - Por Grupo de Natureza da Despesa de Capital (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI/2019

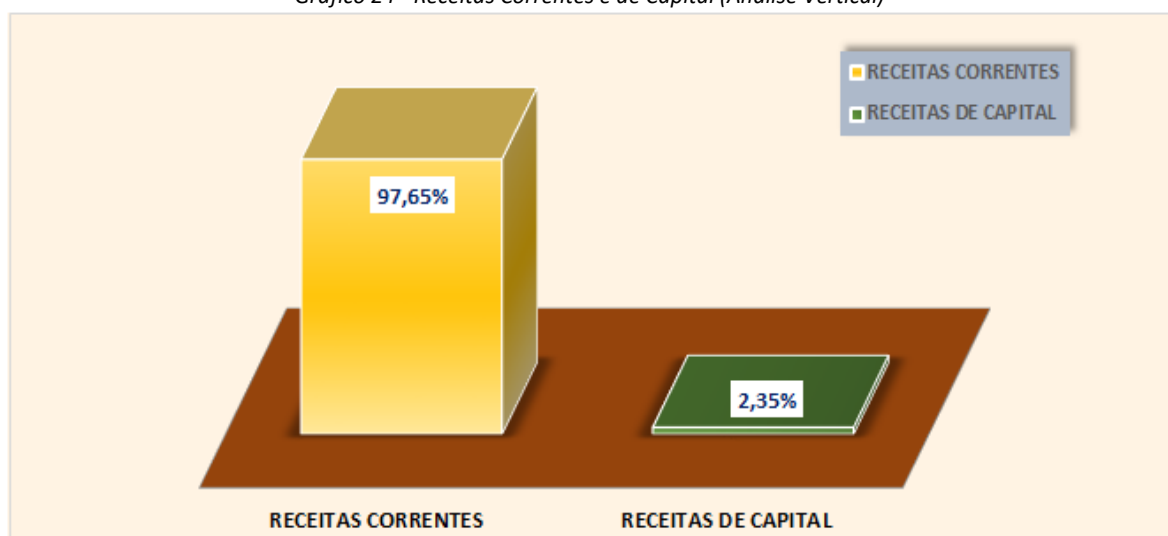
Do total da Despesa de Capital, 14,56% representa Investimentos, que são despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Nota – Receita Orçamentária.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas apurando a diferença entre elas. De acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964, as receitas orçamentárias são aquelas efetivamente arrecadadas.

Do Balanço Orçamentário, em relação as Receitas do INCRA podemos destacar o seguinte:

Gráfico 24 - Receitas Correntes e de Capital (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI 2019

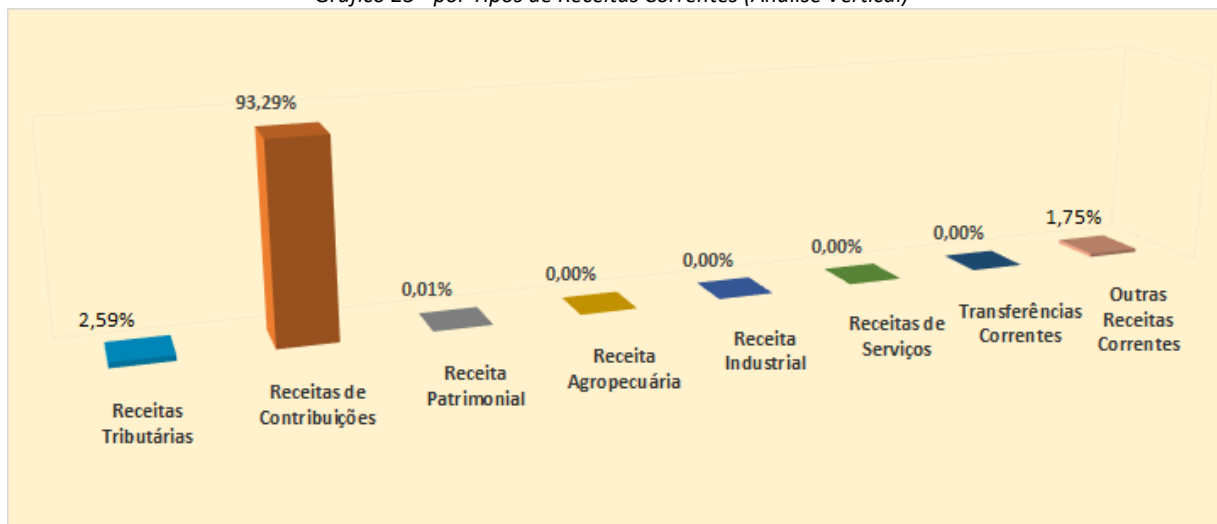
Comparando o total entre as receitas, verificamos que as Correntes representam 97,65% do total na análise do 3º trimestre/2019.

Receitas Correntes.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) as Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

Na tabela a seguir, é apresentada o percentual por cada tipo de Receitas Correntes Arrecadadas

Gráfico 25 - por Tipos de Receitas Correntes (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI 2019

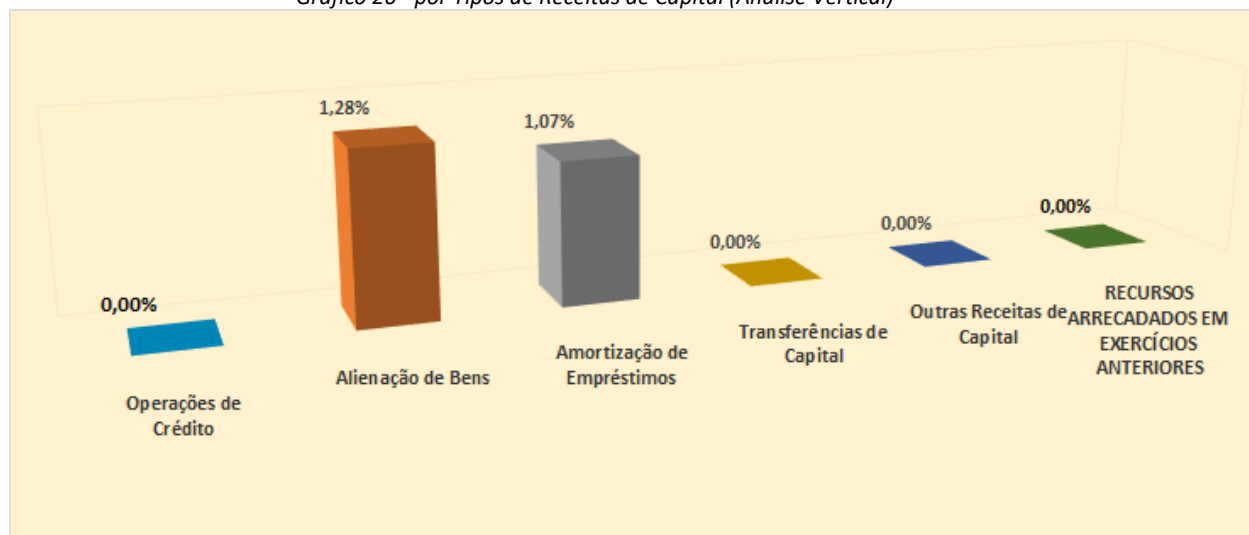
Do total verificamos que as Receitas de Contribuições representam 93,29%. As Receitas de Contribuições são oriundas das contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, conforme preceitua o art. 149 da CF.

Receitas de Capital.

As Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Na tabela a seguir, é apresentada o percentual por cada tipo de Receitas de Capital Arrecadadas

Gráfico 26 - por Tipos de Receitas de Capital (Análise Vertical)



Fonte: SIAFI 2019

Do total da Receita de Capital 1,28% representa as Receitas de Alienação de Bens, que são ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público.

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - AUTARQUIA
2019

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 | ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| Receitas Orçamentárias | 1.774.291.331,93 | 1.326.791.082,67 | Despesas Orçamentárias | 1.968.439.032,89 | 2.056.162.042,97 |
| Ordinárias | 355.986.126,07 | 107.971.004,48 | Ordinárias | 410.174.722,43 | 545.448.893,18 |
| Vinculadas | 1.300.203.043,51 | 1.218.640.578,48 | Vinculadas | 1.558.264.310,46 | 1.510.713.149,79 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Previdência Social (RPPS) | 205.616.110,50 | 585.189,73 |
| Alienação de Bens e Direitos | 25.291.199,46 | 12.494.777,74 | Receitas Financeiras | 10.930.059,50 | |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 1.274.558.609,83 | 1.206.145.800,74 | Operação de Crédito | 14.610.256,91 | 24.136.619,04 |
| Recursos a Classificar | 353.234,22 | - | Alienação de Bens e Direitos | 5.898.304,97 | 3.150.256,00 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | 118.102.162,35 | 179.499,71 | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 1.181.209.578,58 | 1.482.841.085,02 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 3.544.490.126,10 | 4.623.497.613,66 | Outros Recursos Vinculados | 140.000.000,00 | - |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 3.137.997.316,40 | 3.589.738.902,33 | Recursos a Classificar | | - |
| Repasse Recebido | 1.535.378.092,92 | 1.795.558.612,83 | Transferências Financeiras Concedidas | 3.706.086.189,08 | 4.240.154.985,34 |
| Sub-repasse Recebido | 1.543.439.884,34 | 1.794.180.289,50 | Resultantes da Execução Orçamentária | 1.617.676.427,11 | 1.965.861.233,97 |
| Sub-repasse Devolvido | 59.179.339,14 | | Repasse Concedido | 4.267.899,52 | 60.071.455,90 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 406.492.809,70 | 1.033.758.711,33 | Sub-repasse Concedido | 1.543.439.884,34 | 1.794.180.289,50 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 521.519.978,58 | 1.027.819.327,75 | Repasse Devolvido | 10.789.304,11 | 111.609.488,57 |
| Demais Transferências Recebidas | 977.955,92 | 1.643.752,90 | Sub-repasse Devolvido | 59.179.339,14 | |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | -119.104.836,42 | 4.295.630,68 | Independentes da Execução Orçamentária | 2.088.409.761,97 | 2.274.293.751,37 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 3.099.711,62 | | Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 247.664.827,38 | 547.958.395,29 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Demais Transferências Concedidas | 47.697.916,77 | 65.656,88 |
| Aporte ao RGPS | - | - | Movimento de Saldos Patrimoniais | 1.793.047.017,82 | 1.726.014.623,99 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 870.344.981,13 | 999.738.357,66 | Movimentações para Incorporação de Saldos | | 255.075,21 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 235.878.035,07 | 118.855.064,20 | Aporte ao RPPS | - | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 413.111.600,53 | 432.451.459,62 | Aporte ao RGPS | - | - |
| | | | Pagamentos Extraorçamentários | 401.124.619,61 | 545.724.253,66 |
| | | | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 141.055.922,16 | 22.990.304,47 |
| | | | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 253.283.813,02 | 504.291.078,17 |

| | | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 5.545.088,53 | 21.954.248,78 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 6.533.845,14 | 18.407.078,08 |
| Outros Recebimentos | 215.810.257,00 | 426.477.585,06 | Outros Pagamentos | 251.039,29 | 35.792,94 |
| Extraorçamentários | | | Extraorçamentários | | |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | | 4.513,00 | Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento | 55.756,77 | |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | 47.901,95 | 5.197,23 | Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores | | 35.792,94 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 215.762.355,05 | 416.065.108,31 | Demais Pagamentos | 195.282,52 | |
| Demais Recebimentos | | 10.402.766,52 | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 2.973.203.568,88 | 2.865.217.796,86 | Saldo para o Exercício Seguinte | 3.086.680.166,46 | 2.973.203.568,88 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.973.203.568,88 | 2.865.217.796,86 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 3.086.680.166,46 | 2.973.203.568,88 |
| TOTAL | 9.162.330.008,04 | 9.815.244.850,85 | TOTAL | 9.162.330.008,04 | 9.815.244.850,85 |

Quadro 34 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - AUTARQUIA
2019

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------------------|--------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 254.307.808,38 | 542.964.651,06 |
| INGRESSOS | 5.484.676.353,47 | 6.378.842.428,25 |
| Receitas Derivadas e Originárias | 1.718.830.881,84 | 1.306.917.493,75 |
| Receita Tributária | 46.042.494,38 | 37.382.833,33 |
| Receita de Contribuições | 1.650.597.686,59 | 1.268.274.438,51 |
| Receita Patrimonial | 84.388,32 | 10.426,34 |
| Receita Agropecuária | - | - |
| Receita Industrial | - | - |
| Receita de Serviços | 1.289,03 | 13.034,83 |
| Remuneração das Disponibilidades | - | - |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 22.105.023,52 | 1.236.760,74 |
| Transferências Correntes Recebidas | - | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências Correntes Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 3.765.845.471,63 | 5.071.924.934,50 |
| Ingressos Extraorçamentários | 5.545.088,53 | 21.954.248,78 |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior | 47.901,95 | 5.197,23 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 3.544.490.126,10 | 4.623.497.613,66 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 215.762.355,05 | 416.065.108,31 |
| Demais Recebimentos | | 10.402.766,52 |
| DESEMBOLSOS | -5.230.368.545,09 | -5.835.877.777,19 |
| Pessoal e Demais Despesas | -1.353.390.274,52 | -1.311.113.812,33 |
| Legislativo | - | - |

| | | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Judiciário | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Administração | - | - |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | - | - |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | - | - |
| Previdência Social | -620.238.108,70 | -548.911.372,62 |
| Saúde | - | - |
| Trabalho | - | - |
| Educação | - | - |
| Cultura | - | - |
| Direitos da Cidadania | -615.647,56 | -481.804,60 |
| Urbanismo | - | - |
| Habitação | - | - |
| Saneamento | - | - |
| Gestão Ambiental | - | - |
| Ciência e Tecnologia | - | - |
| Agricultura | -5.194.221,95 | - |
| Organização Agrária | -725.604.860,60 | -760.291.215,09 |
| Indústria | - | -102.359,70 |
| Comércio e Serviços | - | - |
| Comunicações | - | - |
| Energia | - | - |
| Transporte | - | - |
| Desporto e Lazer | - | - |
| Encargos Especiais | -1.681.678,94 | -1.331.573,32 |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | -55.756,77 | 4.513,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | - | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | - | - |
| Outros Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | -164.162.953,83 | -266.166.108,50 |
| Intergovernamentais | -73.431.859,74 | -170.444.728,61 |
| A Estados e/ou Distrito Federal | -4.517.037,50 | -7.379.943,92 |
| A Municípios | -68.914.822,24 | -163.064.784,69 |
| Intragovernamentais | -88.947.639,44 | -94.575.686,21 |
| Outras Transferências Concedidas | -1.783.454,65 | -1.145.693,68 |
| Outros Desembolsos Operacionais | -3.712.815.316,74 | -4.258.597.856,36 |
| Dispêndios Extraorçamentários | -6.533.845,14 | -18.407.078,08 |
| Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores | - | -35.792,94 |
| Transferências Financeiras Concedidas | -3.706.086.189,08 | -4.240.154.985,34 |
| Demais Pagamentos | -195.282,52 | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | -140.831.210,80 | -434.978.879,04 |
| INGRESSOS | 55.460.450,09 | 19.873.588,92 |
| Alienação de Bens | 24.604.436,08 | 11.903.915,31 |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 30.856.014,01 | 7.969.673,61 |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------|
| DESEMBOLSOS | -196.291.660,89 | -454.852.467,96 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -44.881.154,73 | -152.959.421,71 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | -148.932.347,26 | -297.624.480,02 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -2.478.158,90 | -4.268.566,23 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Estatais | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 113.476.597,58 | 107.985.772,02 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 2.973.203.568,88 | 2.865.217.796,86 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 3.086.680.166,46 | 2.973.203.568,88 |

Notas explicativas.

A seguir relacionamos algumas considerações sobre o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais do INCRA do exercício findo em 31/12/2019, onde procuramos trazer à luz informações adicionais que facilitem o entendimento da evolução patrimonial e financeira pelos gestores da Autarquia, instâncias de controle interno e externo, bem assim a sociedade em geral, em especial os beneficiários da Reforma Agrária.

Balanço Patrimonial **ATIVO IMOBILIZADO**

Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes.

O Crédito de Instalação é a primeira etapa de financiamento disponibilizada aos assentados. A concessão desses recursos está prevista no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993. O atual modelo foi instituído pela Lei 13.001/2014 e o trâmite para acesso aos valores disponibilizados em cada modalidade é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos no Decreto 9.066/2017.

Em decorrência da Concessão do Crédito Instalação (crédito novo) a beneficiários da reforma agrária, ao longo dos exercícios de 2014 a 2018, na forma da legislação específica, os recursos movimentados foram registrados nas contas contábeis 1.1.2.4.1.01.00 - Empréstimos Concedidos a Receber (curto prazo) e 1.2.1.1.1.03.01 - Empréstimos Concedidos a Receber (longo prazo) na Unidade Gestora/Gestão 133087/37201 – Crédito Instalação - INCRA/MDA.

A partir das informações prestadas pelo setor competente, foi realizada a transferência entre a conta contábil 1.2.1.1.1.03.01 - Empréstimos Concedidos a Receber para a conta contábil 1.1.2.4.1.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber, o montante de R\$ 33.700.764,82, como estimativa de recebimentos a curto prazo no exercício de 2018.

Realizou-se ainda o registro na conta contábil 1.1.2.9.1.04.01 – Perda Estimada em Crédito Empréstimos Concedidos no montante de R\$ 354.488,98, referente a ajuste para perdas estimadas pelo não recebimento de tais créditos, amparado no Decreto 8.256, de 26 de maio de 2014, que estabelece um desconto de pontualidade nos pagamentos efetuados pelos beneficiários da reforma agrária, cujo percentual varia entre 80% e 90% dependendo da modalidade de crédito concedida.

Ativo Circulante

Subavaliação do ativo decorrente da não contabilização de terras de regularização fundiária

Contabilização de terras de regularização fundiária:

Relatório Metodológico

Portaria 1946/2019, de 09/09/2019 – (NUP 00001.004606/2019-22, documento 4397202).

Utilizado para fins de cadastramento de imóveis rurais, do tipo glebas certificadas, no sistema SPIUnet.

Considerando o Acórdão nº 1331/2019-TCU-Plenário, que trata do registro das parcelas de glebas públicas federais certificadas no SIAFI/SPIUNET;

Considerando que o Acórdão apresenta recomendações e alertas aos órgãos e entidades responsáveis pela realização de receitas e execução de despesas, incluindo recomendações de matéria de competência do INCRA

Considerando a necessidade de acompanhamento, monitoramento e auxílio na conclusão dos trabalhos de registro das parcelas de glebas públicas federais certificadas no SIAFI;

Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU sobre a Prestação de Contas da Presidência da República - 2018 (PCPR) para que o INCRA adote

medidas para registrar no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI as parcelas de glebas públicas federais certificadas

Considerando o objetivo do GT na montagem dos kits de informação, inserção no SEI e lançamento dos dados sobre imóveis rurais no sistema SIAFI/SPIUnet, bem como identificação dos imóveis lançados de modo global no SIAFI para procedimentos de baixa contábil no sistema, evitando assim a duplicidade de lançamentos;

Considerando as fases e etapas visionadas para o trabalho, de onde destacamos: a 1ª fase - levantamento dos imóveis e documentos necessários aos registros no SPIUnet atualizados com base na Planilha de Preço Referencial, inclusão e inserção dos kits montados no SEI até 11/10/2019; a 2ª fase - registro do kit referentes aos imóveis no SPIUnet, individualmente, até 29/11/2019 e a 3ª fase - registro contábil dos imóveis remanescentes, pelo valor global, diretamente no SIAFI, mediante anuência prévia e formal da Secretaria do Tesouro Nacional até 13/12/2019.

Considerando o dinamismo das mudanças a que tais glebas estão sujeitas devido as diversas destinações que ocorrem.

Descrevemos as metodologias que foram sendo estabelecidas ao longo dos trabalhos iniciados a partir de 30 de setembro de 2019:

Após a primeira reunião juntamente com os demais membros do Grupo de Trabalho - GT -, o coordenador da DAC e participação de alguns servidores da coordenação da DF/Sede e servidores convidados que foram lotados na antiga SERFAL (Terra Legal), levantou-se a questão da atual situação dos cadastros das glebas públicas junto ao SPIUnet, realizada pela SERFAL, e as que foram lançadas no SIAFI de forma de lançamento único global, registrando-os contabilmente, mas não patrimonialmente (SPIUnet). Da mesma forma, debateu-se a questão dos imóveis que não foram incorporadas neste escopo, ou seja, as glebas que não estão presentes no lançamento global (que pode ser visto no processo 54000.013346/2017-53) e as que não foram lançadas individualmente pelo antigo Terra Legal

Diante desse quadro, este GT providenciou levantamento das glebas certificadas que estavam e as que não estavam listadas no rol das glebas contabilizadas no lançamento global no SIAFI. De modo que se quantificou o montante de 1.740 imóveis listados no lançamento contábil global único e 389 que estavam fora dessa contabilização (resultado obtido utilizando os sistemas SIGEF e SNCI) - glebas certificadas. Estes imóveis se encontram listados nos Anexos 01 - Glebas Certificadas não lançadas contabilmente - FINAL e 02 - Glebas certificadas do Lançamento Global Contábil de 2017 (reanalisadas) - Terra Legal.

É importante ressaltar que esses quantitativos não se tratam de glebas inteiras, mas, sim dos quantitativos de todas as partes das glebas, separadas ou individualizadas por município, motivado pelo cálculo do valor da terra nua (VTN) que é diretamente influenciado pela planilha referencial de preço (PPR) detalhada e, podendo ser, diferenciada em cada município dos Estados brasileiros (encontra-se no Anexo 03 - Planilhas de Preços Referenciais - PPR 5278761). Logo, por exemplo, 01 gleba pode abranger 04 municípios diferentes, o que acarretará em 04 cadastros/ registros no sistema SPIUnet. Paulatinamente, este GT, após contatos com servidores do extinto órgão, conseguiu identificar que o Terra Legal, à época de sua existência, cadastrou 113 glebas em anos anteriores (cerca de 199 lançamentos individualizados no SPIUnet) e obtivemos a listagem dos mesmos – encontra-se no Anexo 05 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – original (5278826).

Neste ponto, em nova reunião do GT, foi decidido que se procedesse prioritariamente a análise e os cadastros das 389 glebas não contabilizadas para, posteriormente, lançar individualmente as 1740 glebas, que já se encontram contabilmente registradas, mas faltantes de registro patrimonial.

Positivamente, foi adotada a proposta de montar uma planilha com as informações obrigatórias para o efetivo cadastro no SPIUnet de todas as glebas, com o fito de, em seguida, separar a planilha por SR/UG no SEI (um processo por SR) e então proceder o lançamento patrimonial e contábil, confirmando os registros com os comprovantes de todos os lançamentos feitos no SPIUnet por Superintendência.

Assim, iniciou-se a análise da planilha do Anexo 01 (5278722), com 389 imóveis certificados não contabilizados no lançamento global de 2017. Para obtenção de alguns dados obrigatórios aos

cadastros no SPIUnet, fez-se um trabalho de consultas junto aos sistemas SIGEF e SNCR, da Divisão Fundiária do Incra, extraíndo os números das Matrículas das glebas certificadas, bem como os nomes dos Cartórios, número de folha, livro e data da certificação dessas glebas. Enquanto isso, o setor de Cartografia (DF/Sede Incra) se dedicou em obter uma área estimativa mais próxima da realidade atual dos imóveis, em unidade de hectares.

Neste momento também, e de posse do Anexo 05 (5278826), foi feita uma conciliação dos imóveis lançados pelo Terra Legal, identificando-os na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Assim, foi obtido a identificação dos imóveis lançados anteriormente pelo Terra Legal na planilha de glebas que estava sendo analisada prioritariamente. Os imóveis identificados estão destacados em fundo colorido no Anexo 06 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – identificados.

Então, em um trabalho de sintonia com o GT, o setor da Cartografia (DF/Sede Incra) colaborou providencialmente fornecendo uma extração detalhada e tabulada (realizada através de um algoritmo feito no banco de dados fundiário do Incra) das áreas estimadas líquidas aproximadas das Glebas certificadas e por município, separando destas as áreas de projetos de assentamentos, territórios quilombola, imóveis particulares certificados / registrados, imóveis requeridos para regularização, áreas de interesse da SPU, unidades de conservação e terras indígenas, não estando contemplados, porém, áreas dos títulos expedidos e válidos nestas glebas, visto a complexidade e dinamismo que se relaciona às mesmas. Esta listagem se encontra no Anexo 04 - Área remanescente das Glebas Federais - estimativa por município (em Ha) (Sei 5278799).

Focado então na análise do Anexo 01 (5278722), realizou-se as conciliações necessárias e foram identificados os aproximados 199 lançamentos individualizados no SPIUnet feitos pelo antigo Terra Legal, sendo-os separados para não incorrer em duplicidade de lançamento. Também foram identificados e separados os imóveis que tiveram suas áreas totalmente destinadas a alguma finalidade (resultando em áreas zeradas), assim como os imóveis que foram detectados como doados para os seus respectivos Estados (RR e MA) e os imóveis que foram detectados como não sendo adquiridos por arrecadação, se tratando de áreas com destinação a PDS ou PA, provavelmente já cadastrados pelas Superintendências Regionais

Deste feito, após tais análises e levantamentos no Anexo 01, atualizou-se e obteve-se o montante final dos imóveis, a saber: a cadastrar 155 imóveis glebas (divididos em municípios), perfazendo um total de R\$ 4.204.428.229,46 (quatro bilhões, duzentos e quatro milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e duzentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos) a ser lançado contábil e patrimonialmente através do SPIUnet, sendo posto que são os valores atualizados pelas PPRs mais atuais disponíveis

Assim, foram realizados os cadastros nas UGs das SRs respectivas e foi anexado no SEI as planilhas individualizadas por SR e seus respectivos comprovantes de lançamento contábil (NL) e cadastro patrimonial no SPIUnet, conforme listados a seguir:

| Nome SR | Processo Sei | Nº Cadastros | Valor R\$ |
|--------------------------|----------------------|--------------|------------------|
| SR 01 PARÁ | 54000.168980/2019-94 | 09 | 156.831.273,39 |
| SR 09 PARANÁ | 54000.168976/2019-26 | 03 | 22.274.037,34 |
| SR 12 MARANHÃO | 54000.168850/2019-51 | 19 | 571.668.177,10 |
| SR 13 MATO GROSSO | 54000.168887/2019-80 | 90 | 2.414.240.791,26 |
| SR 14 ACRE | 54000.168796/2019-44 | 11 | 22.163.328,36 |
| SR 15 AMAZONAS | 54000.168820/2019-45 | 06 | 80.015.449,35 |
| SR 16 MATO GROSSO DO SUL | 54000.168969/2019-24 | 03 | 24.922.798,53 |
| SR 17 RONDONIA | 54000.168895/2019-26 | 07 | 396.183.717,09 |
| SR 21 AMAPÁ | 54000.168843/2019-50 | 01 | 14.638.284,54 |
| SR 26 TOCANTINS | 54000.168958/2019-44 | 05 | 499.081.271,13 |
| SR 30 SANTARÉM | 54000.168923/2019-13 | 01 | 2.409.101,37 |
| Total | | 155 | 4.204.428.229,46 |

Posteriormente o acompanhamento dos registros / atualizações das glebas será feita via superintendência regional e, portanto, os processos de cada estado serão encaminhados para que as respectivas regionais

As planilhas individuais de cada SR se encontram nos autos na forma do Anexo 07 - Planilhas por SR de glebas cadastradas prioritariamente (5278872).

Logo, quanto a estes imóveis prioritários, do Anexo 01, foram 100% resolvidos. Em seguida, iniciou-se os trabalhos de análise e obtenção de dados obrigatórios aos cadastros das glebas certificadas do Anexo 02 (5278745), referente aos 1.740 imóveis listados no lançamento contábil global único (processo 54000.013346/2017-53), da mesma forma que os primeiros

É necessário ressaltar que o andamento dos trabalhos foi prejudicado pelas questões de falta de recursos para deslocamento dos servidores das superintendências integrantes deste GT, visto que foram necessários diversos adiamentos dos deslocamentos, causando grande perda na quantidade de dias trabalhados.

Quanto aos imóveis do Anexo 02, relembra-se que eles estão registrados contabilmente, derivado do lançamento global único feito através do documento 2017NS000736, em 31/12/2017, por meio do Documento Hábil 2017PA000001, demonstrado no anexo Sei 0518158, do processo 54000.013346/2017-53, no valor de R\$ 145.506.073.937,26. Porém, não se encontram registrados patrimonialmente no SPIUnet.

O procedimento adotado no Anexo 01 (5278722), para obtenção de alguns dados obrigatórios aos cadastros no sistema patrimonial, foram as consultas junto aos sistemas SIGEF e SNCR, da Divisão Fundiária do Incra, extraíndo os números das matrículas das glebas certificadas, bem como os nomes dos Cartórios, número de folha, livro e data da certificação dessas glebas. Assim como utilizou-se as informações quantitativas do Anexo 04 (5278799).

Das análises feitas sobre os imóveis, foram detectados alguns que constavam no Anexo 05, ou seja, lançados pelo Terra Legal, e foi feita a identificação dos imóveis na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Da mesma forma, foram identificados também alguns imóveis que constavam no Anexo 01 e já haviam sido registrados no SPIUnet e novamente foi feita a identificação dos imóveis na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Todos estes dois tipos de casos estão definidos como “JÁ LANÇADO” no Anexo 02 (5278745)

Em decorrência das análises nos sistemas SIGEF e QGIS, foram encontrados os casos de glebas que já foram doadas a governos municipais e estaduais e estão definidos como “DOADO”, portanto, não mais necessários de cadastramento no SPIUnet. Semelhantemente, identificou-se os casos de glebas que ao longo dos anos, desde o levantamento em 2017, tiveram suas certificações junto ao SIGEF canceladas e não mais carecem de registro patrimonial e contábil – estes ficaram definidos como “CANCELADA”. E ainda, verificando a própria tabela Anexo 02 (5278745) se percebeu que existiam várias linhas com glebas/ informações duplicadas e as mesmas foram definidas como “DUPLICIDADE” e, portanto, serão excluídas de cadastros no SPIUnet. Todos esses casos foram devidamente analisados e definidos claramente na planilha do Anexo aqui tratado para que fossem excluídos justificadamente de registros feitos no sistema patrimonial.

Continuando as constatações, percebeu-se que com a conciliação da planilha no Anexo 04 (5278799) haviam muitos casos de glebas com “0” (zero) área estimada líquida remanescente, ou seja, já possuem suas áreas 100% destinadas, o que provoca a desnecessariedade de registro contábil e patrimonial no sistema.

Considerando o prazo estipulado no Art. 5º da Portaria 1946/2019, 20/12/2019, para apresentação do relatório de conclusão dos trabalhos; e, no momento de fechamento deste relatório, considerando toda a complexidade envolvida para o levantamento de todas as informações de todos os 1.740 imóveis, ficaram faltantes de obtenção das áreas estimadas líquidas remanescentes o total de 238 (duzentos e trinta e oito), equivalente a 13,67%, glebas, das quais ficarão sob responsabilidade da divisão DFG/ Sede, representada pelos servidores deste GT Sérgio dos Santos Nóbrega e Judson Magno da Silva Matos, em providenciar tais definições certas até o retorno dos trabalhos em 2020, conforme sugerido a seguir:

SUGERE-SE, portanto, que, diante da impossibilidade de concluir toda a análise do Anexo 02, por fatores descritos neste relatório, e inviabilidade também da execução da 2ª fase para esses casos, conforme se estimou no Art. 3º da Portaria 1946/2019, autorize-se uma dilação de prazo para conclusão dos trabalhos de cadastramento no SPIUnet, se estendendo para o ano de 2020, em virtude do final do ano em exercício, a ser definido pelos Diretores da DF e DA ou Presidente.

Aproveitando, informa-se que não foi preciso executar a 3ª fase da Portaria 1946/2019 - registro contábil dos imóveis remanescentes, pelo valor global, diretamente no SIAFI, mediante anuência prévia e formal da Secretaria do Tesouro Nacional até 13/12/2019.

Sendo assim, após todas essas considerações e detalhamentos, a respeito dos 86,33% já analisados e definidos do Anexo 02, temos que: 204 (duzentos e quatro) foram excluídos de necessidade de cadastro no SPIUnet (11,72% do total); e a cadastrar 1.298 imóveis glebas (divididos em municípios), perfazendo um total de R\$ 49.073.447.364,99 (quarenta e nove bilhões, setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos) a ser lançado contábil e patrimonialmente através do SPIUnet, lembrando que são os valores atualizados pelas PPRs mais atuais disponíveis.

Após concluído toda a análise do Anexo 02, serão separados os imóveis por SR/UG no SEI (no processo por SR) e serão da mesma forma cadastrados no SPIUnet.

Agregam a este Relatório os ANEXOS:

- 01 - Glebas Certificadas não lançadas contabilmente – FINAL (Sei 5278722);
- 02 - Glebas certificadas do Lançamento Global Contábil de 2017 (reanalizadas)- Terra Legal (Sei 5278745);
- 03 - Planilhas de Preços Referenciais – PPR (Sei 5278761);
- 04 - Área remanescente das Glebas Federais - estimativa por município (em Ha) (Sei 5278799);
- 05 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – original (Sei 5278826);
- 06 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – identificados (Sei 5278854);
- 07 - Planilhas por SR de glebas cadastradas prioritariamente (Sei 5278872).

Item 5.3.18 - Subavaliação do ativo decorrente da desatualização do valor de ativos imobilizados do Incra, estou aguardando a resposta da DT.

Em respostas às Recomendações do Tribunal de Contas da União sobre a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR/2019 Referência: Processo nº 00001.004606/2019-22

Recomendação 6.3.13 - à Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e respectivas superintendências regionais, que proceda à pertinente atualização das planilhas de preços referenciais de imóveis rurais destinados à implantação de assentamento de reforma agrária, conforme estabelece o art. 115, inciso I, alínea “c”, da Portaria-Incra/P 49/2017 (Regimento Interno do Incra), a fim de que esses bens sejam fidedignamente representados no Balanço Geral da União (seção 5.3.1.5); Análise/Comentários do Controle Interno (CGU): “Conforme exposto pelo Incra, a recomendação encontra-se em atendimento, sendo que as PPR vêm sendo atualizadas pelas regionais de forma cada vez mais frequente, viabilizando que os valores dos imóveis sejam fidedignamente representados no Balanço Geral da União, e, consequentemente, de forma adequada na PCPR. No entanto, corrobora-se com o entendimento da Casa Civil no sentido de que se faz necessária a produção e envio pelo Incra de informações gerenciais mais específicas, como é o caso do quantitativo total de PPR atualizadas e a atualizar, separadas, inclusive, por Superintendência Regional, cronograma de realização dos trabalhos, bem como providências gerenciais adotadas junto às Superintendências Regionais (SR) no sentido de dar agilidade àquelas mais defasadas nas respectivas atualizações.

Por fim, a análise do órgão de controle cita que o Incra deverá apresentar informações atualizadas com a situação da atualização das Planilhas de Preços Referenciais de terras (PPR), em dezembro de 2019, bem como outras considerações julgadas relevantes quanto aos resultados alcançados no exercício de 2019 e planejamento para 2020. Resposta:

Na resposta anterior registrada no sistema Governa, em 30/11/2019, o Incra retratou a evolução contínua do processo de atualização das Planilhas Referenciais de Preços de Terra - PPR do Incra, bem como as peculiaridades e dificuldades vivenciadas ao longo dos últimos anos, sobretudo quanto ao aspecto orçamentário, considerado importante, haja vista o trabalho de coleta de elementos de mercado em campo, realizado no âmbito das Superintendências Regionais.

O Tribunal de Contas da União - TCU, de acordo com o documento “Orientação CGU – Recomendação/Alerta PCPR 2017_6.3.13”, registrado no sistema Governa após a resposta do Incra, entendeu que “até o presente momento, segundo dados do Incra contidos no TC 033.918/2018-0, há cerca de 30% de PPRs desatualizadas”, ou seja, que o nível de atualização das PPR do Incra era da ordem de 70%. No mesmo período em que o Incra registrava a informação no sistema Governa sobre o grau de atualização das PPR (novembro), o Governo Federal descontingenciava os recursos orçamentários das ações da autarquia, recompondo as necessidades das ações.

Com isso, na perspectiva de dar andamento às ações de elaboração/atualização dos Relatórios de Análise do Mercado de Terras – RAMTs e respectivas PPRs, a autarquia adotou as medidas necessárias para descentralizar recursos para algumas regionais, atendendo às solicitações orçamentárias existentes. Ocorre que isso só ocorreu bem próximo ao final do exercício, coincidindo com o período de fim de ano e de férias de servidores públicos, e o quadro de atualização das PPR permaneceu inalterado até o mês de dezembro (70%).

Ressalta-se que entre a realização das pesquisas de mercado (trabalho de campo) e a elaboração do RAMT propriamente dito (trabalho de escritório), o qual requer análises aprofundadas e cálculos estatísticos, leva-se um certo tempo, o qual é variável entre as Superintendências Regionais por diversos fatores, tais como: área de abrangência da Superintendência Regional, distância dos municípios a serem pesquisados, quantidade de equipes de campo, número de amostras a serem levantadas, sem contar que no período de chuvas em algumas regiões, o trabalho de campo é dificultado.

Por outro lado, conforme já informado em respostas anteriores da Autarquia, os valores estimados para os mercados de terra contido nas PPR/RAMT do INCRA, de acordo com o Art. 6º da Norma de Execução nº 112/2014/DT/INCRA, podem ser adotados por até 2 anos. Levando em consideração que muitos dos relatórios foram realizados em 2018, e que o valor das terras rurais do país, em média, não sofreu alteração nos últimos anos, os referenciais do ano de 2018 podem ser considerados atuais.

Com esse entendimento, restariam apenas 30% dos mercados a serem levantados em 2020. Entretanto, o Incra trabalha na perspectiva de que, em havendo disponibilidade orçamentária no exercício, todos os 277 Mercados Regionais de Terras sejam atualizados, de modo que as PPR geradas possam ter uma “validade” até o ano de 2022. Em 2020, o Incra trabalha na perspectiva de ter 100% das PPR atualizadas até o fim de julho deste ano, desde que haja disponibilidade orçamentária no momento oportuno.

Em anos anteriores, os recursos só foram disponibilizados somente no segundo semestre, e bem próximo ao final do exercício, o que impactou nos resultados. Além disso, os contingenciamentos realizados pelo Governo Federal também foram fatores limitantes. Existe uma previsão de orçamento na LOA 2020, no plano orçamentário que abrange o levantamento do mercado de terras, porém, até o presente momento, não foi disponibilizado orçamento para o início dos trabalhos. Caso os recursos sejam liberados no início do exercício, no máximo até março deste ano, é possível executar as ações dentro do planejado, desde que não haja contingenciamentos, como em anos anteriores.

Por fim, a Tabela 1, a seguir, apresenta o quadro de atualização das PPR do Incra, por Superintendência Regional, com destaque para as Regionais que apresentam o quadro dos Mercados Regionais de Terra/PPR considerados como Atualizado, Desatualizado, Parcialmente Atualizado ou Em Atualização.

Tabela 16 - Atualização da PPR/RAMT por Superintendência Regional.

| nº de MRT com PPR atualizadas, por ano, em dezembro de 2019 | | | | | | | | | Orçamento(R\$) |
|---|-----|-------|------|------|------|------|------|----------------|----------------|
| Superintendência Regional | MRT | antes | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | em atualização | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--------------|--------------------------|----------------|
| SR-01 / Belém-PA | 6 | | | | | 6 | | | requerido | autorizado | não autorizado |
| SR-02 / Ceará | 12 | | | | 12 | | | | | | |
| SR-03 / Pernambuco | 9 | | | | | 9 | | | 82.011,00 | inviável neste exercício | 82.011,00 |
| SR-04 / Goiás | 10 | | | | | 10 | | 10 | 83.720,00 | inviável neste exercício | 83.720,00 |
| SR-05 / Bahia | 29 | 16 | | | | 13 | | 10 | 56.578,00 | 56.578,00 | 0,00 |
| SR-06 / Minas Gerais** | 21 | | | | | 21 | | | 170.000,00 | 82.104,50 | 87.895,50 |
| SR-07 / Rio de Janeiro | 6 | | 1 | 5 | | | | 6 | | | |
| SR-08 / São Paulo* | 8 | | | | | | 8 | 5 | 61.391,50 | 61.391,50 | 0,00 |
| SR-09 / Paraná | 8 | | | | | | 8 | | 67.526,58 | 67.526,58 | 0,00 |
| SR-10 / Santa Catarina* | 16 | | | | | | 16 | | | | |
| SR-11 / Rio Grande do Sul | 10 | | | | | 10 | | 10 | 69.000,00 | inviável neste exercício | 69.000,00 |
| SR-12 / Maranhão | 8 | | | | | 8 | | 8 | 43.306,50 | 43.306,50 | 0,00 |
| SR-13 / Mato Grosso | 13 | | | | | 13 | | | 114.818,00 | 50.000,00 | 64.818,00 |
| SR-14 / Acre | 3 | | | 3 | | | | 3 | | | |
| SR-15 / Amazonas | 4 | | | 4 | | | | 4 | 30.000,00 | inviável neste exercício | 30.000,00 |
| SR-16 / Mato Grosso do Sul | 15 | | | | | 15 | | 15 | 76.510,00 | 25.233,00 | 51.277,00 |
| SR-17 / Rondônia | 7 | | | | | | 7 | | 45.381,00 | 45.381,00 | 0,00 |
| SR-18 / Paraíba | 3 | | | | | 3 | | | | | |
| SR-19 / Rio Grande do Norte | 6 | | | | | | 6 | | | | |
| SR-20 / Espírito Santo | 13 | | | | | 13 | | | 63.394,80 | 20.752,50 | 42.642,30 |
| SR-21 / Amapá | 2 | | | | | | 2 | | | | |
| SR-22 / Alagoas | 4 | | | | | 4 | | | | | |
| SR-23 / Sergipe | 8 | | | | 8 | | | 8 | | | |
| SR-24 / Piauí | 11 | 7 | | | | 4 | | 7 | 46.599,68 | 46.599,68 | 0,00 |
| SR-25 / Roraima | 2 | | | | | 2 | | | 98.413,00 | 98.413,00 | 0,00 |
| SR-26 / Tocantins | 13 | | | | | 13 | | | 25.000,00 | inviável neste exercício | 25.000,00 |
| SR-27 / Marabá-PA | 7 | | | | 7 | | | 7 | | | |
| SR-28 / DF e Entorno | 8 | | | | 8 | | | 8 | 48.162,30 | 48.162,30 | 0,00 |
| SR-29 / Médio São Francisco | 3 | | | | 3 | | | 3 | 49.164,87 | 49.164,87 | |
| SR-30 / Santarém-PA | 12 | | | 12 | | | | 12 | 33.797,68 | 33.797,68 | 0,00 |
| Total | 277 | 23 | 1 | 24 | 38 | 129 | 62 | 116 | 79.234,00 | 46.137,00 | 33.097,00 |
| % | | 8% | 0% | 9% | 14% | 45% | 22% | 45% | 1.344.008,91 | 774.548,11 | 569.460,80 |
| % acumulado | | 99% | 91% | 90% | 82% | 68% | 22% | | 67.200,45 | 51.636,54 | 29.971,62 |
| <p>* SP e SC têm disponíveis dados de órgãos estaduais sempre atualizados.</p> <p>** O Estado de MG apresenta 29 MRT, dos quais 21 estão atualizados, os quais contemplam todos os imóveis rurais públicos.</p> | | | | | | | | | total | | |
| Atualizado | | | | | | | | | média | | |
| Desatualizado | | | | | | | | | | | |
| Parcialmente Atualizado | | | | | | | | | | | |
| Em atualização | | | | | | | | | | | |

| Decentralização | |
|-----------------|------------|
| julho | 305.010,63 |
| outubro | 469.537,48 |

PASSIVO CIRCULANTE:

A CONTA CONTABIL: 2.1.8.9.1.13.00 - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS, registra as obrigações referentes a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviço e utilidades.

Quando um cidadão ou uma empresa ganha um processo judicial contra o Estado e tem direito a indenização, o pagamento do valor devido é feito por meio dos chamados precatórios. Os precatórios de responsabilidade deste Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária, é expedido pelo poder judiciário.

A contabilização verificada no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, conforme 2019NS002545, com data de 31Dez19, foi emitida pela UG/GESTAO EMITENTE: 090049 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A.REG.-PRE, tendo por favorecido a Unidade Gestora : 373001 / 37201 - DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF, que registrou os valores precatórios - terceiros - a pagar em 2020 - curto prazo - 373001 - conforme orientação da SEANA/DICOC 9080715 e Informação da DICAJ 9525 140 - SEI 0023704-69.2019.4.01.8000 - ano 2011, que se refere aos precatórios e à conta dos respectivos créditos.

Contudo, é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, das verbas necessárias para o efetivo pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado.

A Emenda Constitucional 62/2009 determina que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

O precatório será expedido pelo Tribunal em seu valor integral, contendo, para enquadramento no fluxo orçamentário da Fazenda Pública Federal, informações sobre os valores destinados à compensação, os valores a serem pagos ao beneficiário e etc.

O amparo legal encontra respaldo no Art. 100 da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional 62, de 09/12/2009), Lei 12.431/2011.

Passivo Não Circulante **Fornecedores e Contas a pagar**

No 4º trimestre de 2019, o Órgão 22201 – INCRA apresentou um saldo de R\$ 27.282.772,13 relacionados com fornecedores e de contas a pagar de curto prazo e um saldo zerado para fornecedores e de contas a pagar a longo prazo.

Verifica-se uma redução de -33,44% da conta Fornecedores - Curto Prazo conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Tabela 17 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição - Órgão

| Conta Contábil | dez/18 | set/19 | AH % |
|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Curto Prazo | 41.242.311,10 | 27.452.565,10 | -33,44% |
| Nacionais | 41.242.311,10 | 27.452.565,10 | -33,44% |
| Total | 41.242.311,10 | 27.452.565,10 | -33,44% |

A seguir, estão relacionadas as maiores variações na Análise Vertical por Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e por Unidade Gestora na ordem decrescente.

Tabela 18 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante – Órgão

| Período | | dez/19 | |
|------------------------|---|---------------|------------|
| Unidade Gestora | | Total | AV% |
| 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 5.679.396,70 | 20,7% |
| 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 4.477.105,02 | 16,3% |
| 373053 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 2.910.185,60 | 10,6% |
| 373066 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 2.529.427,98 | 9,2% |

| | | | |
|--------|---|--------------|------|
| 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 2.275.295,72 | 8,3% |
| 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 1.150.519,60 | 4,2% |
| 373025 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 1.054.946,43 | 3,8% |
| 373039 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | 780.810,22 | 2,8% |
| 373030 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 737.735,18 | 2,7% |
| 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 703.988,92 | 2,6% |
| 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 680.245,27 | 2,5% |
| 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 644.793,83 | 2,3% |
| 373047 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 641.298,25 | 2,3% |
| 373072 | SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 426.653,89 | 1,6% |
| 373073 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 417.511,19 | 1,5% |
| 373040 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12 | 357.771,63 | 1,3% |
| 373062 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 | 354.463,05 | 1,3% |
| 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 282.523,19 | 1,0% |
| 373082 | INCRA-SUPERINT.REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 254.767,51 | 0,9% |
| 373067 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 218.269,82 | 0,8% |
| 373080 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 187.904,70 | 0,7% |
| 373015 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14 | 152.529,69 | 0,6% |
| 373051 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 151.129,35 | 0,6% |
| 373055 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GERAIS-INCRA/SR-06 | 144.351,75 | 0,5% |
| 373029 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE RORAIMA-INCRA/SR-25 | 67.362,98 | 0,2% |
| 133083 | UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA | 56.630,34 | 0,2% |
| 133082 | UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA | 54.062,77 | 0,2% |
| 373060 | PROJETO FUNDIARIO JARDIM | 13.473,92 | 0,0% |
| 373045 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 11.259,24 | 0,0% |
| 373038 | PROJETO FUNDIARIO TOME ACU | 8.967,00 | 0,0% |
| 133084 | PROJETO FUNDIARIO ARAGUAIA | 7.277,19 | 0,0% |
| 133081 | UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI | 7.156,02 | 0,0% |
| 373035 | PROJETO FUNDIARIO PARAGOMINAS - PA | 5.800,00 | 0,0% |
| 373063 | UNIDADE AVANÇADA DE XINGU | 2.948,03 | 0,0% |
| 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 1.676,93 | 0,0% |
| 373032 | PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA | 1.053,91 | 0,0% |
| 373052 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 1.025,96 | 0,0% |
| 373036 | UNIDADE AVANÇADA CAPITAO POCO/PA | 158,00 | 0,0% |
| 373044 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24 | 88,32 | 0,0% |

| | | |
|--------------|----------------------|---------------|
| Total | 27.452.565,10 | 100,0% |
|--------------|----------------------|---------------|

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 19 - Fornecedores

| Fornecedor | | UG Executora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | |
|----------------|---|--------------|---|----------------------------|-------|
| | | | | Curto Prazo | AV% |
| 806030 | SERPRO - SEDE - BRASILIA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 3.641.801,49 | 7,50% |
| 00360305000104 | CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 2.893.661,90 | 5,96% |
| 54305743001170 | HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA | 373082 | INCRA-SUPERINT.REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 2.883.535,20 | 5,94% |
| 02287686000179 | CIVILTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA | 373047 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 2.411.540,12 | 4,96% |
| 51167500000153 | SGS ENGER ENGENHARIA LTDA | 373066 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 1.633.308,14 | 3,36% |
| 08405374000107 | DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA - ME | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 1.606.082,66 | 3,31% |
| 03997641000150 | COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 1.466.926,55 | 3,02% |
| 02295753000105 | PROJEBEL SERVIÇOS COMERCIO LTDA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 1.330.707,37 | 2,74% |
| 07277943000105 | TERRAPLANA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP | 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 1.323.234,58 | 2,72% |
| 03519143000100 | DIAMANTINA PROJETOS LTDA | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 1.261.485,40 | 2,60% |
| 03519143000100 | DIAMANTINA PROJETOS LTDA | 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 1.053.327,51 | 2,17% |

| | | | | | |
|----------------|---|--------|---|------------|-------|
| 83573519000196 | J. I. SERVICOS DE AGRONOMIA E CONSULTORIA AS ATIVIDADES | 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 833.915,51 | 1,72% |
| 02650833000123 | POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA | 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 749.904,04 | 1,54% |
| 07177552000119 | INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL FLORANATIVA-ISAF | 373030 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 717.231,90 | 1,48% |
| 05742568000100 | E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA | 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 717.222,12 | 1,48% |
| 54305743001170 | HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA | 373055 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GERAIS-INCRA/SR-06 | 680.400,00 | 1,40% |
| 07179596000188 | APICE CONSULTORIA PROJETOS AGROPECUARIOS E AGROINDUSTRI | 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 633.722,75 | 1,30% |
| 08050310000122 | MARCOS LUZ VIEIRA JUNIOR & CIA LTDA | 373080 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 562.108,39 | 1,16% |
| 02282727000134 | ZEPIM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 539.567,24 | 1,11% |
| 12048807000183 | SERVICO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 516.603,74 | 1,06% |
| 40986119000108 | INSTITUTO DE DEBATES ECONOMICOS S C - ME | 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 516.403,49 | 1,06% |
| 07365874000191 | CENTRO DE CAPACITACAO ZUMBI DOS PALMARES | 373051 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 502.247,83 | 1,03% |
| 03982857000142 | ABDMINISTRA LTDA - ME | 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 492.024,75 | 1,01% |
| 04373908000100 | RURAL NORTE DESENVOLVIMENTO RURAL LTDA - ME | 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 482.780,99 | 0,99% |
| 79783287168 | RODRIGO TEODORO FERRO DE MORAES | 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 465.422,71 | 0,96% |
| 02034080000121 | TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP | 373066 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 400.000,00 | 0,82% |
| 08508903000190 | SEMENTES ASSISTENCIA TECNICA E EXTENCAO RURAL EM PROJET | 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 388.767,53 | 0,80% |
| 03685425000170 | ASSESSORIA,CONSULTORIA E CAPACITACAO TECNICA ORIENTADA | 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 372.795,11 | 0,77% |
| 03981081000146 | AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL | 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 334.812,95 | 0,69% |
| 04217293000114 | COASP - COOPERATIVA DA AGRICULTURA E SERVICOS TECNICOS | 373047 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 319.969,13 | 0,66% |
| 63853741000135 | CONSTRUTORA D'ALMEIDA LTDA | 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 303.169,24 | 0,62% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se no 4º trimestre que a Unidade Gestora 373083, representa 7,50% do total da conta de Fornecedores e Contas a Pagar, e estão relacionados aos serviços de “despesas com pagamento de complementação de indenização Fazenda Vão dos Bois/ Capão da Onça em Teresina de Goiás-GO,” conforme consta da conta “2.1.3.1.1.04.00 “CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS” do Balanço da referida Unidade Gestora.

Obrigações Contratuais.

Em 31/12/2019 o Órgão possuía um saldo de R\$ 529.094.289,67 relacionados a obrigações contratuais. No 4º trimestre, teve um acréscimo de 0,59%, passando para R\$ 532.238.329,36 conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 20 - Obrigações Contratuais – Composição – Análise Horizontal

| Mês Lançamento | dez/18 | dez/19 | AH % |
|------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------|
| Obrigações Contratuais | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | |
| Aluguéis | 3.469.444,93 | 10.015.527,08 | 188,68% |
| Fornecimento de Bens | 38.425.241,64 | 40.275.365,80 | 4,81% |
| Empréstimos e Financiamentos | 155.000,00 | 155.000,00 | 0,00% |
| Seguros | 856.412,40 | 607.412,40 | -29,07% |
| Serviços | 483.674.060,13 | 477.685.889,41 | -1,24% |
| Demais | 2.514.130,57 | 3.499.134,67 | 39,18% |
| Total | 529.094.289,67 | 532.238.329,36 | 0,59% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se no 4º trimestre um decréscimo de -29,07% nas obrigações contratuais com seguros, e um aumento de 199,69% com aluguéis, conforme demonstrado na Tabela 20.

Tabela 21 - Obrigações Contratuais com Seguros por UG

| Mês Lançamento | | dez/18 | dez/19 |
|-----------------|--|----------------------------|----------------------------|
| Unidade Gestora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| 373025 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 249.000,00 | 0,00 |
| 373050 | SUPERINT. REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 373076 | PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE | 4.991,02 | 4.991,02 |
| 373082 | INCRA-SUPERINT. REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 11.481,98 | 11.481,98 |
| 373083 | DIV. EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 550.939,40 | 550.939,40 |
| Total | | 856.412,40 | 607.412,40 |

Tabela 22 - Obrigações Contratuais com Aluguéis por UG

| Mês Lançamento | | dez/19 | dez/19 | |
|-----------------|--|----------------------------|----------------------------|---------------------|
| Unidade Gestora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | diferença |
| 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 252.645,70 | 252.645,70 | 0,00 |
| 133081 | UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI | 100,00 | 100,00 | 0,00 |
| 373015 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14 | 1.040,00 | 0,00 | (1.040,00) |
| 373025 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 310.454,79 | 256.454,79 | (54.000,00) |
| 373029 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE RORAIMA-INCRA/SR-25 | 711.150,55 | 711.881,65 | 731,10 |
| 373030 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 29.760,32 | 118.747,42 | 88.987,10 |
| 373032 | PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA | 24.166,60 | 24.166,60 | 0,00 |
| 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 140.149,82 | 140.149,82 | 0,00 |
| 373040 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12 | 0,00 | 6.240.000,00 | 6.240.000,00 |
| 373043 | UNIDADE AVANÇADA DE ZE DOCA - SR(12)/INCRA/MA | 28.000,00 | 28.000,00 | 0,00 |
| 373048 | SUPERINT. REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 112.351,18 | 112.351,18 | 0,00 |
| 373050 | SUPERINT. REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 12.425,29 | 12.425,29 | 0,00 |
| 373051 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 20.315,97 | 20.315,97 | 0,00 |
| 373052 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 494.828,02 | 375.360,00 | (119.468,02) |
| 373053 | SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 72.000,00 | 36.000,00 | (36.000,00) |
| 373058 | SUPERINT. ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 159.152,69 | 97.007,59 | (62.145,10) |
| 373060 | PROJETO FUNDIARIO JARDIM | 40.421,76 | 43.001,56 | 2.579,80 |
| 373062 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 | 9.400,00 | 9.400,00 | 0,00 |
| 373067 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 937.221,30 | 1.239.031,49 | 301.810,19 |
| 373071 | PROJETO FUNDIARIO SANTA CATARINA | 57.200,00 | 57.200,00 | 0,00 |
| 373074 | PROJETO FUNDIARIO CARCERES | 0,00 | 84.662,88 | 84.662,88 |
| 373077 | PROJETO FUNDIARIO NORTE DE MATO GROSSO | 8.546,10 | 8.546,10 | 0,00 |
| 373079 | UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI | 34.838,63 | 34.838,63 | 0,00 |
| 373083 | DIV. EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | | 99.964,20 | 99.964,20 |
| 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 13.276,21 | 13.276,21 | 0,00 |
| Total | | 3.469.444,93 | 10.015.527,08 | 6.546.082,15 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 23 - Obrigações Contratuais – Composição – Análise Vertical

| Obrigações Contratuais | dez/19 Saldo R\$ | AV % |
|-------------------------------------|-----------------------|----------------|
| Aluguéis | 10.015.527,08 | 1,88% |
| Fornecimento de Bens | 40.275.365,80 | 7,57% |
| Empréstimos e Financiamentos | 155.000,00 | 0,03% |
| Seguros | 607.412,40 | 0,11% |
| Serviços | 477.685.889,41 | 89,75% |
| Demais | 3.499.134,67 | 0,66% |
| Total | 532.238.329,36 | 100,00% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Os contratos de serviços que representam 89,75% na análise vertical no 4º trimestre/2019.

Contrato de serviço é todo ajuste administrativo que tem por objeto uma atividade prestada à Administração, para atendimento de suas necessidades ou de seus administrados.

Tabela 24 - Obrigações Contratuais: Serviços

Obrigações Contratuais: Serviços

| Mês Lançamento | | dez/18 | dez/19 |
|-----------------|--|----------------------------|----------------------------|
| Unidade Gestora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| 133002 | CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/OC-BR | 56.000,00 | 56.000,00 |
| 133005 | UNIDADE AVANÇADA DE COLIDER | 72.208,16 | 72.208,16 |
| 133007 | UNIDADE AVANÇADA CONJUNTO PEIXOTO DE AZEVEDO | 56.567,17 | 3,00 |
| 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 18.226.876,93 | 15.699.609,76 |
| 133081 | UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI | 21.908,31 | 21.908,31 |
| 133082 | UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA | 34.178,19 | 34.178,19 |
| 133084 | PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA | 40.218,03 | 40.218,03 |
| 133085 | PROJETO FUNDIARIO IMPERATRIZ | 19.285,05 | 158.096,58 |
| 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 22.539.966,41 | 21.828.750,32 |
| 373015 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14 | 335.470,86 | 321.415,07 |
| 373025 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 5.383.212,60 | 1.321.857,74 |
| 373029 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE RORAIMA-INCRA/SR-25 | 8.232.457,14 | 8.328.662,44 |
| 373030 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 758.504,79 | 730.434,53 |
| 373032 | PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA | 2.626.273,95 | 2.626.273,95 |
| 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 11.029.192,04 | 11.043.794,49 |
| 373039 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | 8.010.408,67 | 9.277.693,25 |
| 373040 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12 | 7.728.366,68 | 6.020.656,72 |
| 373044 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24 | 7.582.151,30 | 8.588.287,02 |
| 373045 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 1.951.236,02 | 2.050.668,35 |
| 373046 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 7.280.506,96 | 7.280.506,96 |
| 373047 | SUPERINTEND. ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 23.438.341,65 | 23.369.871,43 |
| 373048 | SUPERINT. REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 35.941.104,24 | 33.255.565,82 |
| 373050 | SUPERINT. REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 32.151.826,68 | 30.081.585,61 |
| 373051 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 1.039.395,82 | 1.030.528,95 |
| 373052 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 18.578.491,87 | 19.201.911,12 |
| 373053 | SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 49.352.171,52 | 47.366.413,87 |
| 373055 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE M. GERAIS-INCRA/SR-06 | 2.016.397,30 | 2.016.397,30 |
| 373057 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20 | 9.443.819,67 | 9.277.232,75 |
| 373058 | SUPERINT. ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 6.956.324,33 | 2.644.517,86 |
| 373059 | PROJETO FUNDIARIO CORUMBA | | 30.012,95 |
| 373060 | PROJETO FUNDIARIO JARDIM | 7.367,00 | 0,00 |
| 373062 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 | 5.361.406,74 | 5.751.993,61 |
| 373063 | UNIDADE AVANÇADA DE XINGU | 23.035,00 | 23.035,00 |
| 373066 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 6.275.029,06 | 5.964.908,94 |
| 373067 | SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 2.118.073,57 | 1.006.224,74 |
| 373070 | SUPERINT. ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | 1.500.841,67 | 981.371,79 |
| 373072 | SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 15.862.800,21 | 15.252.625,34 |
| 373073 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 10.669.817,43 | 10.928.996,68 |
| 373074 | PROJETO FUNDIARIO CARCERES | 22.743,29 | 43.083,80 |
| 373075 | PROJETO FUNDIARIO VALE DO ARAGUAIA | 17.732,10 | 19.909,41 |
| 373076 | PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE | 37.928,78 | 37.928,78 |
| 373077 | PROJETO FUNDIARIO NORTE DE MATO GROSSO | 27.960,34 | 55.917,32 |
| 373078 | PROJETO FUNDIARIO DIAMANTINO | 5.505,37 | 1.554,16 |
| 373079 | UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI | 27.039,50 | 27.039,50 |
| 373080 | SUPERINTEND. ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 4.216.613,21 | 3.219.215,50 |
| 373082 | INCRA-SUPERINT. REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 14.797.542,90 | 11.172.880,81 |
| 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 140.356.039,00 | 157.359.301,15 |
| 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 1.443.722,62 | 2.064.642,35 |
| Total | | 483.674.060,13 | 477.685.889,41 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 25 - Obrigações Contratuais – Composição – Por UG – Análise vertical

Obrigações Contratuais: Serviços

| Mês Lançamento | | dez/19 | |
|----------------|---|----------------------------|-------------------|
| UG | NOME | Saldo R\$ (Conta Contábil) | AV% _{AV} |
| 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 157.359.301,15 | 32,94% |
| 373053 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 47.366.413,87 | 9,92% |
| 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 33.255.565,82 | 6,96% |
| 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 30.081.585,61 | 6,30% |
| 373047 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 23.369.871,43 | 4,89% |
| 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 21.828.750,32 | 4,57% |
| 373052 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 19.201.911,12 | 4,02% |
| 133080 | SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E | 15.699.609,76 | 3,29% |
| 373072 | SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 15.252.625,34 | 3,19% |
| 373082 | INCRA-SUPERINT.REGIONAL DE RONDONIA-SR-17/RO | 11.172.880,81 | 2,34% |
| 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 11.043.794,49 | 2,31% |
| 373073 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 10.928.996,68 | 2,29% |
| 373039 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | 9.277.693,25 | 1,94% |
| 373057 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20 | 9.277.232,75 | 1,94% |
| 373044 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24 | 8.588.287,02 | 1,80% |
| 373029 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE RORAIMA-INCRA/SR-25 | 8.328.662,44 | 1,74% |
| 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 7.280.506,96 | 1,52% |
| 373040 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12 | 6.020.656,72 | 1,26% |
| 373066 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 5.964.908,94 | 1,25% |
| 373062 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 | 5.751.993,61 | 1,20% |
| 373080 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 3.219.215,50 | 0,67% |
| 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 2.644.517,86 | 0,55% |
| 373032 | PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA | 2.626.273,95 | 0,55% |
| 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 2.064.642,35 | 0,43% |
| 373045 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 2.050.668,35 | 0,43% |
| 373055 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GERAIS-INCRA/SR-06 | 2.016.397,30 | 0,42% |
| 373025 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15 | 1.321.857,74 | 0,28% |
| 373051 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 1.030.528,95 | 0,22% |
| 373067 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 1.006.224,74 | 0,21% |
| 373070 | SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | 981.371,79 | 0,21% |
| 373030 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 730.434,53 | 0,15% |
| 373015 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14 | 321.415,07 | 0,07% |
| 133085 | PROJETO FUNDIARIO IMPERATRIZ | 158.096,58 | 0,03% |
| 133005 | UNIDADE AVANÇADA DE COLIDER | 72.208,16 | 0,02% |
| 133002 | CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/OC-BR | 56.000,00 | 0,01% |
| 373077 | PROJETO FUNDIARIO NORTE DE MATO GROSSO | 55.917,32 | 0,01% |
| 373074 | PROJETO FUNDIARIO CARCERES | 43.083,80 | 0,01% |
| 133084 | PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA | 40.218,03 | 0,01% |
| 373076 | PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE | 37.928,78 | 0,01% |
| 133082 | UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA | 34.178,19 | 0,01% |
| 373059 | PROJETO FUNDIARIO CORUMBA | 30.012,95 | 0,01% |
| 373079 | UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI | 27.039,50 | 0,01% |
| 373063 | UNIDADE AVANÇADA DE XINGU | 23.035,00 | 0,00% |
| 133081 | UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI | 21.908,31 | 0,00% |
| 373075 | PROJETO FUNDIARIO VALE DO ARAGUAIA | 19.909,41 | 0,00% |
| 373078 | PROJETO FUNDIARIO DIAMANTINO | 1.554,16 | 0,00% |
| 133007 | UNIDADE AVANÇADA CONJUNTO PEIXOTO DE AZEVEDO | 3,00 | 0,00% |
| 373060 | PROJETO FUNDIARIO JARDIM | 0,00 | 0,00% |
| Total | | 477.685.889,41 | 100,00% |

A Unidade Gestora 373083 detém 32,94% do total das obrigações contratuais de serviços. Esta diferença deve-se ao fato que esta Unidade Gestora é a Sede do INCRA e possui os contratos mais expressivos quanto aos seus valores, conforme detalhamento da Tabela 6.

Na tabela a seguir estão listados os contratados mais significativos por Unidade Gestora, em relação ao 4º trimestre de 2019.

Tabela 26 - Obrigações Contratuais – Por Contratado e por Objeto.

| Contratado | OBJETO | ug | nome | Total |
|----------------|--|--------|---|---------------|
| 70595673000117 | SOFTWAY TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 27.519.399,89 |
| 07837437000123 | CENTRO COMUNITARIO DE FORMACAO EM AGROPECUARIA DOM JOSE | 373052 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23 | 13.010.326,35 |
| 07171299000196 | CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 11.703.400,37 |
| 01440209000139 | COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVICOS TECNICOS LTDA - COP | 373072 | SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 11.015.296,54 |
| 806030 | SERPRO - SEDE - BRASILIA | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 8.515.861,82 |
| 08508903000190 | SEMENTES ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EM PROJETO | 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 8.147.410,51 |
| 03997641000150 | COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 7.505.715,75 |
| 415001 | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 7.414.478,08 |
| 03519143000100 | DIAMANTINA PROJETOS LTDA | 373050 | SUPERINT.REGIONAL MEDIO SAO FRANCISCO-SR(29) | 7.379.560,57 |
| 14126500000189 | ERM EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA | 133088 | SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO | 7.372.934,82 |

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI/2019

Intangível

Nota – Intangível.

Em 31/12/2018, o INCRA apresentou um saldo no Intangível de R\$ 11.048.125,27 e no 4º trimestre/2019 passou a ser de R\$ 12.784.562,51, um aumento de 15,72%.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o 4º Trimestre de 2019.

Tabela 27 - Intangível – Composição

| Mês Lançamento | dez/18 | de/19 | |
|---|----------------------------|----------------------------|---------------|
| Conta Contábil | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | AH % |
| Software com Vida Útil Definida | 10.620.339,85 | 12.292.872,10 | 15,75% |
| Software com Vida Útil Indefinida | 218.539,49 | 218.539,49 | 0,00% |
| Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida | 209.445,93 | 209.445,93 | 0,00% |
| Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado | | 63.904,99 | |
| Amortização Acumulada | (200,00) | (200,00) | 0,00% |
| Total | 11.048.125,27 | 12.784.562,51 | 15,72% |

Fonte: Tesouro Gerencial

No intangível, destaca-se o acréscimo de 15,75% ocorrido na conta Software com Vida Útil Definida, que se refere, segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público como “OS VALORES DE SOFTWARES PERTENCENTES À ENTIDADE E NÃO PERTENCENTES A UM HARDWARE, ENGLOBANDO OS VALORES REFERENTES À SUA CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E INSTALAÇÃO. OS SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA ESTÃO SUJEITOS À AMORTIZAÇÃO”.

Tabela 28 - Intangível - Composição- por detalhamento por UG

| Conta Contábil | Mês Lançamento | | dez/18 | dez/19 | AH |
|---|----------------|---|-------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | UG Executora | | Saldo R\$ (Conta Contábil) | Saldo R\$ (Conta Contábil) | |
| Software com Vida Útil Definida | 373053 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 3.038,00 | 3.038,00 | 0,00% |
| | 373067 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 | 691.442,10 | 691.442,10 | 0,00% |
| | 373070 | SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | 2.199,00 | 2.199,00 | 0,00% |
| | 373073 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 287,50 | 804,50 | 179,83% |
| | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 9.923.373,25 | 11.595.388,50 | 16,85% |
| | Total | | 10.620.339,85 | 12.292.872,10 | 15,75% |
| Software com Vida Útil Indefinida | 373057 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20 | 283,33 | 283,33 | 0,00% |
| | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 218.256,16 | 218.256,16 | 0,00% |
| | Total | | 218.539,49 | 218.539,49 | 0,00% |
| Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida | 373030 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARA-INCRA/SR-01 | 338,98 | 338,98 | 0,00% |
| | 373037 | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30 | 2.235,26 | 2.235,26 | 0,00% |
| | 373039 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | 1.815,04 | 1.815,04 | 0,00% |
| | 373044 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24 | 7.733,04 | 7.733,04 | 0,00% |
| | 373045 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02 | 1.948,71 | 1.948,71 | 0,00% |
| | 373046 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.G.NORTE-INCRA/SR-19 | 2.004,87 | 2.004,87 | 0,00% |
| | 373047 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 | 7.198,02 | 7.198,02 | 0,00% |
| | 373048 | SUPERINT.REGIONAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03 | 318,43 | 318,43 | 0,00% |
| | 373051 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22 | 15.727,97 | 15.727,97 | 0,00% |
| | 373053 | SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05 | 10.058,67 | 10.058,67 | 0,00% |
| | 373058 | SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16 | 2.235,26 | 2.235,26 | 0,00% |
| | 373060 | PROJETO FUNDIARIO JARDIM | 1.117,63 | 1.117,63 | 0,00% |
| | 373062 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 | 9.488,11 | 9.488,11 | 0,00% |
| | 373066 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 | 3.352,89 | 3.352,89 | 0,00% |
| | 373070 | SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 | 3.502,71 | 3.502,71 | 0,00% |
| | 373072 | SUPERINT.ESTADUAL DO R.G.DO SUL-INCRA/SR-11 | 6.060,39 | 6.060,39 | 0,00% |
| | 373073 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE M.GROSSO-INCRA/SR-13 | 16.764,45 | 16.764,45 | 0,00% |
| | 373080 | SUPERINTEND.ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04 | 338,99 | 338,99 | 0,00% |
| | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | 104.249,08 | 104.249,08 | 0,00% |
| | 373085 | SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26 | 12.957,43 | 12.957,43 | 0,00% |
| | Total | | 209.445,93 | 209.445,93 | 0,00% |
| Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado | 373083 | DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF | | 63.904,99 | |
| | Total | | | 63.904,99 | |
| Amortização Acumulada | 373039 | SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21 | (200,00) | (200,00) | 0,00% |
| | Total | | (200,00) | (200,00) | 0,00% |
| Total | | | 11.048.125,27 | 12.784.562,51 | 15,72% |

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado na Tabela 2, verifica-se que no detalhamento por Unidade Gestora – UG, o maior acréscimo, 179,83% ocorreu na Unidade Gestora 373073/MT, com o pagamento à empresa TELETRON - TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, para compra de relógios de ponto.

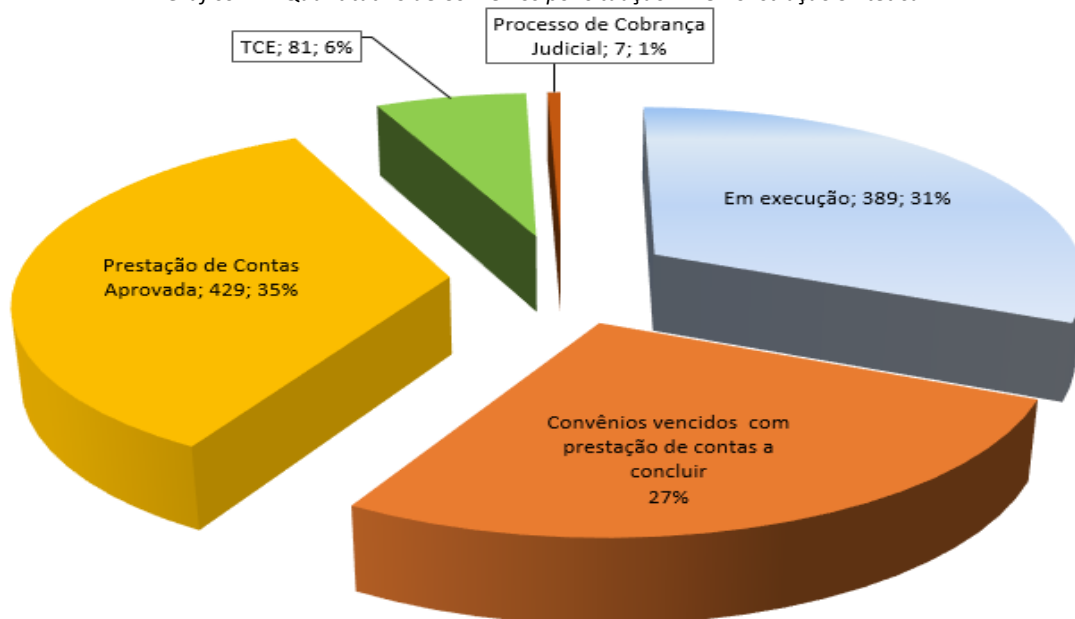
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Para cumprir as ações, sobretudo Infraestrutura básica, o INCRA formaliza parcerias por meio de convênios com outros entes federativos, como resultados dessas parcerias, foram celebrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – Siconv, 1.260 convênios, no período de 2008 a 2018, os quais, em termos quantitativos e qualitativos, encontram-se sinteticamente evidenciados nos gráficos a seguir:

Quantitativo de Convênios por situação

O gráfico a seguir demonstra de forma sintética o quantitativo de convênios por situação, independentemente do ano de celebração, 31% dos convênios estão em execução e demandam acompanhamento durante o período de 2019.

Gráfico 27 - Quantitativo de Convênios por situação – Demonstração Sintética



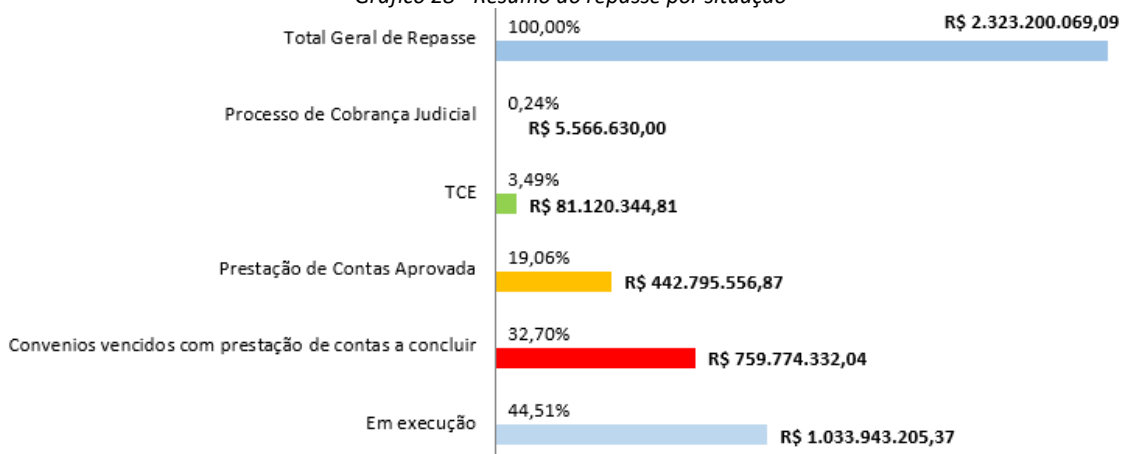
Fonte: Painel Siconv (31/12/2018)

Nota: Relativamente aos processos de tomada de contas especial e processos de cobrança de débitos (valores inferiores ao limite mínimo para instauração da TCE), os dados foram extraídos do painel siconv e em parte de controles internos, uma vez que a partir da implantação do Sistema E-tce pelo Tribunal de Contas da União, as TCEs não são mais realizadas no Siconv.

Resumo de Repasse por Situação

Na análise do período até 31/12/2019, foram disponibilizados R\$ 2.323.200.069,09. Desse total o maior índice (44,51%) de recurso encontra-se concentrado nos convênios em execução. Para as demais situações, essa Autarquia vem trabalhando na análise das prestações de contas dos convênios vencidos, visando sua aprovação ou não quando necessário instaurando a Tomada de Contas Especial, conforme configurado no gráfico a saber:

Gráfico 28 - Resumo do repasse por situação

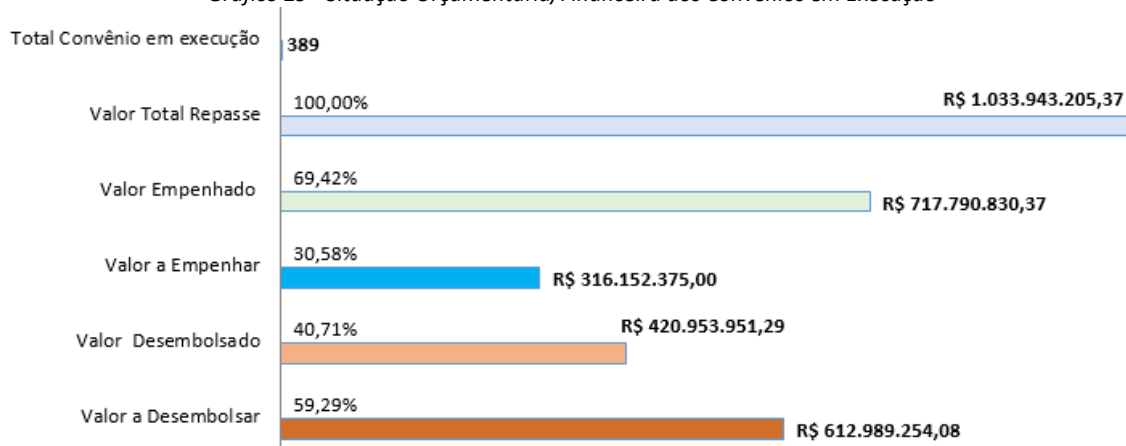


Fonte: Painel Siconv (31/12/2018)

Situação Orçamentária/Financeira dos Convênios em Execução

Quanto à execução orçamentária e financeira dos convênios em execução, em 31/12/2019, o valor total de repasse foi de R\$ 1.033.943.205,37. Desse total foram empenhados 69,42%, restando a empenhar 30,58%. No que diz respeito à execução financeira, foram desembolsados o equivalente a 40,71% do total de repasse e ainda se encontram pendentes de desembolso 59,29%:

Gráfico 29 - Situação Orçamentária/Financeira dos Convênios em Execução

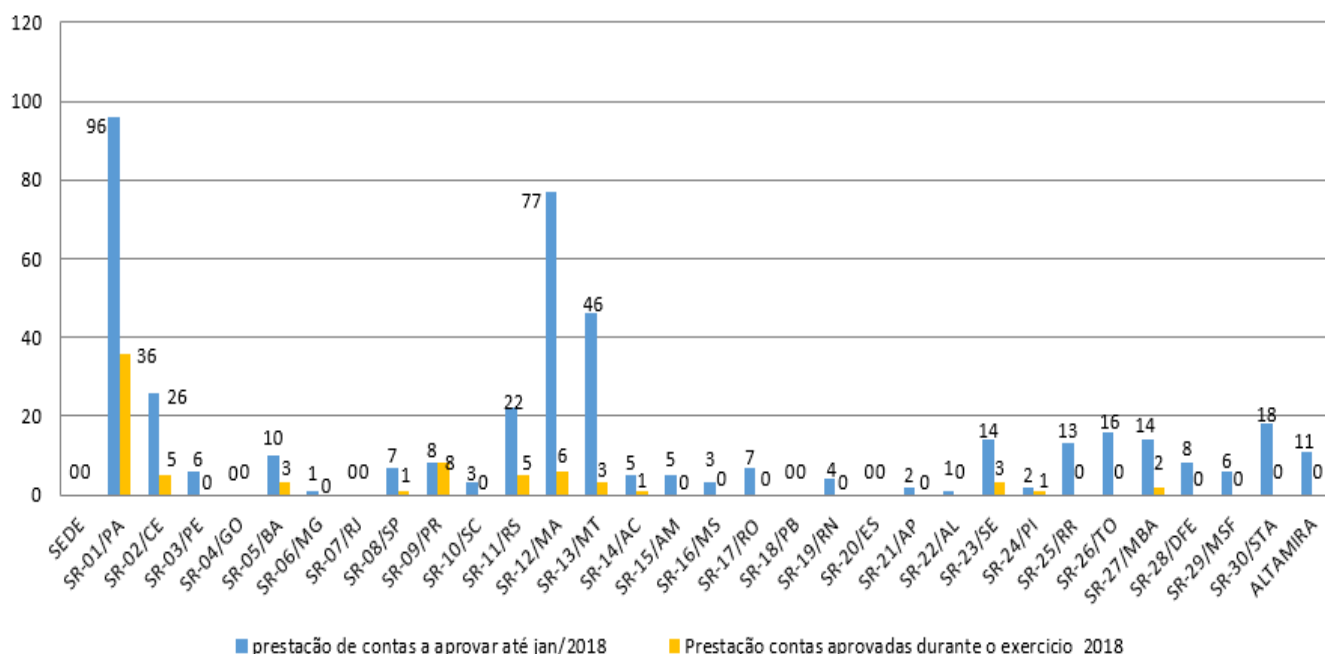


Fonte: Painel Siconv (31/12/2018)

Desempenho aprovação de Contas no exercício 2019

Em 2019, como resultado do monitoramento dos convênios, observa-se que foram aprovadas 74 prestações de contas, representando aproximadamente 17% do passivo existente em 31/12/2018. O quantitativo está distribuído por superintendência, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 30 - Desempenho aprovação de Contas no exercício 2019

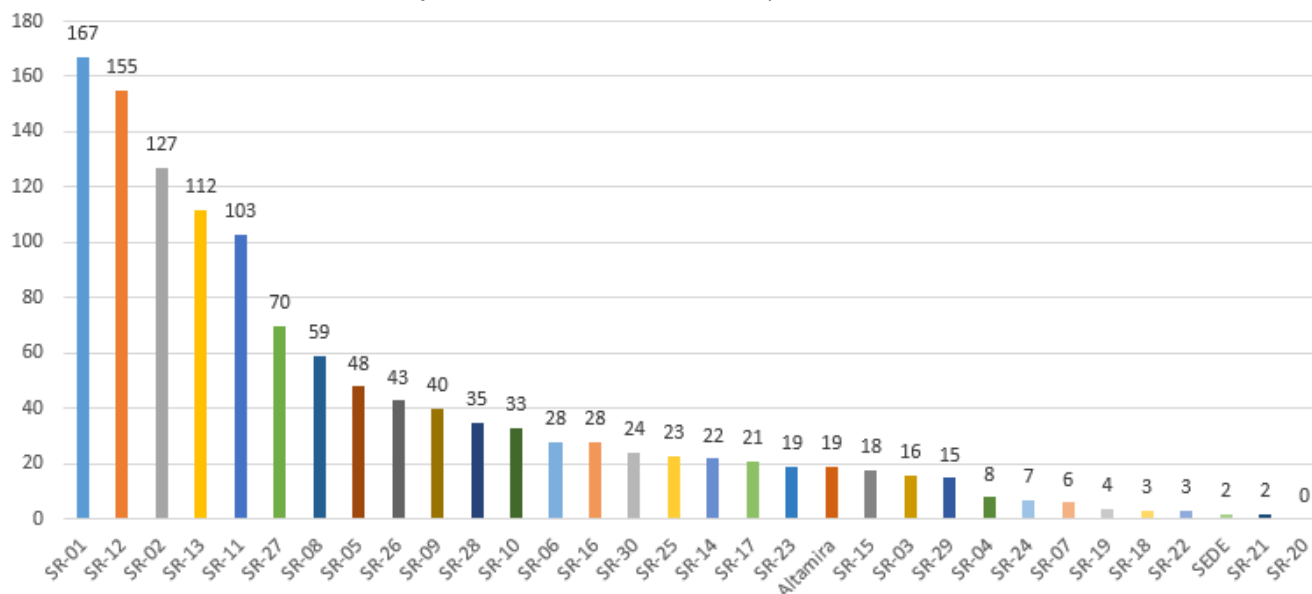


Fonte: Painel Siconv (31/12/2018)

Quantitativo de Convênios por Superintendência

De modo geral, os convênios estão distribuídos da seguinte forma nas seguintes localidades:

Gráfico 31 - Quantitativo de Convênios por SR



Fonte: Painel Siconv (31/12/2018)

Rede Siconv

Com a adesão do Incra à Rede Siconv, em março de 2017, ampliou a melhoria dos processos de gestão das transferências voluntárias, operacionalizadas por meio do SICONV, bem como o aprimoramento das atividades de gerenciamento de dados, o fortalecimento da comunicação entre os órgãos participantes da Rede, o incentivo à capacitação dos servidores, o compartilhamento de conhecimento e troca de experiências.

As medidas efetivamente implementadas por esta Autarquia, após a adesão da Rede Siconv para aprimorar a gestão de convênios foram as seguintes: formação de 07 (sete) multiplicadores, capacitação de 80 servidores por meio de instrutoria interna, realizadas em 04 (quatro) Superintendência Regionais (SR-01/PA, SR-02-CE, SR-08/SP e SR 12/MA).

Melhorias alcançadas pela Incra com a adesão da Rede Siconv

Os convênios celebrados pela Autarquia são geridos pelas Superintendências Regionais que são responsáveis pela coordenação e execução das ações do Incra nos estados e que o Incra Sede é responsável pelo acompanhamento e controle sistêmico dos convênios, por meio da Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios da Coordenação Geral de Contabilidade.

A adesão do Incra à Rede Siconv nos permitiu o acesso ao Painel Gerencial do sistema facilitando o acesso a dados gerenciais dos convênios, individualizados por unidade gestora, subsidiando os gestores na tomada de decisão acerca dos indicadores obtidos.

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1- Descrição e memória de cálculo dos Indicadores de Resultado

Indicadores de resultado - Objetivo 01 - Item 5.1.1

| Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 60,34 | 2,82 |
| Memória de cálculo: | |

Índice: 2019: Nº de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (153 - Fonte: SNCCI junto com a DDI) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (5428 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 230) multiplicado por 100.
Previsto: ¹ Média dos últimos 3 anos.

| Índice de acesso ao Crédito Instalação (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 396 | 522 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Índice: 2019: Nº de famílias com crédito disponibilizado no exercício (28368 - Fonte: SNCCI 02/01/2020) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (5428 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 229) multiplicado por 100. Previsto: ¹ Meta de disponibilização de crédito instalação no exercício (29022 - Fonte: Caderno de metas 2019) dividido pela meta de assentamento de famílias (7333 - Fonte: Caderno de metas 2019) multiplicado por 100.</p> | |

| Índice de provimento efetivo de assistência técnica (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 100,00 | 84,74 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Índice 2019: Nº de famílias efetivamente atendidas no exercício e registradas no Siater (13053 - Fonte: Siater) dividido pelo Nº total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater (15404 - Fonte: Wiki Incra - 17/01/2020) multiplicado por 100. Previsto: ¹ 2019: Meta de famílias, com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater, a serem efetivamente atendidas com ATER (15404 - Fonte: wiki Incra 17/01/2020) dividido pelo Nº total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater (15404 - Fonte: Wiki Incra - 17/01/2020) multiplicado por 100.</p> | |

| Índice de acesso à água para consumo doméstico (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 233,61 | 134,06 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Índice 2019: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna – concluído no exercício (7277 - Fonte: SIR. Acompanhamento da execução física e orçamentária. 18/01/2020) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (5428 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 229) multiplicado por 100. Previsto: ¹ Média dos últimos 3 anos.</p> | |

| Índice de acesso a estradas (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 100,00 | 282,04 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Índice 2019: Número de famílias com obra de estrada concluída no exercício (15309 - Fonte: SIR. Acompanhamento da execução física e orçamentária. 18/01/2020) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (5428 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 229) multiplicado por 100. Previsto: ¹ Média dos últimos 3 anos.</p> | |

| Índice de Projetos de Assentamentos em processo de regularização ambiental pelo CAR (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 0,20 | 87,19 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Índice: 2018: Número total de Projetos de Assentamento com CAR (7039 - Fonte: DTM / SICAR) dividido pelo Nº total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR ou Sede (8073 - Fonte: Fonte: SIPRA Rel 227 (sendo 7.610 Federais - consolidados - reconhecidos).) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: 2018: Meta CAR (16 - Fonte: Caderno de metas 2018, 1ª revisão. Nov-2018.) dividido pelo Nº total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR ou Sede (8073 - Fonte: Fonte: SIPRA Rel 227 (sendo 7.610 Federais - consolidados - reconhecidos).) multiplicado por 100.</p> | |

| Índice de alcance de formação profissional do PRONERA na Reforma Agrária (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 0,80 | 0,49 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>2018: Nº de alunos na EJA profissionalizante, na formação de nível médio, superior e especialização (4761 - Fonte: SIR. Acompanhamento da execução física e orçamentária. 18/01/2019) dividido pelo Nº total de famílias assentadas (974357 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 229) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: ¹ Média dos últimos 3 anos.</p> | |

Indicadores de resultado - Objetivo 02 - Item 5.1.2

| Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 88,02 | 91,94 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>2018: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (782.873.244,73 - Fonte: Fonte: SNCR (11/03/19)) dividido pelo Superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede (851.487.659,90 - Fonte: Relatório de Gestão) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: ¹ Média dos últimos 3 anos</p> | |

| Índice de demarcação topográfica em Assentamento (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 74,82 | 95,40 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>2019: Nº total de assentamentos com perímetro demarcado e inserido na base cartográfica do INCRA (7702 - Fonte: DF - Acervo Fundiário (exceto: PE, RESEX, FLONA, PIC, PRB, FLOE e RDS)) dividido pelo Nº total de Projetos de Assentamentos cuja responsabilidade de demarcação é do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede (8073 - Fonte:) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto:</p> | |

| Índice de Regularização Fundiária (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 101,97 | 87,42 |
| Memória de cálculo: | |
| 2019: N° de imóveis regularizados e titulados no exercício (3038 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2019) dividido pelo N° de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede (3475 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2019) multiplicado por 100. | |
| Previsto: | |

Indicadores de resultado - Objetivo 03 - Item 5.1.3

| Índice de gastos com Obtenção de Terras (R\$/ha) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 2912,29 | 124,83 |
| Memória de cálculo: | |
| 2019: Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (3.305.724,54 - Fonte: planilha do Edinardo (pegar só indenização inicial, menos o que for tipo judicial)) dividido pela respectiva Área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede (26.481,00 - Fonte:) | |

| Índice de área destinada à Reforma Agrária (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 10,43 | 10,33 |
| Memória de cálculo: | |
| 2019: Área (ha) total dos Projetos de Assentamento (87.942.579,16 - Fonte: SIPRA – Rel. 227 sem filtro) dividido pela respectiva Superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA (851.487.659,90 - Fonte: Relatório de Gestão 2015) multiplicado por 100. | |
| ¹ Previsto é igual a área destinada em 31/12/2017 (88796023) somada à área prevista para incorporação do Caderno de metas de 2018 (12000) dividido pela área do Brasil (851487659,9) multiplicado por 100. | |

| Índice de acréscimo da área destinada à Reforma Agrária (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 0,24 | 0,00 |
| Memória de cálculo: | |
| 2019: Área (ha) de Projetos de Assentamento criados no exercício (0,00 - Fonte: SIPRA - Rel. 227) dividido pela respectiva Área total de Projetos de Assentamento existente, na jurisdição da SR ou Sede (87.942.579,16 - Fonte: de 1900 até 31 dez 2019) multiplicado por 100. | |
| Previsto: | |

| Índice de Parcelas Supervisionadas (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 3,23 | 3,19 |

| |
|--|
| Memória de cálculo: |
| <p>Índice 2019: Nº de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (27221 - Fonte: SIR – 18/01/2020) dividido pelo Nº total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede (853873 - Fonte: SIPRA 227 (- CONSOLIDADOS + PA e PAE RECONHECIDOS E - DEMAIS RECONHECIDOS)) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: ¹</p> |

Indicadores de resultado - Objetivo 04 - Item 5.1.4

| Índice de acesso de mulheres ao Crédito Fomento Mulher (%) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 3,40 | 2,73 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Realizado: 2019: Nº de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher (14544 - Fonte: SNCCI) dividido pelo Nº total de mulheres assentadas (5334 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: ¹ 2019: Meta de mulheres a serem atendidas pelo Crédito Fomento Mulher (18134 - Fonte: Caderno de Metas 2019) dividido pelo Nº total de mulheres assentadas (5334 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.</p> | |

| % de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 0,00 | 0,00 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>Realizado: 2019: Nº de mulheres beneficiárias com ATER (0 - Fonte: Não há contratos vigentes de ATER em 2019) dividido pelo Nº de beneficiários efetivamente atendidos pela ATER (estoque) (0 - Fonte: Não há contratos vigentes de ATER em 2019) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: ¹</p> | |

Indicadores de resultado - Objetivo 05 - Item 5.1.5

| Índice de Titulação de Comunidades Quilombolas (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 29,17 | 28,48 |
| Memória de cálculo: | |
| | |

2019: Nº total de comunidades quilombolas tituladas (45 - Fonte: DFQ) dividido pelo Nº total de comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede (158 - Fonte: DFQ) multiplicado por 100.
Previsão: Média dos últimos 3 anos.

| Índice de Famílias Quilombolas em Áreas Tituladas (%) | |
|--|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 38,76 | 39,64 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>2019: Nº total de famílias em comunidades quilombolas tituladas (CCDRU e TD) (5606 - Fonte: DFQ) dividido pelo Nº total de famílias quilombolas em comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede (14142 - Fonte: DFQ) multiplicado por 100. Previsão: Média dos últimos 3 anos.</p> | |

Indicadores de resultado - Objetivo 06 - Item 5.1.6

| % de jovens assentados (até 29 anos) | |
|---|-----------|
| 2019 | |
| Previsto ¹ | Realizado |
| 5,00 | 61,79 |
| Memória de cálculo: | |
| <p>2019: Nº total de jovens assentados no exercício (3354 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (5428 - Fonte: SIPRA Rel. 233 e 229) multiplicado por 100. Previsão:</p> | |

8.2- Fontes e Observações dos Indicadores de Processo

Fonte dos Dados: Objetivo 01

| Análise indicadores | 2018 | | 2018 | | OBSERVAÇÃO 2017 | OBSERVAÇÃO 2018 |
|---|--|---|------------------------------------|---|------------------|------------------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | Relatório SNCCI (02-01-19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | Relatório SNCCI (20-01-20) | | |
| Número de famílias atendidas com assistência técnica | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | Detalhamento wiki.incra.gov.br (17.01.2019) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | Detalhamento wiki.incra.gov.br (20.01.2020) | | |
| Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol) | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | Obras concluídas | Obras concluídas |
| Número de créditos instalação supervisionados | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de assentamentos com licença ambiental protocolada | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DTM - SICAR | Caderno de Metas 2019 ago./2019 | DTM - SICAR | | |

| | | | | | | |
|--|--|---|-----------------------------------|---|--|--|
| Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2019 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |

Fonte dos Dados: Objetivo 02

| Análise indicadores | 2018 | | 2019 | | OBSERVAÇÃO 2017 | OBSERVAÇÃO 2018 |
|---|--|---|-----------------------------------|---|---|---|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SNCR | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SNCR | | |
| Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada | - | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | - | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | A meta do Caderno de Metas é "Hectare". | A meta do Caderno de Metas é "Hectare". |
| Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DF | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DF | | |
| Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de imóveis rurais certificados | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIGEF / DFG | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIGEF / DFG | | |

| | | | | | | |
|---|--|--|-----------------------------------|---|--|--|
| Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DD / SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de imóveis rurais regularizados, via direta | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de imóveis rurais regularizados, via indireta | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |

Fonte dos Dados: Objetivo 03

| Análise indicadores | 2018 | | 2019 | | OBSERVAÇÃO 2017 | OBSERVAÇÃO 2018 |
|---|--|---|-----------------------------------|---|-----------------|-----------------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Área total de imóveis vistoriados (laudo entregue) | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |
| Número de famílias assentadas | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIPRA | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIPRA | | |
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DT | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DT | | |

| | | | | | | |
|--|--|--|-----------------------------------|--|--|--|
| Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DT | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DT | | |
| Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue) | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |

Fonte dos Dados: Objetivo 04

| Análise indicadores | 2018 | | 2019 | | OBSERVAÇÃO 2017 | OBSERVAÇÃO 2018 |
|--|--|-----------|-----------------------------------|-----------|-----------------|-----------------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SNCCI | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SNCCI | | |
| Número de mulheres beneficiárias com ATER | - | SIATER | - | SIATER | | |

Fonte dos Dados: Objetivo 05

| Análise indicadores | 2018 | | 2019 | | OBSERVAÇÃO 2017 | OBSERVAÇÃO 2018 |
|---|--|--|-----------------------------------|--|-----------------|-----------------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DFQ | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DFQ | | |
| Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos | - | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | - | SIR (Módulo de Monitoramento – 21-01-2020) | | |
| Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DFQ | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DFQ | | |

| | | | | | | |
|---|--|--|-----------------------------------|--|--|--|
| Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DFQ | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DFQ | | |
| Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | DFQ | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | DFQ | | |
| Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas | Caderno de Metas 2018 1ª Revisão nov/2018 | SIR (Módulo de Monitoramento – 18/01/19) | Caderno de Metas 2018 ago/2019 | SIR (Módulo de Monitoramento – 21/01/2020) | | |

Fonte dos Dados: Objetivo 06

| Análise indicadores | 2018 | | 2019 | | OBSERVAÇÃO 2016 | OBSERVAÇÃO 2017 |
|---|----------|-----------|----------|-----------|--|--|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | | |
| Número de jovens assentados (até 29 anos) | * | SIPRA | * | SIPRA | * Conforme Parágrafo 3º do Art. 7 da Portaria MDA nº 06, de 31/01/13 | * Conforme Parágrafo 3º do Art. 7 da Portaria MDA nº 06, de 31/01/13 |